



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E  
FRONTEIRAS**



**SUELY APARECIDA DE LIMA**

**INTEGRAÇÃO E RELAÇÕES BILATERAIS ASSIMÉTRICAS:  
BRASIL-GUYANA E BRASIL-SURINAME**

**Boa Vista, RR  
2017**

SUELY APARECIDA DE LIMA

**INTEGRAÇÃO E RELAÇÕES BILATERAIS ASSIMÉTRICAS:  
BRASIL-GUYANA E BRASIL-SURINAME**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima para obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Linha de Pesquisa: Sociedade e Política.

Orientadora: Professora Doutora Sandra Maria Franco Buenafuente

Boa Vista, RR  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

L732i Lima, Suely Aparecida de.  
Integração e relações bilaterais assimétricas : Brasil-Guyana e Brasil-Suriname / Suely Aparecida de Lima. – Boa Vista, 2017.  
298 f. : il.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Maria Franco Buenafuente.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira.

1 – Integração. 2 – Assimetria. 3 – Escudo das Guianas. 4 – Guyana. 5 – Suriname. I – Título. II – Buenafuente, Sandra Maria Franco (orientadora).

CDU – 327(81)(881)

## SUELY APARECIDA DE LIMA

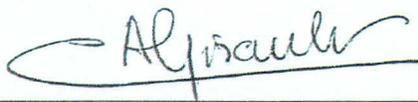
Integração e Relações Bilaterais Assimétricas: Brasil-Guyana e Brasil-Suriname.

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Defendida em 06 de Março de 2017 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



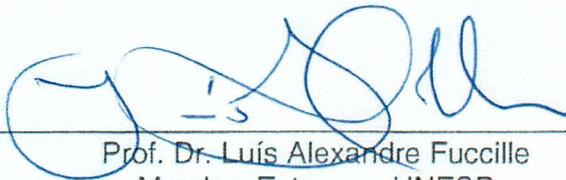
---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Sandra Maria Franco Buenafuente  
Orientador – UFRR



---

Prof. Dr. Christian Girault  
Membro Externo – CNRS França



---

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille  
Membro Externo – UNESP

À Larissa, por existir.  
À mamãe, por sua coragem e serenidade.  
Ao meu amado irmão Décio (*In Memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Findo um trabalho de grande significado pessoal. Agradeço o apoio de meu companheiro **Guillaume** nessa loucura que foi a fase final: *je t'aime, mon amour*. E minhas irmãs **Jaquemara**, **Jaqueline** e **Suzana**, que ao lado de minha filha **Larissa** e minha mãe **Iraci**, formam o time de mulheres que sempre me apoiaram. Amo muito vocês! Em França, agradeço a acolhida calorosa da família do **Guillaume**: **Pauline**, **Lysiane**, **Patrick** e **Marie-Christine**, *merci beaucoup* !

Muito obrigada aos amigos e amigas por sempre me desejarem coisas boas nas caminhadas escolhidas. Em especial: a sempre amiga **Sibele Pechinin**: Pitú! Meu querido amigo **Willian Antunes Casarim**, com quem há anos compartilho alegrias e inquietações. Amizade, carinho e apoio de **Leonardo Villegas-Lelovsky**, quem sempre me estimulou a seguir com os estudos: *¡muchas gracias por todo!*

Meus agradecimentos as **professoras** e aos **professores** do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (UniFMU), instituição onde iniciei meus estudos universitários. Em especial: **Luiz Carlos Seixas** e **José Olavo Leite Ribeiro** pelo estímulo em conhecer mais e melhor a História política, econômica e social do Brasil; a **Taylisi Leite** por ensinar a importância da luta contra injustiças; ao **Fábio Borges** e **Paulo Gustavo Pellegrino Correa** pelas aulas que me estimularam a dedicar mais atenção à América do Sul.

Esta dissertação é fruto de uma história pessoal que teve início com minha partida da capital de São Paulo para Rio Branco. O “ponta pé” inicial para a partida foi meu cansaço com a “bolha” paulista e a vontade de “ver” a Amazônia com meus próprios “olhos”. Sendo esse o marco desta pesquisa, me limito a agradecer as pessoas que encontrei no meu pós Sampa e que de alguma forma contribuíram com o desenrolar da pesquisa de mestrado.

No Acre, com o apoio do amigo **Waldemir Soares Junior** (obrigada, Waldemir!) fui recebida pela **Mari Maia** e compartilhamos um pouco de nossas vidas. Atenção e carinho também recebi de **Jociana Arruda** e **Célia Santana**, com quem compartilhei muitas cervejas e boas risadas. Um beijo em vocês.

Na UFAC, agradeço à **Mirza da Costa Lopes** pela ajuda com trâmites burocrático-administrativos antes mesmo de minha chegada ao Acre, e à **Maria de Jesus Moraes**, minha orientadora na Iniciação Científica que me possibilitou uma rica viagem pelas fronteiras entre Brasil-Bolívia. Muito obrigada!

Em Roraima, na UFRR, agradeço ao **Américo Lyra** por ter me acolhido de imediato. Ao **João Carlos Jarochinski Silva**, quem me colocou em contato com a **Anahi de Castro Barbosa**. A experiência em ministrar aulas na disciplina “Política Externa” do curso de Relações Internacionais por meio do Estágio Docente sob supervisão da **Anahi** foi muito rica, prazerosa e confirmou minha paixão pela sala de aula. Meu muito obrigada a vocês três! Também foi marcante o meu contato com a Antropologia por meio da disciplina “Cultura e Identidade na Amazônia Continental” ministrada pelo excelente professor **Marcos Pellegrini**: obrigada, Marcos!

Agradeço o pessoal que trabalha na Biblioteca, na coordenação do CCH e no Restaurante Universitário, a equipe de limpeza, as moças da Cantina do CCH, e a equipe de segurança do portão de entrada pela Avenida Venezuela – infelizmente, não me recordo dos nomes dos para citá-los, mas tenho comigo a boa lembrança da companhia que me faziam já tarde da noite enquanto eu aguardava o ônibus para ir pra casa, no bairro Cauamé. Agradeço também ao **Ronnei Rodrigues**, pelo apoio e atenção recebida na organização da videoconferência.

Ao coordenador do PPGSOF **Maxim Paolo Repetto Carreno** e a vice-coordenadora **Ana Lucia Sousa**, muito obrigada por todo apoio recebido durante o mestrado e no processo de defesa desta pesquisa.

A minha orientadora **Sandra Franco Buenafuente** agradeço por ter me aceito como sua orientanda, por toda a ajuda e compreensão que recebi nessa fase final, e por ter me ensinado a importância do rigor em pesquisas acadêmicas.

Sem o apoio e carinho das professoras e amigas **Altiva Barbosa**, **Ana Lia Farias Vale**, **Márcia Maria de Oliveira** e **France Rodrigues** eu teria enfrentado muito mais dificuldades nessa caminhada. Vocês são incríveis e fizeram com que minha estadia em Boa Vista fosse mais alegre e serena. Registro meu carinho por vocês e imensa admiração pelas profissionais competentes que são. Para **France** e **Márcia** destaco minha gratidão pela sensibilidade, apoio emocional e material. À **France** não encontro palavras para agradecer toda ajuda que recebi.

Ainda em Roraima, registro meu carinho pela **Dona Laura**, **Eriki Aleixo**, **Beatriz Patrícia**, **Noelline Lemos**, **Lucineide Salgado Barroso**, **Shigeaki Alves**, ao colega de mestrado **Felician Medino Abraham** e a colega **Rosangela da Silva Viana**, carinho estendido à sua linda filha **Tainá**.

Meus agradecimentos aos membros da banca de qualificação **Alexandre Fuccille** e **Altiva Barbosa** pelas críticas, observações e ricas contribuições: muito

obrigada! Agradeço ao **Christian Girault** pela atenção recebida, por ter me acolhido de imediato quando eu o contatei, pela leitura atenta e rigorosa de minha pesquisa, pelas contribuições que foram incorporadas nesta dissertação e pelo material que me foi enviado: *merci beaucoup* ! Muito obrigada **Fuccille** e **Girault** por aceitarem o convite para compor a banca de exame de defesa e pelas contribuições, muitas das quais foram incorporadas na versão final desta dissertação.

Muito obrigada **Lorena Granja Hernández**, por me apresentar a teoria da assimetria de Brantly Womack; ao **Thirson Rodrigues de Medina** por me ajudar a pensar alguns mapas, os quais não foram incluídos nesta dissertação por conta do prazo apertado. Também sou muito grata aos amigos e colegas que frente ao meu pedido aceitaram de imediato revisar e traduzir os resumos da dissertação: muito obrigada, querido **Imad Nasser**. *Thank you very much*, **Ken Westmoreland**. *Heel hartelijk bedankt*, **Martijn Van Gansen**. *Muchísimas gracias*, **Karl Jean Dronde Mardi-Etxegorri**. *Gracias*, **Leonardo Villegas-Lelovsky**. *Merci pour tout*, **Guillaume Front**.

Muito obrigada aos amigos e as amigas, colegas e família que acompanharam a videoconferência da defesa pública.

Agradeço a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** pela bolsa de estudo Demanda Social.

Minhas sinceras desculpas caso tenha me esquecido de mencionar alguém.

Ressalto que qualquer erro e equívoco que possam constar nesta dissertação são de única e inteira responsabilidade minha.

Muito obrigada!!!

Suely Lima

## RESUMO

Guyana e Suriname são países pequenos com dificuldades de inserção na América do Sul. Por isso, um perfil para suas relações bilaterais assimétricas com o Brasil foi traçado por meio da articulação do binômio integração-assimetria. Como recurso teórico-metodológico para esta pesquisa utilizou-se a teoria da assimetria de Brantly Womack. No que diz respeito às assimetrias internas comuns aos três países, conformam-se assimetrias étnico-raciais e assimetrias regionais marcadas pela carência de infraestrutura. Em relação às assimetrias entre pares assimétricos, o panorama sulamericano indica que as vantagens do Brasil em relação à Guyana e ao Suriname são relativas, e não absolutas. Trata-se de diferenças de capacidade passíveis de transformação e negociação. Não obstante, a transformação está condicionada a estruturas e conjunturas mais amplas. Por outro lado, a negociação está disponível aos pares assimétricos com propensão à cooperação, sendo este o caso das respectivas relações bilaterais em questão. Nesse contexto, enquanto a Guyana e o Suriname utilizam suas vantagens relativas e de tipo natural, o Brasil dá um enquadramento mais amplo aos temas que permeiam tais relações bilaterais na esfera oficial. Exemplo disso são as incorporações da cooperação técnica pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC); do comércio bilateral pelo Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) e; da integração física pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana/Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento/União das Nações Sul-Americanas (IIRSA/COSIPLAN/UNASUL). Essa estratégia brasileira faz com que questões essencialmente políticas assumam caráter técnico.

**Palavras-chave:** Integração. Assimetria. Escudo das Guianas. Guyana. Suriname.

## ABSTRACT

Guyana and Suriname are small countries facing up to difficulties of insertion in South America. For this reason, a profile for their asymmetric bilateral relations with Brazil was drawn through the articulation of binomial integration-asymmetry. Brantly Womack's theory of asymmetry was approached as a theoretical-methodological resource for this research. With regard internal asymmetries common to the three countries concerned, there is a conformation between ethnic-racial and regional asymmetries marked by lack of infrastructure. In relation to asymmetries between Brazil and Guyana and Brazil and Suriname, the South American panorama indicates that Brazil's advantages over Guyana and Suriname are relative, not absolute. Their differences in capacity can be transformed and negotiated. Nonetheless, transformation is conditioned to broader structures and conjunctures. On the other hand, negotiation is available to asymmetric pairs with a propensity for cooperation, which is the case of these bilateral relations in question. In this context, while Guyana and Suriname use their relative and natural advantages, Brazil provides a wider framework to address themes that permeate such bilateral relations in the official sphere. Examples of this are the incorporation of technical cooperation by the Brazilian Cooperation Agency (Agência Brasileira de Cooperação - ABC); bilateral trade by the Program of Competitive Import Substitution (Programa de Substituição Competitiva de Importações - PSCI) and; physical integration by the Initiative for the Integration of the Regional Infrastructure of South America (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA)/South American Council of Infrastructure and Planning (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento - COSIPLAN)/Union of South American Nations (União das Nações Sul-Americanas - UNASUL). As a result, this Brazilian strategy turns essentially political issues into technical concerns.

**Keywords:** Integration. Asymmetry. Guianese Shield. Guyana. Suriname.

## RESUMEN

Guyana y Suriname son dos países pequeños que se enfrentan a dificultades en su inserción en Sudamérica. Por ello se delineó un perfil para sus relaciones bilaterales asimétricas con Brasil a través de la articulación del binomio integración-asimetría. Esta investigación se ha enfocado utilizando la teoría de la asimetría de Brantly Womack como fuente metodológica y teórica. Sobre las asimetrías internas comunes a los tres países en cuestión, se pueden observar las asimetrías étnico-raciales y las asimetrías regionales marcadas por un déficit de infraestructuras. En relación a las asimetrías entre Brasil y Guyana por un lado y Brasil y Suriname por otro, el panorama sudamericano indica que las ventajas de Brasil sobre Guyana y Suriname son relativas, no absolutas. Por lo que sus diferentes capacidades pueden ser transformadas y negociadas. No obstante, la transformación está condicionada a estructuras más amplias y a la coyuntura. Por otra parte, hay disponibilidad de negociación entre dos países asimétricos con propensión a la cooperación, lo cual es el caso en estas relaciones bilaterales en cuestión. En este contexto, mientras Guyana y Suriname aprovechan sus ventajas relativas y naturales, Brasil proporciona un marco más amplio en la esfera oficial para abordar temas que permean dichas relaciones. Ejemplo de ello son, la incorporación de la cooperación técnica por parte de la Agencia de Cooperación Brasileña (Agência Brasileira de Cooperação - ABC); comercio bilateral a través del Programa de Sustitución Competitiva de Importaciones (Programa de Substituição Competitiva de Importações – PSCI) y la integración física con la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA)/Consejo Suramericano de Infraestructura y planeamiento Planning (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN)/ Unión de Naciones Suramericanas (União das Nações Sul-Americanas – UNASUL). Por consiguiente esta estrategia brasileña transforma problemas esencialmente políticos en asuntos técnicos.

**Palabras-claves:** Integración. Asimetría. Escudo Guyanés. Guyana. Suriname.

## RÉSUMÉ

Le Guyana et le Suriname sont deux petits pays confrontés à des difficultés d'insertion en Amérique du Sud. Pour cette raison, un profil de leurs relations asymétriques bilatérales avec le Brésil a été établi à travers l'articulation du binôme intégration-asymétrie. La théorie de l'asymétrie de Brantly Womack a été abordée comme une ressource théorique-méthodologique pour cette recherche. En ce qui concerne les asymétries internes communes aux trois pays, il existe une similarité pour les asymétries ethnico-raciales et les asymétries régionales marquées par le manque d'infrastructures. En ce qui concerne les asymétries entre le Brésil et le Guyana, le Brésil et le Suriname, le panorama sud-américain indique que les avantages du Brésil par rapport au Guyana et au Suriname sont relatifs et non absolus. Leurs différences de capacité peuvent être transformées et négociées. Néanmoins, la transformation est conditionnée à des structures et à des conjonctures plus larges. D'autre part, la négociation est disponible pour les paires asymétriques avec une propension à la coopération, ce qui est le cas de ces relations bilatérales en question. Dans ce contexte, alors que le Guyana et le Suriname utilisent leurs avantages relatifs et naturels, le Brésil offre un cadre plus large pour aborder des thèmes qui imprègnent ces relations bilatérales dans le domaine officiel. On peut citer par exemple l'incorporation de la coopération technique par l'Agence Brésilienne de Coopération (Agência Brasileira de Cooperação - ABC); le commerce bilatéral par le Programme de Substitution Compétitive des Importations (Programa de Substituição Competitiva de Importações - PSCI); l'intégration physique par l'Initiative pour l'Intégration de l'Infrastructure Régionale en Amérique du Sud (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA)/ Conseil Sud-Américain de l'Infrastructure et de la Planification (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento - COSIPLAN)/Union des Nations Sud-Américaines (União das Nações Sul-Americanas - UNASUL). En conséquence, cette stratégie brésilienne transforme les questions essentiellement politiques en préoccupations techniques.

**Mots-clés:** Intégration. Asymétrie. Bouclier Guyanais. Guyana. Suriname.

## SAMENVATTING

Guyana en Suriname zijn kleine landen die moeilijkheden ondervinden bij hun integratie in Zuid-Amerika. Daarom werd een profielschets van hun asymmetrische bilaterale betrekkingen met Brazilië gemaakt door middel van de articulatie van de binomiale integratieasymmetrie. Alleen theoretisch-methodologische bron voor dit onderzoek werd gebruikgemaakt van de theorie van asymmetrie van Brantly Womack. Met betrekking tot de interne asymmetrieën die deze drie landen gemeen hebben, kan geconcludeerd worden dat er sprake is van overeenkomsten op etnisch-raciaal gebied en regionale asymmetrieën die worden gekenmerkt door een gebrek aan infrastructuur. Ten aanzien van de asymmetrieën tussen Brazilië en Guyana en Brazilië en Suriname geeft het Zuid-Amerikaanse panorama aan dat de voordelen van Brazilië ten opzichte van Guyana en Suriname relatief zijn en niet absoluut. De capaciteitsverschillen tussen deze landen kunnen worden overbrugd middels transformatie en onderhandeling. Een transformatie is echter onderworpen aan grotere structuren en conjuncturen. Aan de andere kant is onderhandeling mogelijk tussen asymmetrische paren die geneigd zijn tot samenwerking, wat in casu ook het geval is bij de bilaterale betrekkingen tussen deze landen. In deze context kan gezegd worden dat Guyana en Suriname gebruikmaken van hun relatieve en natuurlijke voordelen, terwijl Brazilië een breder kader verschaft om de thema's die de bilaterale betrekkingen beheersen op ambtelijk niveau aan de orde te stellen. Voorbeelden hiervan zijn de integratie van technische samenwerking door de Het Braziliaans samenwerkingsagentschap (Agência Brasileira de Cooperação – ABC); bilaterale handel door het programma van de vervanging van concurrerende import (Programa de Substituição Competitiva de Importações – PSCI); en fysieke integratie door het initiatief voor de integratie van de regionale infrastructuur van Zuid-Amerika (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA)/Zuid-Amerikaanse raad voor infrastructuur en planning (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN)/Unie van Zuid-Amerikaanse Naties (União das Nações Sul-Americanas – UNASUL). Deze Braziliaanse strategie resulteert erin dat in essentie politieke kwesties een meer technisch karakter krijgen.

**Trefwoorden:** Integratie. Asymmetrie. Guyana Schild. Guyana. Suriname.

## LISTA DE GRÁFICOS

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| Gráfico 1 | - Teses e Dissertações Levantadas .....         | 274 |
| Gráfico 2 | - Resultado por Temas .....                     | 275 |
| Gráfico 3 | - Programas de Pós-Graduação .....              | 276 |
| Gráfico 4 | - Teses e Dissertações por Área de Estudo ..... | 277 |

## LISTA DE FIGURAS

|          |   |   |    |
|----------|---|---|----|
| Figura 1 | - | Atenção Assimétrica .....                                   | 37 |
| Figura 2 | - | Padrão da Percepção Equivocada Estrutural .....             | 39 |
| Figura 3 | - | Fatores Moderadores da Percepção Equivocada Estrutural .... | 41 |
| Figura 4 | - | Padrão da Atenção Multilateral .....                        | 45 |
| Figura 5 | - | Padrão da Centricidade Assimétrica .....                    | 46 |

## LISTA DE MAPAS

|         |   |    |
|---------|---|----|
| Mapa 1  | - Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA .....                      | 56 |
| Mapa 2  | - Área de Influência do Eixo Escudo das Guianas .....                       | 58 |
| Mapa 3  | - Grupos de Projetos do Eixo Escudo das Guianas .....                       | 60 |
| Mapa 4  | - Interconexão Venezuela – Brasil .....                                     | 61 |
| Mapa 5  | - Interconexão Brasil – Guyana .....  | 63 |
| Mapa 6  | - Interconexão Venezuela – Guyana – Suriname .....                          | 65 |
| Mapa 7  | - Interconexão Guyana – Suriname – Guiana Francesa – Brasil                 | 67 |
| Mapa 8  | - Disputas Territoriais no Escudo das Guianas .....                         | 74 |
| Mapa 9  | - Disputa Territorial entre Guyana e Venezuela .....                        | 76 |
| Mapa 10 | - Disputa Marítima entre Guyana e Venezuela .....                           | 77 |
| Mapa 11 | - Disputa Territorial entre Guyana e Suriname .....                         | 78 |
| Mapa 12 | - Disputa Marítima entre Guyana e Suriname .....                            | 79 |
| Mapa 13 | - Disputas Territorial e Marítima entre Suriname e Guiana<br>Francesa ..... | 80 |
| Mapa 14 | - Brasil Político .....   | 82 |
| Mapa 15 | - “Regiões Administrativas da Guyana” .....                                 | 85 |
| Mapa 16 | - “Distritos do Suriname” .....   | 87 |
| Mapa 17 | - América do Sul .....  | 92 |

## LISTA DE TABELAS

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| Tabela 1  | - Dimensões Territorial e Populacional .....               | 91  |
| Tabela 2  | - Distribuição da Amazônia Continental .....               | 93  |
| Tabela 3  | - Disponibilidade Hídrica .....                            | 94  |
| Tabela 4  | - Mineração: Produção .....                                | 94  |
| Tabela 5  | - Infraestrutura: Aeroportos e Ferrovias .....             | 95  |
| Tabela 6  | - Infraestrutura: Rodovias e Hidrovias .....               | 96  |
| Tabela 7  | - Infraestrutura: Comunicação .....                        | 96  |
| Tabela 8  | - Indicadores Econômicos: PIB .....                        | 97  |
| Tabela 9  | - Indicadores Econômicos: IED / Gasto Militar .....        | 98  |
| Tabela 10 | - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) .....             | 102 |
| Tabela 11 | - Expectativa de Vida e Alfabetização .....                | 103 |
| Tabela 12 | - População Vulnerável e em Situação de Pobreza .....      | 104 |
| Tabela 13 | - Intercâmbio Comercial entre Brasil e Guyana .....        | 160 |
| Tabela 14 | - Importação Brasileira por Fator Agregado: Guyana .....   | 161 |
| Tabela 15 | - Exportação Brasileira por Fator Agregado: Guyana .....   | 162 |
| Tabela 16 | - Intercâmbio Comercial entre Brasil e Suriname .....      | 216 |
| Tabela 17 | - Importação Brasileira por Fator Agregado: Suriname ..... | 217 |
| Tabela 18 | - Exportação Brasileira por Fator Agregado: Suriname ..... | 218 |

## LISTA DE QUADROS

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
| Quadro 1  | - Tipos de Assimetrias .....                                     | 44  |
| Quadro 2  | - Iniciativas de Integração e Cooperação na América do Sul ..... | 50  |
| Quadro 3  | - Interconexão Venezuela – Brasil .....                          | 62  |
| Quadro 4  | - Interconexão Brasil – Guyana .....                             | 64  |
| Quadro 5  | - Interconexão Venezuela – Guyana – Suriname .....               | 66  |
| Quadro 6  | - Interconexão Guyana – Suriname – Guiana Francesa – Brasil      | 68  |
| Quadro 7  | - Histórico das Relações Bilaterais Brasil e Guyana .....        | 109 |
| Quadro 8  | - Atos Bilaterais Brasil e Guyana .....                          | 113 |
| Quadro 9  | - Cooperação Sul-Sul Brasil e Guyana .....                       | 151 |
| Quadro 10 | - Cooperação Trilateral: Brasil e Guyana .....                   | 158 |
| Quadro 11 | - Cooperação Trilateral com Organismo: Brasil e Guyana .....     | 158 |
| Quadro 12 | - Histórico das Relações Bilaterais Brasil e Suriname .....      | 173 |
| Quadro 13 | - Atos Bilaterais Brasil e Suriname .....                        | 176 |
| Quadro 14 | - Cooperação Sul-Sul Brasil e Suriname .....                     | 203 |
| Quadro 15 | - Cooperação Trilateral: Brasil e Suriname .....                 | 212 |
| Quadro 16 | - Cooperação Trilateral com Organismo: Brasil e Suriname .....   | 214 |

## LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação  
AGP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil  
ALADI – Associação Latino-Americana de Integração  
ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio  
ALBA-TCP – Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana  
ANP – Agência Nacional de Petróleo (Brasil)  
APA – Amerindian Peoples Association (Guyana)  
APNU – A Partnership for National Unity (Guyana)  
BACEN – Banco Central do Brasil  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BMGA – Brazil Mining and General Association  
CAF – Corporação Andina de Fomento  
CAIXA – Caixa Econômica Federal (Brasil)  
CALC – Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento  
CAN – Comunidade Andina  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil)  
CARICOM – Comunidade do Caribe / Comunidade Caribenha  
CARIFTA – Associação de Livre Comércio do Caribe  
CASA – Comunidade Sul-Americana das Nações  
CCBG – Centro Cultural Brasil-Guiana  
CCBS – Centro Cultural Brasil-Suriname  
CCH – Centro de Ciências Humanas (UFRR)  
CDS – Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CES – Conselho Energético Sul-Americano da UNASUL  
CGPAE – Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar  
CIA – Central Intelligence Agency  
CICT – Centro Internacional de Cooperação Técnica do Brasil em HIV/Aids (Brasil)

CNC – Confederação Nacional do Comércio (Brasil)

CNM – Conselho Nacional Militar do Suriname

CNAT – Comissão Nacional de Assistência Técnica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil

COSIPLAN – Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Brasil)

CSC – Conselho Sul-Americano de Cultura da UNASUL

CSE – Conselho Sul-Americano de Educação da UNASUL

CSEF – Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças da UNASUL

CSN – Comunidade Sul-Americana das Nações

ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

EID – Eixo de Integração e Desenvolvimento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EXBR – Exército Brasileiro

FAB – Força Aérea Brasileira

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FOB – Free on Board

FUNAI – Fundação Nacional do Índio (Brasil)

FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo

GIACs – Grupos de Informação e Acompanhamento

GNI – Gross National Income

IAST – Institute of Applied Science and Technology (Guyana) / Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnológica

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IED – Investimento Estrangeiro Direto

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

INSA – Instituto Nacional do Semiárido (Brasil)

IOM – International Organization for Migration

IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológicas do Estado de São Paulo S. A.

JC – Jungle Commando ou Surinaams Nationaal Bevrijdingsleger (Suriname)

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil

MD – Ministério da Defesa do Brasil

MEC – Ministério da Educação do Brasil

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MPI – Multidimensional Poverty Index

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil

MS – Ministério da Saúde do Brasil

MSI – Modelo de Substituição de Importações

NDP – Nationale Democratische Partij (Suriname)

NPS – Nationale Partij Suriname (Suriname)

ODA – Overseas Development Assistance

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OLADE – Organização Latino-Americana de Energia

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSL – Operação Selva Livre (Brasil)

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PEI – Política Externa Independente

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNC – People’s National Congress (Guyana)

PNR – Partij Nationale Republiek (Suriname)

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGSOF – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (UFRR)

PPP – People’s Progressive Party (Guyana)

PRN – Partido da Reconstrução Nacional (Brasil)

PSCI – Programa de Substituição Competitiva de Importações

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores (Brasil)

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Brasil)

SELA – Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Brasil)

SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Brasil)

SIN – Sistema Interligado Nacional (Brasil)

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia (Brasil)

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia (Brasil)

SUBIN – Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (Brasil)

TCA – Tratado de Cooperação Amazônia

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TIRSS – Terra Indígena Raposo Serra do Sol (Brasil)

TMP – Taxa de Melhoramento de Portos

TRWR – Total Renewable Water Resources / Total de Recursos Hídricos Renováveis

UEA – Universidade do Estado do Amazonas (Brasil)

UF – United Forces (Guyana)

UFRR – Universidade Federal de Roraima (Brasil)

UN – United Nations Organization

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

UNASUR – Unión de Naciones Suramericanas

UNDP – United Nations Development Programme

VHP – Hitkari Partij, Partij ter Bevordering van het Nationaal Welzijn (Suriname)

## LISTA DE ABREVIATURAS

Cf. = Confira

hab. = habitantes

kg = quilograma

km = quilômetro

km<sup>2</sup> = quilômetro quadrado

m<sup>3</sup> = metro cúbico

p. = página

Qt. = quantidade

t = tonelada métrica

FHC – Fernando Henrique Cardoso

Lula – Luiz Inácio Lula da Silva

BR – Brasil

GY – Guyana

SU – Suriname

VE – Venezuela

## LISTA DE SÍMBOLOS

% = percentagem ou porcentagem

- = negativo ou menos

→ = o que está à direita

← = o que está à esquerda

↔ = ambas as partes ou ambos os lados

$10^9 = 1.000.000.000$

R\$ = reais (moeda corrente no Brasil)

US\$ = dólar estadunidense

A = Estado maior

B = Estado menor

$A \leftrightarrow B$  = relação entre Estado maior (ou mais forte) e Estado menor (ou mais fraco)

$A \rightarrow B$  = relação direcionada do Estado maior para o Estado menor

$A \leftarrow B$  = relação direcionada do Estado menor para o Estado maior

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>26</b> |
| <b>1 INTEGRAÇÃO E ASSIMETRIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b>                    |           |
| 1.1 Introdução .....  | 31        |
| 1.2 “Arranjos Regionais” Contemporâneos .....                                   | 31        |
| 1.3 Teoria da Assimetria .....  | 34        |
| 1.3.1 Vertente bilateral da administração das assimetrias .....                 | 41        |
| 1.3.2 Vertente multilateral da administração das assimetrias .....              | 45        |
| 1.4 Conclusão .....   | 48        |
| <b>2 BRASIL, GUYANA E SURINAME NA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA</b>                  |           |
| 2.1 Introdução .....  | 49        |
| 2.2 “Arranjos Regionais” e Iniciativas de Integração na América do Sul ..       | 49        |
| 2.3 Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana ..... | 55        |
| 2.3.1 Eixo Escudo das Guianas .....   | 57        |
| 2.4 Conclusão .....   | 70        |
| <b>3 ASSIMETRIAS INTERNAS E ENTRE BRASIL, GUYANA E SURINAME</b>                 |           |
| 3.1 Introdução .....  | 72        |
| 3.2 Assimetrias Internas Comuns .....   | 72        |
| 3.3 Brasil, Guyana e Suriname no Contexto Sul-Americano .....                   | 91        |
| 3.4 Conclusão .....   | 105       |
| <b>4 RELAÇÕES BILATERAIS: BRASIL – GUYANA .....</b>                             |           |
| 4.1 Introdução .....  | 106       |
| 4.2 Histórico das Relações Diplomáticas .....                                   | 106       |
| 4.2.1 Período da ditadura civil militar no Brasil .....                         | 117       |
| 4.2.2 Período de transição na política brasileira .....                         | 124       |
| 4.2.3 Fernando Henrique Cardoso .....   | 130       |
| 4.2.4 Luiz Inácio Lula da Silva .....   | 135       |
| 4.2.5 Dilma Vana Rousseff .....   | 144       |
| 4.3 Cooperação Técnica .....  | 147       |
| 4.4 Comércio Bilateral .....  | 159       |
| 4.5 Integração Física .....   | 165       |
| 4.6 Conclusão .....   | 168       |
| <b>5 RELAÇÕES BILATERAIS: BRASIL – SURINAME .....</b>                           |           |
| 5.1 Introdução .....  | 169       |
| 5.2 Histórico das Relações Diplomáticas .....                                   | 169       |
| 5.2.1 Johan Henri Eliza Ferrier .....   | 180       |

|       |  |            |
|-------|--|------------|
| 5.2.2 | Henk Chin-A-Sen .....                                      | 182        |
| 5.2.3 | Lachmipersad Frederick Ramdat Misier .....                 | 184        |
| 5.2.4 | Ramsewak Shankar .....                                     | 186        |
| 5.2.5 | Johannes Samuel Petrus Kraag .....                         | 187        |
| 5.2.6 | Ronaldo Ronald Venetiaan I .....                           | 188        |
| 5.2.7 | Jules Albert Wijdenbosch .....                             | 189        |
| 5.2.8 | Ronaldo Ronald Venetiaan II .....                          | 190        |
| 5.2.9 | Desiré Delano Bouterse .....                               | 195        |
| 5.3   | Cooperação Técnica .....                                   | 197        |
| 5.4   | Comércio Bilateral .....                                   | 215        |
| 5.5   | Integração Física .....                                    | 220        |
| 5.6   | Conclusão .....  | 223        |
|       | <b>CONCLUSÃO .....</b>                                     | <b>224</b> |
|       | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                   | <b>228</b> |
|       | <b>APÊNDICES</b>   |            |
|       | <b>APÊNDICE A</b>  |            |
|       | Levantamento na Pós-Graduação Brasileira .....             | 273        |
|       | <b>APÊNDICE B</b>  |            |
|       | Universidades Brasileiras Consultadas .....                | 281        |
|       | <b>APÊNDICE C</b>  |            |
|       | Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu Consultados ..... | 284        |
|       | <b>APÊNDICE D</b>  |            |
|       | Teses e Dissertações Levantadas .....                      | 288        |
|       | <b>APÊNDICE E</b>  |            |
|       | Teses e Dissertações Não Disponíveis para Download .....   | 296        |

## INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre o envolvimento dos Estados em processos de integração regional no período pós Guerra Fria. Isto é, a propensão dos Estados de uma determinada “região” a buscar soluções conjuntas para questões comuns. Visto que o cerne do debate é a articulação dos Estados em “blocos” ou “arranjos regionais”, as relações internacionais são compreendidas em sua multilateralidade.

Por outro lado, centrada nas diferenças de capacidade entre países pequenos e grandes a teoria da assimetria compreende as relações internacionais primordialmente por meio das relações bilaterais entre os Estados. Apesar de distintas, as abordagens sustentadas pelo “regionalismo” e “assimetria” não são excludentes, ao passo que o bilateral impacta no multilateral e *vice-versa*.

Independente das vertentes bilateral e multilateral das relações internacionais, de acordo com Brantly Womack as relações entre os Estados são discutidas de modo abstrato e com presunção de simetria, mesmo não havendo reciprocidade e equivalência reflexiva nas relações bilaterais entre Estados pequenos e grandes, isto é, em relações bilaterais assimétricas.

Por isso parte-se do cenário mais amplo do atual processo de integração da América do Sul, para o cenário mais “regionalizado” do Escudo das Guianas, com destaque para as relações bilaterais entre Brasil-Guyana<sup>1</sup> e Brasil-Suriname - relações marcadas pela assimetria e objetos desta pesquisa.

Com base no exposto, esta dissertação objetiva desenhar um perfil das relações bilaterais assimétricas entre Brasil-Guyana e Brasil-Suriname, por meio do histórico das respectivas relações diplomáticas. Com pretensões bem mais modestas que uma análise completa dos aspectos da política externa desses países, optou-se pela abordagem cronológica das relações. Isso permite descrever as assimetrias e o tratamento recebido pelos governos dos respectivos Estados.

Tendo em vista os aspectos observados, a consolidação desta pesquisa percorreu quatro caminhos. Primeiro, confirmou-se a originalidade do tema. No que diz respeito à literatura acadêmica, os estudos voltados à América do Sul concentram-se no Cone Sul e não dedicam atenção suficiente aos países andinos e

---

<sup>1</sup> No Brasil, a *Cooperative Republic of Guyana*, no original, é referenciada tanto como Guyana quanto Guiana. Para efeitos desta dissertação, optou-se pela grafia original: Guyana.

amazônicos, sendo Guyana e Suriname os países menos estudados (CERVO, 2009; OLIVEIRA, 2013).

Segundo, mapeou-se análises de política externa sobre os referidos países para recolher conceitos formulados e integrá-los à análise desenvolvida nesta dissertação. Em terceiro, adotou-se a teoria da assimetria de Brantly Womack (2006; 2010) como recurso teórico-metodológico. Entende-se que seus conceitos têm finalidade analítica e evidenciam as principais características das relações bilaterais assimétricas, não sendo possível encontrá-los de forma pura na realidade estudada.

Por último, empreendeu-se uma consulta da inserção dos temas “Guyana” e “Suriname” na pós-graduação brasileira referente ao período de 2008 a 2015. Todas as pesquisas levantadas contribuem para compreender as relações bilaterais entre os países estudados. Ademais, no que diz respeito ao tema trabalhado, as teses de Couto (2012) e Correa (2014) são as que mais se aproximam desta pesquisa. Isso se dá por examinarem a integração da América do Sul por intermédio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e, enquanto Correa analisa os casos específicos da Guyana e do Suriname, Couto tem a assimetria em perspectiva.<sup>2</sup>

Portanto, diferente de Correa que analisa a articulação do binômio integração-segurança, e de Couto que analisa a articulação do trinômio integração-assimetria-desenvolvimento, esta pesquisa analisa a articulação do binômio integração-assimetria por intermédio de questões norteadoras formuladas com base no modo que a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) aborda as assimetrias. Por exemplo, o objetivo da UNASUL impresso no artigo 2 do tratado constitutivo, diz:

A União das Nações Sul-Americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união cultural, social, econômica e política entre seus povos, outorgando prioridade ao diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, ao financiamento e ao meio ambiente, entre outros, com o foco de eliminar a desigualdade socioeconômica, lograr a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2014, p. 9, grifo nosso, tradução nossa).

---

<sup>2</sup> A referida consulta está detalhada no **APÊNDICE A – Levantamento na Pós-Graduação Brasileira** (Cf.: p. 273).

Soma-se a isto o parágrafo “h” do artigo 3 do mesmo tratado: “Desenvolver mecanismos concretos e efetivos para a superação das assimetrias, alcançando, assim, uma integração equitativa” (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2014, p. 10, grifo nosso, tradução nossa). Também o parágrafo “i” do mesmo artigo:

A cooperação econômica e comercial para alcançar o avanço e a consolidação de um processo inovador, dinâmico, transparente, equitativo e equilibrado, que contemple um acesso efetivo, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômicos que supere as assimetrias mediante a complementação das economias dos países da América do Sul assim como a promoção do bem estar de todos os setores da população e a redução da pobreza (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2014, p. 11, grifo nosso, tradução nossa).

Em adição, dentre os objetivos específicos apresentados no portal eletrônico da UNASUL consta: “O desenvolvimento de mecanismos concretos e efetivos para a superação das assimetrias, alcançando assim uma integração equitativa” (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2015e, grifo nosso, tradução nossa).

Nessa mesma direção, o parágrafo “3” dos objetivos do Conselho Energético Sul-Americano (CES) da UNASUL registra: “O propósito de eliminar as assimetrias entre os Estados” (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2015a, grifo nosso, tradução nossa). Assim como o parágrafo “3” dos objetivos do Conselho Sul-Americano de Cultura (CSC): “Promover a redução das assimetrias regionais e subregionais em matéria de promoção e acesso universal à cultura” (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2015b, grifo nosso, tradução nossa).

No tocante aos objetivos do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças (CSEF), o parágrafo “3” informa: “O crescimento e o desenvolvimento econômico que supere as assimetrias mediante mecanismos concretos e efetivos de complementação econômica” (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2015c, grifo nosso, tradução nossa). Nessa mesma direção, o parágrafo “3” dos objetivos do Conselho Sul-Americano de Educação (CSE) enuncia: “Promover a redução das assimetrias regionais e subregionais para o pleno exercício dos direitos humanos” (UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2015d, grifo nosso, tradução nossa).

Acrescenta-se também o parágrafo “i” do artigo 3 sobre os princípios do Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): “Promover a redução das assimetrias existentes entre os sistemas de defesa dos Estados Membros da UNASUL para fortalecer a capacidade da região no campo da defesa” (UNIÓN DE

NACIONES SURAMERICANAS, 2008, p. 2, grifo nosso, tradução nossa). Em virtude do que foi citado, as questões formuladas sobre o tratamento da assimetria pela UNASUL estão elencadas abaixo:

1. É possível reduzir as assimetrias?
2. É possível [e necessário] superar as assimetrias para [então] alcançar uma integração equitativa?
3. É possível superar as assimetrias por meio do crescimento e desenvolvimento econômicos?
4. É possível superar as assimetrias? Uma integração equitativa somente é possível se superadas as assimetrias?
5. É possível eliminar as assimetrias entre os Estados?
6. É possível reduzir as assimetrias regionais e subregionais no plano cultural?
7. É possível superar as assimetrias por meio da complementação econômica?
8. O pleno exercício dos direitos humanos somente será possível se reduzidas as assimetrias regionais e subregionais?
9. É possível reduzir as assimetrias no sistema de defesa sulamericano? A capacidade de defesa da região será fortalecida somente se reduzidas as assimetrias?

Em face ao exposto, as questões norteadoras foram associadas as premissas básicas da teoria da assimetria e levantou a hipótese de que o atual discurso da integração sul-americana, fortalecido no âmbito da UNASUL, considera as assimetrias em si, e não os efeitos estruturais das assimetrias. Por isso esta pesquisa examina a articulação do binômio integração-assimetria nas relações bilaterais Brasil-Guyana e Brasil-Suriname.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro sintetiza o debate em torno do regionalismo e, em seguida, expõe as ideias centrais da teoria da assimetria. O capítulo segundo contextualiza o atual processo de integração sul-americana enfatizando o “lugar” da Guyana e do Suriname. O terceiro descreve as assimetrias internas e entre Brasil, Guyana e Suriname no contexto sul-americano. E

os capítulos quarto e quinto discorrem sobre o histórico das relações diplomáticas entre Brasil-Guyana e Brasil-Suriname, respectivamente.

Em resumo, busca-se: i) desenhar um perfil para as relações bilaterais em questão; ii) estabelecer um diálogo com a hipótese; iii) tecer observações sobre as questões norteadoras; iv) refletir sobre a articulação do binômio integração-assimetria; v) imprimir implicações desta dissertação para pesquisas futuras.

# 1 INTEGRAÇÃO E ASSIMETRIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## 1.1 Introdução

Este capítulo apresenta o instrumental teórico-metodológico fundamentado pela teoria da assimetria. Primeiro há uma síntese dos conceitos “integração regional”, “regionalismo” e adjacentes, no âmbito das Relações Internacionais. Em seguida, uma apresentação das ideias centrais da teoria da assimetria de Brantly Womack com base em dois livros: “*China and Vietnam: the politics of asymmetry*” (2006) e “*China among unequals: asymmetric foreign relationships in Asia*” (2010).

## 1.2 “Arranjos Regionais” Contemporâneos

Em meio à tendência dos Estados articularem-se em “blocos” para fortalecer a inserção no sistema internacional, os “arranjos regionais” passam a ocupar espaço importante no cenário pós Guerra Fria. Isso ampliou a relevância de estudos centrados em diferentes processos de “integração regional”, os quais contribuem para a compreensão da dinâmica das relações internacionais contemporâneas.

Com base em Herz e Hoffmann, por integração regional entende-se um processo dinâmico de intensificação das relações entre atores governamentais e não governamentais para: i) criar novas formas de governança político-institucional; ii) compor um todo de “escopo regional”; iii) cooperar em áreas temáticas de múltiplas dimensões. Tal processo está inserido num fenômeno mais amplo que é designado por regionalismo. Nas palavras das autoras, o termo regionalismo refere-se a “atividades no âmbito de uma região geográfica específica, e não no âmbito universal/global” (2004, p. 170).

De acordo com Hettne, as dificuldades em definir “região” decorrem dos aspectos objetivos e subjetivos intrínsecos ao termo (1999a). No tocante ao termo regionalismo, Hurrell argumenta que a proximidade e contiguidade geográficas não explicam o termo, mas são úteis para distinguir uma organização regional de uma organização global, visto que sem considerar os limites geográficos o termo torna-se difuso e de difícil administração (1995).

Para Mistry, a flexibilidade do termo regionalismo decorre das diferenças entre perspectivas teóricas e entre métodos de abordagens. Além disso, as

definições estão acopladas a um determinado período histórico, dificultando que se tenha um consenso em relação ao termo (1999). A propósito, ao considerar o regionalismo em perspectiva histórica, Fawcett aponta que se antes as “regiões” eram definidas geograficamente e os regionalismos eram atrelados aos Estados, hoje esses termos são: i) mais fluídos; ii) abrangentes; iii) definidos de forma multinivelada; iv) têm múltiplos propósitos; v) e permite o alcance de diferentes ações regionais (1995).

Seguindo esse raciocínio, Fawcett define regiões como unidades em que os membros compartilham traços comuns e identificáveis. As unidades podem ser permanentes ou temporárias, institucionalizadas ou não. Com base nessa definição, regionalismo é compreendido como uma política que orienta um projeto de cooperação e coordenação estratégica para uma região particular, com a finalidade de atingir objetivos comuns em áreas temáticas específicas, operando acima e abaixo do nível estatal (1995).

Fawcett acrescenta que esse projeto político está atrelado a um processo designado por regionalização, o qual: i) pode tanto anteceder ou partir do regionalismo; ii) resulta de forças espontâneas ou autônomas; iii) concentra atividades e interações que permitem o surgimento e a formação de regiões e possibilitam a emergência de atores regionais, redes, e organizações (1995).

Ao lado dos termos citados, acrescenta-se o termo regionalidade, isto é: o “grau em que uma região particular constitui, em vários aspectos, uma unidade coerente” (HETTNE; INOTAI; SUNKEL, 1999, p. xv, tradução nossa). Em última análise, a regionalidade não é algo dado, mas construído, e está sujeita a mudanças (FAWCETT, 1995).

Sobre os termos em questão, Farrell argumenta que se uma região pode ser compreendida por meio de sua própria dinâmica e o processo de regionalização emerge de comunidades e sociedades que compõem a região, o regionalismo pode ser concebido como produto histórico, uma construção social e política que reflete diferentes condições, valores e posições ideológicas de uma região particular (2005).

Com base em Fawcett (1995), Hettne (1999b) e Farrell (2005), pode-se afirmar que a proliferação de “agrupamentos regionais” no pós Guerra Fria fez com que os anos 1990 presenciassem um “novo regionalismo”. Diferentemente do “regionalismo tradicional” que esteve centrado na experiência europeia e ao contexto

da Guerra Fria, o “novo regionalismo” ou “regionalismo contemporâneo” adequa-se ao contexto pós Guerra Fria, volta-se a experiências emergentes e corresponde a um processo mais espontâneo que inclui tanto atores estatais como não estatais.

Apesar das distinções supraexpostas, não há oposição entre ambos. O “novo regionalismo” é composto por diferentes “esquemas regionais” e congrega características tradicionais e contemporâneas. E a principal característica é a multidimensionalidade, em detrimento de uma sobreposição econômica.

Mesmo que um processo de integração regional tenha a dimensão econômica como prioritária, os benefícios e efeitos são múltiplos, de naturezas diversas, e impactam em outras dimensões. Da mesma forma, outras dimensões também impactam na esfera econômica. Essa dinâmica estabelece interações complexas de difícil apreensão. Por isso Mistry sugere um esforço interdisciplinar para o apontamento das vantagens e desvantagens do regionalismo, bem como seus custos e benefícios (1999).

Em contraposição a clássica “teoria da integração”<sup>3</sup>, a abordagem teórica do “novo regionalismo” tende a priorizar a ambição política que busca estabelecer coerência e identidade regionais (HETTNE; INOTAI; SUNKEL, 1999). E mesmo sem uma visão definitiva sobre o “novo regionalismo”, a multidimensionalidade que o caracteriza demanda análises que transcendam teorias dominantes de integração regional (FARRELL; HETTNE; LANGENHOVE, 2005).

Além disso, há discussões sobre o “novo regionalismo”, no âmbito das Relações Internacionais, que propõem superar a visão estado-cêntrica dos estudos da integração regional. Um caminho apontado por Pettman (1999) e Lähteenmäki e Käkönen (1999) refere-se à adoção de perspectivas teóricas alternativas, interagindo, assim, com a questão da multidimensionalidade.

Outra característica do “regionalismo contemporâneo” é a abrangência. Inclui aspectos político, econômico, ambiental, social, societal<sup>4</sup>, cultural, religiosos, de segurança, infraestrutura, desenvolvimento, legitimidade, responsabilidade para prestação de conta, e outros. Com essa abrangência os termos região e regionalismo tornaram ainda mais polissêmicos.

---

<sup>3</sup> A premissa básica da “teoria da integração” pressupõe que a harmonização de políticas comerciais promove uma integração econômica que talvez possa aprofundar uma integração política. Este efeito é designado por *spillover*.

<sup>4</sup> Por societal refere-se a questões presentes no contexto social que assumem traços específicos, como migração, relações interétnicas, questões de gênero, étnicas, raciais, identitárias, e outras.

Por outro lado, ao discorrer sobre regionalismo em perspectiva teórica, incluindo processos e características de diferentes “arranjos regionais”, Hurrell (1995) identificou cinco categorias:

1. Regionalização: diz respeito aos processos de interações sociais e econômicas, e ao aprofundamento da integração societal de uma região;
2. Consciência regional e identidade: refere-se à percepção comum de pertencer a uma comunidade por meio de elementos compartilhados, como cultura, história e tradição religiosa;
3. Cooperação interestatal regional: ocupa-se da negociação e construção de acordos ou regimes interestatais ou intergovernamentais;
4. Integração regional promovida pelo Estado: compreende as decisões políticas governamentais específicas para a redução ou remoção de barreiras para estimular trocas mútuas em setores comerciais e de serviços, capitais, e circulação de pessoas;
5. Coesão regional: uma combinação das quatro categorias anteriores para emergir uma unidade regional coesa e consolidada.

Em face ao exposto neste subcapítulo, conclui-se que “região” e “regionalismo” são conceitos ambíguos e dinâmicos, isto é, estão sujeitos a múltiplas interpretações. Essa elasticidade permite tanto ajustá-los a diferentes realidades estudadas como incorporar diferentes “experiências regionais” aos termos. Somando a elasticidade e as categorias de Hurrell, é possível refletir sobre diferentes “experiências regionais” e, no caso desta pesquisa, avaliar o atual processo de integração da América do Sul.

### 1.3 Teoria da Assimetria<sup>5</sup>

De acordo com Brantly Womack, as relações entre os Estados costumam ser discutidas de modo abstrato e com presunção de simetria (**A↔B**). Não obstante, mesmo que as relações simétricas não requeiram igualdade absoluta, há potencial

---

<sup>5</sup> Conforme mencionado anteriormente, este subcapítulo baseia-se nas seguintes obras de Brantly Womack: “*China and Vietnam: the politics of asymmetry*” (2006) e “*China among unequals: asymmetric foreign relationships in Asia*” (2010).

reciprocidade e equivalência que permitem a um Estado interpretar o outro como reflexo de si próprio: “[...] o que **A** pode fazer para **B**, **B** – da mesma forma – pode fazer para **A**” (WOMACK, 2006, p. 78, tradução nossa, grifos nosso).

Já as relações assimétricas (**A**→**B**; **A**←**B**) são marcadas por profundas diferenças sem presunção de reciprocidade: “o que o lado maior (**A**) pode fazer para o lado menor (**B**), **B** não pode fazer em retorno” (WOMACK, 2006, p. 78, tradução nossa). Logo, interpretar outro Estado como reflexo de si próprio pode ser enganoso. Em consequência, as relações entre grandes e pequenos Estados são marcadas por efeitos estruturais das assimetrias.

Sob essas considerações, o autor argumenta que a origem dos efeitos estruturais está nas diferenças de capacidade e no poder relativo, não nas relações assimétricas em si, mas naquilo que faz com que as relações sejam assimétricas. Isso desencadeia um padrão relacional que tende a produzir uma relação direcionada do mais forte para o mais fraco (**A**→**B**) e do mais fraco para o mais forte (**A**←**B**). Nas palavras do autor “entre **A** e **B** não há uma relação, mas duas distintas sub-relações: a de **A** para **B**, e a de **B** para **A**” (WOMACK, 2010, p. 267, tradução nossa, grifos nosso). Por isso a relação bilateral assimétrica pode assumir três formatos, conforme exposição seguinte:

1. Liderança branda sustentável: a disparidade de capacidade entre **A** e **B** tende a fazer de **A** o centro das atenções de **B**. Por outro lado, coloca ao alcance de **A** tanto a vantagem do *hard power* quanto o potencial do *soft power*<sup>6</sup>. Por ter ao seu alcance a atratividade e persuasão como meios de induzir a cooperação, **A** opta pela liderança branda sustentável que para ser atrativa recorre a valores comuns, e para ser persuasiva promove bens comunitários. Trata-se de uma relação tacitamente interativa em que a cooperação é induzida sem sanções e sem recompensas. No lugar de **A** ameaçar ou pagar pela cooperação de **B**, opta-se pela persuasão sob o argumento do interesse comum.

---

<sup>6</sup> De forma resumida, *hard power* (poder duro) refere-se ao comando por meio da coerção com o apoio dos recursos da força, pagamentos, sanções e/ou ameaças. *Soft power* (poder brando), em contrapartida, refere-se à cooperação por meio da atração com o apoio de recursos institucionais, valores, cultura e políticas (NYE, 2004, p. 8).

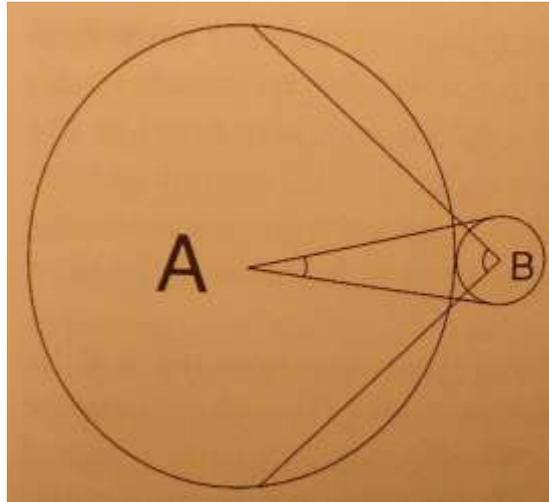
2. Relação assimétrica normal: apesar de **A** possuir mais poder que **B**, a escolha para fazer valer seus interesses não se dá pela força. Uma vez que se **A** tentar dominar **B**, a própria sobrevivência de **B** é motivo de resistência em relação a **A**, isso porque a sobrevivência de **B** é mais forte que o interesse de **A** em dominá-lo. E ainda, a dominação de **B** por **A** pode afetar as relações de **A** com outros Estados. Em sentido oposto, **B** não tem capacidade para derrotar **A**. Isso não significa que a dinâmica de uma relação assimétrica normal corresponde à relação de dominação e submissão, tampouco à situação de desequilíbrio temporário. O cerne dessa dinâmica está no reconhecimento da autonomia de **B** por **A** e na deferência de **B** à **A**. Assim, o reconhecimento das diferenças de capacidade e a expectativa de benefício mútuo excedem preocupações em torno das vantagens relativas, as quais tampouco deixam de ser perseguidas pelas partes envolvidas.
  
3. Relação assimétrica equilibrada: o núcleo deste formato está no entendimento de que uma relação assimétrica em conflito prejudica os interesses de ambas as partes. Em vistas a maximizar seus interesses particulares, a gestão da relação por **A** e **B** observa restrições impostas pela garantia de interesse mútuo. Dessa forma, a relação assimétrica equilibrada é pensada por Womack como um meio termo entre a paz e o conflito (2006).

Outro fator existente é a atenção assimétrica, isto é: a atenção que **A** dedica à **B** é menor que a atenção que **B** dedica à **A**, uma constante que independe dos formatos expostos. O mesmo ocorre em termos de preocupações gerais, visto que, numa situação hipotética, mesmo que **B** fosse o único país do mundo as preocupações domésticas de **A** demandariam maior atenção que **B**. Em contraste, **A** ocupa bastante espaço no horizonte de **B**, e **B** é menos capaz de influenciar o comportamento de **A**.

Em adição, Womack (2006) assinala que qualquer evento que possa beneficiar ou prejudicar tanto **A** quanto **B** terá efeito proporcionalmente maior sobre **B**. Sob esses aspectos, a relação é vivenciada mais intensamente por **B** em termos

de desconfianças e expectativas. E isso é agravado se **B** for vizinho de **A**, conforme ilustra a Figura 1 – Atenção Assimétrica.

**Figura 1 – Atenção Assimétrica**



Fonte: WOMACK, 2006, p. 79.

Na dinâmica da atenção assimétrica há um padrão relacional de duas direções que marca a interação entre **A** e **B**. Uma é a política de inatenção ( $A \rightarrow B$ ) em que as posições de **A** para **B** tendem a ser tensas e não muito receptivas, sendo que a maior preocupação de **A** em relação à **B** são as alianças de **B**, pois **A** preocupa-se mais com suas estratégias “regional” e global que com a verdadeira situação de **B**. Por isso tende a ser desatento no que se refere as ações de **B**.

Ao passo que na política de sobre-atenção ( $A \leftarrow B$ ), de modo inverso, **B** esforça-se mais em tentar analisar a política de **A** vis-à-vis **B** que o esforço de **A** em realizar tal política, podendo gerar distorções. Womack explica que mesmo tratando de uma relação amigável a distância entre ações e comportamentos produz desconfianças de **B** em relação à atmosfera geral da relação. Com efeito, a postura de **B** com **A** figura como fria e distante, enquanto **A** vê-se generoso com **B** e o percebe como insuficientemente grato e desnecessariamente desconfiado (WOMACK, 2006). Decorre-se então uma série de erros de percepções.

Womack (2006; 2010) alega que apesar da vulnerabilidade de **B** em relação a **A** ter origem mais nas diferenças de capacidade que nas políticas de **A**, a vulnerabilidade percebida por **B** pode alimentar um ressentimento residual (2006;

2010). A esse emaranhado inclui-se também as expectativas específicas de cada parte, quer dizer: a deferência como expectativa de **A** em relação a **B** (**A**→**B**), e a autonomia como expectativa de **B** em relação a **A** (**A**←**B**).

Em consonância com os pressupostos da teoria da assimetria, deferência é a expectativa de **A** que **B** atue de modo a reconhecê-lo como poder maior. Isso implica a **B** defender seus próprios interesses sem ameaçar a assimetria da relação. Por sua vez, autonomia é a expectativa de **B** que **A** reconheça sua autonomia e assegure a existência de limites, evitando assim à exposição de **B** aos caprichos de **A**. Womack argumenta que deferência e autonomia não são contraditórias *per se*, mas podem vir a ser se pensadas unilateralmente. Nesse sentido, o autor expõe que:

Se **A** demanda deferência, está implicitamente ameaçando a autonomia de **B**. Se **B** demanda autonomia, está implicitamente ameaçando o poder maior de **A**. Demandar deferência é demandar submissão. Demandar autonomia é afirmar igualdade em termos de poder. Conflito pode escalar se cada lado absolutizar suas próprias demandas e interpretar a posição do outro como uma negação de seus interesses básicos (WOMACK, 2006, p. 84, tradução nossa, grifos nosso).

Segundo o exposto, a expectativa de **A** em relação a **B** não necessariamente implica subserviência. Todavia, se **B** tentar impor igualdade substantiva e formal nas negociações com **A**, **A** pode reagir de maneira a afetar os interesses de **B**. Enquanto que para **B** trata-se de uma simples tentativa de maximizar sua posição *vis-à-vis* **A**. Portanto, uma série de percepções equivocadas<sup>7</sup> pode ser desencadeada. Concernente a este conceito, em Womack há a seguinte definição:

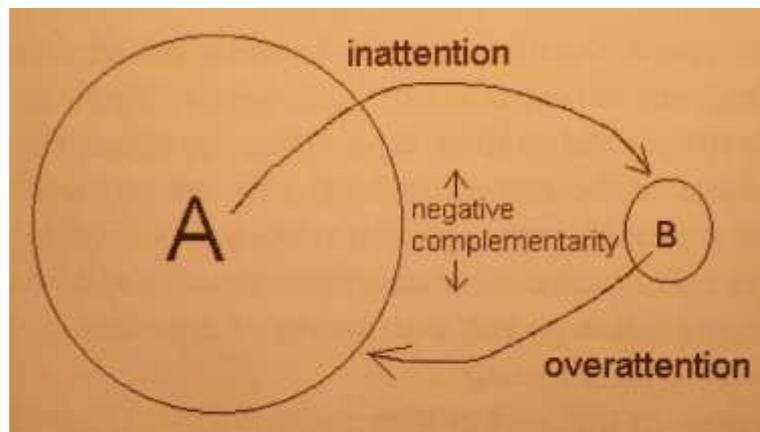
Eu definiria 'percepção equivocada' [*misperception*] como o termo mais geral de um conjunto que inclui 'mal entendido' [*misunderstanding*] e 'interpretação equivocada' [*misinterpretation*]. 'Percepção equivocada' seria a diferença entre a percepção e a realidade supostamente percebida. 'Mal entendido' implica percepção equivocada em termos de intenção, e 'interpretação equivocada' implica percepção equivocada em termos de significado. A 'indução ao erro' [*misleading*] tende a produzir percepções equivocadas (WOMACK, 2010, p. 432, tradução nossa).

Para o autor, assimetria e percepção equivocada não são equivalentes, assim como percepções equivocadas estruturais não são percepções equivocadas

<sup>7</sup> *Misperception* (percepção equivocada) e *perception* (percepção) referem-se a conceitos subjetivos que envolvem imagens e são afetados tanto por fatores emocionais quanto cognitivos. O uso de tais termos pressupõe a existência de uma percepção "correta" ou mais "acurada" da qual o desvio ocorreu. Contudo, pode ser difícil estabelecer o que é "correto" ou "acurado" (EVANS; NEWNHAM, 1998, p. 329-330).

aleatórias, mas percepções equivocadas sistêmicas específicas do papel de **A** e **B** enquanto par assimétrico. No que diz respeito a percepção equivocada estrutural, o padrão básico corresponde aos erros de inatenção e sobre-atenção, dos quais deriva a complementaridade negativa, isto é: no lugar de anulação entre si cada parte amplia sua tendência em relação à outra e promove mais e mais erros de inatenção e sobre-atenção (2010). A Figura 2 – Padrão da Percepção Equivocada Estrutural ilustra a dinâmica em discussão.

**Figura 2 – Padrão da Percepção Equivocada Estrutural**



**Fonte:** WOMACK, 2010, p. 434.

Em face ao exposto a preocupação passa à sustentabilidade das relações assimétricas. Sustentabilidade que depende do controle da percepção equivocada estrutural. O controle, por sua vez, não depende da reciprocidade bilateral, mas de mecanismos externos capazes de neutralizar possíveis áreas de conflitos.

Womack então argumenta que como o problema fundamental da percepção equivocada estrutural é a diferença na situação de um lado *vis-à-vis* o outro (percepção equivocada sistêmica), a “regra de ouro” que recomenda comportar-se com o outro como se fosse você ou incentiva a “reagir com os outros como se fossem você” é fundamentalmente enganosa (2010, p. 437, tradução nossa)

Sobre o argumento acima mencionado, o autor considera que pode ser que essa regra sirva de padrão para relações em que a reciprocidade seja de fato possível. Entretanto, nas relações assimétricas há diferenças de capacidade e o

apropriado é que **A** trate **B** como **B** e não como um pequeno **A**, e que **B** trate **A** como **A** e não como um grande **B** (WOMACK, 2010).

Com base nos argumentos expostos, o autor da teoria da assimetria pontua que fazer com que as partes não percebam uma à outra como ameaça, e viabilizar a construção gradual da confiança mútua, são objetivos que podem ser alcançados por meio do controle das percepções equivocadas estruturais. Por seu turno, o controle está sujeito à negociação do sistema de deferência e autonomia que quando estabelecido indica a normalidade da relação (WOMACK, 2006).

Para Womack, normalidade é um estágio maduro que: i) indica relações seguras e sem ameaças; ii) alude à administração de interesses; iii) promove relações de cooperação e competição pacífica; iv) implica reconhecer que interesses comuns são mais importantes que interesses discrepantes; v) entende que os mecanismos disponíveis são adequados à resolução de disputas (WOMACK, 2010).

A propósito, normalidade evolui de normalização, estágio caracterizado pela cautela, diferente de normalidade que é caracterizada pela solidez. Normalidade não sugere completa harmonia, mas confiança na capacidade institucional de garantir uma relação negociada em prol de benefícios mútuos (WOMACK, 2006).

Ao contrário da tendência em visualizar a relação somente em seus próprios termos, uma relação assimétrica administrada permite um equilíbrio que supere quadros de tensões e conflitos de interesses inerentes as relações internacionais. A administração é dividida em três grandes categorias, conforme exposição seguinte:

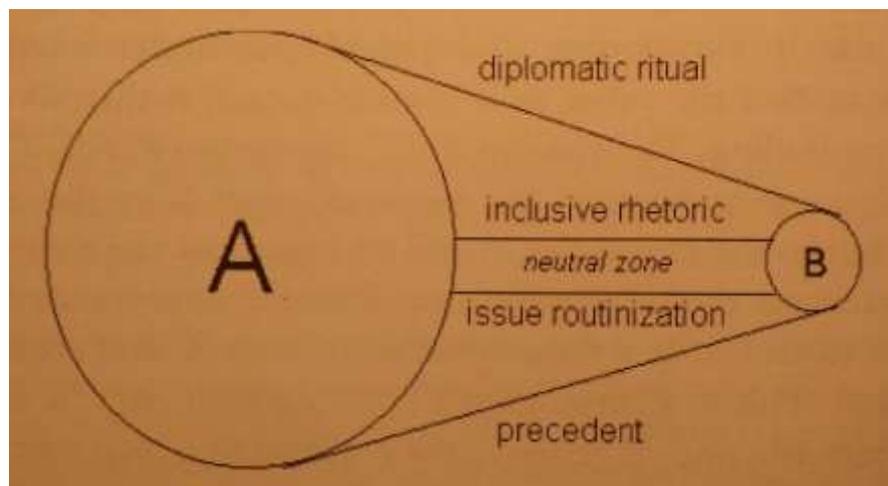
1. Neutralização de potenciais áreas de contenção: institucionalização da negociação e a deflexão por especialistas de questão políticas potencialmente “quentes” para questões “frias”.
2. Moderação multilateral da relação bilateral: redução de tensões assimétricas por via da neutralização de questões e por um enquadramento mais amplo da relação bilateral – implica compromisso prévio das partes com modelos discursivos e institucionais mais amplos.
3. Controle do aumento de fricções e percepções equivocadas: promoção, por meio de rituais diplomáticos, da ideia de que a estrutura básica das relações é sólida e da confiança das partes nessa ideia (WOMACK, 2010).

Tais categorias estão inseridas num processo de gestão composto por duas vertentes: uma bilateral e outra multilateral.

### 1.3.1 Vertente bilateral da administração das assimetrias

Na vertente bilateral da administração das assimetrias os efeitos gerados pela percepção equivocada estrutural são moderados por quatro fatores agrupados em duas dimensões. A primeira refere-se à criação de uma zona neutra para alocar potenciais áreas de conflito. A segunda à capa de normalidade<sup>8</sup> para moderar a escalada de ciclos viciosos de complementaridade negativa. As duas dimensões e seus respectivos fatores moderadores estão ilustrados na Figura 3 – Fatores Moderadores da Percepção Equivocada Estrutural.

**Figura 3 – Fatores Moderadores da Percepção Equivocada Estrutural**



Fonte: WOMACK, 2010, p. 438.

Conforme ilustrado na figura acima, os dois fatores moderadores da zona neutra são retórica inclusiva e rotinização. O primeiro articula interesses vitais de ambos os lados e realça um pensamento comum para questões específicas<sup>9</sup>. O segundo evita a transformação imediata de novos problemas em questões políticas.

<sup>8</sup> Capa de normalidade é uma tradução livre de *sleeve of normalcy*. A palavra capa foi adotada em seu sentido de proteção.

<sup>9</sup> Por exemplo, problemas nas áreas de transporte e comércio, demarcação e regulamentação de fronteiras, uso comum de rios, entre outros.

Por seu turno, a capa de normalidade é composta pelo ritual diplomático e precedente. O ritual diplomático refere-se a trocas de visitas entre chefes ou chefas de Estado, as visitas tem a simbologia de manifestar publicamente o respeito mútuo e a importância da relação. O precedente diz respeito à memória empírica da relação, a qual serve como termômetro para que problemas emergidos sejam resolvidos de acordo com experiências pretéritas (WOMACK, 2006; 2010).

Womack ressalta que nem todas as questões são passíveis de neutralização, algumas são retomadas e politizadas em diferentes circunstâncias. Nesse sentido, o precedente pode ser útil na medida em que a história da relação contribua à interpretação do presente. Visando contribuir com a atmosfera política da relação, o ritual diplomático indica a importância e a estabilidade da relação, sendo que seu objetivo não é a resolução de problemas específicos (WOMACK, 2010).

Articulados, o ritual diplomático e a retórica inclusiva criam um pensamento comum. Respectivamente, formula uma moldura geral para a relação e articula questões específicas. A rotinização promove a institucionalização da gestão de problemas que, por sua vez, passam a ser vistos como rotina de uma relação histórica contínua. Já o precedente conta com o apoio do senso comum para confiar problemas a comissões de especialistas. Em conjunto, essa dinâmica cria uma confiança compartilhada (WOMACK, 2010).

No que concerne à interação entre bilateral e multilateral, a teoria da assimetria considera que decisões particulares relacionadas à relação bilateral contam com audiência multilateral e refletem na vertente multilateral da relação. Por isso, proteger as dimensões da relação bilateral por meio de organizações regionais das quais ambas são membros tem especial importância para a parte menor, que passa a contar com o apoio de outras partes interessadas na relação.

Dessa forma, por receberem pressões externas, o cálculo da política externa das partes de uma relação assimétrica bilateral é influenciado por preocupações de consistência geral. Isso se explica pelo atual cenário de múltiplas interconexões entre os países, demandando que interações bilaterais sejam julgadas de acordo com um padrão mundial de regimes de diversas dimensões. Julgamento que pode ser sustentado pelo uso da força ou por sanções (WOMACK, 2006). Em conclusão, mesmo numa relação marcada pela normalidade as assimetrias permanecem sujeitas as negociações. Nas palavras do autor:

Normalidade não resolve o problema da assimetria, meramente providencia padrões para administrar uma relação assimétrica para benefício mútuo. Assimetria permanece uma relação negociada, e a força da normalidade é o reconhecimento explícito desse fato. O aumento de interações econômicas, política e societal têm criado e continuará a criar novos interesses comuns, mas também criam novas fricções (WOMACK, 2006, p. 256, tradução nossa).

Em virtude do que foi mencionado, entende-se que mesmo quando o estágio de normalidade é atingido as preocupações com o devir das relações internacionais não cessam. Sobre essa questão, o autor esclarece que as assimetrias presentes nas relações bilaterais são diversas e assumem múltiplos formatos. E para analisar os fatores que afetam a normalidade da relação é preciso qualificar essas assimetrias. Ademais, de acordo com as ressalvas do autor expostas abaixo, a qualificação das assimetrias não se dá de modo automático:

1. Apesar da existência de diferentes modalidades de relações assimétricas, a assimetria em si não é uma situação de desequilíbrio dinâmico. O longo período de coexistência entre grandes e pequenos Estados indica certa estabilidade que é acentuada pela assimetria. Por isso é preciso compreender como essas relações persistem e mudam.
2. Apesar de existir algumas sequências mais plausíveis que outras, aparentemente não há um ciclo de relações assimétricas. A variedade em si demonstra que a assimetria nem sempre produz a mesma relação, e a estabilidade não significa que mudanças não ocorram, ocorrem, o que não há é um padrão para as mudanças (WOMACK, 2006).

Assim, o autor argumenta que por não se tratar de uma situação instável e por não haver um ciclo, são os fatores que sustentam e transformam as diferentes modalidades das relações assimétricas que precisam ser estudados. Womack propõe a existência de três categorias de fatores condicionantes básicos: identidade, contexto, e liderança (2006, p. 248). Em síntese, os fatores condicionantes sustentam as relações assimétricas e faz com que a assimetria não seja um problema a ser resolvido, mas uma condição a ser administrada.

Assim, recomenda mapear os fatores que sustentam a normalidade de uma relação assimétrica, sendo este o primeiro passo para identificar possíveis

transformações para novos desafios. Isso permitiria especular sobre efeitos e mudanças hipotéticos que possam redefinir a relação de normalidade para uma “nova” relação. Tendo em vista os aspectos observados, Womack aponta nove tipos de assimetrias, expostas no Quadro 1 – Tipos de Assimetrias:

**Quadro 1 – Tipos de Assimetrias**<sup>10</sup>

| <b>Tipo</b>           | <b>Definição</b>  | <b>China e Vietnã</b>   | <b>Outros exemplos</b>   |
|-----------------------|---|---|--|
| <b>1. Amorfa</b>      | Entre regiões que não são organizadas como comunidades políticas.   | Antes da unificação Qin na China e da incorporação do Vietnã à China. | Appalachia e litoral atlântico, América urbana.  |
| <b>2. Interna</b>     | Entre um governo central e uma parte organizada, ou entre duas partes.  | Vietnã como parte da China, AD 44-967                                 | Texas e Estados Unidos; Lyon e Paris.  |
| <b>3. Subjugada</b>   | Entre uma unidade dominante e uma distinta comunidade subordinada.  | Ocupação Ming, 1407-27; Indochina Francesa, 1883-1954.                | Colônias e Territórios Ocupados; Estados Unidos no Iraque.   |
| <b>4. Hierárquica</b> | Entre unidades autônomas organizadas em uma estrutura explícita de superioridade e inferioridade.                                 | China e Vietnã depois do insucesso da ocupação Ming, 1427-1858.       | Maioria dos sistemas feudais que impõem uma hierarquia, mas presumem que a nobreza controla seus domínios. |
| <b>5. Disjuntiva</b>  | Entre unidades tão diferentes em valores e cultura política que a colisão é a principal forma de contato.                         | Guerra do Ópio na China; França no Vietnã.                            | Estados Unidos e Nativos Americanos; Império Mongol Ocidental (Ilkhanate).                                 |
| <b>6. Distraída</b>   | Entre unidades que têm outras relações mais importantes para se preocuparem.  | China e Vietnã de 1840 até 1950.                                      | Tailândia e Camboja no período colonial.   |
| <b>7. Dependente</b>  | Uma unidade não tem uma alternativa viável em conformidade com as preferências da outra; uma espécie de coação sistêmica.         | Vietnã 1950-75.   | Estados Unidos e Japão.  |
| <b>8. Hostil</b>      | Entre unidades que são percebidas como negação aos níveis mínimos de autonomia ou deferência à outra.                             | China e Vietnã 1975-91.   | Estados Unidos e Cuba.   |
| <b>9. Normalizada</b> | Entre unidades seguras do reconhecimento de seus interesses básicos pela outra e em que a gestão da relação é institucionalizada. | Normalização 1991-  | Estados Unidos e Canadá.   |

**Fonte:** WOMACK, 2006, p. 240, tradução nossa.

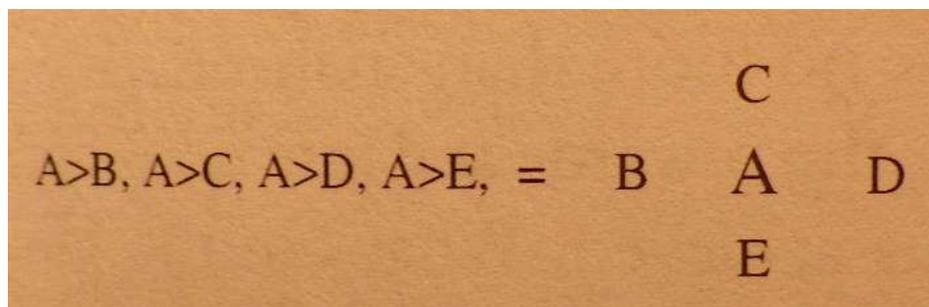
<sup>10</sup> Ressaltava-se que a teoria da assimetria foi desenvolvida por uma análise compreensiva sobre as experiências bilaterais e multilaterais da China pela qual o autor apontou que esse país desenvolveu “uma prática de relações assimétricas baseadas na ideologia do interesse mútuo e uma prática de negociação baseada no reconhecimento da autonomia de seus parceiros menores” (WOMACK, 2010, p. 20, tradução nossa). Por isso o **Quadro 1** traz exemplos da relação entre China e Vietnã.

### 1.3.2 Vertente multilateral da administração das assimetrias

Os “poderes regionais” são atores chaves para a administração multilateral das assimetrias. As relações desses poderes também são marcadas por diferenças de capacidades. Numa estrutura mais ampla, há um sistema assimétrico com quatro características principais. A primeira é a *matrix*<sup>11</sup> em que cada Estado persegue seu próprio interesse e confronta sua própria realidade.

Em seguida tem-se a atenção regional, uma característica em que o Estado mais forte de uma determinada região ou subsistema tem seu comportamento observado pelos demais Estados da região. Por ser observado de perto, **A** é colocado numa posição de liderança, e a relação de **A** com seus vizinhos segue um padrão em que  $A > B$ ;  $A > C$ ;  $A > D$ ;  $A > E$ ... (WOMACK, 2010), conforme ilustrado na Figura 4 – Padrão da Atenção Assimétrica Multilateral.

**Figura 4 – Padrão da Atenção Multilateral**



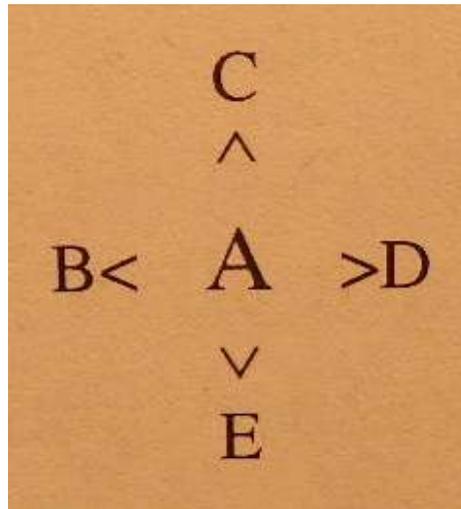
**Fonte:** WOMACK, 2010, p. 66.

Esse padrão da atenção multilateral indica que as relações bilaterais não são isoladas, e a mediação de **A** na comunicação de seus vizinhos menores com a região dá origem a centricidade assimétrica. Tal centricidade permite que **A** concentre informações sobre a região, transformando-se em um nó, *network*<sup>12</sup>, um ponto de conexão nos sistemas de comunicação (WOMACK, 2010), conforme representação da Figura 5 – Padrão da Centricidade Assimétrica.

<sup>11</sup> *Matrix* refere-se ao conjunto de condições de um sistema em que algo é desenvolvido, isto é, ambiente, clima, circunstâncias em que os Estados interagem (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2016).

<sup>12</sup> *Network* refere-se a um sistema amplo em que partes similares são interconectadas para possibilitar movimento ou comunicação entre ou ao longo das partes, ou entre as partes e um centro de controle (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2016).

**Figura 5 – Padrão da Centricidade Assimétrica**



Fonte: WOMACK, 2010, p. 88.

Por essa centricidade o “poder regional” é colocado em posição de “liderança regional” que pode ser exercida por meio de ameaças, sanções ou promessa de recompensas. Contudo, esses meios reduzem a sustentabilidade da liderança, e há também a opção em buscar sustentabilidade por outros meios: i) seguir uma direção que os vizinhos gostariam de seguir; ii) coordenação de objetivos comuns e benefícios mútuos; iii) institucionalização de normas de processos internacionais - o que também contribui para reduzir o peso que as lideranças carregam (WOMACK, 2010).

Da segunda característica do sistema assimétrico decorre a terceira, isto é: o dilema da credibilidade. Na situação multilateral as assimetrias são maiores que na situação bilateral. Por isso o poder aparente e a capacidade de resposta do Estado mais forte precisam ser críveis. Por outro lado, para não comprometer sua credibilidade, o Estado mais forte limita seu envolvimento em situações que testam sua capacidade (WOMACK, 2010).

Por último tem-se a compliance<sup>13</sup>. Essa característica refere-se “ao grau em que *compliance* é o resultado da comunidade de interesses ao invés da prudência em face de uma preponderância de poder” (WOMACK, 2010, p. 329, tradução nossa). O primeiro caso abre um cenário favorável à cooperação, e no segundo os

<sup>13</sup> *Compliance* refere-se ao ato de obedecer a ordens, regras e demandas e à disposição em atender demandas alheias (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2016).

Estados menores planejar-se-ão para limitar suas respectivas exposições à dominação do Estado mais forte. Assim, o autor conclui que a posição de um “poder regional” é sedutora, mas de difícil sustentação.

Em vista dos aspectos observados, um “poder regional” é um Estado em posição intermediária: ocupa o lado mais forte nas relações bilaterais com todos ou a maioria de seus vizinhos e o lado mais fraco num contexto mais amplo. Esse *status* intermediário possui três dimensões. A primeira é a estrutura regional interna e refere-se à centralidade e liderança regional. A segunda é a matrix mais ampla e diz respeito à relação do “poder regional” com o ambiente global. A terceira é a multinodalidade e trata do papel do “poder regional” num sistema global multinodal.

Sobre a primeira dimensão, Womack aponta que “a autoridade do poder regional está fundada mais sobre a centralidade de atenção e a qualidade de sua liderança que sobre sua capacidade de dominar o resto da região” (2010, p. 89). Na segunda dimensão, a *matrix* mais ampla e seus efeitos sobre a região escapam ao controle do “poder regional” e colocam três desafios: i) necessidade de relacionar com os poderes globais; ii) congruência das ações regionais com as normas globais; iii) laços “extra regionais” dos vizinhos menores.

De acordo com o autor, a terceira dimensão corresponde a um mundo multinodal com as seguintes características: i) maior interação com os poderes globais; ii) grau mais alto de interação e contato *cross-regional*; iii) crescente rede de inter-relação entre os governos; iv) crescente rede de inter-relação entre as Organizações Não Governamentais (ONG); v) maior abrangência das agendas internacionais. Nesse contexto, os “poderes regionais” exercem o papel de nós subglobais e ao mesmo tempo em que buscam cooperar com os países vizinhos, criam mecanismos de interação entre os “poderes regionais”, abrindo espaço para a cooperação *cross-regional* (WOMACK, 2010).

Uma análise compreensiva das relações bilaterais assimétricas de pares de países implica considerar as variáveis apresentadas neste subcapítulo, as quais integram um conjunto que considera o papel do contexto, das identidades e da liderança na administração das assimetrias. Apesar disso, visando cumprir etapas e em observância aos prazos estipulados para a conclusão e defesa, esta pesquisa limita-se a desenhar um perfil das relações assimétricas entre Brasil-Guyana e Brasil-Suriname sem considerar o contexto mais amplo em que estão inseridas.

## 1.4 Conclusão

“Integração regional”, “região” e “regionalismo” são conceitos polissêmicos sujeitos a múltiplas interpretações. Entretanto, a elasticidade que os caracterizam permite que sejam utilizados para refletir sobre diferentes “experiências regionais”. Se no âmbito do “regionalismo” a abordagem das relações internacionais dá-se em termos de “arranjos regionais”, pela teoria da assimetria as relações internacionais são compreendidas primordialmente por meio das relações bilaterais entre os Estados. Todavia, essas abordagens não são excludentes, ao passo que a teoria da assimetria dialoga e interage com a multilateralidade das relações bilaterais e com suas dimensões regional e global. Trata-se de uma relação em que o bilateral impacta no multilateral e *vice-versa*. Apesar dos riscos em articular dois conceitos abrangentes e complexos, integração e assimetria são chaves para avançar nos estudos das relações bilaterais entre Brasil-Guyana e Brasil-Suriname, bem como suas dimensões multilaterais e impactos no processo de integração sul-americana.

## 2 BRASIL, GUYANA E SURINAME NA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

### 2.1 Introdução

Este capítulo contextualiza o objeto desta pesquisa partindo do cenário mais amplo do atual processo de integração sul-americana para o Escudo das Guianas. Primeiro são apresentados os “arranjos regionais” e as iniciativas de integração na América do Sul, com ênfase na proposta brasileira e destaque à IIRSA, incorporada pela UNASUL por meio do COSIPLAN. Em seguida é apresentado o EID Escudo das Guianas, com ênfase nas particularidades da Guyana e do Suriname no contexto sul-americano e em relação ao Brasil.

### 2.2 “Arranjos Regionais” e Iniciativas de Integração na América do Sul

Determinar o “início” da história do regionalismo é um exercício complexo. O mesmo ocorre com as iniciativas de “integração regional” na América Latina. No que concerne a esta pesquisa, assinala-se que há treze iniciativas de integração e cooperação com participação de países sul-americanos, listadas abaixo:

1. Organização dos Estados Americanos (OEA);
2. *The Commonwealth* (Comunidade das Nações);
3. Associação Latino-Americana de Integração (ALADI);
4. Comunidade Caribenha (CARICOM);
5. Comunidade Andina (CAN);
6. Organização Latino-Americana de Energia (OLADE);
7. Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA);
8. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA);
9. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL);
10. União das Nações Sul-Americanas (UNASUL);
11. Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP);
12. Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).
13. Aliança do Pacífico

Pelo Quadro 2 – Iniciativas de Integração e Cooperação na América do Sul é possível consultar mais detalhes das iniciativas mencionadas, conforme segue:

**Quadro 2 – Iniciativas de Integração e Cooperação na América do Sul**

| Iniciativas   | Estados Membros   | Observações   |
|---|---|---|
| <p><b>1. Organização dos Estados Americanos (OEA) – 1948.</b></p>               | <p>A Carta da OEA foi assinada pelos 35 países independentes das Américas</p> <p><b>Estados Membros:</b> Antígua e Barbuda (1981), Argentina, Bahamas (1982), Barbados (1967), Belize (1991), Bolívia, <u>Brasil</u>, Canadá (1990), Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica (1979), Equador, El Salvador, Estados Unidos da América, Granada (1975), Guatemala, <u>Guyana</u> (1991), Haiti, Honduras, Jamaica (1969), México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia (1979), São Cristovão e Névis (1984), São Vicente e Granadinas (1981), <u>Suriname</u> (1977), Trindade e Tobago (1967), Uruguai, Venezuela.</p>   | <p>Segundo consta no portal eletrônico da OEA: “A Organização dos Estados Americanos é o mais antigo organismo regional do mundo. A sua origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, e começou a se tecer uma rede de disposições e instituições, dando início ao que ficará conhecido como ‘Sistema Interamericano’, o mais antigo sistema institucional internacional” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2017a, sem página).</p> |
| <p><b>2. The Commonwealth - 1949</b></p>  | <p><b>52 Estados Membros:</b> África – Botswana; Camarões; Gana; Quênia; Lesoto; Malawi; Maurício; Moçambique; Namíbia; Nigéria; Ruanda; Seicheles; Serra Leoa; África do Sul; Suazilândia; Uganda; Tanzânia; Zâmbia. <b>Ásia</b> – Bangladesh; Brunei Darussalam; Índia; Malásia; Paquistão; Singapura; Sri Lanka. <b>Caribe e Américas</b> – Antígua e Barbuda; Bahamas; Barbados; Belize; Canadá; Dominica; Granada; <u>Guyana</u>; Jamaica; Santa Lúcia; São Cristovão e Névis; São Vicente e Granadinas; Trindade e Tobago. <b>Europa</b> – Chipre; Malta; Reino Unido. <b>Pacífico</b> – Austrália; Fiji; Kiribati; Nauru; Nova Zelândia; Papua Nova Guiné; Samoa; Ilhas Salomão; Tonga; Tuvalu; Vanuatu.</p> | <p><i>The Commonwealth</i> ou <i>Commonwealth of Nations</i> (Comunidade das Nações) foi precedida pela <i>British Commonwealth of Nations</i> (Comunidade das Nações Britânicas) fundada em 1884.</p> <p>Ruanda e Moçambique são os dois últimos Estados que aderiram ao <i>Commonwealth</i> e, diferente dos demais Estados, não têm laços históricos com o Império Britânico.</p>  |
| <p><b>3. Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) – 12/08/1980</b></p> | <p><b>13 Estados Membros:</b> Argentina, Bolívia, <u>Brasil</u>, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.</p>  | <p>A ALADI foi antecedida pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), formada em <b>1960</b> e integrada por Argentina, <u>Brasil</u>, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e México.</p>   |
| <p><b>4. Comunidade Caribenha (CARICOM) – 4/07/1973</b></p>                     | <p><b>15 Estados Membros:</b> Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, <u>Guyana</u>, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristovão e Névis, São Vicente e Granadinas, <u>Suriname</u>, Trindade e Tobago.</p>   | <p><b>5 Territórios Ultramarinos Britânicos Associados à CARICOM:</b> Anguilla, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Ilhas Turcas e Caicos.</p> <p>A CARICOM foi antecedida pela Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), criada em <b>1965</b>.</p>  |

| Iniciativas  | Estados Membros   | Observações   |
|--|---|---|
| <b>5. Comunidade Andina (CAN) – 10/03/1996</b>                               | <b>4 Estados Membros:</b> Bolívia, Colômbia, Equador, Peru.   | A CAN foi precedida pelo Pacto Andino, também conhecido como Grupo Andino ou Acordo de Cartagena, firmado em <b>26/05/1969</b> por Bolívia, Colômbia, Chile, Chile, Equador e Peru, com posterior adesão da Venezuela (13/02/1973) e saída do Chile (30/10/1976). |
| <b>6. Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) – 2/11/1973</b>        | <b>27 Estados Membros:</b> Argentina, Barbados, Belize, Bolívia, <u>Brasil</u> , Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, <u>Guyana</u> , Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, <u>Suriname</u> , Trindade e Tobago, Uruguai, Venezuela. | <b>1 País Participante:</b> Argélia.  |
| <b>7. Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA) – 17/10/1975</b> | <b>27 Estados Membros:</b> Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, <u>Brasil</u> , Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, <u>Guyana</u> , Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, <u>Suriname</u> , Trindade e Tobago, Uruguai, Venezuela. | -   |
| <b>8. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) – 14/12/1998</b> | <b>8 Estados Membros:</b> Bolívia, <u>Brasil</u> , Colômbia, Equador, <u>Guyana</u> , Peru, <u>Suriname</u> , Venezuela.  | Precedido pelo Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) firmado pelos mesmos países em <b>1978</b> .   |
| <b>9. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – 26/03/1991</b>                       | <b>5 Estados Membros:</b> Argentina, <u>Brasil</u> , Paraguai, Uruguai são os membros fundadores e a Venezuela que tornou Estado parte em 12/08/2012.   | <b>Bolívia:</b> em processo de adesão como Estado parte desde 26/03/2012.<br><b>6 Estados Associados:</b> Chile (1996), Peru (2003), Colômbia e Equador (2004), <u>Guyana</u> e <u>Suriname</u> (2013).   |
| <b>10. União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) – 23/05/2008</b>             | <b>12 Estados Membros:</b> Argentina, Bolívia, <u>Brasil</u> , Chile, Colômbia, Equador, <u>Guyana</u> , Paraguai, Peru, <u>Suriname</u> , Uruguai, Venezuela.  | Antecedida pela Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA) criada em <b>8/12/2004</b> e anteriormente designada por CSN. Também compostas pelos 12 Estados sul-americanos.  |

| Iniciativas  | Estados Membros  | Observações  |
|--|--|--|
| <p><b>11. Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) – 14/12/2004</b></p> | <p><b>11 Estados Membros:</b> Venezuela (2004), Cuba (2004), Bolívia (2006), Nicarágua (2007), Dominica (2008), Equador (2009), São Vicente e as Granadinas (2009), Antígua e Barbuda (2009), Santa Lúcia (2013), São Cristovão e Neves (2014), Granada (2014).</p>  | <p>Venezuela e Cuba são os Estados fundadores da ALBA-TCP, inicialmente designada por Alternativa Bolivariana para as Américas. O nome foi alterado em outubro de 2009.</p>  |
| <p><b>12. Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – 23/02/2010</b></p>                                  | <p><b>33 Estados Membros:</b> Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, <u>Guyana</u>, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristovão e Neves, São Vicente e Granadinas, <u>Suriname</u>, Trindade e Tobago, Uruguai, Venezuela.</p> | <p>A CELAC, posta em funcionamento em 3/12/2011, é herdeira da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e do Grupo do Rio. A I CALC ocorreu no Brasil, em 2008, e contou com representantes dos 33 países da América Latina e Caribe, hoje membros da CELAC. O Grupo do Rio foi precedido pelo Grupo [de Apoio a] Contadora, criado em 1983 por Colômbia, México, Panamá e Venezuela. Em 1985, recebeu a adesão do Peru, <u>Brasil</u>, Argentina e Uruguai. No ano de 1986 o Grupo Contadora passou a ser designado por Grupo do Rio.</p> |
| <p><b>13. Aliança do Pacífico – 28/04/2011</b></p>   | <p><b>4 Estados Membros:</b> Chile, Colômbia, México, Peru.</p>  | <p><b>49 Estados Observadores:</b> Argentina, Canadá, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Trindade e Tobago, Uruguai; Austrália, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Japão, Nova Zelândia, Singapura, Tailândia; Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Geórgia, Hungria, Itália, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Suécia, Suíça, Ucrânia; Egito, Marrocos; Israel; Turquia.</p>                                       |

**Fonte:** Elaboração própria com base em TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 1978; ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 1998; SOUZA, 2012; UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2014; SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE, 2015, 2016; ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INTEGRACIÓN, 2016; BRASIL. Portal Brasil, 2016; CARIBBEAN COMMUNITY, 2016; COMUNIDAD ANDINA, 2016; MERCOSUL, 2016; MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 2016; ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA DE ENERGIA, 2016; ALIANZA DEL PACÍFICO, 2017; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2017a, 2017b; THE COMMONWEALTH, 2017.

Oito das iniciativas têm participação do Brasil (OEA, OLADE, ALADI, SELA, OTCA, MERCOSUL, UNASUL, CELAC) e sete da Guyana e do Suriname (OEA, CARICOM, OLADE, SELA, OTCA, UNASUL, CELAC) mais o *Commonwealth* que conta com participação guianense. A participação dos três países conflui em seis iniciativas: OEA, OLADE, SELA, OTCA, UNASUL, CELAC.<sup>14</sup> Das iniciativas, sob a perspectiva amazônica tem-se a OTCA, e sob a perspectiva sul-americana a UNASUL.

A OTCA foi antecedida pelo Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)<sup>15</sup> que foi firmado num contexto em que o Brasil buscava aproximar dos demais países amazônicos por meio de uma articulação apoiada pelo discurso de “proteger” a Amazônia transnacional de interesses externos à região (MIYAMOTO, 2011). Nesse contexto, o TCA foi firmado entre os oito países amazônicos com clara exclusão do Departamento Ultramarino da França – Guiana Francesa, conforme explicita o artigo XXVII: “o presente Tratado terá duração ilimitada e não estará aberto a adesões” (TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 1978, p. 6-7).

Em síntese, o TCA corresponde a uma iniciativa abrangente que percebe a integração física como um elemento central para o desenvolvimento das Amazônias nacionais e transnacional, conforme imprime o artigo X:

As Partes Contratantes coincidem na conveniência de criar uma infraestrutura física adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transportes e comunicações. Consequentemente, comprometem-se a estudar as formas mais harmônicas de estabelecer ou aperfeiçoar as interconexões, rodoviárias, de transportes fluviais, aéreos e de telecomunicações, tendo em conta os planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de integrar plenamente seus territórios amazônicos as suas respectivas economias nacionais (TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 1978, p. 3, grifos nossos).

Mesmo com a posterior formalização do TCA em OTCA<sup>16</sup> (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 1998) a infraestrutura física permaneceu no plano institucional-discursivo. Por outro lado, com base na pesquisa desenvolvida por Antiquera (2006), a falta de resultados concretos gera questionamentos sobre a efetividade do TCA e da OTCA.

---

<sup>14</sup> No MERCOSUL, Guyana e Suriname participam como Estados associados desde 2013.

<sup>15</sup> O TCA foi firmado em Brasília, no dia 3 de julho de 1978, entre Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guyana, Peru, Suriname e Venezuela.

<sup>16</sup> Estabelecida em Caracas no dia 14/12/1998, a OTCA é a única Organização Internacional (OI) com sede no Brasil, em Brasília.

Composta pelos doze Estados sul-americanos, a UNASUL foi antecedida pela Comunidade Sul-Americana das Nações (CASA).<sup>17</sup> Trata-se de uma iniciativa que engloba os Estados membros da CAN, do MERCOSUL, dois membros da CARICOM, mais o Chile. Dentre outras variáveis, o fio condutor da UNASUL é a “redução” e “superação” das assimetrias sob uma perspectiva multidimensional reforçada pela abrangência dos conselhos ministeriais, setoriais e temáticos que abarcam as seguintes áreas: defesa, saúde, eleição, energia, ciência-tecnologia-inovação, cultura, social, econômico-financeira, educação, infraestrutura, temas relacionados as drogas, segurança pública e justiça.

Conforme mencionado acima, a UNASUL é composta por diferentes conselhos, um deles é o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). O COSIPLAN foi criado no dia 10 de agosto de 2009 e incorporou a IIRSA como Foro Técnico responsável pela Carteira de Projetos de Infraestrutura, Agenda e Implementação Consensual, Plano de Ação e Plano de Trabalho Anual (UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2010a; 2010b).

A IIRSA foi criada na Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul promovida pelo Brasil no ano 2000.<sup>18</sup> De acordo com o documento gerado pela reunião, denominado Comunicado de Brasília, a IIRSA está entre um dos 62 tópicos discutidos e é referida como um fórum de coordenação de ações intergovernamentais para articular projetos de integração da infraestrutura com base nos setores de transporte, energia e comunicação (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2000). Toda a documentação elaborada pela IIRSA é atualizada anualmente e o tópico seguinte apresenta uma síntese do estágio atual da Carteira de Projetos.

---

<sup>17</sup> A CASA, anteriormente designada por CSN, foi criada em 2004 e transformada em UNASUL em 2008. Ambas as iniciativas contaram com os doze países da América do Sul como membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guayana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela.

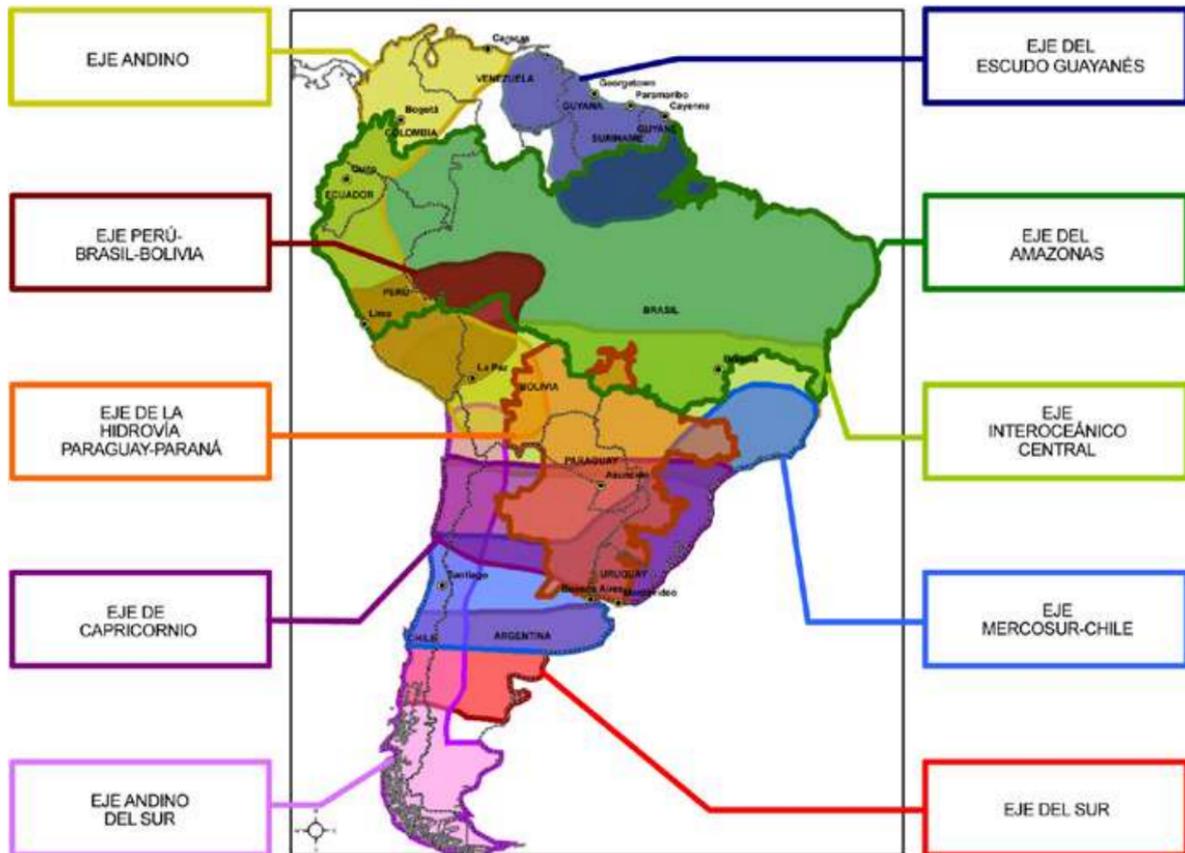
<sup>18</sup> Estiveram presentes em Brasília os chefes de Estado dos doze países sulamericanos: Argentina (Fernando De La Rúa); Bolívia (Hugo Bánzer Suárez); Brasil (Fernando Henrique Cardoso); Chile (Ricardo Lagos Escobar); Colômbia (Andrés Pastrana Arango); Equador (Gustavo Noboa); Guayana (Bharrat Jagdeo); Paraguai (Luis Angel González Macchi); Peru (Alberto Fujimori); Suriname (Rinaldo Ronald Venetiaan); Uruguai (Jorge Batlle Ibañez); Venezuela (Hugo Chávez Frías). Também participaram da reunião os presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias e da Corporação Andina de Fomento (CAF), Enrique García.

### 2.3 Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

A Carteira de Projetos da IIRSA referente ao ano de 2015 e publicada no início de 2016 possui 593 projetos. Desse total, 115 concluídos, 191 em execução, 173 em pré-execução e 114 em estudo. No que diz respeito à abrangência dos projetos, 489 têm abrangência nacional, 97 binacional e 7 multinacional. Em relação à distribuição por setor, 528 projetos estão alocados no setor de transporte, 56 no setor energético e 9 na telecomunicação (INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2015).

Os 593 projetos mencionados acima estão organizados em 48 grupos de projetos que, por sua vez, estão distribuídos em 10 EIDs que somam uma estimativa de investimento no valor de US\$ 182.436 bilhões (INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2015). Abaixo estão elencados os EIDs que compõem a IIRSA e, na página seguinte, o Mapa 1 – Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA.

1. **AMA – Amazonas:** Brasil, Colômbia, Equador e Peru;
2. **AND – Andino:** Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela;
3. **ADS – Andino do Sul:** “região” andina, fronteira com Chile e Argentina;
4. **CAP – Capricórnio:** Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai;
5. **HPP – Hidrovia Paraguai Paraná:** Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai;
6. **GUY – Escudo das Guianas:** Brasil, Guyana, Suriname e Venezuela;
7. **IOC – Interoceânico Central:** Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Peru;
8. **MCC – Mercosul-Chile:** Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai;
9. **PBB – Peru-Brasil-Bolívia;**
10. **Sul:** Argentina e Chile.



Conforme pode ser observado, o mapa 1 esboça as delimitações geográficas de cada EID da IIRSA e ilustra que, em conjunto, os EIDs reordenam todo o território sul-americano. No que diz respeito a esta pesquisa, interessa o EID Escudo das Guianas por ser o único que abarca a Guyana e o Suriname.

### 2.3.1 Eixo Escudo das Guianas

Ao ser comparado aos demais EIDs da IIRSA, o Escudo das Guianas apresenta a menor quantidade de projetos e a segunda menor estimativa de investimento. Em termos de países, o Suriname tem o menor número de projetos da Carteira da IIRSA, seguido pela Guyana. A área de influência do EID em questão compreende 1.603.643 km<sup>2</sup>, equivalente a 8% da superfície sul-americana. Essa área é habitada por 17.100.505 pessoas, proporcional a 4% da população da América do Sul, com uma densidade demográfica de 10.7 hab./km<sup>2</sup> (INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2015).

Em termos monetários, o Produto Interno Bruto (PIB) do EID Escudo das Guianas é de US\$ 333.581 bilhões<sup>19</sup>, o equivalente a 7% do PIB sul-americano. O PIB apresentado é composto por 100% das economias da Guyana e do Suriname, 40% da economia da Venezuela e 4% da economia do Brasil. Em termos absolutos, a participação econômica venezuelana agrega 69% ao PIB, a brasileira 29%, o Suriname 2% e a Guyana 1% [sic] (INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2015).

A área de influência ilustrada pelo Mapa 2 – Área de Influência do Eixo Escudo das Guianas, disponível na página seguinte, é marcada pela carência de infraestrutura. Segundo os dados apresentados pela Carteira de Projetos da IIRSA, 25% da extensão de 1.705.747 km de estradas estão pavimentadas. A extensão ferroviária é de 30.608 km, e o sistema portuário é composto por 28 portos. O transporte fluvial está concentrado na Bacia do Rio Amazonas e nos rios com saídas para o Oceano Atlântico (INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2015).

---

<sup>19</sup> A composição do referido PIB é: 76.7% - área de serviços; 11.2% - indústrias; 6.5% - minas e pedreiras; 5.6% - agricultura.



O sistema aeroportuário da área de influência exposta no mapa 2 conta com 30 aeroportos<sup>20</sup> dos quais 15 são venezuelanos. No tocante ao setor energético, de 249.541 MW de energia elétrica produzida 51% têm origem venezuelana e 49% brasileira (INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2015). Esses dados denotam maior protagonismo venezuelano na área de influência em questão, visto que o desprezo do Brasil à “região” norte configura-a como a menos dinâmica do país.

No que concerne aos projetos, os mesmos estão estruturados em 4 grupos que comportam 20 projetos nos seguintes estágios: i) 7 – em estudo; ii) 6 – concluídos; iii) 5 – em execução; iv) 2 – pré-execução. Dentre os 20 projetos, 13 são nacionais; 4 binacionais; e 3 multinacionais. Em relação aos setores, 18 abarcam o transporte, sendo 13 rodoviários, 3 marítimos, 1 ferroviário, e 1 passo de fronteira; 1 é de interconexão energética e outro de interconexão da telecomunicação.

Em conjunto, os projetos visam interconectar a parte oriental da Venezuela<sup>21</sup> ao arco norte do Brasil<sup>22</sup> com a totalidade dos territórios da Guyana e do Suriname, e a estimativa de investimento é de US\$ 4.581,3 bilhões<sup>23</sup> (INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2015). Para uma visão mais ilustrada dos projetos do EID Escudo das Guianas, as páginas seguintes apresentam os mapas e quadros listados abaixo:

Mapa 3 – Grupos de Projetos do Eixo Escudo das Guianas

Mapa 4 – Interconexão Venezuela – Brasil

Quadro 3 – Interconexão Venezuela – Brasil

Mapa 5 – Interconexão Brasil – Guyana

Quadro 4 – Interconexão Brasil – Guyana

Mapa 6 – Interconexão Venezuela – Guyana – Suriname

Quadro 5 – Interconexão Venezuela – Guyana – Suriname

Mapa 7 – Interconexão Guyana – Suriname – Guiana Francesa – Brasil

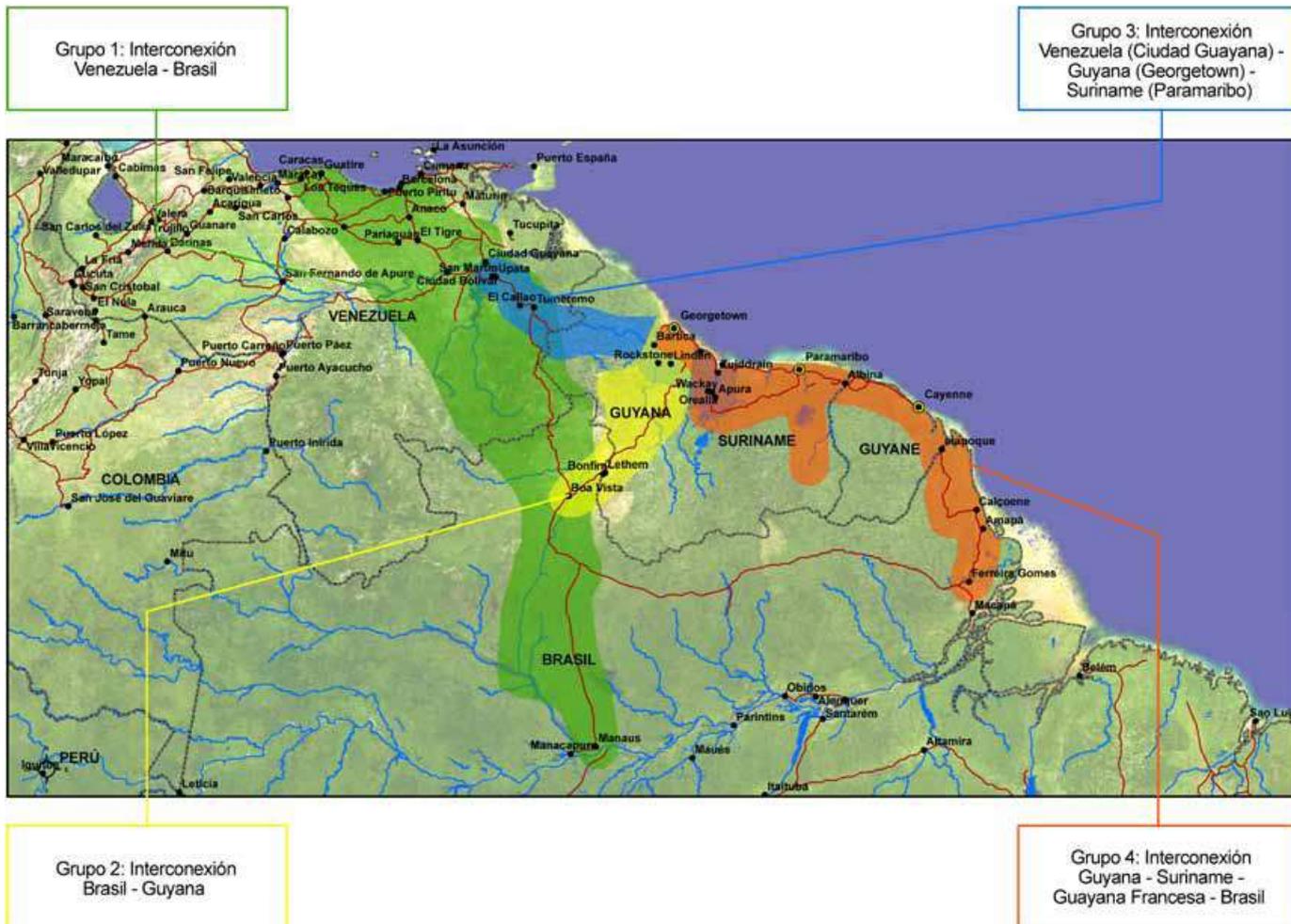
Quadro 6 – Interconexão Guyana – Suriname – Guiana Francesa – Brasil

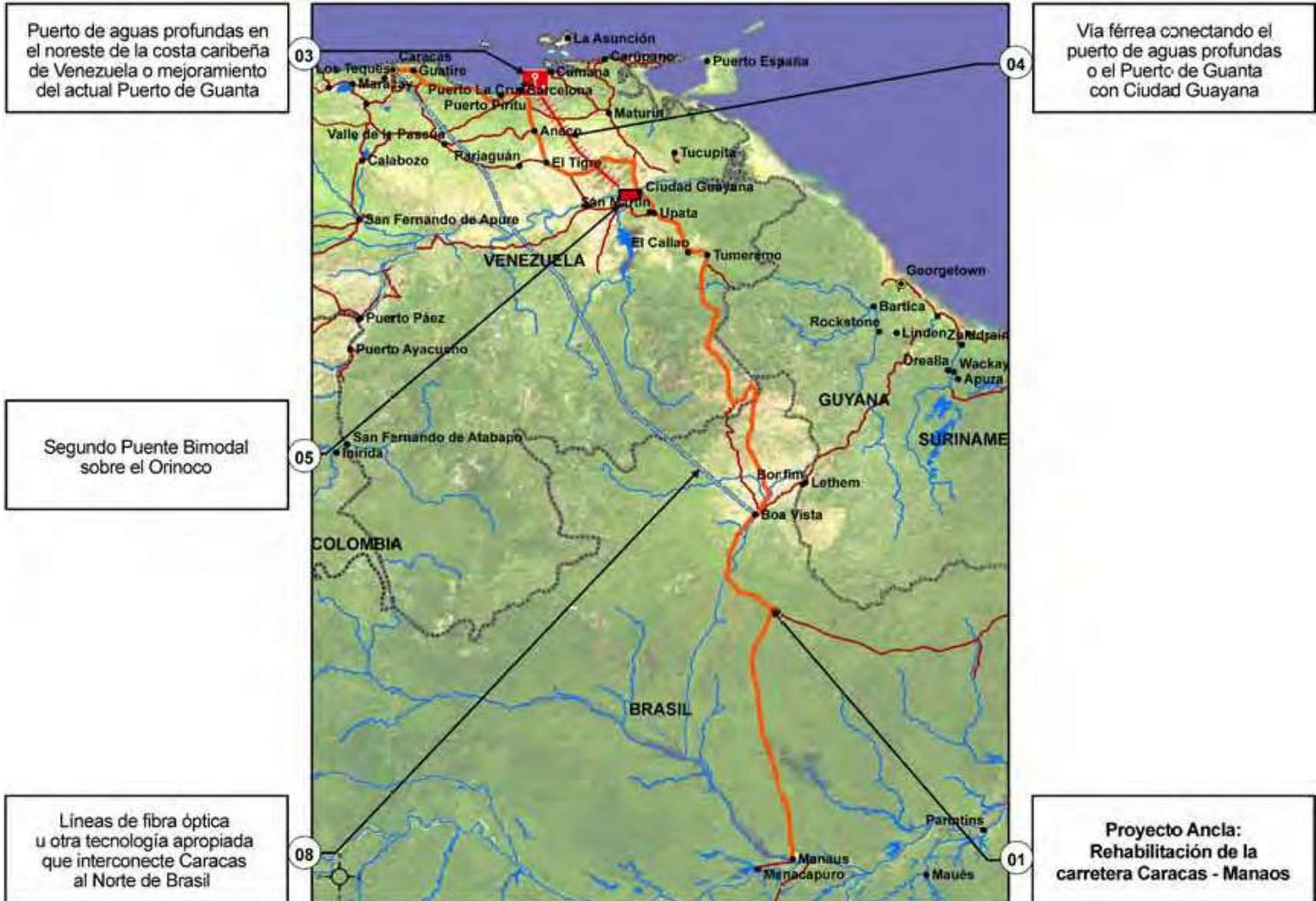
<sup>20</sup> Sendo 9 internacionais e 21 de cabotagem.

<sup>21</sup> Compreende os departamentos de Anzoátegui, Bolívar, Delta Amacuro, Distrito Capital, Nueva Esparta, Guárico, Miranda, Monagas, Sucre e Vargas.

<sup>22</sup> Compreende os estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima.

<sup>23</sup> Sendo 67% destinado ao projeto *Plan Maestro Integrado de Protección Costera Albina-Nickerie* no Suriname, o 8º com maior estimativa de investimento da Carteira da IIRSA.

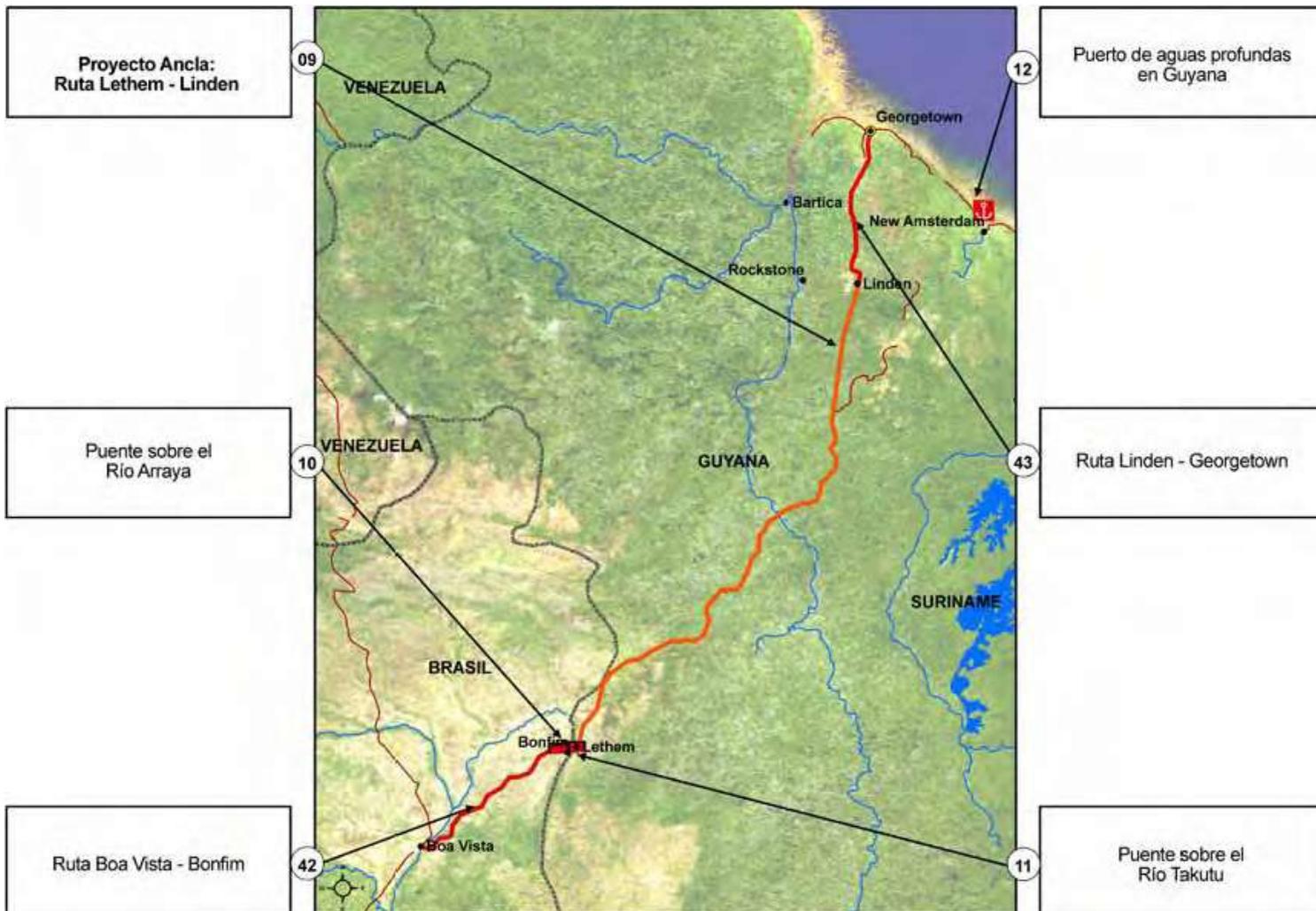




**Quadro 3 – Interconexão Venezuela – Brasil**

| Projeto  | País     | (Sub)Setor       | Etapa     |
|--|----------|------------------|-----------|
| <b>GUY01</b> – Reforma da Rodovia Caracas – Manaus (Projeto Ancora)  | BR<br>VE | Rodoviário       | Execução  |
| <b>GUY03</b> – Construção de um porto de águas profundas no nordeste da costa caribenha da Venezuela ou reforma do atual Porto de Guanta | VE       | Marítimo         | Estudo    |
| <b>GUY04</b> – Ferrovia para conectar o porto de águas profundas ou Porto de Guanta a Ciudad Guayana                                     | VE       | Ferrovário       | Estudo    |
| <b>GUY05</b> – Segunda ponte bimodal sobre o Orinoco   | VE       | Ponte            | Execução  |
| <b>GUY08</b> – Linhas de fibra óptica ou outra tecnologia apropriada para interconectar Caracas ao norte do Brasil                       | BR<br>VE | Telecomunicações | Concluído |

**Fonte:** Elaboração própria com base em INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2016.



**Quadro 4 – Interconexão Brasil – Guyana**

| <b>Projeto</b>   | <b>País</b> | <b>(Sub)Setor</b> | <b>Etapa</b> |
|--|-------------|-------------------|--------------|
| <b>GUY09</b> – Rota Lethem – Linden - (Projeto Ancora) | GY          | Rodoviário        | Pré Execução |
| <b>GUY10</b> – Ponte sobre o Rio Arraya                | BR          | Ponte             | Concluído    |
| <b>GUY11</b> – Ponte sobre o Rio Takutu                | BR<br>GY    | Ponte             | Concluído    |
| <b>GUY12</b> – Porto de águas profundas na Guyana      | GY          | Marítimo          | Estudo       |
| <b>GUY42</b> – Rota Boa Vista - Bonfim                 | BR          | Rodoviário        | Concluído    |
| <b>GUY43</b> – Rota Linden - Georgetown                | GY          | Rodoviário        | Concluído    |

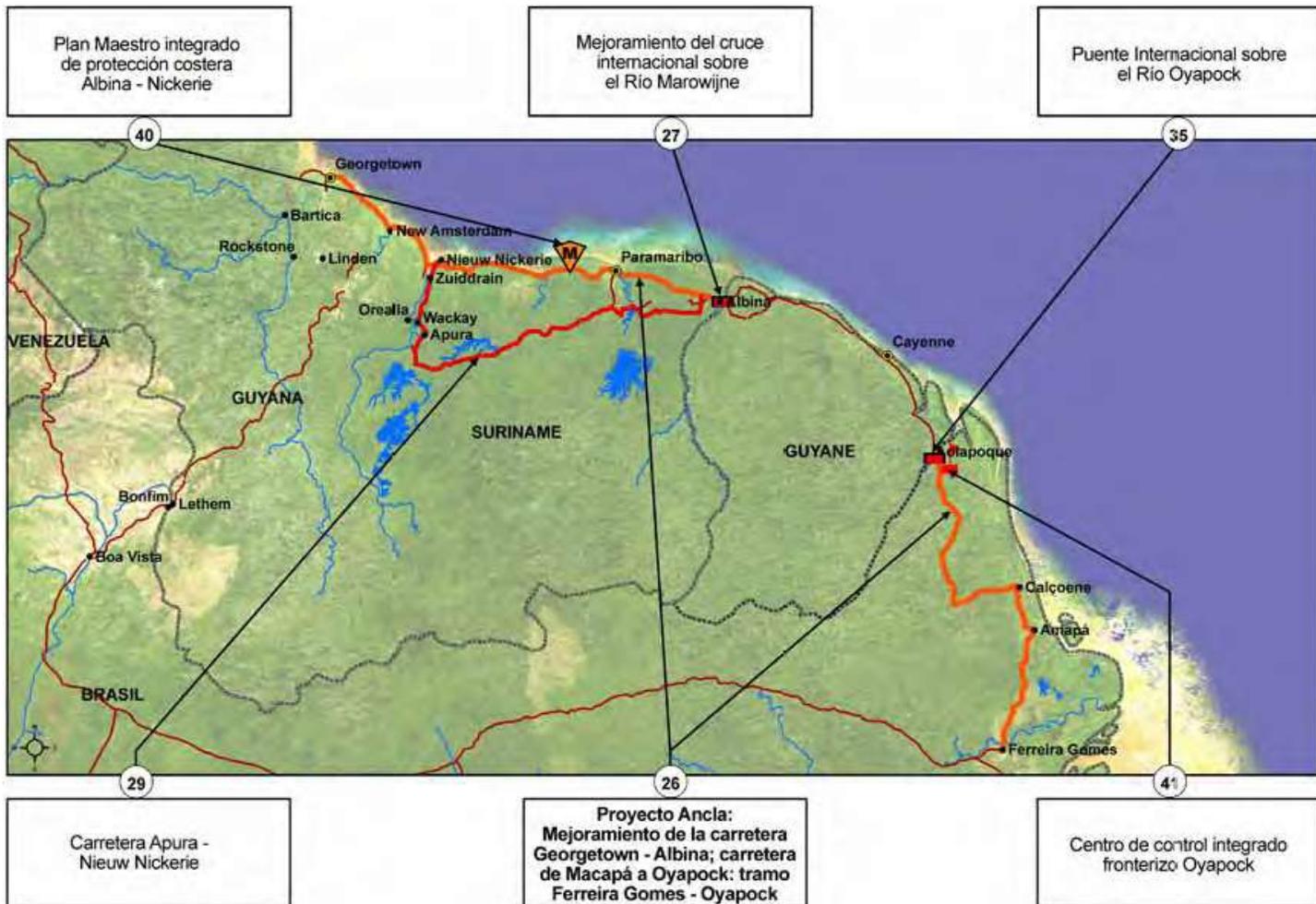
**Fonte:** Elaboração própria com base em INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2016.



**Quadro 5 – Interconexão Venezuela – Guyana – Suriname**

| Projeto  | País           | (Sub)Setor | Etapa  |
|--|----------------|------------|--------|
| <b>GUY18</b> – Rotas de conexão entre Venezuela (Ciudad Guayana) – Guyana (Georgetown) – Suriname (Apura – Zanderij - Paramaribo) - (Projeto Ancora) | GY<br>SU<br>VE | Rodoviário | Estudo |
| <b>GUY24</b> – Construção da Ponte sobre o rio Corentine   | GY<br>SU       | Ponte      | Estudo |
| <b>GUY38</b> – Gasoduto Venezuela – Guyana - Suriname  | GY<br>SU<br>VE | Energético | Estudo |

**Fonte:** Elaboração própria com base em INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2016.



**Quadro 6 – Interconexão Guyana – Suriname – Guiana Francesa – Brasil**

| Projeto   | País           | (Sub)Setor | Etapa           |
|---|----------------|------------|-----------------|
| <b>GUY26</b> – Reforma da Rodovia Georgetown – Albina; Rodovia Macapá – Oyapock: trecho Ferreira Gomes – Oyapock - (Projeto Ancora) | BR<br>GY<br>SU | Rodoviário | Execução        |
| <b>GUY27</b> – Reforma do cruzamento internacional sobre o Rio Marowijne  | SU             | Rodoviário | Estudo          |
| <b>GUY29</b> – Rodovia Apura – Nieuw Nickerie   | SU             | Rodoviário | Execução        |
| <b>GUY35</b> – Ponte internacional sobre o Rio Oiapoque   | BR             | Rodoviário | Concluído       |
| <b>GUY40</b> - Plano iretor integrado de proteção costeira Albina - Nickerie  | SU             | Marítimo   | Pré<br>Execução |
| <b>GUY41</b> – Centro de controle fronteiroço integrado Oiapoque  | BR             | Passo      | Execução        |

**Fonte:** Elaboração própria com base em INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2016.

Os mapas expostos evidenciam que mesmo excluída pela OTCA e UNASUL a Guiana Francesa é importante para a integração da infraestrutura física do Escudo Guianês. Sobre a complexidade dessa relação, Correa aponta que ao mesmo tempo em que a Guiana Francesa é atrativa em termos político e econômico, o Departamento Ultramarino da França levanta suspeita por ser um território de uma potência externa dentro da Amazônia transnacional.

Nas palavras do autor, “[...] existe uma forte influência da França metropolitana no Departamento, estimulando uma dependência econômica e política do poder central e da União Europeia, o que significa a presença de uma potência externa dentro da Amazônia transnacional (CORREA, 2014, p. 88-89). Mais adiante, Correa recorda que o Amapá e a Guiana Francesa compartilham mais de 600 km de fronteira, sendo a maior fronteira da França com um país (p. 101).

Ademais, Picasso chama a atenção para a importância da Guiana Francesa na vinculação do estado do Amapá ao restante do Eixo, e menciona a possibilidade de Trindade e Tobago serem incluídos na área de influência por ser um importante ponto de interconexão aérea e marítima para o Escudo das Guianas (2007).

No quesito intercâmbio comercial, com exceção da troca comercial entre Brasil e Venezuela que experimentou um grande aumento em favor do Brasil (BORGES, 2011), os países deste EID não apresentam laços fortes entre si. Picasso argumenta que a carência de infraestrutura física torna a alteração desse quadro ainda mais distante (2007).

Nessa mesma direção, Couto argumenta que dada à construção econômica sul-americana voltada para fora e com relativa desarticulação do mercado interno, as assimetrias que acometem a América do Sul têm sido aprofundadas. Ao passo que o movimento de concentração da atividade econômica nos países mais abastados no nível global tem sido estimulado por contar com a fluidez da conectividade, conforme a própria lógica do capitalismo. Em suas palavras “o espaço precisa ser fluído [e] essa fluidez o subordina as lógicas globais. Apenas a infraestrutura não determina o futuro do território, mas sua ausência pode limitar seu desenvolvimento” (COUTO, 2012, 134).

Nesse sentido, Couto afirma não existir uma carteira global de projetos e tampouco uma carteira IIRSA e argumenta haver apenas uma somatória das intenções individuais de cada Estado, sendo a Carteira de Projetos não fruto de um esforço coletivo, mas de ações individuais de cada Estado (2012). De acordo com os

aspectos analisados, amplia-se a relevância de considerar o modo como a IIRSA é percebida pelos diferentes países.

No caso da Guyana e do Suriname, Couto assinala a baixa participação na IIRSA e baixa integração com a América do Sul, e o baixo grau de desenvolvimento de projetos na IIRSA é justificado pelo autor por tratar-se de “economias pequenas [que] não tem força o suficiente para se aproximar das economias médias, ao mesmo tempo em que Suriname e Guiana, as menores economias da região, não conseguem fazer parte da dinâmica econômica regional” (2012, p. 206).

Correa, por sua vez, argumenta que uma das razões pelas quais a consolidação desses projetos enfrenta dificuldades é a própria dinâmica de segurança do Escudo das Guianas, dinâmica que compromete a aproximação entre os Estados, sendo pautada pelo: i) alto fluxo migratório de brasileiros; ii) pequena mineração irregular e atividades correlatas, como armas, drogas, comércio e prostituição; iii) litígios fronteiriços pendentes desde o período colonial; iv) carência de interconectividade entre os territórios; v) influência europeia, caso da Guiana Francesa, em especial (2014).

Para Correa, o Platô das Guianas possui uma dinâmica própria e diferenciada em relação à América do Sul, marcada pela ausência do papel do Brasil enquanto Estado e alta presença brasileira nos fluxos migratórios e atividades ilícitas. Porquanto, os dois países amazônico-caribenhos, Guyana e Suriname, estão integrados à América do Sul por meio de ilícitos (2014).

Com base nas análises de Picasso (2007), Couto (2012) e Correa (2014), observa-se que a baixa integração física do Escudo das Guianas e a baixa integração da Guyana e do Suriname à América do Sul são tanto causa como efeito das dinâmicas “regionais” em suas dimensões econômica, de segurança e infraestrutural. Cabe a esta pesquisa complementar as referidas análises incluindo o papel das assimetrias nas respectivas relações bilaterais e seus impactos no processo de integração da América do Sul.

## **2.4 Conclusão**

Atualmente, a América do Sul experimenta um processo de integração de perspectiva multidimensional coordenado pela UNASUL. Dentre as pautas da UNASUL têm-se a implementação da integração física e a “redução/superação” das

assimetrias. A integração física está a cargo da IIRSA/COSIPLAN, iniciativa que engloba o EID Escudo das Guianas e abriga dois dos menores países sul-americanos: Guyana e Suriname. Ambos têm baixa integração com a América do Sul, são marcados por acentuadas assimetrias e dinâmicas peculiares, aspectos que dificultam a consolidação da inserção dos mesmos no cenário sul-americano.

### 3 ASSIMETRIAS INTERNAS E ENTRE BRASIL, GUYANA E SURINAME

#### 3.1 Introdução

Após descrever as assimetrias populacionais e territoriais internas e comuns ao Brasil e Suriname e a Guyana, este capítulo discorre sobre as assimetrias entre esses países apresentando índices e indicadores que os posicionam no contexto sul-americano. Os índices e indicadores apresentados articulam características geofísicas, meios de apropriação de recursos e panorama econômico social.

#### 3.2 Assimetrias Internas Comuns

Em termos de construção histórica, a ideia de América do Sul sobrepôs-se ao pan-americanismo e pan-latinismo no início do século XX e teve visibilidade ampliada depois dos anos 1990. Nas palavras de Cervo,

No século XIX, à época do pan-americanismo, todos os americanos eram nossos vizinhos. Depois, à época do pan-latinismo, o conceito de América Latina toma conta do imaginário. Desde o Barão do Rio Branco, no início do século XX, o conceito de América do Sul passou a se impor. Na medida que se operava a restrição geográfica do conceito de vizinhança, o regional passou a adquirir peso no pensamento dos brasileiros e na ação externa do governo e da sociedade. Leandro Freitas Couto demonstra, contudo, que foi necessário esperar pelo fim do século XX, depois de 1990, para perceber como o conceito de América do Sul adquire nova e imponente visibilidade (CERVO, 2009, p. 202).

A extensão territorial da América do Sul é 17.707.997 km<sup>2</sup>, sendo 17.366.742 km<sup>2</sup> de área terrestre. A despeito de significativas florestas, trata-se de uma das “regiões” mais urbanizadas do mundo.<sup>24</sup> A população sulamericana é de 414.017.971 habitantes e representa 65% da população da América Latina. Parcela substancial dessa população continua acometida pelas desigualdades sociais e pobreza (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE; UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS, 2014). Outra característica é sua riqueza em termos de recursos naturais, uma das principais vantagens comparativas sul-americana, conforme citação seguinte:

---

<sup>24</sup> Bertha Becker (2013) abordou essa questão no tocante a Amazônia brasileira.

Tem-se discutido, na UNASUL, o desenvolvimento de uma estratégia sul-americana de aproveitamento dos recursos naturais – uma das principais vantagens comparativas da América do Sul. No continente está a maior reserva de petróleo do mundo e cerca de um terço de todos os recursos hídricos do planeta. A América do Sul concentra quase 40% da reserva biogenética mundial e é a 3º maior produtora mundial das principais culturas agrícolas (trigo, milho, soja, açúcar e arroz). Projeta-se que, até 2050, a América do Sul será responsável por 30% da produção agrícola do mundo (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016f).

Trata-se de uma “região” heterogênea e assimétrica marcada por desigualdades ao mesmo tempo em que rica em recursos naturais e diversidades. Dos doze países que a compõem, a República Federativa do Brasil destaca-se por diversas razões, uma delas é compartilhar fronteiras com dez países, com exceção do Chile e Equador. Com a República Cooperativa da Guayana compartilha 1.605,8 km de fronteira via os estados brasileiros de Roraima e Pará - 698,2 km por rios e canais e 907,6 km por divisor de águas. Com a República do Suriname a extensão fronteiriça é de 893,0 km por divisor de águas via os estados brasileiros do Amapá e Pará (FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2016).

Guayana e Suriname são os mais novos Estados da América do Sul e estão mais voltadas ao Caribe e para as respectivas ex-metrópoles. A história recente de ambos é marcada pela instabilidade política e déficit administrativo. Também contam com potencialidade econômica em termos de exploração de petróleo e minerais e potencial hidrelétrico. Ainda assim, de acordo com Visentini,

[...] para a potencialidade econômica transformar-se em realidade, é necessário maior apoio externo. E, nesse sentido, ambos países começam dar-se conta de que a cooperação com o Caribe, os Estados Unidos e a Europa tem de ser acompanhada por uma integração com os vizinhos terrestres. Assim, quanto mais o desenvolvimento for interiorizado, maior relevância ganharão as relações trans-fronteiriças e a integração regional, inclusive com a necessidade de enfrentar as ameaças transnacionais que acompanham o processo (VISENTINI, 2017, p. 1).

Entretanto, há outro fator que pode ser considerado como impedimento tanto para uma transformação positiva da potencialidade econômica dos dois países, quanto para a integração com os países vizinhos: os litígios fronteiriços. Trata-se de disputas fronteiriças não resolvidas pelas ex-metrópoles e, conseqüentemente, transferidas para a Guayana e o Suriname. Na página seguinte o Mapa 8 – Disputas Territoriais no Escudo das Guianas esboça as disputas em questão.



Fonte: HOYLE, 2001, p. 100.

Conforme mapa 8, as disputas envolvem três pares. Entre Guyana e Venezuela o litígio refere-se à fronteira terrestre a oeste do Rio Essequibo ou Esequibo e à fronteira marítima. No que diz respeito à Guyana e ao Suriname, a disputa gira em torno de um triângulo de terra (*New River Triangle*) localizado entre o fronteiro Rio Corentyne ou Courantyne e dos marcos fronteiros do mar territorial. Em relação ao Suriname e a Guiana Francesa, ambos contestam a propriedade de um fragmento de terra localizado entre o fronteiro Rio Maroni ou Marouini e marcos da fronteira marítima (HOYLE, 2001; MOREIRA, 2012; MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA RELACIONES EXTERIORES DE VENEZUELA, 2015).

De acordo com Hoyle, as fronteiras terrestres e marítimas são interligadas e isso aumenta a complexidade das negociações fronteiriças, pois criam uma dinâmica de negociação que dificulta tanto o desenvolvimento de questões terrestres quanto o desenvolvimento de questões marítimas (2001). Trata-se de um tema complexo que remonta o período colonial<sup>25</sup> e, no que diz respeito a esta dissertação, ressalta-se que os mencionados litígios fronteiriços não são objeto desta pesquisa, ainda assim, para ilustrar a complexidade territorial da Guyana e do Suriname, optou-se pela exposição de mapas que esboçam a temática, conforme seguem:

Mapa 9 – Disputa Territorial entre Guyana e Venezuela

Mapa 10 – Disputa Marítima entre Guyana e Venezuela

Mapa 11 – Disputa Territorial entre Guyana e Suriname

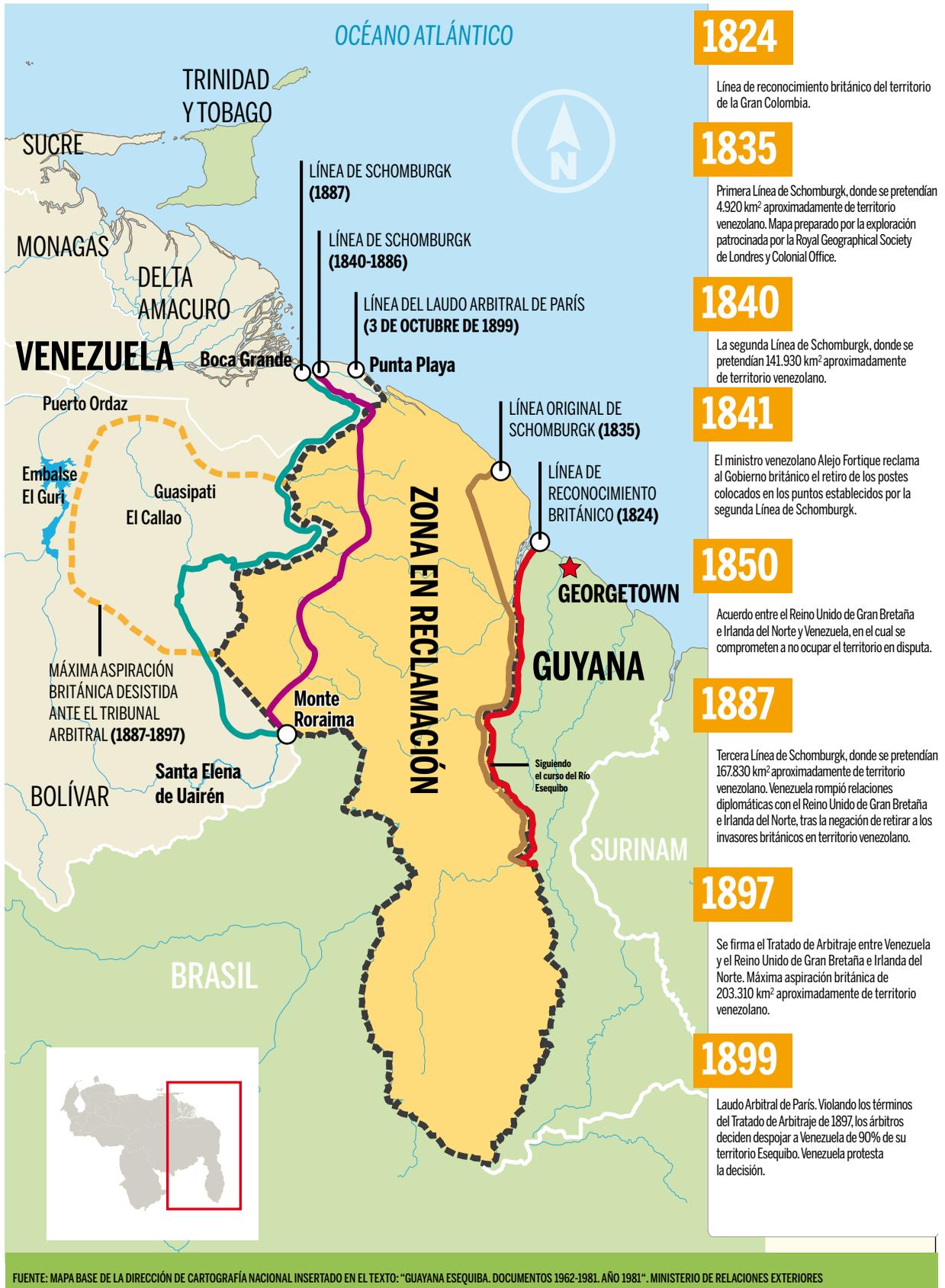
Mapa 12 – Disputa Marítima entre Guyana e Suriname

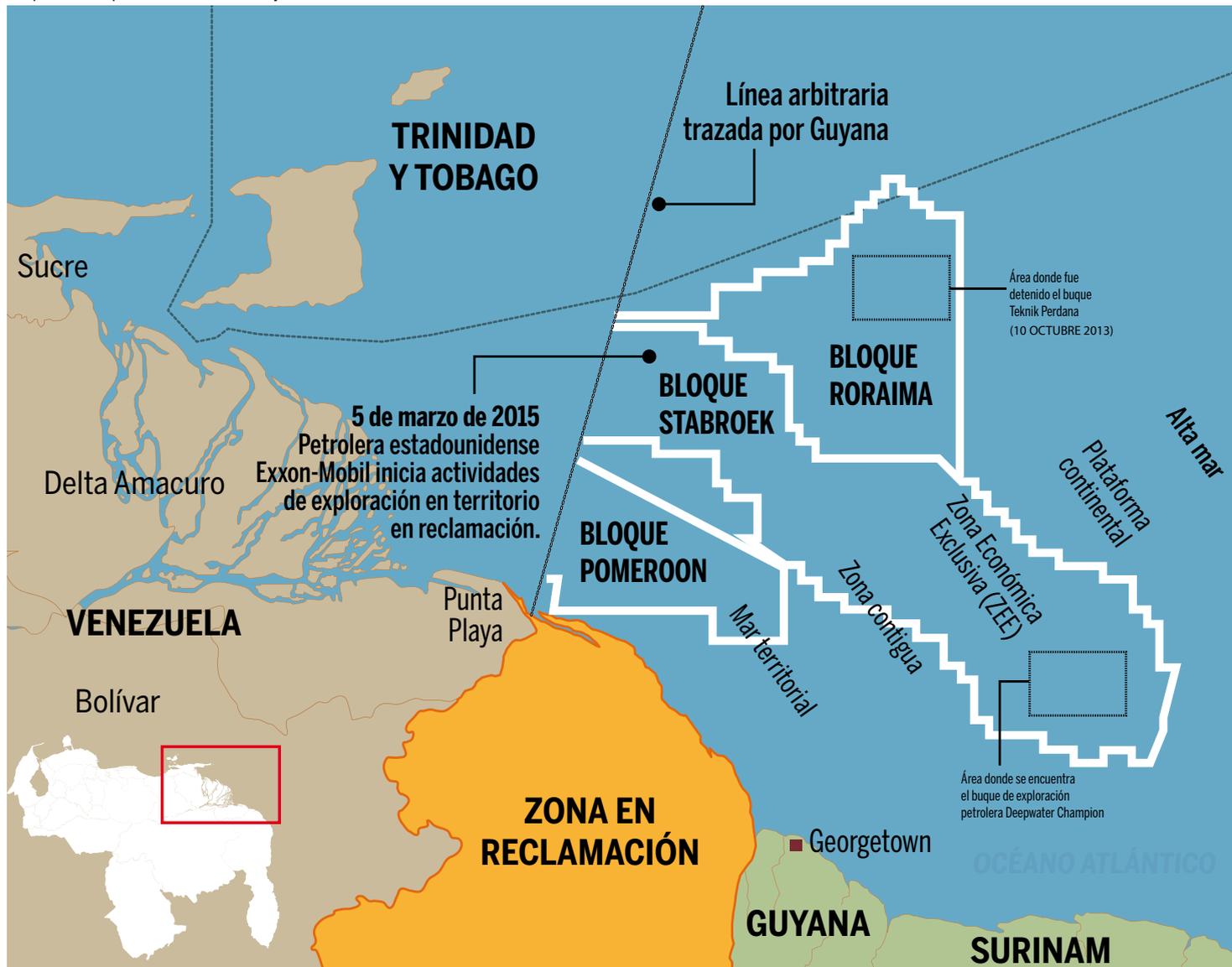
Mapa 13 – Disputas Territorial e Marítima entre Suriname e Guiana Francesa

---

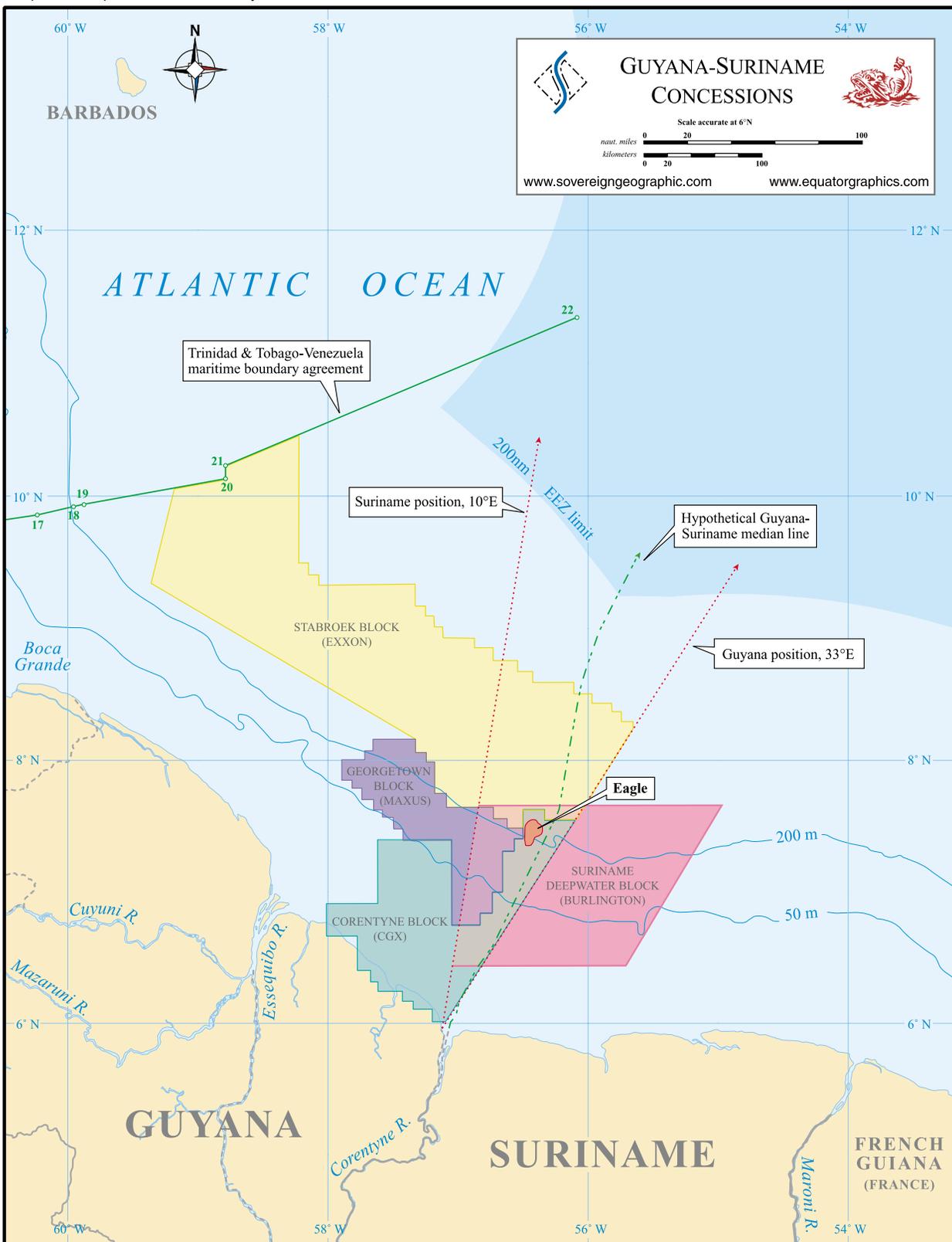
<sup>25</sup> Para tratar dessa temática seria necessário retornar ao complexo período colonial das Guianas e acessar arquivos na Holanda, França e Inglaterra, uma vez que: “Os holandeses fundaram Caiena em 1615, Essequibo em 1616, Berbice em 1627 e Demerara em 1775, os principais estabelecimentos que formariam a Guiana Inglesa e a Guiana Francesa. Ironicamente, o povoado que daria origem à Guiana Holandesa (Suriname) foi criado pelos ingleses, datando a primeira colonização em 1651 (tomado pelos holandeses em 1667)” (CAVLAK, 2017, p. 25-26 do Capítulo 1 – livro digital).

# LÍNEAS DE REFERENCIA DE LA CONTROVERSIA









Fonte: HOYLE, p. 105.



Fonte: HOYLE, p. 103.

Uma similitude entre Brasil, Guyana e Suriname no contexto sulamericano são seus idiomas oficiais, respectivamente, português, inglês e neerlandês, enquanto o idioma oficial dos demais países é o espanhol.<sup>26</sup> Outra similitude refere-se à composição étnico-racial e presença de populações tradicionais indígenas e quilombolas, diversidade humana compartilhada com demais países sul-americanos.

As populações tradicionais têm direitos protegidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 que entrou em vigor no dia 5 de setembro de 1991. Guyana e Suriname não são signatários da Convenção e sua aprovação pelo Congresso Brasileiro ocorreu no dia 20 de junho de 2002 e entrou em vigor no dia 19 de abril de 2004 pelo Decreto Presidencial Nº 5.051, (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1989; BRASIL, 2004).

No Brasil, de acordo com o censo de 2010, a composição étnico-racial é: i) 47,7% branca; ii) 43,1% parda; iii) 7,6% preta; iv) 1,1% amarela; v) 0,4% indígena. Em Roraima esse quadro é: i) 61,2% parda; ii) 20,9% branca; iii) 5,9% preta (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). Em termos absolutos a população brasileira contabiliza 191 milhões de habitantes dos quais 817 mil são indígenas e, conforme informa Silva (2007), Roraima é o estado brasileiro com maior proporção indígena.

O Brasil é composto por 27 unidades federativas e o estado de Roraima conta com 16 municípios e 450.479 habitantes, dos quais 284.313 residem em Boa Vista. A população indígena<sup>27</sup> totaliza 49.637 pessoas das quais 41.425 residem em zonas rurais (COSTA SILVA, 2012). Na página seguinte o Mapa 14 – Brasil Político ilustra o território brasileiro.

---

<sup>26</sup> Entretanto, ressalta-se que diversos outros idiomas estão presentes. No caso particular do Suriname, Oliveira aponta que apesar do holandês ser o idioma oficial, há cerca de vinte línguas e o sranantongo é a única utilizada por quase todas as etnias (2013, p. 45). Höfs, por sua vez, informa que nas ruas de Paramaribo “pode-se deparar com pessoas falando holandês, língua oficial do país; sranantong, língua crioula de uso franco; sarnami, língua crioula de origem indiana; javanês; chinês; inglês; francês e português” (2006, p. 33). Cavlak aponta que três novas línguas foram criadas pelas pessoas escravizadas: Sranan, Ndjuka, Saramaccan. O autor informa que as bases das referidas línguas são: inglês, português, espanhol, holandês e muitos outros idiomas africanos. E ainda, as pessoas descendentes de populações da Índia criaram a língua Sarnami, baseada em várias línguas da Índia sem ser identificada com nenhuma língua da Índia (2017).

<sup>27</sup> De acordo com Costa Silva, os nove grupos indígenas de Roraima são: Wai Wai, Waimiri-Atroari, Yanomami, Yekuana, Macuxi, Patamona, Taurepang, Wapixana e Ingariko (2012).



**Brasil**

- Fronteira internacional
- Limite estadual
- ★ Capital nacional
- Capital estadual
- Rodovia
- Ferrovia
- Rio

0 200 400 km

Fonte: GUIA GEOGRÁFICO BRASIL, 2017.

A propósito da recepção dos impactos da Convenção 169 da OIT no Brasil, tem-se a demarcação da Terra Indígena Raposo Serra do Sol (TIRSS) como fruto do avanço que a referida Convenção significou para as populações indígenas. Todavia, a demarcação continua a ser questionada por alguns setores da sociedade brasileira. No caso particular de Roraima isso foi constatado no seminário sobre mineração que ocorreu em Boa Vista no final de 2015 (SEMINÁRIO..., 2015).

Sob o argumento de que a concentração de minérios em terras indígenas e faixa de fronteiras colocam o estado de Roraima numa condição de excepcionalidade, uma vez que a legislação brasileira proíbe exploração mineral nessas localidades, os seminaristas argumentaram ser impossível desenvolver o setor da mineração na Amazônia sem considerar as terras indígenas.

Acrescenta-se que em momento algum os direitos protegidos pela Convenção 169 foram mencionados, pelo contrário, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi apontada pelos seminaristas como um “empecilho” para que o potencial produtivo e econômico das jazidas de nióbio, cassiterita, ouro e diamante em Roraima sejam explorados. Também alegaram que a “questão indígena” deveria interessar somente a população da Amazônia, sem interferência do sudeste brasileiro.

Em adição, há integrantes das Forças Armadas do Brasil que opõem-se à demarcação da TIRSS, sendo este o caso do chefe do Comando Militar da Amazônia, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira (TOMAZELA, 2008). Trata-se de um tema polissêmico e seu significado escapa a esta pesquisa, mas deixa claro que se no plano internacional a Convenção determina que as populações tradicionais sejam consultadas sobre projetos que impactam em seus direitos, no plano nacional mesmo com a ratificação da Convenção 169 a realidade indica que a questão está longe de ser resolvida.

Esta problemática entre mineração e populações tradicionais não está limitada ao contexto brasileiro, a migração de brasileiros e brasileiras que atuam na pequena mineração na Guyana e no Suriname também insere-se nessa problemática. Corbin, em sua análise sobre a migração brasileira para a Guyana, argumenta que a presença de garimpeiros brasileiros em territórios indígenas impacta diretamente no modo de vida e no direito dessas populações. Por outro lado, aponta que o aspecto positivo dessa migração é o rejuvenescimento econômico da mineração em pequena e média escala (2007).

Contudo, por ser exercida de forma irregular, a atividade garimpeira recebe muitas críticas da sociedade guianense. As motivações são diversas, dentre as quais, pelo desempenho macroeconômico da atividade não promover desenvolvimento social e infraestrutural para as populações locais do interior da Guyana. Há também preocupações em torno dos impactos ambientais, da situação irregular dos migrantes, atividades ilícitas<sup>28</sup> e não geração de emprego e renda<sup>29</sup>.

Uma das marcas do passado colonial da Guyana é a diversidade étnico-racial, cultural, linguística e religiosa. A ex-colônia dos Países Baixos e da Inglaterra recebeu pessoas oriundas de diferentes países da África além da Índia, Java, China e Portugal (Ilha da Madeira). Como estratégia de controle, a administração colonial incentivou divisões étnico-raciais e promoveu o desprezo mútuo entre os diferentes grupos. Mesmo após a independência as divisões persistem e a disputa política assume aspectos étnico-raciais, sendo a legenda *People's Progressive Party* (PPP)<sup>30</sup> representante da corrente indoguianesa<sup>31</sup> e o *People's National Congress* (PNC)<sup>32</sup> da afroguianesa (LIMA, 2011; CAVLAK, 2016).

Segundo o censo de 2012, a composição étnico-racial na Guyana é: i) 39,83% indiana<sup>33</sup>; ii) 29,25% preta/africana; iii) 19,88% mestiça; iv) 10,51% ameríndia<sup>34</sup>; v) 0,26% portuguesa; vi) 0,18% chinesa; vii) 0,06% branca; viii) 0,03% outras. A costa concentra 87,46% da população das quais 41,71% concentram em Demerara-Mahaica, onde está localizada a capital Georgetown e a maior parte da infraestrutura do país.<sup>35</sup> A fronteira com o Brasil é uma das áreas menos populosas (3,24%) e com maior concentração da população ameríndia (26,51%)<sup>36</sup> (BUREAU OF STATISTICS – GUYANA, 2016b). O Mapa 15 – “Regiões Administrativas da Guyana” ilustra o território em questão.

<sup>28</sup> Prostituição, tráfico de mulheres, contrabando, tráfico de drogas, comércio informal, entre outros.

<sup>29</sup> Não contratação de guianenses por brasileiros e evasão de divisas.

<sup>30</sup> Partido Popular Progressista, na tradução livre.

<sup>31</sup> Descendentes das pessoas trazidas da Índia e de Java.

<sup>32</sup> Congresso Popular Nacional, na tradução livre.

<sup>33</sup> Descendente de pessoas oriundas da Índia, também designada por indoguianesa.

<sup>34</sup> A população ameríndia guianense é composta por nove grupos étnicos, são eles: Akawaios, Arawaks, Arecunas, Caribs, Macushis, Patomonas, Wai Wais, Wapishana, Warraus (MINISTRY OF INDIGENOUS PEOPLES' AFFAIRS, 2016).

<sup>35</sup> As regiões administrativas da Guyana são: **1)** Barima-Waini; **2)** Pomeroon-Supernaam; **3)** Essequibo Islands-West Demerara; **4)** Demerara-Mahaica; **5)** Mahaica-Berbice; **6)** East Berbice-Corentyne; **7)** Cuyuni-Mazaruni; **8)** Potaro-Siparuni; **9)** Upper Takutu-Upper Essequibo; **10)** Upper Demerara-Berbice. A costa guianense é composta pela região 1 a 6.

<sup>36</sup> Seguida pela região 1, com 22,74%.



Venezuela

Oceano Atlântico

Guyana

Suriname

Brasil

Brasil

© Guia Geográfico

- Fronteira internacional
- - - Divisa regional
- ★ Capital nacional
- - - - - Ferrovia
- Rodovia

0 40 80 km

Atualmente, o número estimado de brasileiros que vivem na Guyana varia de 15 a 20 mil, grande maioria ligada à mineração,<sup>37</sup> E o número estimado de guianenses que vivem em Boa Vista é 38 mil. No Suriname a estimativa de nacionais do Brasil é de 35 mil correspondente a 8% da população surinamesa, grande parte atrelada a atividade de exploração mineral (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016h; 2016k), sendo o Suriname o 20º principal destino da migração internacional brasileira (0.7%).<sup>38</sup>

Assim como a Guyana, o Suriname não se enquadra na cronologia clássica dos países da América do Sul, e a migração não contou com populações europeias como nos demais países sul-americanos, e além de pessoas escravizadas oriundas de populações africanas, o Suriname recebeu pessoas da Índia, Java, e em menor medida, da China e Ilha da Madeira (CAVLAK, 2017).<sup>39</sup>

Segundo o censo de 2004, a composição étnico-racial do Suriname é: i) 27,4% hindustana<sup>40</sup>; ii) 17,7% crioula; iii) 14,7% *marron*<sup>41</sup>; iv) 14,6% javanesa; v) 12,5% mestiça; vi) 3,7% indígena<sup>42</sup>; e vii) 9,4% outros (OLIVEIRA, 2013, p. 45).<sup>43</sup> A concentração populacional está no distrito da capital que concentra a maior parte da infraestrutura do país, Paramaribo. O Mapa 16 – “Distritos do Suriname” esboça o território em questão, conforme segue:

<sup>37</sup> O quantitativo de brasileiros no exterior é questão controversa. Em termos de informações oficiais, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores esse volume varia de 2 a 3.7 milhões de pessoas, enquanto para a *International Organization for Migration* (IOM) esse volume varia de 1 a 3 milhões (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

<sup>38</sup> Os principais destinos da migração internacional brasileira são: **1)** Estados Unidos 23,8%; **2)** Portugal 13,4%; **3)** Espanha 9,4%; **4)** Japão 7,4%; **5)** Itália 7,0%; **6)** Inglaterra 6,2%; **7)** França 3,6%; **8)** Alemanha 3,4%; **9)** Suíça 2,5%; **10)** Austrália 2,2%; **11)** Canadá 2,1%; **12)** Argentina 1,8%; **13)** Bolívia 1,6%; **14)** Irlanda 1,3%; **15)** Bélgica 1,1%; **16)** Holanda 1,1%; **17)** Paraguai 1,0%; **18)** Guiana Francesa 0,8%; **19)** Angola 0,8%; **20)** Suriname 0,7%; **21)** Demais Países 8,9% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011, p. 59).

<sup>39</sup> O sistema de escravidão foi formalmente abolido na Guiana Inglesa em 1834, na Guiana Francesa em 1848, no Suriname em 1863, e no Brasil em 1888.

<sup>40</sup> Descendentes de pessoas oriundas da Índia.

<sup>41</sup> *Maroons* ou *bush negroes* em inglês. Nas palavras de OLIVEIRA “os brasileiros que vivem no Suriname chamam os quilombolas de ‘marrons’, em referência a palavra de língua holandesa *marrons* (quilombola)” (2013, p. 35). Por considerar a possibilidade de comparação entre as populações quilombolas brasileiras e *marrons* surinamesas, esta pesquisa optou pela não tradução, reproduzindo-a apenas em citações diretas. Segundo o mesmo autor, a estimativa de *marrons* no Suriname é de 54.000 pessoas composta por 6 grupos étnicos: Saramaka (25.000); Ndjuka (Aukaners [20.000]); Paramaka (4.000); Matawai (3.000); Aluku (Boni [1.500]); Kwinti (500) (p. 304).

<sup>42</sup> A estimativa da população indígena no Suriname é de 8.000 pessoas distribuídas em 4 grupos étnicos: Kaliña (Carib [2.500]); Lokono (Aerowak [3.500]); Trio (1.500); Wayana (500) (OLIVEIRA, 2013, p. 304).

<sup>43</sup> Sobre as categorias dos censos populacionais do Suriname, Höfs alerta ser “necessário olhar para esses dados criticamente, dado a contestação desses números pelas informações disponibilizadas por grupos do movimento social marrom e indígena” (2006, p. 21).



**Suriname**

- Fronteira internacional
- Limite de distrito
- ★ Capital nacional
- ⊙ Sede de distrito
- ..... Ferrovia
- Rodovia

0 20 40 60 km

Os distritos de Paramaribo e Wanica concentram 66.20% da população do Suriname, 44.19% e 22.01% respectivamente. Ao considerar os demais distritos costeiros esse percentual é 85.64%: Nickerie (6.41%), Commewijne (5.82%), Marowijne (3.39%), Saramacca (3.23%) e Coronie (0.59%) (OLIVEIRA, 2013, p. 44). Nas palavras de Höfs, esses distritos não representam “simplesmente divisões administrativas, mas demarcam a residência de grupos étnicos diferentes, com a exceção de Paramaribo, cuja população é composta pelos diversos grupos étnicos reconhecidos no país” (2006, p. 13).

Outra característica marcante do Suriname é a diversidade religiosa (ARAÚJO, 2009). Höfs informa que a religião assume papel central no discurso sobre a pluralidade étnica da sociedade e a pluralidade étnico-cultural é elemento fundamental na organização social do país. As diferenças e as assimetrias sociais e econômicas entre os diferentes grupos étnicos são mediadas pela noção de igualdade na diferença do *apanjaht*, uma balança para as diferenças (HÖFS, 2006).

Historicamente essa tem sido à base da organização político-partidária do Suriname. A administração colonial estimulou divisões e preconceitos que permanecem entre os diferentes grupos étnico-raciais, nesse sentido, os partidos apresentam-se como grupos de interesses com apelos étnicos e religiosos para a população (VAN LIER, 2005). Cavlak informa que nos anos 1946 e 1947 foram criados o *Moeslim Partijd* (Partido Muçulmano) a partir de uma organização indiana e javanesa (*Hindostaans-Javaanse Centrale Raad*), o *Verenigde Hindostaanse Partij* (Partido Unido dos Hindus), e o *Kaum Tani Persatuan Indonesia* (União dos Camponeses Indonésios), mais a divisão do *Unie Suriname* em *Protestant Nationale Partij* (Partido Nacional do Suriname de base evangélica) e o *Roman Catholic Profressive Surinaamse Volkspartij* (Partido Popular Progressista do Suriname de base católica) (2017).

Ainda sobre as assimetrias internas que dialogam com o Brasil, há as assimetrias entre o mato e a cidade (HÖFS, 2006) e as assimétricas relações de poder em que estão sujeitos os garimpeiros brasileiros (OLIVEIRA, 2013). Os brasileiras e as brasileiras que migram para Suriname e Guyana seguem trajetórias marcadas por particularidades históricas (HÖFS, 2006; CORBIN, 2007; OLIVEIRA, 2013). Como o processo histórico de ocupação da Amazônia brasileira e o desenrolar da exploração mineral. Ao migrarem em busca de melhores condições de

vida as pessoas envolvidas nas atividades de mineração enfrentam discriminação no Brasil, Guyana e Suriname. Nas palavras de HÖFS,

Falar sobre essa discriminação é interessante porque ressalta a dubiedade do trabalho do garimpo. A garimpagem é uma economia informal que, para muitos, tem o caráter de prática irregular. No entanto, apesar da ausência de mecanismos jurídico-legais estabelecidos no cotidiano dos garimpos (a maior parte dos acordos são feitos 'de boca'), os garimpeiros não se veem cometendo crimes ou infringindo leis. Instalar suas máquinas em espaços aparentemente inabitados ou após feitos os acordos verbais com os donos das terras, a situação é considerada resolvida (HÖFS, 2006, p. 60).

Oliveira aponta que num primeiro momento os governos militares do Brasil incentivaram tanto projetos de mineração como o garimpo manual. Depois assumiu o controle e a fiscalização do garimpo e passou a facilitar a ocupação dos mesmos por empresas de mineração. Isso alimentou conflitos existentes e estimulou outros. Tais conflitos envolveram a faixa de fronteira e as terras indígenas, repercutiram internacionalmente e provocou manifestações em defesa das populações indígenas e contrárias ao garimpo. Essa repercussão foi ajustada aos interesses do governo brasileiro e desencadeou uma política de criminalização e perseguição aos garimpeiros, materializada na Operação Selva Livre (OSL) (2013).

Implementada após a Constituição Federal de 1988, a OSL proibiu a garimpagem em terras indígenas e na faixa de fronteira e em 1990 iniciou-se a retirada de garimpeiros das terras indígenas e da Amazônia brasileira. Desde então o contingente de garimpeiros na Amazônia brasileira diminuiu significativamente, enquanto a migração de garimpeiros brasileiros para outros países da América do Sul aumentou substancialmente, caso da Guyana e do Suriname (OLIVEIRA, 2013).

No interior do Suriname, *marrons*<sup>44</sup> e brasileiros firmaram acordos informais em torno da garimpagem e o ouro passou a ser moeda corrente numa economia informal que possibilitou melhoras na qualidade de vida e aumento do poder de consumo da população *marron*. Esse interior corresponde a 70% do território surinamês e a atividade de garimpo movimentava mais de US\$ 1,7 bilhões anuais na economia do país (OLIVEIRA, 2013).

<sup>44</sup> Sobre as populações *marrons* nas Américas, Richard Price ensina que: "Por quase 300 anos, as guianas foram o cenário clássico para as comunidades quilombolas. Enquanto os quilombolas locais na Guiana Francesa e na Guiana Inglesa foram destruídos no final do século dezoito, os quilombolas no Suriname, conhecidos como '*bush negroes*', se caracterizaram como a maior população quilombola do hemisfério. Com a possível exceção do Haiti, essa foi a sociedade e a cultura mais altamente desenvolvida de forma independente na história Afro-América" (apud CAVLAK, p. 18-19 do Capítulo 1 – livro digital).

Segundo Cavlak, as populações *marrons* no Suriname têm total controle sobre seus territórios, e negociam a exploração de ouro e outros minérios não apenas com as populações garimpeiras, mas também com grandes empresas (2017). Nesse cenário, o Estado tenta assumir o controle da mineração em pequena escala por meio da presença e controle territorial e enfrenta resistência dos *marrons* que reivindicam o reconhecimento de seus direitos sobre a terra e a autonomia para conduzir o desenvolvimento econômico de seus territórios (OLIVEIRA, 2013).

Há áreas de garimpo que estão dentro de concessões que pertencem à mineração em grande escala e o Estado busca garantir um ambiente seguro ao investimento externo para atrair empresas transnacionais do setor da mineração. O alvo do Estado é a mineração em pequena escala praticada majoritariamente de forma irregular. Todavia, ao atacar a mineração em pequena escala, o governo prejudica setores formais da economia atrelados aos setores informais da mineração (RECONDO, 2010a; OLIVEIRA, 2013).

O comportamento do Estado surinamês e sua relação com as populações *marrons* retratam o acirramento de conflitos e disputas envolvendo o acesso, uso e controle de recursos naturais. Quadro também presente no Brasil, conforme o caso de Roraima. Em meio a uma particularidade e outra esses três cenários internos dialogam, expressam semelhanças e acusam a existência de conflitos de interesses envolvendo aspectos étnico-culturais. Isso corrobora a premissa da teoria da assimetria sobre a expansão da análise das relações bilaterais assimétricas para um contexto mais amplo que inclui a identidade étnica e cultural.

No que diz respeito aos aspectos territoriais, as áreas de fronteiras desses países com o Brasil são as menos populosas, assim como é a “região” norte brasileira, menos populosa e a que menos dispõe de infraestrutura. Distingue-se assim dois tipos de assimetrias internas comuns aos três países: i) assimetrias étnico-raciais; ii) assimetrias regionais marcadas pela carência de infraestrutura.

Por mais que o problema não resida nas diferenças étnico-raciais e sim nas desigualdades inseridas no sistema com base em tais diferenças, isto é, nas desigualdades que resultam dos usos que são feitos das diferenças (BARTH, 1998), é necessário estudar os possíveis impactos das composições étnico-raciais, das relações identitárias e interétnicas nas relações bilaterais entre Brasil-Guyana e Brasil-Suriname e no processo de integração sul-americano.

### 3.3 Brasil, Guyana e Suriname no Contexto Sul-Americano

Para expor as assimetrias entre Brasil, Guyana e Suriname no contexto sul-americano agrupou-se índices e indicadores dos doze países e, com base nos índices e indicadores organizados por Couto (2012, p. 51), este capítulo dispõe de doze tabelas que expressam: i) características geofísicas – disponibilidade de recursos e quantitativo populacional; ii) meios de apropriação de recursos – variáveis da rede de infraestrutura; iii) panorama econômico e social – integra variáveis que possibilitam auferir os resultados alcançados pelos itens i e ii.

Pelas variáveis expressas na **Tabela 1 – Dimensão Territorial e Populacional** é perceptível a predominância territorial brasileira, ilustrada no Mapa 17 – América do Sul. Além do país com maior extensão territorial<sup>45</sup>, o Brasil é o país com maior população<sup>46</sup> e ocupa a 4ª posição entre os países de maior densidade demográfica. No outro extremo, Guyana e Suriname figuram entre os países de menor extensão territorial, população e densidade demográfica.

Em termos proporcionais de biodiversidade, Suriname (98.3% de área florestal), Guyana (84.1%) e Brasil (59.3%) são os países com maiores percentuais florestais. No que diz respeito as áreas protegidas, tem-se o seguinte quadro: Brasil com 26.3% (2ª posição); Suriname com 14.7% (8ª); Guyana com 5.2% (11ª).

**Tabela 1 – Dimensões Territorial e Populacional**

| Países    | Extensão Territorial | Área Terrestre  | Área Florestal % <sup>a</sup> | Áreas Protegidas % <sup>a</sup> | População Total | Densidade Demográfica |
|-----------|----------------------|-----------------|-------------------------------|---------------------------------|-----------------|-----------------------|
|           | km <sup>2</sup>      | km <sup>2</sup> |                               |                                 |                 | hab/km <sup>2</sup>   |
|           | 2014                 | 2014            | 2013                          | 2012                            | 2014            | 2014                  |
| Argentina | 2.780.400            | 2.736.690       | 10.1                          | 6.9                             | 42.980.026      | 16                    |
| Bolívia   | 1.098.580            | 1.083.300       | 51.1                          | 20.8                            | 10.561.887      | 10                    |
| Brasil    | 8.515.770            | 8.358.140       | 59.3                          | 26.3                            | 206.077.898     | 25                    |
| Chile     | 756.096              | 743.532         | 23.0                          | 18.6                            | 17.762.647      | 24                    |
| Colômbia  | 1.141.749            | 1.109.500       | 52.8                          | 21.2                            | 47.791.393      | 43                    |
| Equador   | 256.370              | 248.360         | 51.2                          | 23.7                            | 15.902.916      | 64                    |
| Guyana    | 214.970              | 196.850         | 84.1                          | 5.2                             | 763.893         | 04                    |
| Paraguai  | 406.752              | 397.300         | 40.2                          | 6.4                             | 6.552.518       | 16                    |
| Perú      | 1.285.220            | 1.280.000       | 58.1                          | 19.1                            | 30.973.148      | 24                    |
| Suriname  | 163.820              | 156.000         | 98.3                          | 14.7                            | 538.248         | 03                    |
| Uruguai   | 176.220              | 175.020         | 10.3                          | 2.7                             | 3.419.516       | 20                    |
| Venezuela | 912.050              | 882.050         | 53.3                          | 53.0                            | 30.693.827      | 35                    |

Legenda: <sup>a</sup> = Área Terrestre

Fonte: Elaboração própria com base em WORLD BANK, 2016.

<sup>45</sup> Por extensão territorial refere-se à área total do país incluindo áreas alagadas e costais.

<sup>46</sup> Por população ou população total refere-se a todas as pessoas residentes no país independente de seu *status* ou cidadania, com exceção das pessoas com *status* de refugiadas que, no geral, são contabilizadas no total da população do país de origem.



Ao considerar a floresta amazônica em termos absolutos a predominância é brasileira. Em termos proporcionais esse quadro é alterado, conforme pode ser observado na **Tabela 2 – Distribuição da Amazônia Continental**. Em termos absolutos o Brasil detém 67.9% do total da Amazônia, equivalente a 59.1% de seu território. Enquanto a Guyana detém apenas 2.9% seguida pelo Suriname com 1.9%, mas 100% dos territórios da Guyana e do Suriname são amazônicos.

**Tabela 2 – Distribuição da Amazônia Continental**

| País         | Extensão Total do País (km <sup>2</sup> ) | Extensão da Área Amazônica: critério político-administrativo | Importância Regional da Amazônia Nacional (%) | Importância Nacional da Amazônia (%) |
|--------------|---|--|---|--------------------------------------|
| Bolívia      | 1.098.581                                 | 724.000  | 9.8   | 65.9                                 |
| Brasil       | 8.514.876                                 | 5.034.740  | 67.9  | 59.1                                 |
| Colômbia     | 1.141.748                                 | 477.274  | 6.4   | 41.8                                 |
| Equador      | 283.561                                   | 115.613  | 1.6   | 40.8                                 |
| Guyana       | 214.960                                   | 214.960  | 2.9   | 100.0                                |
| Perú         | 1.285.216                                 | 651.440  | 8.8   | 50.7                                 |
| Suriname     | 142.800                                   | 142.800  | 1.9   | 100.0                                |
| Venezuela    | 916.445                                   | 53.000   | 0.7   | 5.8                                  |
| <b>Total</b> | <b>13.598.187</b>                         | <b>7.413.827</b>   | <b>100.0</b>                                  | <b>-</b>                             |

Fonte: CORREA, 2014, p. 58.

As variações entre bruto e proporcional também são observadas no quesito água, conforme **Tabela 3 – Disponibilidade Hídrica**. A variável designada por Total de Recursos Hídricos Renováveis (TRWR)<sup>47</sup> corresponde à disponibilidade hídrica anual de um país. Nesse quesito o Brasil ocupa a 1ª posição e o Suriname e a Guyana são respectivamente os países de menor disponibilidade hídrica.

Todavia, em relação à disponibilidade hídrica per capita tais posições são invertidas: 1ª Guyana; 2ª Suriname; 10ª Brasil. A taxa de dependência expressa o percentual de TRWR de origem externa ao país, sendo 0% o equivalente ao não recebimento de água de países vizinhos e 100% o equivalente ao recebimento externo sem produção própria. Nesse quesito o Suriname ocupa a 1ª posição ao lado do Equador, com 0% de taxa de dependência; a Guyana ocupa a 4ª posição, com 11% de taxa de dependência; e o Brasil a 6ª posição, com 34.53%.

<sup>47</sup> Tradução livre de *Total Renewable Water Resources*. TRWR = águas superficiais + águas subterrâneas - sobreposição entre águas superficiais e subterrâneas.

Tabela 3 – Disponibilidade Hídrica

| Países    | TRWR                                | TRWR Per Capita          | Taxa de Dependência |
|-----------|-------------------------------------|--------------------------|---------------------|
|           | 10 <sup>9</sup> m <sup>3</sup> /ano | m <sup>3</sup> /hab./ano | %                   |
|           | <b>2014</b>                         | <b>2014</b>              | <b>2015</b>         |
| Argentina | 876.2                               | 20.181                   | 66.67               |
| Bolívia   | 574                                 | 53.520                   | 47.13               |
| Brasil    | 8.647                               | 41.603                   | 34.53               |
| Chile     | 923.1                               | 51.432                   | 4.1                 |
| Colômbia  | 2.360                               | 48.933                   | 9.1                 |
| Equador   | 442.4                               | 27.403                   | 0                   |
| Guyana    | 271                                 | 353.279                  | 11.0                |
| Paraguai  | 387.8                               | 58.412                   | 69.83               |
| Perú      | 1.880                               | 59.916                   | 12.7                |
| Suriname  | 99                                  | 182.320                  | 0                   |
| Uruguai   | 172.2                               | 50.175                   | 46.46               |
| Venezuela | 1.325                               | 42.594                   | 39.25               |

Fonte: Elaboração própria com base em FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2016.

Assim como a água, os recursos minerais têm grande importância geopolítica e econômica, e apesar da importância desse setor para Guyana e Suriname, Brasil e Venezuela são os únicos países sul-americanos que figuram entre os vinte maiores produtores mundiais no setor da mineração (REICHL; SCHATZ; ZSAK, 2016, p. 18). Em conformidade com a **Tabela 4 – Mineração: Produção**, no quesito produção total o Brasil ocupa a 1<sup>a</sup> posição de produtor sul-americano de minério. A Guyana figura na lista de produtores de metais preciosos, na qual o Brasil ocupa a 5<sup>a</sup> posição sulamericana, a Guyana a 7<sup>a</sup> e o Suriname a 8<sup>a</sup>.

Tabela 4 – Mineração: Produção

| Países    | Total<br>(Incluindo<br>Bauxita) | Metais de<br>Ferro e<br>Ferro Liga | Metais Não<br>Ferrosos | Metais<br>Preciosos | Minerais<br>Industriais | Combustíveis<br>Minerais |
|-----------|---------------------------------|------------------------------------|------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------------|
|           | t                               | t                                  | t                      | t                   | t                       | t                        |
|           | <b>2014</b>                     | <b>2014</b>                        | <b>2014</b>            | <b>2014</b>         | <b>2014</b>             | <b>2014</b>              |
| Argentina | 63.543.158                      | 225.794                            | 623.922                | 977                 | 4.562.365               | 58.130.100               |
| Bolívia   | 21.195.864                      | 1.258                              | 559.328                | 1.370               | 182.808                 | 20.451.100               |
| Brasil    | 402.700.107                     | 202.016.352                        | 1.442.520              | 102                 | 17.748.961              | 146.082.272              |
| Chile     | 35.335.498                      | 9.476.410                          | 5.832.300              | 1.618               | 14.773.845              | 5.251.325                |
| Colômbia  | 149.228.873                     | 345.502                            | 3.991                  | 69                  | 862.353                 | 148.016.958              |
| Equador   | 28.384.903                      | 0                                  | 0                      | 8                   | 223.495                 | 28.161.400               |
| Guyana    | 1.563.575                       | 0                                  | 0                      | 12                  | 0                       | 0                        |
| Paraguai  | 14.500                          | 0                                  | 0                      | 0                   | 14.500                  | 0                        |
| Perú      | 34.089.198                      | 4.908.039                          | 3.001.137              | 3.918               | 7.008.091               | 19.168.013               |
| Suriname  | 3.543.811                       | 0                                  | 0                      | 11                  | 0                       | 836.100                  |
| Uruguai   | 23.512                          | 15.050                             | 0                      | 2                   | 8.460                   | 0                        |
| Venezuela | 174.381.952                     | 7.408.900                          | 138.400                | 1                   | 1.508.081               | 163.010.782              |

Fonte: Elaboração própria com base em REICHL, C.; SCHATZ, M.; ZSAK, G., 2016, p. 32-35.

Em relação aos combustíveis minerais, o Brasil ocupa a 3ª e o Suriname a 9ª posições.<sup>48</sup> Não obstante, essa distância entre as posições não reflete os quantitativos brutos, os quais indicam diferenças enormes entre esses três países em favor do Brasil.

Concernente à produção energética o quadro brasileiro apresenta o seguinte percentual: 75.2% hidrelétrica; 8.5% gás natural; 7.3% energia renovável; 3.5% óleo; 2.9% nuclear; 2.6% carvão. E para complementar o potencial industrial brasileiro, registra-se que 1.24% do Produto Interno Bruto (PIB) é investido em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)<sup>49</sup> (WORLD BANK, 2016).<sup>50</sup>

Pelos dados das **Tabela 5 – Infraestrutura: Aeroportos e Ferrovias** e **Tabela 6 – Infraestrutura: Rodovias e Hidrovias**, em termos absolutos o Brasil ocupa um extremo como detentor de maior infraestrutura na América do Sul. Guyana e Suriname ocupam o outro extremo com as piores posições.<sup>51</sup>

**Tabela 5 – Infraestrutura: Aeroportos e Ferrovias**

| Países    | Aeroportos Total | Aeropostos Pistas Pavimentadas | Posição Mundial | Ferrovias Km | Posição Mundial |
|-----------|------------------|--------------------------------|-----------------|--------------|-----------------|
|           | <b>2013</b>      | <b>2013</b>                    | <b>2013</b>     | <b>2014</b>  | <b>2014</b>     |
| Argentina | 1.138            | 161                            | 6               | 36.917       | 8               |
| Bolívia   | 855              | 21                             | 7               | 3.504        | 51              |
| Brasil    | 4.093            | 698                            | 2               | 28.538       | 11              |
| Chile     | 481              | 90                             | 15              | 7.281        | 30              |
| Colômbia  | 836              | 121                            | 8               | 2.141        | 94              |
| Equador   | 432              | 104                            | 20              | 965          | 89              |
| Guyana    | 117              | 11                             | 50              | ND           | ND              |
| Paraguai  | 799              | 15                             | 9               | 30           | 133             |
| Perú      | 191              | 59                             | 30              | 1.854        | 73              |
| Suriname  | 55               | 6                              | 85              | ND           | ND              |
| Uruguai   | 133              | 11                             | 42              | 1.641        | 77              |
| Venezuela | 444              | 127                            | 19              | 447          | 117             |

Legenda: ND = Não Disponível

Fonte: Elaboração própria com base em CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016.

No *ranking* mundial o Brasil ocupa a 2ª posição em número de aeroportos, 4ª em rede rodoviária e 3ª em hidrovias. No quesito pavimentação a situação brasileira, guianense e surinamesa são praticamente as mesmas, visto que a maior parte das pistas dos aeroportos e das redes rodoviárias dos três países não é pavimentada.

<sup>48</sup> No quesito combustível mineral não há produção para a Guyana.

<sup>49</sup> Os dados referentes à P&D correspondem ao ano de 2013. Na América do Sul, dentre os dados disponíveis, o Brasil ocupa a melhor posição. Mas esse dado não consta para Guyana, Paraguai, Peru, Suriname e Venezuela. Esse percentual no México é 0.50%, China 2.01%, França 2.24%, Alemanha 2.83%, Estados Unidos 2.73%. A média mundial é 2.12%.

<sup>50</sup> Tais dados não estão disponíveis para Guyana e Suriname.

<sup>51</sup> Com exceção no quesito ferrovias em que a Argentina ocupa melhor posição que o Brasil.

Dada a dimensão brasileira, a rede ferroviária é medíocre, ocupando a 51ª posição mundial. Esse dado não está disponível para Guyana e Suriname. Em relação ao quadro quantitativo portuário tem-se: Brasil com 7 portos marítimos e 1 porto fluvial; Guyana com 1 porto marítimo; Suriname com 2 portos marítimos (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016).

**Tabela 6 – Infraestrutura: Rodovias e Hidrovias**

| Países    | Rede Rodoviária Total <sup>1</sup> Km | Rede Rodoviária Pavimentada <sup>2</sup> Km | Posição Mundial <sup>3</sup> | Ano (1+2+3) | Hidrovias Km | Posição Mundial |
|-----------|---------------------------------------|---|------------------------------|-------------|--------------|-----------------|
|           | -                                     | -   | -                            | -           | <b>2012</b>  | <b>2012</b>     |
| Argentina | 231.374                               | 69.412                                      | 21                           | 2004        | 11.000       | 12              |
| Bolívia   | 80.488                                | 6.850                                       | 59                           | 2010        | 10.000       | 13              |
| Brasil    | 1.580.964 <sup>a</sup>                | 212.798                                     | 4                            | 2010        | 50.000       | 3               |
| Chile     | 77.764                                | 18.119                                      | 61                           | 2010        | ND           | ND              |
| Colômbia  | 204.855                               | ND  | 34                           | 2015        | 24.725       | 6               |
| Equador   | 43.670                                | 6.472                                       | 83                           | 2007        | 1.500        | 52              |
| Guyana    | 7.970                                 | 590   | 141                          | 2001        | 330          | 91              |
| Paraguai  | 32.059                                | 4.860                                       | 95                           | 2010        | 3.100        | 32              |
| Perú      | 140.672                               | 18.699                                      | 35                           | 2012        | 8.808*       | 14              |
| Suriname  | 4.304                                 | 1.130                                       | 155                          | 2003        | 1.200*       | 58              |
| Uruguai   | 77.732                                | 7.743                                       | 62                           | 2010        | 1.600*       | 48              |
| Venezuela | 96.189                                | ND  | 48                           | 2014        | 7.100*       | 20              |

Legenda: <sup>a</sup> = não inclui rodovias urbanas / \* = 2011 / ND = Não Disponível

Fonte: Elaboração própria com base em CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016.

As variáveis de comunicação disponíveis na **Tabela 7 – Infraestrutura: Comunicação** apontam que 57.6% da população brasileira utiliza internet, ocupando a 4ª posição sulamericana. No Suriname esse percentual é 40.1% (10ª) e na Guyana 37.4% (12ª). Referente ao uso de telefones celulares o Suriname tem o 1º lugar na América do Sul, o Brasil está em 4º e a Guyana em último (12º).

**Tabela 7 – Infraestrutura: Comunicação**

| Países    | Usuários de Internet População % | Telefone Celular (per 100 pessoas) |
|-----------|----------------------------------|------------------------------------|
|           | <b>2014</b>                      | <b>2014</b>                        |
| Argentina | 64.7                             | 158.7                              |
| Bolívia   | 39.0                             | 96.3                               |
| Brasil    | 57.6                             | 139.0                              |
| Chile     | 72.4                             | 133.3                              |
| Colômbia  | 52.6                             | 113.1                              |
| Equador   | 43.0                             | 103.9                              |
| Guyana    | 37.4                             | 70.5                               |
| Paraguai  | 43.0                             | 105.6                              |
| Perú      | 42.2                             | 109.0                              |
| Suriname  | 40.1                             | 170.6                              |
| Uruguai   | 61.5                             | 160.8                              |
| Venezuela | 57.0                             | 99.0                               |

Fonte: Elaboração própria com base em UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2015.

Pela **Tabela 8 – Indicadores Econômicos: PIB** é perceptível a distância entre o PIB brasileiros (US\$ 2.346.076.315.119) dos demais países sul-americanos. O Suriname (US\$ 5.210.303.030) e a Guyana (US\$ 3.096.747.287) têm respectivamente os menores PIB. Essa distância é reduzida no quesito PIB per capita entre Brasil (5ª posição, US\$ 11.384,4) e Suriname (6ª posição, US\$ 9.680,1), enquanto a Guyana ocupa a 11ª posição (US\$ 4.053,9).

No quesito estabilidade, depois da Venezuela o Brasil teve o menor crescimento econômico sul-americano (0,1%) e um quadro inflacionário que ocupou a 4ª posição (6,9%). O crescimento da Guyana ocupou a 2ª posição (5,2%)<sup>52</sup> e do Suriname a 9ª (1,1%), com quadro inflacionário instável em ambos os países.<sup>53</sup>

**Tabela 8 - Indicadores Econômicos: PIB**

| Países    | PIB                          | Crescimento      | PIB Per Capita        | Inflação            |
|-----------|------------------------------|------------------|-----------------------|---------------------|
|           | US\$/bilhões                 | Econômico %      | US\$                  | PIB %               |
|           | 2014                         | 2014             | 2014                  | 2014                |
| Argentina | 537.659.972.702              | 0,5              | 12.509,5              | 29,3                |
| Bolívia   | 32.996.187.988               | 5,5              | 3.124,1               | 2,0                 |
| Brasil    | 2.346.076.315.119            | 0,1              | 11.384,4              | 6,9                 |
| Chile     | 258.061.522.887              | 1,9              | 14.528,3              | 5,4                 |
| Colômbia  | 377.739.622.866              | 4,6              | 7.903,9               | 1,8                 |
| Equador   | 100.917.372.000              | 3,7              | 6.345,8               | 2,7                 |
| Guyana    | 3.096.747.287                | 5,2 <sup>1</sup> | 4.053,9               | -0,1 <sup>2</sup>   |
| Paraguai  | 30.880.859.580               | 4,7              | 4.712,8               | 5,1                 |
| Perú      | 202.596.307.719              | 2,4              | 6.541,0               | 3,0                 |
| Suriname  | 5.210.303.030                | 1,1              | 9.680,1               | -0,3 <sup>3</sup>   |
| Uruguai   | 57.471.030.095               | 3,5              | 16.806,8              | 9,6                 |
| Venezuela | 381.286.237.848 <sup>0</sup> | -4,0             | 12.771,6 <sup>0</sup> | 35,5 <sup>1 a</sup> |

Legenda:

<sup>0</sup> = 2012

<sup>1</sup> = 2013

<sup>2</sup> = inflação em 2012 = 5,7; 2011 = 8,4

<sup>3</sup> = inflação em 2013 = 0,2; 2012 = 10,3; 2011 = 14,5

<sup>a</sup> = Venezuela: inflação em 2012 = 14,1; 2011 = 28,1

Fonte: Elaboração própria com base em WORLD BANK, 2016.

Conforme as variáveis expressas na **Tabela 9 – Indicadores Econômicos: IED / Gasto Militar**, em termos absolutos o Brasil é o maior receptor de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América do Sul (US\$ 96.895.162.916). A Guyana está alocada na 10ª posição (US\$ 237.750.049) e o Suriname ocupa o último lugar com saldo negativo (US\$ -209.526.323). Esse quadro é alterado quando considerada a participação do IED no PIB, quesito em que Guyana ocupa a 2ª posição (7,7%), Brasil 5ª (4,1%) e Suriname a última (-4,1%). Apesar do saldo negativo no ano de

<sup>52</sup> Os dados referentes ao crescimento econômico e a inflação da Guyana são de 2013.

<sup>53</sup> Inflação na Guyana: 2013 = -0,1%; 2012 = 5,7%; 2011 = 8,4%. Inflação no Suriname: 2014 = -0,3%; 2013 = 0,2%; 2012 = 10,3%; 2011 = 14,5%.

2014, o IED no Suriname apresentou a seguinte oscilação: 2013 = US\$ 137.463.325 (2.7% de participação no PIB); 2012 = US\$ 124.348.749 (2.5%); 2011 = US\$ 145.288.761 (3.3%).

**Tabela 9 – Indicadores Econômicos: IED / Gasto Militar**

| Países    | IED - US\$                 | IED - % PIB       | Gasto Militar - % PIB |      |
|-----------|----------------------------|-------------------|-----------------------|------|
|           | 2014                       | 2014              | 2015                  | 2015 |
| Argentina | 6.055.282.711              | 1.1               | 0.9                   |      |
| Bolívia   | 72.595.677                 | 0.2               | 1.6                   |      |
| Brasil    | 96.895.162.916             | 4.1               | 1.4                   |      |
| Chile     | 22.001.682.014             | 8.5               | 1.9                   |      |
| Colômbia  | 16.151.013.402             | 4.3               | 3.4                   |      |
| Equador   | 773.101.946                | 0.8               | 2.7                   |      |
| Guyana    | 237.750.049                | 7.7               | 1.4                   |      |
| Paraguai  | 523.250.000                | 1.7               | 1.7                   |      |
| Perú      | 7.884.539.124              | 3.9               | 1.6                   |      |
| Suriname  | -209.526.323               | -4.1 <sup>2</sup> | ND                    |      |
| Uruguai   | 2.804.995.121              | 4.9               | 1.8                   |      |
| Venezuela | 6.927.000.000 <sup>1</sup> | 0.6 <sup>3</sup>  | ND                    |      |

Legenda: ND = Não Disponível / <sup>0</sup> = 2012 / <sup>1</sup> = 2013

<sup>2</sup> = 2013: 137.463.325 = 2.7%; 2012: 124.348.749 = 2.5%; 2011: 145.288.761 = 3.3%

<sup>3</sup> = 2012: 2.199.000.000 = 0.6%; 2011: 3.889.000.000 = 1.2%

Fonte: Elaboração própria com base em WORLD BANK, 2016.

Conforme tabela 9, não há gastos militares em % do PIB disponíveis para Suriname e Venezuela. Argentina é o país com menor índice (0.9%) e Colômbia com o maior (3.4%), seguida pelo Equador (2.7%). O gasto brasileiro é 1.4%, mesmo percentual da Guyana, atrás do Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia.

De acordo com estimativas referentes ao ano 2015, o **PIB brasileiro** é composto por: i) serviços (71.9%); ii) indústria<sup>54</sup> (22.2%); iii) agricultura<sup>55</sup> (5.9%). Na Guyana essa composição é: i) serviços (48.4%); ii) indústria<sup>56</sup> (30.9%); iii) agricultura<sup>57</sup> (20.7%). O quadro surinamês é: i) indústria<sup>58</sup> (49.9%); ii) serviços (43.7%); iii) agricultura<sup>59</sup> (6.4%) (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016).

No tocante a **balança comercial**, Brasil, Guyana e Suriname apresentaram déficits em 2014. Em 2015 o Brasil apresentou superávit (US\$ 19.685 bilhões) e

<sup>54</sup> Composição da indústria brasileira: produtos têxteis, calçados, produtos químicos, cimento, madeira, minério de ferro, estanho, aço, aeronaves, veículos motorizados e peças, outras máquinas e equipamentos (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016).

<sup>55</sup> Principais produtos cultivados pela agricultura brasileira: café, soja, trigo, arroz, milho, cana-de-açúcar, cacau, produtos cítricos e carne bovina. Ibid.

<sup>56</sup> Principais produções da indústria guianense: bauxita, açúcar, moagem de arroz, madeira, produtos têxteis e mineração de ouro. Ibid.

<sup>57</sup> A agricultura da Guyana está centrada nas produções de: cana-de-açúcar, arroz, óleos comestíveis, carne bovina, suína e aves, camarão e peixe. Ibid.

<sup>58</sup> A indústria surinamesa é majoritariamente composta por: bauxita, mineração de ouro, produção de alumina, petróleo, madeira, processamento de alimentos e pesca. Ibid.

<sup>59</sup> Principais cultivos da agricultura do Suriname: arroz, bananas, amêndoas de palma, cocos, amendoim, carne bovina e aves, camarão, produtos florestais. Ibid.

Guyana (US\$ -0.333 bilhões) e Suriname (US\$ -0.307 bilhões) seguiram em déficits. Os dados seguintes expressam a distância entre as respectivas exportações e importações desses países: Brasil US\$ 191.134 bilhões e US\$ 171.449 bilhões; Guyana US\$ 1.151 bilhões e US\$ 1.484 bilhões; Suriname US\$ 1.666 bilhões e US\$ 1.973 bilhões (BUREAU OF STATISTICS – GUYANA, 2016a; CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016; MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2015).

Sobre a exposição das exportações e importações dos países em questão (abaixo), esclarece-se que a opção por países e não por “blocos” corresponde a premissa desta pesquisa em considerar as relações bilaterais e não as relações em blocos. Ressalta-se, no entanto, que se fossem consideradas as trocas comerciais dos países estudados com a União Europeia, MERCOSUL, CARICOM, ALADI, os quadros seguintes sofreriam alterações.

Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil (2015), no ano de 2015 os principais destinos das **exportações brasileiras** foram: i) China (18.63%); ii) Estados Unidos (12.60%); iii) Argentina (6.70%); iv) Países Baixos (5.26%); v) Alemanha (2.71%); vi) Japão (2.53%); vii) Chile (2.08%); viii) Índia (1.89%); ix) México (1.88%); x) Itália (1.71%). Em relação as **importações**, têm-se: i) China (17.92%); ii) Estados Unidos (15.44%); iii) Alemanha (6.05%); iv) Argentina (6,00%); v) Coreia do Sul (3.16); vi) Japão (2.84%); vii) Itália (2.73%); viii) Nigéria (2.70%); ix) França (2.60%); x) México (2.55).<sup>60</sup>

No mesmo ano, segundo o Bureau of Statistics - Guyana (2016a), as **exportações** da Guyana seguiram majoritariamente para: i) Canadá (27.8%); ii) Estados Unidos (26.3%); iii) Reino Unido (7.9%); iv) Panamá (6.6%); v) Trindade e Tobago (5.8%); vi) Jamaica (5.6%); vii) Venezuela (4.6%); viii) Alemanha (4.2%); ix) Ucrânia (3.3%); x) Bélgica (2.9%). As importações tiveram as seguintes procedências: i) Estados Unidos (24.9%); ii) Trindade e Tobago (24.2%); iii) China

<sup>60</sup> Os 10 principais produtos exportados pelo **Brasil** em 2015, por ordem decrescente de valor, foram: soja (10.98%), minério de ferro (7.36%), petróleo bruto (6.16%), carne de frango (3.26%), açúcar de cana (3.09%), farelo e resíduos da extração de óleo de soja (3.05%), celulose (2.92), café cru em grão (2.91%), milho em grão (2.58%), carne bovina (2.44%). As importações foram: óleo bruto de petróleo (4.30%), medicamentos (3.40%), partes e peças para veículos automotivos e tratores (3.13%), automóveis de passageiros (2.93%), óleos combustíveis (2.07%), inseticidas formicidas herbicidas (1.80%), circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos (1.76%), compostos heterocíclicos, seu sais e sulfonamidas (1.75%), naftas (1.62%), gás natural liquefeito (1.61%). Cf.: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2015.

(7.6%); iv) Suriname (5.2%); v) Venezuela (4.6%); vi) Japão (3.8%); vii) Reino Unido (2.7%); viii) Países Baixos (2.0%); ix) Barbados (1.9%); x) Nova Zelândia (1.6%).<sup>61</sup>

Também em 2015, os principais destinos das **exportações** do Suriname foram: i) Suíça (21.8%); ii) Emirados Árabes Unidos (14.5%); iii) Índia (13.9%); iv) Bélgica (9.7%); v) Estados Unidos (8.9%); vi) França (8.1%); vii) Canadá (6.6%). As origens das **importações** foram: i) Estados Unidos (26.8%); ii) Países Baixos (14.3%); iii) China (12.2%); iv) Trindade e Tobago (7.4%); Japão (4.8%) (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016).<sup>62</sup>

Em vista dos dados apresentados, no plano comercial, com exceção dos 5.2% das importações da Guyana que tiveram procedência surinamesa, os países estudados não figuram como **principais parceiros comerciais** entre si. Nas exportações brasileiras o Suriname aparece na 111ª posição (0.02%) e a Guyana consta nas importações brasileiras na 104ª posição (0.00%) sob um montante de US\$ 7.767.972.

Ademais, Estados Unidos, China, Países Baixos e Japão figuram entre os principais parceiros comerciais do Brasil, da Guyana e do Suriname. Alemanha está presente no quadro brasileiro e guianense; França e Índia estão presentes no quadro brasileiro e surinamês; Canadá, Trindade e Tobago e Bélgica estão presentes no quadro guianês e surinamês. Tanto a Guyana como o Suriname mantêm relações comerciais com suas ex-metrópoles, Reino Unido e Países Baixos respectivamente.

No que diz respeito à **diversificação das relações bilaterais comerciais** o Brasil apresenta um quadro mais diversificado, visto que seus 10 principais parceiros comerciais nas exportações e importações correspondem respectivamente a 55.99% e 61.99%. No tocante aos 10 **principais produtos exportados e importados** as proporções são 44.75% e 24.37%, respectivamente.

<sup>61</sup> As exportações da **Guyana** em 2015 foram majoritariamente compostas por: ouro cru (43.5%), arroz (19.2%), bauxita (9.1%), açúcar (6.8%), madeira (3.8%), camarão (3.7%), peixe (3.0%), alimentos preparados (2.0%), rum e destilados engarrafados (1.9%), diamante (1.5%). As importações, por: combustíveis e lubrificantes (24,7%), materiais de construção (2.9%), automóveis (2.6%), artigos de ferro e aço (2.6%), artigos de plástico (2.4%), cal e cimento etc. (2.4%), fertilizantes industrializado (2.2%), mercadorias e veículos motorizados para uso específico (2.2%), equipamento de telecomunicação (2.0), leite e creme (1.9%). Cf.: BUREAU OF STATISTICS – GUYANA, 2016a.

<sup>62</sup> As principais exportações do **Suriname** baseiam-se nos seguintes produtos: alumina, ouro, petróleo bruto, madeira, camarão, peixe, arroz, bananas. As importações são compostas por: bens de capital, petróleo, alimentos, algodão, bens de consumo. Cf.: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016.

O quadro da Guyana é mais vulnerável. Seus 10 principais parceiros comerciais nas exportações e importações correspondem, respectivamente, a 95% e 78.5%. Em relação aos 10 principais produtos exportados e importados esse percentual é de 94.5% e 45.9%.

Por conta da não disponibilidade dos 10 principais parceiros e produtos do Suriname não é possível empreender uma comparação rigorosa. Mas os dados recolhidos no portal da Central Intelligence Agency (2016) acusam que o quadro das exportações e importações surinamesas também são menos diversificados que o brasileiro, sendo respectivamente 83,5% concentrados em 7 parceiros comerciais e 65.5% em 5. Em relação à **exportação de bens e serviços**, na economia brasileira o percentual é 13% do PIB. Na economia guianense 50.4% e 25.6% para a surinamesa<sup>63</sup> (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2016).

A economia guianense depende significativamente de exportações baseadas em *commodities*<sup>64</sup> de alta dependência da condição climática e volatilidade de preços no mercado. E, de acordo com Corbin, a população é altamente dependente de remessas monetárias e não monetárias, sendo que as remessas monetárias correspondem a 13.7% do PIB e superam o ingresso de IED e da *Overseas Development Assistance* (ODA) (2012).

Por seu turno, o Suriname é altamente dependente da indústria de mineração, e segundo a Central Intelligence Agency, as exportações de petróleo, ouro e alumina representam 85% das exportações e 27% das receitas governamentais (2016). Além da volatilidade dos preços dessas *commodities*, a vulnerabilidade é ampliada pela alta dependência de IED na exploração desses recursos. Oliveira informa que as remessas enviadas pela diáspora também conformam significativas fontes de renda (2013).

Em relação ao intercâmbio comercial da Guyana e do Suriname com o Brasil, em conformidade com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior, e Serviços do Brasil, de 2000 a 2016 o saldo tem sido positivo para o Brasil, que compra mais produtos básicos e vende mais produtos industrializados (2016e; 2016f). As importações brasileiras da Guyana somaram nesse período o total de US\$ 18.397.658, desse total US\$ 17.753.686 referem-se aos produtos básicos e US\$

---

<sup>63</sup> Segundo Cavlak, os cassinos são bastante presentes na cidade de Paramaribo, destacando-se no setor de serviços (2017).

<sup>64</sup> Produtos primários.

643.972 aos industrializados. Em contrapartida, as exportações do Brasil para a Guyana entre 2000 e 2016 somaram US\$ 329.763.415, US\$ 323.943.308 referentes aos industrializados e US\$ 5.699.891 aos básicos (2016a; 2016c).

No caso do Suriname há algumas alterações, mas o quadro também é favorável ao Brasil. No período de 2000 a 2016 a soma das importações brasileiras de origem surinamesa foi US\$ 85.848.146, US\$ 81.425.101 referentes aos produtos industrializados e US\$ 4.423.045 aos básicos. O montante referente as exportações foi US\$ 624.014.447, US\$ 507.203.255 correspondentes aos industrializados e US\$ 116.117.250 aos básicos (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2016b; 2016d).

Para completar o panorama econômico social têm-se as variáveis sociais. Uma das variáveis é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, com base no relatório do United Nations Development Programme (2015), corresponde a uma metodologia que combina: i) vida longa e saudável mensurada pela expectativa de vida ao nascer; ii) habilidade em adquirir conhecimento por meio [da expectativa] dos anos escolares; iii) e possibilidade em atingir um padrão de vida decente ilustrado pelo *Gross National Income (GNI) per capita*.

Com base em 188 países, atualmente o IDH mundial é 0.711. Quanto mais próximo de um (1) melhor a classificação do país. De acordo com a **Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, o Brasil (0.755) e o Suriname (0.714) têm IDH alto e ocupam respectivamente a 5ª e a 9ª posições sul-americanas. A Guyana ocupa a última posição com um IDH médio (0.636). Todos os três países apresentaram melhoras em seus índices na comparação entre 2008 e 2015.

**Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

| Países    | Ranking         | 2015  | 2008 <sup>a</sup> |
|-----------|-----------------|-------|-------------------|
| Argentina | 40 – Muito Alto | 0.836 | 0.777             |
| Bolívia   | 119 - Médio     | 0.662 | 0.649             |
| Brasil    | 75 - Alto       | 0.755 | 0.731             |
| Chile     | 42 – Muito Alto | 0.832 | 0.805             |
| Colômbia  | 97 - Alto       | 0.720 | 0.700             |
| Equador   | 88 - Alto       | 0.732 | 0.697             |
| Guyana    | 124 - Médio     | 0.636 | 0.621             |
| Paraguai  | 112 - Médio     | 0.679 | 0.661             |
| Perú      | 84 - Alto       | 0.734 | 0.707             |
| Suriname  | 103 - Alto      | 0.714 | 0.694             |
| Uruguai   | 52 - Alto       | 0.793 | 0.773             |
| Venezuela | 71 - Alto       | 0.762 | 0.758             |

Legenda: <sup>a</sup> = UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2014.

Fonte: Elaboração própria com base em UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2014; 2015.

Segundo exposição da **Tabela 11 – Expectativa de Vida e Alfabetização**, no quesito expectativa de vida o Brasil ocupa a 6ª posição em relação as mulheres e 7ª referente aos homens. O Suriname e a Guyana ocupam, respectivamente, a 10ª e 12ª posições para ambos os gêneros. A distância entre Brasil e Chile, país que ocupa a 1ª posição, é de 6.2 e 7.9 anos. Ao comparar Chile e Suriname essa distância é 10.1 e 10.6 anos. Com a Guyana 15.7 e 14.4 anos. No item alfabetização o Suriname ocupa a 5ª posição. Brasil e Guyana as respectivas 11ª e 12ª posições. Entre Chile e Suriname há uma distância de 3.9%, com o Brasil essa distância é 7.3% e 13.6% entre Chile e Guyana.

**Tabela 11 – Expectativa de Vida e Alfabetização**

| Países    | Expectativa de Vida | Expectativa de Vida | Taxa de Alfabetização |
|-----------|---------------------|---------------------|-----------------------|
|           | Mulher (Anos)       | Homem (Anos)        | % População           |
|           | <b>2014</b>         | <b>2014</b>         | <b>2014</b>           |
| Argentina | 80.1                | 72.4                | 97.9                  |
| Bolívia   | 70.9                | 65.9                | 94.5                  |
| Brasil    | 78.3                | 70.7                | 91.3                  |
| Chile     | 84.5                | 78.6                | 98.6                  |
| Colômbia  | 77.7                | 70.5                | 93.6                  |
| Equador   | 78.7                | 73.2                | 93.3                  |
| Guyana    | 68.8                | 64.2                | 85                    |
| Paraguai  | 75.1                | 70.8                | 93.9                  |
| Perú      | 77.2                | 71.9                | 93.8                  |
| Suriname  | 74.4                | 68.0                | 94.7                  |
| Uruguai   | 80.6                | 73.5                | 98.4                  |
| Venezuela | 78.5                | 70.2                | 95.5                  |

Fonte: Elaboração própria com base em UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2015.

Ao considerar que pobreza e vulnerabilidade não são equivalentes, mas vinculadas, a vulnerabilidade passa a ser expressa por meio de privações de três dimensões: saúde, educação e qualidade de vida. No entendimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD ou UNDP na sigla em inglês), a vulnerabilidade costuma ser um aspecto importante da pobreza por conta das diversas privações sofridas pela população pobre.

Nesse sentido, o Índice de Pobreza Multidimensional (*Multidimensional Poverty Index*, MPI) é uma importante referência para as iniciativas de desenvolvimento humano. Diferentemente da pobreza de renda que é calculada a partir do banco de dados do Banco Mundial, o cálculo da MPI considera pesquisas domiciliares nacionais (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2014).

Em termos monetários, a população próxima à pobreza multidimensional equivale a renda maior que US\$ 1.25/dia e menor que US\$ 2.50/dia. A população

em situação de pobreza multidimensional costuma ser maior que a população vivendo com menos de US\$ 1.25/dia. Todavia, no caso brasileiro a pobreza baseada na renda (população abaixo da linha da pobreza) é maior.

De acordo com a **Tabela 12 – População Vulnerável e em Situação de Pobreza**, o percentual de vulnerabilidade da população guianense é 27.8%, 14.3% para Suriname e 10.5% para Brasil. Com distâncias de 17.3% entre Brasil e Guyana, 13.5% entre Suriname e Guyana e 3.8% entre Brasil e Suriname.

**Tabela 12 – População Vulnerável e em Situação de Pobreza**

| Países    | População Abaixo da Linha da Pobreza PPP US\$ 1,25/dia 2002-2012 % | 1. População Próxima à Pobreza Multidimensional % | 2. População em Situação de Pobreza Multidimensional % | 3. População em Situação de Pobreza Severa % | Total da População Vulnerável (1+2+3) <sup>a</sup> % |
|-----------|--|---|--|--|--|
| Argentina | 1.4  | 5.2   | 3.7  | 0.5  | 9.4  |
| Bolívia   | 8.0  | 17.3  | 20.6   | 7.8  | 45.7   |
| Brasil    | 3.8  | 7.2   | 2.9  | 0.4  | 10.5   |
| Chile     | ND   | ND  | ND   | ND   | ND   |
| Colômbia  | 5.6  | 10.2  | 7.6  | 1.8  | 19.6   |
| Equador   | 4.0  | 8.4   | 3.7  | 0.5  | 12.6   |
| Guyana    | ND   | 18.8  | 7.8  | 1.2  | 27.8   |
| Paraguai  | ND   | ND  | ND   | ND   | ND   |
| Perú      | 2.9  | 12.3  | 10.4   | 2.1  | 24.8   |
| Suriname  | ND   | 4.7   | 7.6  | 2.0  | 14.3   |
| Uruguai   | ND   | ND  | ND   | ND   | ND   |
| Venezuela | ND   | ND  | ND   | ND   | ND   |

Legenda: ND = Não Disponível / <sup>a</sup> = esse cálculo contém simplificações e aproximações feitas pela autora

Fonte: Elaboração própria com base em UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2015.

Dado o exposto, conclui-se que o Brasil sobressai tanto nas características geofísicas, como em termos de meios de apropriação de recursos e no panorama econômico e social. As exceções são: **i)** proporções florestais (destaque ao Suriname); **ii)** importância nacional da Amazônia; **iii)** disponibilidade hídrica *per capita* (destaque para Guyana); **iv)** taxa de dependência hídrica de origem externa (destaque ao Suriname); **v)** comunicação via celulares; **vi)** percentuais dos gastos militares em relação ao PIB (percentual equivalente entre Guyana e Brasil); **vii)** alfabetização (destaque ao Suriname).

Com base nas assimetrias entre os países e no panorama estrutural expostos neste subcapítulo, coloca-se a seguinte questão: **é possível superar essas assimetrias?** A resposta imediata para essa questão é sim, pois as variáveis apresentadas integram um quadro dinâmico. Os quantitativos populacionais e as características geofísicas são menos propenso a alterações que os meios de

apropriação de recursos e o panorama econômico e social, ainda assim, são passíveis de transformação.

Todavia, embora as variáveis não correspondam a um dado natural e sim a uma construção social, a transformação desse quadro não se dá de modo automático, pois não depende somente da vontade política dos países e respectivos governos. Com base em Raffestin (1993), conclui-se que o quadro faz parte de um contexto mais amplo que o nacional, bilateral, regional e está sujeito as amplas estruturas e conjunturas em que as relações estão inseridas.

Em um cenário em que as estruturas e conjunturas não favorecem a transformação desse quadro, no lugar de pensar as assimetrias em termos de superação é possível pensá-las em termos de administração de seus efeitos, negociando e criando um ambiente favorável à cooperação entre países assimétricos.

### **3.4 Conclusão**

No âmbito das assimetrias internas comuns aos três países têm-se a disputa pelo controle e exploração de recursos naturais envolvendo aspectos étnico-raciais e assimetrias regionais marcadas pela carência de infraestrutura. No âmbito das assimetrias entre os países foram abordadas as assimetrias em si por meio de variáveis que são as próprias marcas das assimetrias. Esta abordagem apontou um quadro de diferenças relativas em que o Brasil está em grande vantagem em relação à Guyana e ao Suriname. Porém, por essas vantagens serem relativas e não absolutas esse quadro é passível de transformação e negociação. Enquanto a transformação está condicionada a um contexto estrutural e conjuntural mais amplo, a negociação está disponível aos pares assimétricos com propensão a cooperação.

## 4 RELAÇÕES BILATERAIS: BRASIL-GUYANA

### 4.1 Introdução

Este capítulo discorre sobre o histórico das relações diplomáticas Brasil-Guyana com base nos atos bilaterais<sup>65</sup> e resenha de política exterior<sup>66</sup> disponíveis no portal eletrônico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE)<sup>67</sup>. Os documentos oficiais foram condensados por ordem cronológica para possibilitar uma reflexão em torno da evolução da respectiva relação bilateral. As negociações das assimetrias entre os diferentes governos são examinadas pelo quantitativo e teor dos atos (retórica inclusiva) e acordos de cooperação e pelas trocas de visitas oficiais (ritual diplomático). Esse exame permite desenhar um perfil para a relação bilateral assimétrica entre o Brasil e a Guyana.

### 4.2 Histórico das Relações Diplomáticas

Brasil, Guyana e Suriname são Estados partes da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e da Convenção de Viena sobre Relações Consulares (UNITED NATIONS, 1967; 2005). O Brasil possui Embaixada em Georgetown e Vice-Consulado em Lethem. A Guyana possui Embaixada em Brasília, Consulado Geral em Boa Vista e Cônsul-Honorário no Rio de Janeiro (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016g; 2016i; MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS – REPUBLIC OF GUYANA, 2016).

Além dessas representações, há na Guyana a *Brazil Mining and General Association* (BMGA) e o Centro Cultural Brasil-Guyana (CCBG), ambos instalados em Georgetown. O primeiro está vinculado à Embaixada do Brasil e executa atividades relacionadas ao ensino da língua portuguesa, difusão da literatura brasileira, artes visuais, teatros, música e cinema.

A BMGA assiste nacionais do Brasil na regularização de situações migratórias, permissão de trabalho, atuação na mineração (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016d) e, segundo matéria publicada no

---

<sup>65</sup> Esses atos contam com registro integral desde o estabelecimento formal da relação bilateral.

<sup>66</sup> As resenhas disponíveis são do segundo semestre de 1995 até o segundo semestre de 2014.

<sup>67</sup> Também designado por Itamaraty em referência ao Palácio do Itamaraty, sede do MRE.

portal de notícias *Stabroek News*, “faz lobby” para que o governo guianense reforme as leis de imigração (BRAZILIAN, 2012).

Conforme capítulo anterior, a História da Guyana é marcada por disputas territoriais com Venezuela e Suriname. Lima aponta que com o primeiro a Guyana busca “administrar a controvérsia e evitar tensões” (2011, p. 124) e com o Suriname a relação é marcada por “desconfianças recíprocas” (p. 117), e argumenta que por perceber o Brasil como um contrapeso a essas reivindicações, a Guyana buscou aproximação logo após sua independência.

Outra característica das relações externas da Guyana é a busca por investimentos estrangeiros. Para isso utiliza suas vantagens relativas, como posição geográfica na Amazônia e inserção caribenha<sup>68</sup>, e vantagens comparativas de tipo natural. Por exemplo, o uso das vantagens relativas nas negociações com o Brasil ficou evidente na inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu.

No ano de 1982 Brasil e Guyana acordaram a construção da ponte sobre o Rio Tacutu, primeira ligação terrestre entre ambos. A ponte foi anunciada em 1971 e inaugurada em 2009, 27 anos após a assinatura do acordo e 38 anos após o anúncio que a concebeu. Na inauguração, o presidente Bharrat Jagdeo discursou sobre o significado simbólico por ser um marco na inserção da Guyana no contexto e na construção da integração da América do Sul.

Jagdeo aproveitou o momento para expor ao presidente Lula as expectativas em receber investimentos brasileiros para financiar a infraestrutura guianense, bem como as expectativas de ampliar as exportações da Guyana e demais países da CARICOM para o Brasil. Nesse sentido, entende-se que o presidente da Guyana cobrou que o Brasil assumisse parte dos custos da integração.<sup>69</sup>

A independência tardia desenrolou em meio a um cenário caótico. Forbes Burnham, com apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra - que promoviam uma campanha contrária ao líder do PPP de tendências socialistas, Cheddi Jagan -, rompeu com o PPP e criou o PNC. Os indianos permaneceram no PPP, os afrodescendentes acompanharam Burnham no PNC e os conflitos entre PPP e PNC incrementaram a divisão étnico-racial incorporando-a na política (CAVLAK, 2016; VISENTINI, 2017).

---

<sup>68</sup> O fato da sede da CARICOM ser em Georgetown é um indicador dos laços da Guyana com o Caribe, além de reforçar sua inserção caribenha.

<sup>69</sup> O discurso de Jagdeo pode ser conferido em: LIMA, 2011, p. 112-114.

Com a incitação de divisões étnico-raciais seguiu-se um cenário de tensão racial e social e violências entre afro e indo-guianenses, materializadas em brigas de ruas, incêndios de residências, linchamentos, mortes e feridos. Com respaldo inglês e estadunidense, Burnham tornou primeiro ministro em 1964, ano em que 13 mil guianenses fugiram na condição de refugiados. No dia 25 de maio de 1966 a Inglaterra concedeu independência à Guyana e Burnham deu início a um governo autoritário (CAVLAK, 2016; VISENTINI, 2017).

Após a independência o primeiro contato oficial com o Brasil ocorreu em 1968 com a visita ao Brasil do primeiro ministro Ptolemy Reid. Em 1971 o ministro das Relações Exteriores do Brasil Mario Gibson foi “o primeiro chanceler brasileiro e latino-americano a visitar a Guyana” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016j). Desde então seguem assinaturas de atos, acordos e trocas de visitas oficiais entre os respectivos países. A cronologia da relação bilateral pode ser consultada no Quadro 7 – Histórico das Relações Bilaterais Brasil e Guyana, na página seguinte.

### Quadro 7 – Histórico das Relações Bilaterais Brasil e Guyana

| Ano  | Descrição   |
|------|---|
| 1904 | Rei da Itália, Vitor Emanuel III, divulga em 6 de junho laudo arbitral relativo à questão da Guiana Inglesa (ou questão do Pirara) entre o Brasil e o Reino Unido, dividindo o território disputado – 3/5 para o Reino Unido e 2/5 para o Brasil. |
| 1936 | Assinado Acordo do Ponto de Trijunção entre Brasil, Países Baixos e Inglaterra, regulamentando a fronteira entre Brasil, Suriname e Guyana.   |
| 1968 | Missão do Governo da Guyana chefiada pelo Primeiro Ministro Ptolemy Reid visita o Brasil no primeiro contato de alto nível entre os dois países.  |
| 1971 | Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barboza é o primeiro Chanceler brasileiro e latino-americano a visitar a Guyana.  |
| 1976 | Visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Justiça da Guiana ao Brasil, Frederick Rudolph Wills (julho).   |
| 1982 | Assinatura do Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutú (janeiro).   |
| 1982 | Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro visita a Guyana e o Chanceler da Guyana visita o Brasil.   |
| 1982 | Ministro das Relações Exteriores do Brasil Ramiro Saraiva Guerreiro visita Georgetown (janeiro).  |
| 1982 | <b>* Presidente Forbes Burnham – Brasília, Foz de Iguaçu, Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (30 de setembro a 6 de outubro):</b><br>- Primeira visita oficial de um presidente da Guyana ao Brasil.<br>- Visita à Hidrelétrica de Itaipu.     |
| 1988 | Ministro das Relações Exteriores do Brasil Roberto de Abreu Sodré visita à Guiana (setembro).   |
| 1989 | <b>* Presidente José Sarney – Georgetown (2 a 4 de março):</b><br>- Primeira visita oficial de um Chefe de Estado brasileiro à Guyana.  |
| 1989 | <b>* Presidente Hugh Desmond Hoyte – Brasília, Estados de São Paulo e Bahia (3 a 7 de outubro).</b>   |
| 1993 | <b>* Presidente Cheddi Jagan – Brasília (16 a 18 de novembro).</b>  |
| 1997 | Chanceler guianense visita o Brasil, Clement Rohee (Agosto).  |
| 1999 | <b>* Presidenta Janet Rosenberg Jagan – Brasília (20 de maio).</b>  |
| 2000 | <b>* Presidente Bharrat Jagdeo – Brasília (agosto/setembro):</b><br>- Reunião de Presidentes da América do Sul.   |
| 2002 | II Reunião do Grupo Permanente de Cooperação Brasil-Guyana. A delegação da Guyana é chefiada pela Embaixadora Elisabeth Harper, Diretora-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (5 a 7 de março).  |
| 2002 | Visita do Chanceler guianense Samuel Rudolph Insannaly a Brasília (setembro-outubro).   |
| 2003 | <b>* Presidente Bharrat Jagdeo – Brasília (30 julho)</b>  |
| 2004 | Visita do Chanceler brasileiro Celso Amorim à Guyana - reunião do G-20 em Georgetown (junho)  |

| Ano  | Descrição  |
|------|--|
| 2005 | <p><b>* Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Georgetown (14 e 15 de fevereiro):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cerimônia de entrega das chaves da cidade de Georgetown;</li> <li>- Reunião privada com o Presidente Bharrat Jagdeo;</li> <li>- Assinatura de Atos;</li> <li>- Declaração conjunta à imprensa;</li> <li>- Encontro com o líder da oposição, Robert Corbin;</li> <li>- Almoço oferecido pelo Presidente da República da Guyana em homenagem ao Presidente da República do Brasil;</li> <li>- Sessão Especial da Assembleia Nacional;</li> <li>- Encontro com a comunidade brasileira.</li> </ul>   |
| 2007 | São retomadas as obras da Ponte sobre o Rio Tacutu.  |
| 2007 | <p><b>* Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Georgetown (2 e 3 de março):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cerimônia de abertura da XIX Reunião do Grupo do Rio;</li> <li>- Jantar em homenagem aos Chefes de Estado e de Governo participantes da XIX Reunião do Grupo do Rio, oferecido por Bharrat Jagdeo;</li> <li>- Café da manhã oferecido pelo Presidente do México, Francisco Calderón, aos Presidentes do Brasil e do Chile;</li> <li>- Sessão privada e informal de Chefes de Estado e de Governo participantes da XIX Reunião do Grupo do Rio;</li> <li>- Sessão Plenária da XIX Reunião do Grupo do Rio;</li> <li>- Almoço em homenagem aos Chefes de Estado e de Governo participantes da XIX Reunião do Grupo do Rio, oferecido por Bharrat Jagdeo.</li> </ul> |
| 2007 | Ministro do Interior da Guyana Clemente Rohee visita Brasília (setembro).  |
| 2008 | <p><b>* Presidente Bharrat Jagdeo – Brasília (maio):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo;</li> <li>- Assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL.</li> </ul>   |
| 2008 | Ministra de Negócios Estrangeiros da Guiana Carolyn Rodrigues-Birkett encontra com o Ministro Celso Amorim no Rio de Janeiro (Outubro).  |
| 2008 | <p><b>* Presidente Bharrat Jagdeo – Costa do Saúpe/Bahia (dezembro):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cúpulas regionais: Grupo do Rio, UNASUL, CALC.</li> </ul>  |
| 2009 | Ponte sobre o Rio Tacutu é aberta ao tráfego de pessoas e veículos em julho e inaugurada pelos Presidentes do Brasil e da Guyana em 14 de setembro.  |
| 2009 | A I Reunião do Comitê de Fronteira é realizada em Boa Vista (novembro).  |
| 2010 | <p><b>* Presidente Bharrat Jagdeo – Brasília (26 de abril):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assinatura do Memorando de Entendimento na área de segurança fitossanitária de produtos de origem vegetal.</li> </ul>   |

| Ano  | Descrição  |
|------|--|
| 2010 | <p><b>* Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Georgetown (25 e 26 de novembro):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cerimônia de condecoração concedida pelo governo da Guiana, Centro Cultural Nacional;</li> <li>- Apresentação Cultural;</li> <li>- Recepção em homenagem ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;</li> <li>- Jantar oficial oferecido pelo Presidente Bharrat Jagdeo aos Chefes de Estado e de Governo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL);</li> <li>- Entrevista à Rede Record;</li> <li>- Sessão de abertura da IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL;</li> <li>- Foto oficial e Sessão privada de trabalho.</li> </ul> |
| 2011 | Visita do Chanceler Antonio Patriota a Georgetown, onde mantém encontros com o então Presidente Bharrat Jagdeo e com sua homóloga Carolyn Rodrigues-Birkett (agosto).  |
| 2012 | Chanceler Carolyn Rodrigues-Birkett visita Brasília e encontra-se com seu homólogo. Assinado Memorando de Entendimento entre Brasil e Guyana sobre projetos de infraestrutura (fevereiro).   |
| 2013 | Na Cúpula do Mercosul, Guyana e Suriname tornam-se Estados associados.   |
| 2013 | Os Ministros das Relações Exteriores se encontram à margem da Cúpula do Mercosul, em Montevidéu, e criam a Comissão Mista Brasil-Guyana para o Desenvolvimento de Projetos de infraestrutura.  |
| 2015 | <p><b>* Presidente David Granger – Brasília:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cúpula do MERCOSUL;</li> <li>- Encontro com a Presidenta Dilma Rousseff.</li> </ul>  |
| 2016 | Visita do Ministro Mauro Vieira a Georgetown, ocasião em que é recebido pelo Presidente da Guyana, David Granger; mantém reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores da Guayana Carl Greenidge; e visita o Secretário-Geral da CARICOM, Embaixador Irwin LaRocque (2 de março).   |

**Legenda:** \* = viagens presidenciais.

**Fonte:** Elaboração própria com base em MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1976f; 1982m; 1988c; 1989e; 1989g; 1993c; 1997b; 1999c; 2000; 2002h; 2002i; 2004c; 2005m; 2008g; 2009t; 2010j; 2010k; 2011a; 2011g; 2012f; 2016a; 2016j; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL, 2016.

As visitas, assinaturas de atos e acordos indicam o interesse e disposição de ambos os países em trabalhar na construção de uma relação amistosa, abrindo espaço para a implementação de um sistema de deferência e autonomia baseado no respeito mútuo. Dentre de um período de 45 anos, de 1968 a 2013, foram assinados 63 atos bilaterais: 22 acordos; 17 ajustes complementares aos acordos; 1 convênio; 12 memorandos de entendimento; 5 planos e programas de projetos de ação; 5 protocolos de intenção; 1 tratado.<sup>70</sup>

Ao relacionar os atos com os governos de cada país tem-se o seguinte quadro: Brasil: 20 – ditadura civil-militar; 7 – Sarney; 2 – Itamar Franco; 8 – segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC); 23 - dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula); 3 - primeiro governo Dilma. Guyana: 8 – Chung; 12 – Burnham; 7 – Hoyte; 2 – Jagan; 2 – Rosenberg; 30 – Jagdeo; 2 – Ramotar.

Com base no exposto, conclui-se que os governos que mais intensificaram a relação Brasil-Guyana foram Lula e Jagdeo, seguidos pelos governos militares e Chung-Burnham. Em síntese, os atos tratam de questões burocráticas inerentes a relações bilaterais. Ademais, articulam interesses em torno de questões específicas. Os parágrafos seguintes estabelecem um diálogo entre tais atos e as orientações de política externa dos respectivos governos. A relação dos atos firmados está disponível no Quadro 8 – Atos Bilaterais Brasil e Guyana, conforme segue:

---

<sup>70</sup> Mais declarações e comunicados conjuntos nas ocasiões de visitas oficiais.

Quadro 8 – Atos Bilaterais Brasil e Guyana

| Qt. | Título do Ato Bilateral  | Celebração | Entrada em Vigor | Situação |
|-----|--|------------|------------------|----------|
| 1   | Convênio Cultural  | 11/11/1968 | 07/05/1970       | Vigente  |
| 2   | Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica  | 11/11/1971 | 11/11/1970       | Vigente  |
| 3   | Ajuste Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica, Complementar ao Convênio Cultural de 28 de agosto de 1968  | 11/11/1971 | 11/11/1971       | Vigente  |
| 4   | Acordo Relativo ao estabelecimento de um Entrepósito de depósito Franco de Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil  | 11/11/1971 | 11/11/1971       | Vigente  |
| -   | Declaração Conjunta  | 11/11/1971 | 11/11/1971       | Vigente  |
| 5   | <i>Aide Memoire</i> sobre Cooperação Técnica entre os Dois Países  | 11/11/1971 | 11/11/1971       | Vigente  |
| 6   | Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares  | 10/05/1974 | 04/03/1975       | Vigente  |
| 7   | Comissão Mista Brasileiro Guianense  | 13/07/1976 | 13/07/1976       | Vigente  |
| -   | Comunicado Conjunto  | 13/07/1976 | 13/07/1976       | Vigente  |
| 8   | Entendimento para Intercâmbio de Informações Geológicas  | 31/01/1979 | 31/01/1979       | Vigente  |
| 9   | Acordo de Cooperação Sanitária   | 08/06/1981 | 20/06/1988       | Vigente  |
| 10  | Acordo Básico de Cooperação Técnica  | 29/01/1982 | 12/03/1986       | Vigente  |
| 11  | Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica   | 29/01/1982 | 08/04/1986       | Vigente  |
| 12  | Acordo para Construção de uma Ponte Binacional sobre o Rio Tacutu  | 29/01/1982 | 19/10/1985       | Vigente  |
| 13  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnológicas (IASAT), de 29 de janeiro de 1982 | 29/01/1982 | 16/08/1988       | Vigente  |
| 14  | Protocolo de Intenções   | 22/06/1982 | 22/06/1982       | Vigente  |
| 15  | Acordo de Cooperação Amazônica   | 05/10/1982 | 31/05/1986       | Vigente  |
| 16  | Tratado de Amizade e Cooperação  | 05/10/1982 | 04/12/1985       | Vigente  |
| 17  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 29 de janeiro de 1982, nas Áreas de Pesquisa e da Utilização de Recursos Energéticos  | 05/10/1982 | 12/03/1986       | Vigente  |
| 18  | Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos para Mercadores em Trânsito pelo Porto de Manaus  | 05/10/1982 | 05/10/1982       | Vigente  |
| 19  | Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas da Agricultura e da Agroindústria   | 05/10/1982 | 05/10/1982       | Vigente  |
| 20  | <i>Memorandum</i> de Entendimento sobre a Interconexão dos Sistemas Viários Brasileiro e Guianense   | 05/10/1982 | 05/10/1982       | Vigente  |
| -   | Declaração Conjunta  | 05/10/1982 | 05/10/1982       | Vigente  |
| -   | Comunicado Conjunto sobre as Conversações, durante a Visita do Senhor Ministro das Relações Exteriores, a Guiana, da Comunidade do Caribe, em 16 de setembro de 1988 [refere-se à CARICOM].  | 16/09/1988 | 16/09/1988       | Vigente  |
| -   | Comunicado Conjunto  | 16/19/1988 | 16/19/1988       | Vigente  |

| Qt. | Título do Ato Bilateral   | Celebração | Entrada em Vigor | Situação    |
|-----|---|------------|------------------|-------------|
| 21  | Programa de Trabalho em Georgetown  | 16/09/1988 | 16/09/1988       | Vigente     |
| 22  | Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas   | 16/09/1988 | 27/11/1990       | Não Vigente |
| 23  | Acordo, por Troca de Notas, para a Criação de Grupos de Informação e Acompanhamento (GIACs)   | 16/19/1988 | 16/09/1988       | Vigente     |
| -   | Declaração Conjunta   | 04/03/1989 | 04/03/1989       | Vigente     |
| -   | Declaração Conjunta   | 04/10/1989 | 04/10/1989       | Vigente     |
| 24  | Plano de Metas – 1989/1990  | 04/10/1989 | 04/10/1989       | Vigente     |
| 25  | Memorando de Entendimento na Área de Energia  | 04/10/1989 | 04/10/1989       | Não Vigente |
| 26  | Protocolo de Intenções Relativo à Cooperação Bilateral para Complementar a Interconexão dos Sistemas Viários do Brasil e a Guiana   | 04/10/1989 | 04/10/1989       | Vigente     |
| 27  | Protocolo de Intenções na Área de Saúde   | 04/10/1989 | 04/10/1989       | Vigente     |
| 28  | Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Cooperação Consular   | 17/11/1993 | 16/12/1993       | Vigente     |
| -   | Comunicado Conjunto   | 18/11/1993 | 18/11/1993       | Vigente     |
| 29  | Acordo, por Troca de Cartas, para a Reativação da Comissão Mista Brasil-Guiana  | 18/11/1993 | 18/11/1993       | Vigente     |
| -   | Comunicado Conjunto   | 25/08/1997 | 25/08/1997       | Vigente     |
| 30  | Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico  | 20/05/1999 | 26/01/2001       | Vigente     |
| 31  | Acordo, por troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficial/Serviço Especial e Oficial de ambos os Países   | 20/05/1999 | 16/09/2000       | Vigente     |
| 32  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Gestão de Base de Dados de Produção de Gato Leiteiro e Vigilância de Doenças na Guiana                         | 18/04/2002 | [Não Disponível] | Não Vigente |
| 33  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Identificação e Desenvolvimento de Variedades de Mandioca Adequada à Segurança Alimentar no Interior da Guiana | 18/04/2002 | [Não Disponível] | Não Vigente |
| 34  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Limpeza de Resíduos Químicos em Campo Groomes  | 18/04/2002 | 18/04/2002       | Não Vigente |
| 35  | Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Força Policial da Guiana   | 18/04/2002 | [Não Disponível] | Vigente     |
| 36  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Sistema Eficientes de Controle da Formiga Acoushi em Agricultura Orgânica, no Interior da Guyana               | 18/04/2002 | [Não Disponível] | Não Vigente |
| 37  | Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta   | 02/10/2002 | [Não Disponível] | Vigente     |
| 38  | Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas   | 07/02/2003 | [Não Disponível] | Vigente     |

| Qt. | Título do Ato Bilateral  | Celebração | Entrada em Vigor | Situação      |
|-----|--|------------|------------------|---------------|
| 39  | Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos   | 30/07/2003 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 40  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Gestão de Base de Dados de Produção de Gado Leiteiro e Vigilância de Doenças na Guiana  | 30/07/2003 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 41  | Acordo de Cooperação entre os Institutos Diplomáticos entre o Brasil e a Guiana  | 15/02/2005 | 15/02/2005       | Vigente       |
| 42  | Programa Executivo Brasil-Guiana na Área da Educação   | 15/02/2005 | 15/02/2005       | Vigente       |
| 43  | Ajuste Complementar na Área de Saúde ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Guiana  | 15/02/2005 | 15/02/2005       | Vigente       |
| 44  | Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso do Etanol Combustível  | 12/09/2005 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 45  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Programa de Treinamento para Produtores em Técnicas de produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju na Guiana”   | 12/09/2005 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 46  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana”   | 12/09/2005 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 47  | Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aquicultura da Guiana  | 07/10/2008 | 07/10/2008       | Vigente       |
| 48  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana | 07/10/2008 | 07/10/2008       | Vigente       |
| 49  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Fortalecimento da Capacidade de Monitoramento da Comissão Florestal da Guiana        | 07/10/2008 | 07/10/2008       | Vigente       |
| 50  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana             | 07/10/2008 | 07/10/2008       | Vigente       |
| 51  | Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana no Setor Postal  | 07/10/2008 | 07/10/2008       | Vigente       |
| 52  | Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre isenção parcial de visto   | 14/09/2009 | 30/03/2012       | Vigente       |
| 53  | Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa  | 14/09/2009 | [Não Disponível] | Em Tramitação |
| 54  | Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana)                                      | 14/09/2009 | [Não Disponível] | Em Tramitação |

| Qt. | Título do Ato Bilateral  | Celebração | Entrada em Vigor | Situação |
|-----|--|------------|------------------|----------|
| 55  | Programa Executivo Relativo ao Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para os anos 2009-2012   | 14/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente  |
| 56  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a implementação do Projeto “Mapeamento Geológico e da Geodiversidade da Fronteira Guiana-Brasil”  | 14/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente  |
| 57  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana”   | 14/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente  |
| 58  | Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Promoção do Comércio e do Investimento.  | 14/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente  |
| 59  | Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Guiana para a criação do Comitê de Fronteira  | 14/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente  |
| 60  | Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da Guiana na Área de Segurança Fitossanitária de Produtos de Origem Vegetal [que estabelece procedimentos para inspeção e certificação de sementes de arroz híbrido produzidas na Guiana, em região de fronteira com o Brasil] | 26/04/2010 | 26/04/2010       | Vigente  |
| 61  | Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativista da Guiana para Cooperação na Área de Educação Física e Esportes  | 11/08/2011 | 11/08/2011       | Vigente  |
| 62  | Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativista da Guiana sobre Projetos de Infraestrutura na Guiana   | 05/12/2012 | 05/12/2012       | Vigente  |
| 63  | Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativista da Guiana que cria a “Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura”   | 11/07/2013 | 11/07/2013       | Vigente  |

Fonte: Elaboração própria com base em MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016l.

#### 4.2.1 Período da ditadura civil-militar no Brasil

A ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) correspondeu aos governos guianenses de Raymond Arthur Chung (1970-1980) e Linden Forbes Sampson Burnham (1980-1985). Com apoio britânico e estadunidense, em 1964 estabeleceu-se na Guiana uma coalizão entre Burnham do PNC e Peter D'Aguiar do *United Force* (UF)<sup>71</sup>. Em 1967 o PNC consolidou seu controle sobre o Estado e a coalizão foi rompida em 1968, ano em que Burnham foi eleito (LIMA, 2011; CAVLAK, 2016).

Segundo Lima, Arthur Chung, primeiro presidente da Guiana, não conduziu nenhum programa de política externa, pois quem estava no poder real era o primeiro ministro Burnham. De 1966 a 1970 a política externa de Burnham esteve alinhada com diretrizes estadunidenses. Contudo, dado o inexpressivo resultado da Aliança para o Progresso, sem impactos em termos de investimentos e tampouco no desenvolvimento de infraestrutura, Burnham abandonou o discurso anticomunista e assumiu posições mais à esquerda, aproximando-se do bloco comunista (2011).

Assim, no ano de 1970, Burnham declarou a República Cooperativa da Guiana com um projeto de nacionalização da economia<sup>72</sup>, e em 1980 empreendeu uma reforma constitucional pela qual acumulou as funções de chefe de Estado e de governo. Em relação à política externa, Visentini aponta que:

A orientação da política externa, que até então era direcionada ao mundo anglo-saxão, especialmente em direção ao Caribe anglófono, ganhou uma dimensão ideológica. Desde 1965 a Guiana integrava a CARIFTA (Caribbean Free Trade Association), que em 1973 se transformou em CARICOM, mas a orientação diplomática pró-norte-americana de Burnham, em 1970, enveredou para o não-alinhamento (a Cúpula de 1972 do MNA foi sediada em Georgetown), causas terceiro-mundistas e cooperação com os países socialistas, com reconhecimento diplomático e certa cooperação econômica com a URSS, o leste europeu e Cuba. Tratava-se, entre outras coisas, de uma forma de esvaziar a plataforma esquerdista do rival PPP, de forte ressonância popular. A América Latina, por sua vez, estava ausente da agenda de política externa de Georgetown. A diplomacia guianense se pautava por cinco princípios: 1) não-alinhamento; 2) apoio as causas progressistas mundiais; 3) unidade econômica do Caribe anglófono; 4) militância anti-Apartheid; e 5) integridade territorial face aos litígios fronteiriços com a Venezuela e o Suriname (VISENTINI, 2017, p. 4).

<sup>71</sup> Força Unida, na tradução livre.

<sup>72</sup> A nacionalização é um tema controverso, os resultados são avaliados ora como mais simbólicos (CAVLAK, 2016) ora como concretos (LIMA, 2011; VISENTINI, 2017).

Conforme o exposto, o vínculo identificado por Burnham entre Guyana e América do Sul estava atrelado aos litígios fronteiriços. De acordo com o entendimento de que uma constante na política externa da Guyana é assegurar a integridade territorial, Lima argumenta que Burnham percebeu a relação com o Brasil como essencial para conter as pretensões da Venezuela e estabeleceu embaixada em Brasília. No que diz respeito à integração do Caribe, participou na formulação da CARIFTA e foi um dos fundadores da CARICOM (2011), o que denota sua propensão a iniciativas de integração regional.

No tocante ao Brasil, Gonçalves e Miyamoto (1993) e Cervo e Bueno (2008) argumentam que apesar de similitudes nas orientações de política externa dos governos militares no Brasil, cada qual tem suas próprias nuances.<sup>73</sup> No governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) a busca pelo desenvolvimento foi subordinada à segurança e isso contribuiu para que a política externa centrasse na aproximação com os Estados Unidos. A América do Sul esteve no plano secundário, ainda que alguma importância tenha sido dada à integração latino-americana em nome da segurança coletiva.

Com base nos mesmos autores, o governo do marechal Arthur da Costa e Silva (1967-1969), por constatar a acentuação da divisão norte-sul formulou a estratégia “diplomacia da prosperidade” pela qual a segurança assumiu um papel secundário ao desenvolvimento por ser percebida como um produto deste. E por apreender o desenvolvimento como crescimento, a integração foi concebida como integração comercial, processo que não vingou.

Durante o governo Costa e Silva foi assinado o primeiro ato bilateral com a Guyana, o Convênio Cultural de 1968 promulgado no governo subsequente, Médici. O texto refere-se à promoção e estímulo a iniciativas de intercâmbio em áreas de ensino, pesquisa, artes, mídia, e institui uma Comissão Cultural Brasileiro-Guianense (BRASIL, 1970). O ato foi assinado durante a missão do primeiro ministro Ptolemy Reid no Brasil, visita que indica a busca guianense pela aproximação.

De acordo com Gonçalves e Miyamoto, no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) a política externa foi orientada pela “diplomacia do interesse nacional” que consistiu numa estratégia de desenvolvimento centrada em

---

<sup>73</sup> Dentre os elementos comuns desses governos têm-se a promoção do desenvolvimento nacional e o bloqueio do avanço do comunismo, ambas as pretensões foram sintetizadas no eixo estratégico “segurança e desenvolvimento”.

fatores internos. Sua implicação foi a priorização das relações bilaterais e desengajamento dos programas de integração (1993).

Para Cervo e Bueno, após uma tentativa sem êxito de expandir as exportações brasileiras de manufaturados por meio da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), Médici passou a reforçar iniciativas bilaterais por meio da diplomacia pessoal. Em vistas a incrementar o comércio e a cooperação, visitou países latino-americanos, encaminhou projetos de transporte e comunicações com os países vizinhos e forneceu créditos para promover a exportação brasileira (2008).

Consoante ao registro prévio, em 1971 o chanceler brasileiro Mário Gibson Barboza retribuiu a visita de Ptolemy, sendo o primeiro chanceler brasileiro e latino-americano a visitar a Guyana. Dentre os temas abordados na declaração conjunta da ocasião (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1971d) destaca-se o interesse comum em assistência técnica na agricultura, mineração, exploração florestal, energia hidrelétrica, comunicação e educação.

Também mencionaram a importância do transporte para o comércio bilateral, a realização de estudos para uma linha regular de navegação, construção de uma ponte internacional sobre o Rio Tacutu e a concretização da estrada Georgetown-Lethem. Em vistas a incrementar o comércio bilateral foi oferecido à Guyana uma linha de crédito no valor de 6 milhões de dólares guianenses. Os 4 atos bilaterais assinados estão sumarizados abaixo:

1. Acordo constitutivo de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica: versa sobre cooperação econômica, aperfeiçoamento dos meios de transporte e intercâmbio comercial (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1971a);
2. Ajuste complementar ao Convênio Cultural: amplia os temas abordados, incluindo medicina e saúde pública, tecnologia para materiais de construção, engenharia de centrais hidrelétricas, e planejamento urbano (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1971b);
3. Acordo em que a Guyana concede um entreposto de depósito franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1971c);
4. *Aide memoire* com o comprometimento do governo brasileiro em executar, no ano de 1972, um programa de cooperação técnica nas áreas mencionadas

pelos atos anteriores, observando a recomendação da Comissão Mista Brasil-Guiana que reuniu-se em Georgetown entre 9 e 13 de agosto de 1971, e do instrumento complementar ao Convênio Cultural (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1971e).

Por intermédio dos atos supracitados os países registraram o interesse comum em relação ao intercâmbio comercial, interligação rodoviária e construção de centrais hidrelétricas, questões que ao menos no plano discursivo seguem “atuais” e “centrais” na relação bilateral. Todavia, o único resultado concreto que se tem até hoje é a ponte sobre o Rio Tacutu, primeira ligação terrestre entre Brasil-Guyana – anunciada em 1971 e inaugurada em 2009, 27 anos após a assinatura do acordo e 38 anos após este anúncio que a concebeu.

Gonçalves e Miyamoto observam que, orientado pelo “pragmatismo responsável”, o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) conciliou preocupações de segurança das fronteiras com a vontade de cooperar, e buscou entendimento com os países vizinhos por via multilateral (1993). Cerro e Bueno apontam que Geisel também deu continuidade as ações iniciadas por Médici na América Latina e mostrou-se aberto a integração ao perseguir projetos de intercâmbio via ALALC. Durante seu governo tem-se a criação da OLADE, SELA e assinatura do TCA. Na esfera bilateral, estabeleceu planos de intenções via acordos e tratados (2008).

Em 1976 esteve no Brasil o ministro de negócios estrangeiros e da justiça da Guyana, Frederick Rudolph Wills. No comunicado conjunto da ocasião (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1976f) registraram convergência em temas internacionais e reafirmaram o compromisso de continuar a cooperar por meio do Grupo dos 77 e instituições que assegurassem interesses comuns. Foram 3 os atos firmados nos governos Geisel-Chung/Burnham, abaixo:

1. Acordo sobre transportes aéreos regulares: concede aos serviços aéreos internacionais regulares, entre ambos os países, o direito de sobrevoos sem pouso e o direito de pousar no território para fins não comerciais (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1974);
2. Acordo pela incorporação da Comissão Mista de Cooperação Econômica mais a Comissão Cultural Brasileiro-Guianense pela Comissão Mista

Brasileiro-Guianense, que passa a ter uma abordagem temática mais ampla (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1976e);

3. Firmou-se em 1979 um programa de intercâmbio de informações básicas no campo das pesquisas geológicas que contribuem com os estudos minerais (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1980a).

Na avaliação de Gonçalves e Miyamoto, sem propor mudanças na orientação da política externa, o governo do general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) adotou um “universalismo” que englobou a aproximação com o Terceiro Mundo e os valores e aspirações do mundo ocidental desenvolvido. Engajou-se na integração latino-americana por meio da criação da ALADI e advogou pela importância da OEA – desacreditada frente à opção dos Estados Unidos pela Inglaterra na Guerra das Malvinas em 1982. Receoso de que a decisão dos militares argentinos pudesse abrir precedente e reacender litígios de fronteira em todo o continente, o governo brasileiro optou pela neutralidade (1993).

Para Cerro e Bueno, em realidade, a neutralidade significou apoio à resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) (2008).<sup>74</sup> A Venezuela apoiou a Argentina e Guyana apoiou o Reino Unido,<sup>75</sup> quadro que expõe o jogo de interesses característico das relações internacionais. Na América do Sul, esse impasse permite estabelecer relação entre conflitos do período colonial e falta de coesão regional. No caso brasileiro, a escolha seguiu um precedente de “neutralidade” em relação aos conflitos envolvendo países vizinhos.

A “neutralidade” brasileira favorável à Argentina não impactou na relação com a Guyana, visto que durante o governo Figueiredo ocorreu a primeira visita oficial de um chefe de Estado guianense ao Brasil, além das trocas de visitas entre os chanceleres. Na declaração conjunta da ocasião da visita do presidente Forbes Burnham em 1982 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL,

---

<sup>74</sup> A resolução implicava: cessação das hostilidades, retirada das tropas argentinas e negociação. Nas palavras de Cerro, o Brasil “ressalvou o direito argentino sobre as ilhas e manteve uma neutralidade favorável ao país vizinho, ao perceber que contra ele se voltava todo o Norte. [...] A crise revelou que a OEA tornara-se impotente para solucionar quaisquer conflitos, que a OTAN preponderava sobre o TIAR, que ao Brasil mais uma vez foi útil sua estratégia global de não-confrontação externa, ao servir de locutor entre Argentina e Grã-Bretanha” (CERVO; BUENO, 2008, p. 451-452).

<sup>75</sup> Para Sadio Garavini di Turno, ex-embaixador da Venezuela em Georgetown, a reclamação de Essequibo pela Venezuela “vinha associada à opinião majoritária dos setores dirigentes latino-americanos, a outras reclamações, como Malvinas e Belize, também produto da ação colonial britânica na região” (apud LIMA, 2011, p. 108).

1982m) fizeram menção a uma conversa sobre a reclamação venezuelana por Essequibo<sup>76</sup> e não há qualquer menção à Guerra das Malvinas.

Dentre os temas abordados têm-se: i) menção a importância das organizações OLADE, SELA, CARICOM e TCA; ii) ressaltaram a necessidade de reestabelecer linha aérea direta entre Boa Vista e Georgetown pela *Guyana Airways Corporation* ; iii) interesse em estabelecer linha de navegação Manaus-Belém-Georgetown; iv) menção as negociações para expandir as linhas de créditos oferecidas à Guyana para aquisição de produtos brasileiros. No período Figueiredo-Burnham foram assinados 12 atos bilaterais, quantitativo superado somente no período Lula-Jagdeo. Os atos estão sumarizados abaixo:

1. Acordo de cooperação sanitária para tratar de problemas de saúde similares que acometem as populações do meio tropical de ambos os países (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1981);
2. Acordo Básico de Cooperação Técnica: avaliação dos recursos naturais e humanos com projetos ajustados à política de desenvolvimentos econômico e social nacionais nas seguintes modalidades: i) trocas de informações técnico-científicas; ii) estágio e especialização técnico-profissional; iii) intercâmbio de consultores técnicos; iv) realização de seminários e conferências (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982b);
3. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: integra a Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo (FUNDAP) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S. A. (IPT) mais o *Institute of Applied Science and Technology* (IAST) como entidades executoras de projetos energéticos (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982i);
4. Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica: refere-se a áreas de recursos naturais e humanos e envolve programas e projetos ajustados à política de desenvolvimentos econômico e social dos respectivos países. Mencionam as seguintes modalidades: i) intercâmbio de informações; ii) estágios e especialização profissional; iii) seminários e conferências; iv) envio

---

<sup>76</sup> Em entrevista no ano de 2016, questionado sobre o impasse de Essequibo entre a Venezuela e a Guyana, o Embaixador Paulo Estivallett de Mesquita afirmou tratar-se de uma questão bilateral que vem sendo mediada pelo secretário geral da ONU, não havendo motivo para que seja discutido pela diplomacia brasileira (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016b).

- de equipamentos e materiais necessários à realização de projetos específicos (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982c);
5. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e tecnológica: incorpora o Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) do Brasil e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IAST) da Guyana como entidades a integrar programas de cooperação em ciência e tecnologia dos respectivos países (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982e);
  6. Acordo para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Tacutu que une Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana), custeada pelo Brasil e sem encargos para a Guyana. Para atender o tráfego e o intercâmbio comercial entre as regiões vizinhas também visa à construção de postos de fronteira (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982d);
  7. Protocolo de intenções: formular e implementar programas de cooperação nos campos de energia e mineração (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982f);
  8. Tratado de Amizade e Cooperação: firmado com o objetivo de criar instrumentos e mecanismos que viabilizem programas de cooperação em áreas de interesse mútuo. Este tratado estabeleceu uma Comissão de Coordenação Brasileiro-Guianense que incorpora, como subcomissões, as comissões mistas específicas que existem ou venham a existir. Além das relações nos campos político, econômico, comercial, comunicação, cultural e técnico-científico, o tratado destaca a necessidade de comunicações e transportes adequados para a integração regional (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982h);
  9. Acordo de cooperação amazônica: implementar infraestrutura de transporte e comunicações e cooperar em campos de interesse comum por meio de uma Subcomissão de Cooperação Amazônica no âmbito da Comissão de Coordenação Brasileiro-Guianense do Tratado de Amizade e Cooperação (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982g);
  10. Acordo para a concessão de isenção, por parte do governo brasileiro, da Taxa de Melhoramento de Portos (TMP) para as mercadorias adquiridas pela Guyana, em terceiros países, destinadas ao consumo e utilização em seu

próprio território, em trânsito pelo Porto de Manaus (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982j);

11. Memorando de entendimento: cooperação na agricultura e agroindústria (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982k);

12. Memorando de entendimento: interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianense por meio de rodovias existentes e ramificação em direção a um porto no Oceano Atlântico, na foz do Rio Demerara (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982l);

Conforme o exposto, o rol de atos acordou a construção da ponte sobre o Rio Tacutu e outros projetos de infraestrutura concebidos como essenciais para a integração regional, como transporte, energia e comunicações, áreas que hoje compõem a carteira de projetos da IIRSA. O período seguinte é marcado pela transição institucional e legal pela abertura política no Brasil, acompanhada pela transição paradigmática de política externa.

#### **4.2.2 Período de transição na política brasileira**

Para Vigevani, Oliveira e Cintra, até 1988 a ênfase eram políticas protecionistas traduzidas pelo paradigma autonomia pela distância, fundamentado na ideia de distanciamento de temas internacionais complexos. A partir de 1989 passou a vigorar o paradigma autonomia pela integração, fundamentado na participação brasileira nos “novos temas”<sup>77</sup> das relações internacionais no contexto pós Guerra Fria (2003). Conforme avaliam Vigevani e Cepaluni, a transição paulatina de um paradigma a outro resultou na aceleração da integração latino-americana (2007), com ênfase na integração do Cone Sul, materializada no MERCOSUL.

Essa transição iniciou no governo José Sarney (1985-1990) que cessou o ciclo de governos militares. Para Gonçalves e Miyamoto, a política externa focou no cenário geoestratégico e no cultivo de mercados consumidores. Nesse sentido, em 1985 o Brasil ingressou no Grupo de Apoio a Contadora que no ano seguinte passou

---

<sup>77</sup> Trata-se de temas ligados aos direitos humanos e sociais, meio ambiente, democracia.

a ser designado por Grupo do Rio, e em 1986 o governo Sarney reestabeleceu relações com Cuba, rompidas em 1964 no governo Castello Branco (1993).

Segundo Visentini, na Guyana o cenário era de crise econômica com registro de crescimento da economia informal e intensificação da dependência de remessa de divisas enviada pela diáspora. Nesse contexto, Burnham assinou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e permitiu a exploração das jazidas de petróleo e urânio por empresas transnacionais (2017). Com o falecimento de Burnham em 1984, iniciou-se a transição para a democracia liberal (CAVLAK, 2016).

Assim como o Brasil, a Guyana passava por um processo de transição. Hugh Desmond Hoyte (1985-1992), membro do PNC, vice-presidente e primeiro ministro, assumiu o poder e foi eleito nas eleições seguintes. Hoyte ficou conhecido como o presidente da abertura por implementar reformas propostas pelo FMI e abrir a economia. Nesse sentido, buscou aproximação com os Estados Unidos e, conforme avalia Lima, adotou uma “política externa do possível” para cimentar relações com o continente americano e restante do mundo (2011).<sup>78</sup>

Em 1988 o chanceler brasileiro visitou a Guyana e no ano seguinte Sarney foi o primeiro presidente brasileiro a visitar Georgetown, visita retribuída por Hoyte. Nas respectivas declarações conjuntas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1988c, 1989e, 1989g), registraram: i) importância do TCA, ALADI, CARICOM e SELA; intenção em ii) cooperar na área energética; iii) equilibrar a balança comercial bilateral; iv) ampliar os meios de transportes; v) exploração mineral em Tassawini a ser realizada por uma empresa brasileiro-guianense. No período Sarney-Hoyte foram assinados 7 atos bilaterais, listados abaixo:

1. Acordo para a criação de Grupos de Informação e Acompanhamento (GIACs) para acompanhar e revisar a agenda bilateral (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1988f);
2. Programa de Trabalho de Georgetown: visando dinamizar as relações bilaterais criaram grupos *ad hoc* (os GIACs) para prestar contas de suas atividades à Comissão Mista Brasil-Guiana. E postulou o retorno da Varig-Cruzeiro aos serviços aéreos comerciais com destino à Guyana e a

---

<sup>78</sup> De acordo com Lima, em 1989 o governo Hoyte também ficou conhecido por criar a Reserva Ambiental Iwokrama, primeira reserva ecológica administrada por um consórcio internacional (2011).

- manutenção de voos regulares entre Boa Vista e Georgetown (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1988d);
3. Acordo sobre prevenção, controle, fiscalização e repressão ao uso indevido e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1988e) – não está em vigor;
  4. Plano de metas 1989/1990, pelo qual a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) propôs a execução de um Plano de Ação nas seguintes áreas: saúde, agricultura, energia, recursos florestais, recursos minerais, telecomunicações, financiamento das atividades e outras medidas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1989h);
  5. Memorando de entendimento: ações conjuntas no setor de energia (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1989i) – não está em vigor;
  6. Protocolo de intenções: cooperação bilateral para completar a interconexão dos sistemas viários do Brasil e da Guayana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1989j);
  7. Protocolo de intenções: área de saúde - registra o comprometimento do Brasil em receber até 24 pacientes guianenses para tratamento médico em hospitais brasileiros, o qual inclui casos de cirurgia cardíaca, hemodiálise, neurocirurgia para testes diagnósticos e cirurgia plástica corretiva (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1989k).

As trocas de visitas oficiais que marcaram a relação bilateral até o governo Sarney não foram continuadas pelos governos brasileiros subsequentes. O presidente Jagan visitou Brasília no governo Itamar Franco (1993) e durante o governo FHC estiveram no Brasil os chanceleres Rohee (1997) e Rudolph Insannaly (2002), a presidenta Rosenberg (1999) e o presidente Jagdeo (2000). Nenhuma dessas visitas foi retribuída e somente no governo Lula esse ritual diplomático foi retomado, sendo Lula-Jagdeo os presidentes que mais trocaram visitas.

Para Vigevani e Cepaluni, Fernando Affonso Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN)<sup>79</sup>, em sua rápida passagem pela presidência (1990-

---

<sup>79</sup> Atual Partido Trabalhista Cristão.

1992), deu continuidade a paulatina transição para o paradigma autonomia pela participação (2007). Por outro lado, Cervo e Bueno (2008) e Cervo (2008) avaliam que Collor renunciou ao Estado desenvolvimentista, introduziu o regionalismo aberto, e implementou o paradigma do Estado “normal” consolidado por FHC.

De acordo com Cervo, logo após a independência dos países da América Latina prevaleceu o paradigma liberal-conservador do século XIX. Em termos práticos, o paradigma liberal conservador foi convertido em políticas de portas abertas pela qual a periferia abriu seus mercados para as manufaturas europeias.<sup>80</sup> Assim, foram operadas as vantagens comparativas intangíveis<sup>81</sup> europeias e induzidas na América Latina relações com prevalência das vantagens comparativas do tipo natural<sup>82</sup> (2008).

No Brasil, entre 1930 e 1989, o paradigma liberal-conservador foi substituído pelo paradigma desenvolvimentista, centrado na promoção da indústria nacional, na busca pela autonomia decisória que permitisse realizar ganhos nas relações internacionais e fazer do desenvolvimento um vetor de política externa (CERVO, 2008). Tal paradigma esteve em consonância com um “velho” pensamento econômico desenvolvido no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada pela ONU em 1948.

Em resumo, este pensamento cepalino correspondeu à estratégia designada por regionalismo fechado, uma tendência que prevaleceu até o início dos anos 1980 (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMERICA LATINA E O CARIBE, 2016), pela qual se “concebia soluções estruturais, como aumento da renda e do consumo, portanto, industrialização e expansão do mercado interno” (CERVO, 2008). Essa estratégia esteve comprometida com um modelo de desenvolvimento econômico fechado na própria região, designado por Modelo de Substituição de Importações (MSI), formulado para promover um desenvolvimento autônomo e endógeno por via da industrialização (BORGES, 2011).

Contudo, a industrialização ficou concentrada nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto na Amazônia brasileira ocorreu somente a substituição do exterior, que até então era o centro fornecedor de manufatura, pelo sudeste

---

<sup>80</sup> O centro propulsor das políticas de portas abertas foi a Europa, implementando-as na América Latina por meio de tratados bilaterais sintonizados com um ordenamento jurídico, político e econômico que atendia aos interesses das potências capitalistas europeias.

<sup>81</sup> Conhecimento, ciência e tecnologia, organização e capacidade empresarial, e outras.

<sup>82</sup> Baseadas no solo, clima e recursos naturais.

brasileiro (BECKER, 1982). Por conseguinte, a industrialização que decorreu da substituição do paradigma liberal-conservador pelo desenvolvimentista foi matizada e não alcançou a Amazônia, sendo a Zona Franca de Manaus uma exceção.

Cervo avalia que esse pensamento da CEPAL foi construtivo por estimular a superação de dependências estruturais da periferia em relação aos países centrais. Por outro lado, obstruiu o desenvolvimento por não fazer com que os dirigentes latino-americanos percebessem que o comércio de substituição de importação deveria ser somente uma fase inicial a ser seguida pela substituição de exportações primárias por mercadorias com maior valor agregado. O autor argumenta que isso contribuiu para que os países fechassem-se em si mesmos e deixassem de promover o comércio intrarregional, mantendo-se afastados (2008).

Posteriormente tem-se a transição do paradigma desenvolvimentista para o neoliberal ou “normal”. Para Cervo, a principal característica do paradigma neoliberal foi a passividade em que a autonomia do desenvolvimentismo foi substituída pelas mesmas regras da estrutura hegemônica do século XIX, reduzindo o papel do Estado de indutor do desenvolvimento a expectador do mercado. Nas palavras do próprio autor: “consigna-se ao Estado a função de prover a estabilidade econômica, logo reduzida à estabilidade monetária, e ao mercado a função de prover tudo o mais, sobretudo o próprio desenvolvimento” (CERVO, 2008. p. 77).

O autor também aponta que o regionalismo aberto esteve em consonância com o período que marcou a transição latino-americana do paradigma desenvolvimentista para o neoliberal. No Brasil, esse período corresponde a 1990-2002 e, para muito além da consonância temporal, a estratégia do regionalismo aberto apoia o paradigma neoliberal e recomenda uma combinação entre ampla abertura econômica e integração regional ou bilateral fundamentadas em preferências comerciais para mitigar os efeitos negativos da própria abertura (CERVO, 2008).

Em síntese, o regionalismo aberto foi proposto pela CEPAL nos anos 1990 como estratégia de inserção na economia internacional e propõe a integração econômica como etapa intermediária para a liberalização intra e inter-regional (HERZ; HOFFMANN, 2004). A ideia central sugere o aumento da competitividade, da produtividade, e a promoção de complementaridades econômicas como pilares

de sustentação da integração regional em vistas a melhorar o acesso da América Latina ao mercado mundial (BORGES, 2011).<sup>83</sup>

Uma contradição apontada por Cervo é que a adaptação do pensamento da CEPAL aos preceitos neoliberais deu origem ao conceito e estratégia do regionalismo aberto que sugeria a abertura dos mercados, dos sistemas produtivos e do setor de serviços, ao mesmo tempo em que firmasse acordos de integração regional. O objetivo era promover a regionalização para equilibrar a abertura com o desenvolvimento interno. Mas ao pender mais para o neoliberalismo, o pensamento cepalino voltou-se para fora do espaço latino-americano enquanto fonte de progresso para a região, sem fortalecer as economias dos países via uma integração produtiva que liberasse e expandisse o comércio regional (2008).

Com respeito ao Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1994), membro do PRN e posteriormente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Vigevani e Cepaluni apontam que seu governo refinou e operacionalizou o programa de política externa traçado pelo paradigma autonomia pela participação (2007, p. 287-288). No âmbito sul-americano, Cervo e Bueno afirmam que a relação desse governo com os vizinhos foi contraditória, marcada pelo isolamento ao mesmo tempo em que exerceu uma política de boa vizinhança e liderança (2008).

Ao longo do governo Itamar Franco a ideia de América Latina foi substituída pela ideia de América do Sul. Em 1993 tentou criar a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) para compensar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), mas a iniciativa não vingou (CERVO; BUENO, 2008; CERVO, 2008).

Na Guyana esse período correspondeu ao governo Hoyte e eleição de Cheddi Jagan (1992-1997), membro do PPP e líder da oposição ao PNC que permaneceu no poder por quase 30 anos. Segundo Visentini, a pobreza na Guyana atingia 80% da população e Jagan optou por seguir políticas do FMI (2017). Lima argumenta que Jagan não buscou aproximação com a América do Sul por não ter percebido a opção sul-americana para a Guyana (2011).

No comunicado conjunto relacionado à visita de Cheddi Jagan mencionaram a necessidade de aperfeiçoar a Secretaria do TCA e apontaram a precariedade das vias de comunicação entre Brasil-Guyana como obstáculo para o conhecimento

---

<sup>83</sup> Esta pesquisa não visa detalhar as estratégias designadas por regionalismo fechado e regionalismo aberto, apenas contextualizar as orientações de política externa brasileira. Ainda assim, no que diz respeito ao regionalismo aberto, registra-se que detalhes podem ser consultados em COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 1994.

mútuo e troca comercial (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL; 1993c). Os governos Franco-Jagan assinaram 2 atos bilaterais:

1. Acordo para o estabelecimento de um grupo de cooperação consular como mecanismo permanente de busca por soluções para questões de natureza consular (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1993a);
2. Acordo para a reativação da Comissão Mista Brasil-Guiana com reunião prevista para o ano de 1994, para tratar das seguintes questões: i) dívida externa; ii) acordo de complementação econômica e comercial; iii) cooperação técnica e econômica; iv) cooperação agroindustrial; v) cooperação cultural; vi) outros temas de interesse comum (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1993b).

#### **4.2.3 Fernando Henrique Cardoso**

Segundo avaliação de Vigevani, Oliveira e Cintra, o membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), substituiu a agenda isolacionista e reativa da autonomia pela distância pela agenda proativa da autonomia pela integração em vistas a articular autonomia com o ambiente internacional, em consonância com a autonomia pela participação, isto é, com participação ativa na elaboração de normas e pautas internacionais como meio de ampliar o poder brasileiro (2003).

Os autores mencionados argumentam que essa foi uma tentativa de alcançar interdependência regional via integração sul-americana pelo regionalismo aberto. O resultado foi a reunião em Brasília em 2000.<sup>84</sup> O paradigma da integração previa a intensificação da atuação brasileira na América do Sul para aumentar o poder de barganha na esfera global. Mas o não estabelecimento de interesses comuns com os vizinhos impediu o fortalecimento de instituições regionais e FHC consolidou apenas projetos de integração física (2003).

Para Vigevani e Cepaluni, a evolução da autonomia pela distância para a autonomia pela participação significou o abandono da ideia de desenvolvimento

---

<sup>84</sup> Dentre os 62 tópicos mencionados pelo documento gerado nesta reunião, Comunicado de Brasília, na esfera comercial há o tópico 33 que ressalta o compromisso em observar os princípios do regionalismo aberto para viabilizar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e na esfera infraestrutural foi lançada a IIRSA (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2000).

baseado na substituição de importações. Frustradas suas ambições com os países centrais, no final do mandato FHC iniciou uma mudança gradual para a autonomia pela diversificação em busca de novos parceiros, como África do Sul, China e Índia. Com base na percepção de que a eventual liderança brasileira era consequência gradual da proeminência econômica, FHC optou por gerenciar a capacidade brasileira no âmbito regional (2007).

Na avaliação de Cervo e Bueno (2008) e Cervo (2008), a percepção do malogro das experiências neoliberais, a não aplicação pelo centro dos preceitos neoliberais que recomendavam à periferia e a sobrevivência do pensamento crítico na academia e na diplomacia levaram FHC a abandonar o paradigma neoliberal e ensaiar o paradigma logístico para equilibrar a interdependência. Nesse sentido, por meio de acordos entre o MERCOSUL, CAN, mais o Chile e convocação da I Cúpula da América do Sul em 2000, FHC lançou a ideia da ALCSA. Na esfera amazônica, o TCA foi formalizado em OTCA.

Em 1996 foi lançado o Programa Brasil em Ação, sob uma ótica de intervenção territorial baseada em Eixos de Desenvolvimento<sup>85</sup> definidas a partir do potencial regional para competir nos mercados nacional e global. Os eixos combinaram potencialidades para a rede multinodal de transporte com potencialidades produtivas (MONTEIRO NETO, 2001). Em 1999, um ano antes da reunião dos presidentes da América do Sul, o MRE registrou:

[...] com a Guiana, há projetos de construção de ponte sobre o Rio Tacutu e de interconexão viária Boa Vista-Georgetown. Este projeto se insere no chamado 'Arco Norte', do Programa 'Brasil em Ação', que consiste em realizar obras em estradas brasileiras (Amapá e Roraima) de forma a permitir a ligação de Boa Vista-Macapá, passando pelas Guianas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1999d, p. 112).

Conforme o exposto, o atual Eixo Escudo das Guianas da IIRSA engloba o Eixo Arco do Norte do Brasil em Ação. Na ocasião da III Reunião do Comitê de Direção Executiva da IIRSA, realizada dois meses antes da II Cúpula Sul-Americana, há o seguinte registro:

A solicitação conjunta da Guiana e da Venezuela de inclusão, a ata da reunião, de referência ao compromisso firmado pelos Chanceleres dos dois

---

<sup>85</sup> Dentre os nove eixos, o Arco do Norte dividia-se em dois subeixos: Subarco Ocidental (Manaus – Roraima) e Subarco Oriental (Amapá).

países, em fevereiro de 2002, de estabelecer um comitê técnico para examinar a construção de uma estrada entre os dois países. É relevante observar que tal projeto, quando executado, passará necessariamente pela região do Essequibo, que tem sido objeto de contestação territorial. Altamente significativo também é o fato de a referida estrada ser complementar a ligação entre a Guiana e o Brasil, já identificado no âmbito da IIRSA (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2002i, p. 209-210).

Esses registros indicam a presença da integração física no segundo governo FHC e implementação de projetos que articulam interesses brasileiros e guianenses esboçados desde o início da relação bilateral. A integração física foi percebida até mesmo como um meio de solucionar a disputa do período colonial. Em vistas dos aspectos apresentados, conclui-se que os avanços alcançados no governo FHC no âmbito da integração física foram em termos de diálogo político e estudos técnicos.

No que diz respeito à percepção favorável do governo em torno da capacidade da integração física resolver litígios fronteiriços, considerando aspectos trabalhados nos capítulos anteriores desta dissertação mais notícias jornalísticas sobre a temática (PAÍS, 2011; JACOBS, 2012; PARAGUASSU, 2012b; VENEZUELA, 2012; GUIANA, 2015; GUIANA COLOCA, 2015; UNIÃO, 2015; VENEZUELA POSICIONA, 2015; GUIANA E VENEZUELA, 2015), a questão que se coloca é se a integração física tem capacidade de solucionar disputas territoriais ou se a não efetivação da integração física no Escudo das Guianas é [também] fruto dessas disputas.

Na Guyana, o período FHC correspondeu aos governos Cheddi Jagan, Samuel Hinds (1997), Janet Rosenberg Jagan (1997-1999) e Bharrat Jagdeo (1999-2011). Hinds foi um presidente de transição, era primeiro ministro e tomou posse como interino após o falecimento de Jagan (LIMA, 2011). Durante os governos FHC e Hinds, o comunicado conjunto por ocasião da visita do chanceler Clement Rohee ao Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL; 1997b) aborda a necessidade de concluir a rodovia Georgetown-Lethem e a ponte sobre o Rio Tacutu. Rohee chamou a atenção para a situação de irregularidade da pequena mineração na Guyana e foi assegurado pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia que o Brasil estava disposto a cooperar.

No tocante à esfera regional registraram ser a integração sul-americana um passo fundamental para a progressiva inserção de suas economias no hemisfério e no mundo, e assumiram o compromisso de estabelecer a Área de Livre Comércio

das Américas (ALCA). Rohee, por sua vez, solicitou apoio brasileiro para a criação de um fundo de integração regional em vista a facilitar a participação e integração das economias menores na ALCA. Também mencionaram a importância do TCA para o desenvolvimento amazônico.

No que diz respeito ao contexto interno da Guyana, Visentini avalia que a eleição de Rosenberg em meio a denúncias de fraude gerou ondas de violências com contornos étnicos (2017). Rosenberg – judia estadunidense de origem tcheca, viúva de Cheddi Jagan e integrante do PPP – renunciou quase dois anos depois de eleita. Na avaliação de Lima, o curto governo Rosenberg centrou em problemas internos e não alterou a política externa de aproximação com os Estados Unidos, tampouco criou laços com a América do Sul (2011). Em 1999 a presidenta Rosenberg visitou o Brasil e em almoço a ela oferecido o presidente FHC discursou:

Por sua diversidade étnica e cultural, por sua privilegiada situação geográfica e também por sua história, a Guiana é um importante elo de ligação entre a América do Sul e o Caribe. Papel que adquire relevância adicional pela participação do país no Grupo do Rio e por sua condição de sede da Secretaria-Geral da Comunidade do Caribe. Nossos países são sulamericanos e amazônicos – e têm muito a ganhar com o aprofundamento de uma parceria marcada pela cordialidade e pelo respeito mútuo. Em especial, devem ter seguimento os esforços de cooperação bilateral para o desenvolvimento comum das áreas fronteiriças, de extraordinário potencial. Essa é uma tarefa que se verá facilitada a medida em que se aprimore a interconexão viária entre nossos países. Esse é um objetivo básico, essencial para estimular o desenvolvimento da região (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1999c, p. 73-74).

O discurso acima está em consonância com a opção pela América do Sul no segundo governo FHC, e explicita a importância para o Brasil da relação bilateral com a Guyana. Porém, a retórica inclusiva – ou discursiva – de FHC careceu de visitas diplomáticas e/ou presidenciais para fortalecer a relação bilateral e interesses comuns. FHC-Rosenberg firmaram dois atos bilaterais que tratam de questões consulares para o corpo diplomático, expostos abaixo:

1. Acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1999a).

2. Acordo de isenção de vistos em passaportes diplomáticos, oficial/serviços especiais e oficial de ambos os países (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1999b).

Após a renúncia de Rosenberg Jagan em 1999, Bharrat Jagdeo, integrante do PPP e ministro da fazenda, foi nomeado presidente, eleito em 2001 e reeleito em 2006. Visentini aponta que durante o governo Jagdeo as tensões étnicas não cessaram (2017). No tocante a política externa, Lima destaca ter sido positivo para o governo Jagdeo a delimitação da fronteira marítima entre Guyana e Suriname em 2007, pelo Tribunal Internacional sobre Direito do Mar, sendo a delimitação em grande medida correspondente as linhas reivindicadas pela Guyana (2011).

Jagdeo foi o presidente guianense que mais aproximou a Guyana do Brasil e da América do Sul, ocupando a presidência da UNASUL entre 2010 e 2011. Em março de 2002 esteve no Brasil uma delegação da Guyana chefiada pela embaixadora Elisabeth Harper, diretora-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para a II Reunião do Grupo Permanente de Cooperação Brasil-Guyana. A reunião tratou de questões consulares; fronteiriças envolvendo trânsito de pessoas e mercadorias; cooperação na área da saúde e em matéria penal (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2002h, p. 311).

No mesmo ano, o chanceler Samuel Rudolph Insanally visitou o Brasil. No encontro, a pedido da Guyana, o Brasil comprometeu-se a enviar equipe técnica do Sistema de Vigilância da Amazônia/ Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM) à Guyana. E Insanally convidou o Brasil a cooperar com a Reserva Florestal de Iwokrama (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2002i). Entre FHC e Jagdeo foram firmados 6 atos bilaterais, sendo 2 memorandos de entendimento e 4 ajustes de cooperação técnica, os quais não estão em vigor:

1. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: gestão de base de dados para a produção de gado leiteiro e vigilância de doenças na Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2002b) – não está em vigor;
2. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: identificação e desenvolvimento de variedades de mandioca adequada à segurança

- alimentar no interior da Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2002c) – não está em vigor;
3. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: limpeza de resíduos químicos em *Camp Groomes* (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2002d) – não está em vigor;
  4. Memorando de entendimento: cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Força Policial da Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2002e);
  5. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: controle da formiga *Acoushi* em agricultura orgânica no interior da Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2002f) – não está em vigor;
  6. *Memorandum* de entendimento: estabelecimento de um mecanismo político de consulta para análise de assuntos de interesse comum no âmbito bilateral, regional e mundial (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2002g).

No primeiro governo FHC não há registro de aproximação com a Guyana. E no segundo governo essa aproximação esteve mais no plano discursivo que no plano da ação, visto que as visitas recebidas não foram retribuídas e que os atos firmados abordam temas de pouco significado prático. A ausência do ritual diplomático da parte brasileira e inexpressividade dos atos bilaterais são indicadores de que a Guyana recebeu pouca atenção do governo FHC, e o enquadramento da relação se deu mais no aspecto multilateral que bilateral.

Considerando esses aspectos, entende-se que a política de FHC em relação à Guyana correspondeu a política de inatenção baseada na percepção equivocada de que o enquadramento multilateral da relação poderia ser bem sucedido sem esforços bilaterais baseados na retórica inclusiva (firmação de atos bilaterais) e no ritual diplomático (troca de visitas entre chefes de Estado).

#### **4.2.4 Luiz Inácio Lula da Silva**

Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), a relação Brasil-Guyana foi intensificada e inserida em outras diretrizes. Em conformidade com sua postura multilateralista, as

relações com os países centrais continuaram importantes, mas a ênfase foi a cooperação sul-sul e a integração sul-americana. Para Vigevani e Cepaluni, a política externa do governo Lula assumiu diretrizes específicas, ao que chamam de “mudança dentro da continuidade” para aprofundar a autonomia pela diversificação, isto é:

[...] adesão do país aos princípios e as normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional (VIGEVAANI; CEPALUNI, 2007, p. 283, grifo nosso).

Dessa forma, diversificação refere-se tanto aos temas quanto aos parceiros enquanto a concepção de alternativas para “redução” das assimetrias dialoga com a ideia de liderança. Nesse sentido, Vigevani e Cepaluni ressaltam que se no governo FHC liderança foi percebida como consequência da capacidade econômica do país e não como objetivo, no governo Lula liderança foi percebida como um objetivo a ser alcançado por meio de uma diplomacia ativa e dinâmica (2007).

Na avaliação de Cervo, FHC introduziu o paradigma logístico que foi aprofundado por Lula. O autor esclarece que o paradigma logístico expõe uma estratégia que abandona o argumento da dependência estrutural e passa a promover ações que estabeleçam interdependência real no mundo global. Ações que consistem em robustecer empreendimentos públicos e privados do país via participação nas cadeias produtivas internacionais e investimentos diretos no exterior. Projeção internacional que visa criar e utilizar meios de poder para fazer valer vantagens comparativas intangíveis partindo da vizinhança, do regional (2008). Nas palavras do autor,

A ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo. Funde a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latinoamericano. Admite, portanto, operar na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado. Na esfera política, o paradigma logístico, com experiência brasileira e latino-americana, comprova uma criatividade ainda maior. Recupera a autonomia decisória da política exterior sacrificado pelos normais e adentra pelo mundo da interdependência, implementando um modelo de inserção pós-desenvolvimentista. Seu escopo final, a superação de assimetrias entre as nações, ou seja, elevar o patamar nacional ao nível das nações avançadas. Diferencia-se do paradigma desenvolvimentista com o qual pode conviver em certa dose, ao transferir à sociedade as responsabilidades do Estado empresário. Diferencia-se do normal,

consignando ao Estado não apenas a função de prover a estabilidade econômica, mas a de secundar a sociedade na realização de seus interesses. Limita a prevalência absoluta do Estado que caracterizava o primeiro e elimina do segundo a crença anticientífica no poder ilimitado do mercado de prover tudo o mais. Por fim, o Estado logístico imita o comportamento das nações avançadas, particularmente dos Estados Unidos, tipo como protótipo do modelo. A política exterior volta-se à realização de interesses nacionais diversificados: dos agricultores, combatendo subsídios e protecionismo, porque convém à competitividade do agronegócio brasileiro; dos empresários, amparando a concentração empresaria e o desenvolvimento tecnológico, dos operários, defendendo seu emprego e seu salário; dos consumidores, ampliando seu acesso à sociedade do bem-estar (CERVO, 2008, p. 85-86, grifo nosso).

Para Cervo e Bueno (2008) e Cervo (2008), no tocante a América do Sul, ao buscar melhorar as condições econômicas e sociais deterioradas pelas políticas neoliberais, os governos sul-americanos focaram em soluções internas centradas em projetos nacionais com adoção de distintas estratégias de inserção internacional, não sendo a integração percebida como meio de superação de dificuldades. Já a política externa brasileira assumiu caráter integracionista e a integração foi utilizada pelo governo Lula para consolidar uma rede de cooperação que avança da América do Sul para outras regiões.

De acordo com o exposto, conclui-se que em relação à América do Sul o governo Lula estabeleceu relação entre integração e bilateralismo. Ao mesmo tempo em que, de acordo com uma prática comum aos Estados em posição intermediária (WOMACK, 2010), a cooperação *cross-regional* foi estimulada, com destaque para a multinodalidade, inserindo os demais países da América do Sul no diálogo com outras regiões.

Conforme pressuposto da teoria da assimetria, uma das características de um sistema assimétrico é a centralidade assimétrica (WOMACK, 2010). No caso sul-americano essa centralidade coloca o Brasil em posição de “liderança regional”, por meio da qual o governo Lula criou uma rede de interconectividade que compreende as relações bilaterais do Brasil, isto é, a CASA em 2004 institucionalizada em UNASUL em 2008.

Ao mesmo tempo em que seu governo enfatizou a coordenação política sul-americana, esforçou-se também no sentido de promover uma coordenação política latino-americana, visto que em 2008 tem-se a I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe (CALC) sobre Integração e Desenvolvimento que em 2010 foi incorporada junto ao Grupo do Rio pela CELAC. As coordenações

sul-americana e latino-americana estimularam trocas de visitas presidenciais entre Brasil e Guyana e demais países, adensando as relações bilaterais por via multilateral e *vice-versa*.

Exemplo desse adensamento são as visitas brasileiras à Guyana na Reunião do Grupo do Rio em 2007 e na IV Cúpula da UNASUL em 2010. E também, as visitas guianenses ao Brasil na assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL e na ocasião da reunião das cúpulas regionais que reuniram Grupo do Rio, UNASUL, CALC, ambas em 2008, mais a Cúpula do MERCOSUL em 2015.

Em síntese, entende-se que por intermédio da UNASUL o governo Lula passou a exercer liderança na América do Sul, coordenando objetivos comuns e benefícios mútuos dos Estados sul-americanos para realizar interesses brasileiros, dentre os quais o fortalecimento de um bloco regional que amplie o poder de barganha do Brasil na esfera global.

Cervo argumenta que os interesses brasileiros traduzem-se na UNASUL por meio de objetivos políticos, geopolíticos e econômicos. Na esfera política, a unanimidade entre os Estados membros visa assentar a América do Sul no mundo por meio de uma voz única, conferindo-lhe unidade regional que fortalece sua atuação multilateral e aumente a independência política dos Estados.

Na esfera geopolítica busca criar um polo de poder regional. Ao enfatizar a segurança regional promove a ideia de que a resolução dos contenciosos está a cargo da ação diplomática sul-americana fundamentada no respeito à soberania e a não intervenção em assuntos internos. Em termos econômicos a UNASUL, em diálogo com o MERCOSUL e a CAN mais o Chile, visa promover a integração do setor produtivo, energético e da infraestrutura (CERVO; BUENO, 2008).

Tais objetivos evidenciam a primazia da dimensão política e geopolítica sobre a econômica. E uma vez que a América do Sul tornou-se prioridade da política externa brasileira, essa busca pela conformação da unidade regional também foi acompanhada pelo estímulo a investimentos diretos brasileiros no exterior e pela internacionalização econômica (CERVO, 2008).

Com base nos aspectos apresentados entende-se que, diferentemente do regionalismo fechado e regionalismo aberto, a UNASUL, movida pela ambição política de estabelecer coerência e “identidade regional”, enquadra-se no que esta dissertação designa por “regionalismo multidimensional”, uma “tendência” regionalista de caráter mais abrangente que engloba aspectos político, econômico,

social, cultural, infraestrutural, entre outros.<sup>86</sup> Também levanta-se a possibilidade da UNASUL ser resultado da combinação entre uma concepção regionalista de projeção multidimensional e o paradigma logístico. Ressalta-se, contudo, tratar-se somente de uma possibilidade/especulação, visto que esse apontamento precisa ser aprofundado com rigor e em detalhes.

No que diz respeito a liderança exercida pelo Brasil, aponta-se que a contrapartida da liderança são as novas demandas geradas pelas expectativas que provocam, sendo uma delas a cobrança para que o país “líder” assuma os custos da integração. O Brasil não o assumiu, pois a estratégia foi dar sustentabilidade a liderança via coordenação de objetivos comuns e benefícios mútuos, seguindo uma direção que os demais países têm interesse em seguir (WOMACK, 2010) – explicitadas por Cervo como objetivos políticos, geopolíticos e econômicos (2008).

Por mais que sejam objetivos brasileiros coloridos de objetivos comuns, esse discurso conta com apoio de uma audiência multilateral, nesse sentido, a decisão está efetivamente com os demais Estados, não com o Brasil. Sem ingressar no debate acerca do conceito de liderança, uma vez que esta pesquisa refere-se à liderança no sentido trabalhado por Womack, isto é, o “exercício habitual do poder internacional” enquanto poder internacional é a “habilidade de conseguir que outro Estado faça algo que de outra forma não faria” (2006, p. 27, tradução nossa), conclui-se que, inserida nesse contexto, a relação bilateral entre Guyana e Brasil no decorrer do governo Lula aproximou-se do formato de uma liderança branda sustentável.

Lula foi o presidente brasileiro que mais visitou a Guyana. Durante seu governo estiveram no Brasil o presidente Jagdeo (2003, duas vezes em 2008, 2010), o ministro do interior Clemente Rohee (2007) e a ministra de negócios estrangeiros Carolyn Rodrigues-Birkett (2008). Da parte brasileira, estiveram na Guyana o chanceler Celso Amorim (2004) e o presidente Lula (2005, 2007, 2010). Também como indicador de intensificação da relação, em 2007 foram retomadas as obras da ponte do Rio Tacutu, inaugurada em 2009 com a presença de ambos presidentes.

No tocante as viagens presidenciais, Vigevani e Cepaluni apontam que “em termos quantitativos, a política externa do governo Lula da Silva pôs em prática um

---

<sup>86</sup> O “regionalismo multidimensional” também pode ser designado por “regionalismo contemporâneo”, “novo regionalismo” ou “regionalismo anti-hegemônico”. Porém, por considerar a multidimensionalidade como a principal característica, optou-se por denominá-lo “regionalismo multidimensional”.

programa de ‘diplomacia presidencial’ tão intenso quanto o do governo anterior” (2007, p. 295). Ao transpor esse apontamento para o Escudo das Guianas, a diferença encontrada é que Lula dedicou atenção à Guyana e ao Suriname, países não contemplados pelas viagens presidenciais de FHC.

Entre os resultados concretos da política externa de Lula com apoio da diplomacia presidencial têm-se o aumento do fluxo comercial, ingresso da Guyana e Suriname como Estados associados ao MERCOSUL, atos bilaterais e acordos de cooperação técnica. Esse adensamento da relação foi acompanhado pela conquista de prestígio pessoal evidenciada pelo recebimento da mais alta distinção honorífica da Guyana, a Ordem de Excelência pela qual Lula foi condecorado em 2010 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2010k).

Também foi estabelecido o Vice-Consulado do Brasil em Lethem, e em 2009 Jagdeo anunciou estar em curso a elevação da categoria da representação consular em Roraima (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2008; 2009s). Os 23 atos firmados nos governos Lula-Jagdeo estão sumarizados abaixo:

1. Acordo de transporte rodoviário internacional de passageiros e cargas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2003a);
2. Acordo sobre isenção parcial de vistos, pelo qual foi abolida a requisição de vistos para ingresso e permanência de nacionais de ambos os países, com passaportes comuns válidos, por um período que não exceda 90 dias, renováveis por mais 90 dias sem exceder 180 dias por ano, para fins de turismo, férias ou visitas a parentes (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2003b);
3. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: gestão de base de dados para a produção de gado leiteiro e vigilância de doenças na Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2003c);
4. Acordo a respeito de cooperação entre os institutos diplomáticos de ambos os países (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005a);
5. Programa executivo na área da educação para o período de 2005-2008, com abordagens específicas para cada área<sup>87</sup> e modalidade<sup>88</sup> de intercâmbio (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005b);

---

<sup>87</sup> Envolveu o intercâmbio de informações, especialistas e profissionais nas seguintes áreas: i) métodos e técnicas educacionais, incluindo audiovisuais; ii) educação a distância e uso de tecnologia

6. Ajuste complementar na área de saúde ao acordo básico de cooperação técnica: registra a implementação da Comissão Binacional Assessora de Saúde na Fronteira Brasil-Guiana para fortalecer as ações do Comitê de Fronteira (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005c);
7. Protocolo de intenções: cooperação em técnicas de produção e uso de etanol combustível (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005j);
8. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: treinamento para produtores em técnicas de produção para o desenvolvimento da indústria de caju na Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005k);
9. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: transferência de técnicas para o estabelecimento da produção de soja nas savanas intermediárias da Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005l);
10. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: transferência de técnicas para contribuir no desenvolvimento do setor da aquicultura da Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2008b);
11. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: transferência de técnicas para a produção de arroz de sequeiro nas savanas da Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2008c);
12. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: fortalecimento da capacidade de monitoramento da comissão florestal da Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2008d);
13. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: transferência de técnicas para a produção de milho nas savanas da Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2008e);
14. Protocolo de Intenções: sobre a modernização dos serviços postais da Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2008f);

---

da informação; iii) erradicação do analfabetismo, educação de adultos, programa de bolsas e programas compensatórios e supletivos; iv) planejamento e administração da educação; v) educação profissional e tecnológica.

<sup>88</sup> No caso particular da educação superior, considerando a medicina, veterinária, saúde pública, agricultura, geologia e relações internacionais como áreas prioritárias, a Guyana foi encarregada de solicitar inscrições em cursos de doutorados nessas áreas e os candidatos(as) aceitos(as) seriam contemplados por uma bolsa de estudo concedida pela CAPES, que também foi encarregada de apoiar candidatos brasileiros em programas de doutorado na Guiana.

15. Acordo sobre isenção parcial de vistos pelo qual nacionais de ambos os países com passaportes comuns válidos possam ingressar, transitar e permanecer nos respectivos países para fins de negócios pelo período de 90 dias, não excedendo 180 dias por ano, sendo que as pessoas beneficiadas não estão autorizadas a exercer atividades empregatícias e remuneradas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009j; 2009r);
16. Acordo sobre cooperação em matéria de Defesa (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009k) – em tramitação;
17. Acordo para o estabelecimento de regime especial fronteiriço e de transporte para as localidades de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guyana) pelo qual adotam um Regime Especial Fronteiriço aplicado a livre circulação de mercadorias para subsistência de consumo pessoal, sem finalidade comercial, levadas para o exterior ou trazidas por pessoas residentes nas localidades fronteiriças, com isenção dos impostos de importação e exportação. Adotam também um Regime Especial de Transporte que difere das exigências descritas no Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009l) – está em tramitação;
18. Programa executivo relativo ao Convênio Cultural para 2009-2012 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009m);
19. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: mapeamento geológico e da geodiversidade na fronteira Guyana-Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009n);
20. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica: manejo integrado da mosca da fruta na Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009o);
21. Memorando de entendimento: sobre a promoção do comércio e do investimento, dentre seus objetivos consta o estímulo as exportações de projetos e serviços guianenses ao Brasil no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações do Brasil (PSCI) (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009p);
22. Memorando de entendimento: sobre a criação do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana para aprofundar a integração bilateral e fortalecer a integração das “regiões” por meio de mecanismos de coordenação e cooperação em

diversas áreas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009q) – a primeira reunião ocorreu em novembro de 2009 na capital de Roraima;

23. Memorando de entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA) e o Ministério da Agricultura da Guyana na área de segurança fitossanitária de produtos de origem vegetal: inspeção e certificação de sementes de arroz híbrido em regiões de fronteira com o Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2010a).

Esse rol de atos bilaterais refere-se a diversas áreas, como: i) transporte rodoviário; ii) isenção de visto para nacionais de ambos países; iii) livre circulação de mercadorias de consumo pessoal; iv) cooperação diplomática; v) defesa; vi) educação; vii) mineração; viii) agricultura; ix) criação do Comitê de Fronteira Brasil-Guyana, entre outras.

Em discursos proferidos em Georgetown (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005m), o presidente Lula enfatizou a importância da Guyana na integração sul-americana e afirmou ser a integração a única possibilidade de desenvolvimento da região. Ao referir à importância dos países pequenos, mencionou a força que a regra um país um voto confere a esses países.

Os governos FHC e Lula reconheceram a importância das assimetrias de capacidade e de poder. A diferença está na estratégia adotada, pela qual FHC privilegiou negociações com países centrais enquanto Lula buscou alianças no sul. E ao buscar a “superação” das assimetrias com os países sul-americanos via integração, o discurso centrado na “superação” ganhou força na esfera oficial nacional, bilateral e multilateral. Exemplo disso são os atos bilaterais com a Guyana que passaram a usar o termo “assimetria” apenas nos governos Lula e Rousseff.

No mesmo discurso em Georgetown, Lula destacou: “Temos de levar em consideração as assimetrias existentes entre nossas economias, dentro do espírito de generosidade e flexibilidade que devem reger as negociações bilaterais e inter-regionais de comércio” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005m, p. 63). No memorando de entendimento sobre comércio e investimento apontaram a promoção das exportações para o Brasil no âmbito do PSCI e investimentos brasileiros na Guyana como “solução” para as assimetrias nas

relações comerciais (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009p).

Em consonância, os discursos oficiais e o próprio fundamento do PSCI indicam a ênfase à assimetria no âmbito econômico-comercial. Criado em 2003 para contribuir com a integração regional, o PSCI é uma iniciativa voltada ao fomento do comércio entre Brasil e demais países sul-americano. Apesar de registrar aumento significativo no fluxo comercial intrarregional, esse crescimento é caracterizado pela persistência das assimetrias nas trocas comerciais, visto que a maioria dos países sul-americanos registram déficits com o Brasil (BRASIL, 2016b).<sup>89</sup>

Ressalta-se que a ênfase no âmbito econômico não significa que as assimetrias de outras dimensões foram ignoradas, visto que em discurso na XXXII Reunião de Cúpula do MERCOSUL, Lula mencionou a importância e necessidade dos países:

[...] se associarem para enfrentar as dificuldades impostas por uma globalização assimétrica do ponto de vista econômico, político e social. [Pois] Nem os mais fortes dentre nós serão capazes de resolver sozinhos as contradições em que estão mergulhados nossos países (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2007b, p. 45, grifos nossos).

#### 4.2.5 Dilma Vana Rousseff

O governo da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016), também do PT, manteve a tonalidade das relações bilaterais estabelecidas pelos governos Lula-Jagdeo. Não obstante, Rousseff não visitou a Guyana e a única visita recebida de um presidente guianense foi em 2015, quando David Granger esteve em Brasília para a cúpula do MERCOSUL. Contudo, seguiram-se trocas de visitas entre o corpo diplomático. Estiveram na Guyana os chanceleres Antonio Patriota (2011) e Mauro Vieira (2016), e a chanceler Carolyn Rodrigues-Birkett esteve no Brasil em 2012.

Na Guyana, o governo de Rousseff coincidiu com o final do governo Jagdeo, continuado pelo também membro do PPP Donald Ramator (2011-2015). Coincidiu ainda com o início do governo do brigadeiro David Arthur Granger (2015 – presente), representante de uma aliança de distintas agremiações políticas em oposição ao

---

<sup>89</sup> Assim como foi corroborado pela tese de Borges (2011) que apontou a Bolívia como exceção. No entanto, a referida tese abrange os países amazônicos com exceção da Guyana e do Suriname.

PPP, designada por *A Partnership for National Unity (APNU) / Alliance for Change*<sup>90</sup>. As visitas de Granger e Vieira indicam continuidade no diálogo mesmo com a troca de governo guianense. Correspondente ao período Jagdeo-Rousseff há o registro de 1 ato bilateral, e outros 2 com Ramotar, abaixo discriminados:

1. Memorando de entendimento: cooperação em educação física e esportes (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2011b; 2011c);
2. Memorando de entendimento: projetos de infraestrutura que preveem: i) construção de usina(s) hidrelétrica(s); ii) linhas de transmissão necessárias para distribuir energia que será eventualmente gerada; iii) melhoria da estrada Brasil-Guyana; iv) construção de um porto de águas profundas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2012d; 2012e);
3. Memorando de entendimento: cria a Comissão Mista Brasil-Guyana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura, com a promoção do diálogo bilateral sobre iniciativas de transportes e energia por meio de comitês técnicos de transporte, energia, finanças e jurídico-regulatório. Estes comitês foram incumbidos das seguintes atribuições: i) analisar projetos bilaterais de infraestrutura; ii) identificar instrumentos que permitam ensejar ações coordenadas na área de energia elétrica; iii) avaliar formas de financiamento voltadas a facilitar projetos bilaterais de infraestrutura; iv) avaliar aspectos jurídicos e regulatórios necessários ao desenvolvimento de projetos bilaterais de infraestrutura; v) avaliar aspectos comerciais, migratórios, socioambientais, trabalhistas, consulares, fiscais e de proteção aos investimentos relacionados a iniciativas bilaterais de infraestrutura (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2013b; 2013c).

Em entrevista, o subsecretário geral da América do Sul, Central e do Caribe no MRE, embaixador Paulo Estivallett de Mesquita, destacou pontos centrais nas relações bilaterais Brasil-Guyana (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016b). Sobre o adensamento das relações fronteiriças entre Bonfim e Lethem,<sup>91</sup> Mesquita disse tratar de uma relação de vizinhança que já é uma

---

<sup>90</sup> Parceria pela Unidade Nacional / Aliança para a Mudança, na tradução livre.

<sup>91</sup> Sobre o adensamento das relações fronteiriças entre Lethem e Bonfim, consultar: Barbosa, 2013; Meneses, 2014; Paixão, 2014; Simões, 2014.

realidade nas regiões centro-oeste e sul, e que agora essa zona de fronteira estabelecida vem se tornando realidade com a Guayana.

Mesquita também mencionou que as autoridades roraimenses têm muito interesse nessa aproximação por mudar a perspectiva do estado de Roraima, contribuir para que deixe de ser um final de linha. A expectativa é de que a pavimentação do trecho Lethem-Linden e a construção de um porto de águas profundas permitam que Roraima tenha acesso ao mar pela Guayana, facilitando o escoamento de produtos de Roraima que assim como a Guayana tem grande potencial agrícola.<sup>92</sup>

No tocante à construção de hidrelétricas, fez menção a uma possível interligação com o Brasil para aproveitar o regime de chuva de ambos os países, que são distintos. Seria uma complementação em que o Brasil forneceria para a Guayana num certo momento e *vice-versa*, com uma tendência do Brasil consumir muito mais que a Guayana a energia elétrica produzida no território guianense.

A interligação teria impacto positivo sobre a atual vulnerabilidade energética de Boa Vista, suprida pela Venezuela que tem sido afetada pela seca provocada pelo *El Niño*. Há também o interesse em concluir a conexão de Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de eletricidade do Brasil, e a Guayana tem interesse de que Lethem seja suprida pelo lado brasileiro.

Da parte brasileira, os discursos oficiais explicitam que os interesses pontuais desses projetos de integração física com a Guayana são escoar mercadorias brasileiras e atender necessidades energéticas do Brasil. Com esse propósito, o Brasil recorre ao discurso de benefício mútuo e alimenta a expectativa da Guayana em ampliar suas exportações para o Brasil, expectativas que se estendem aos demais países caribenhos.

Os projetos, com exceção da hidrelétrica, foram englobados pela IIRSA, inserindo a discussão bilateral num contexto mais amplo. Nesse sentido, a IIRSA assume o papel de mecanismo externo capaz de neutralizar possíveis conflitos de interesses gerados pelos projetos, neutralização reforçada pela ênfase dada ao caráter técnico da integração física, mesmo tratando-se de uma questão essencialmente política.

---

<sup>92</sup> O potencial agrícola é afetado pela mosca da carambola, impactando na fruticultura de Roraima. Uma ação direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA) na Guayana tem buscado solucionar o problema (ROCHA, 2015).

Resumidamente, desde o início das relações bilaterais Brasil-Guyana os temas que percorrem a esfera oficial centram-se na cooperação técnica, comércio bilateral e integração física. Logo, são esses os fatores que sustentam as respectivas relações bilaterais. Os mesmos são abordados nos três subcapítulos seguintes com a contribuição de notícias jornalísticas que permitem confrontar os discursos oficiais com as interações societais.

Dentre os jornais consultados, têm-se: i) Folha de Boa Vista<sup>93</sup>; ii) O Estado de São Paulo<sup>94</sup>; iii) *Guyana Times*<sup>95</sup>; iv) *Stabroek News*<sup>96</sup>. Nos jornais brasileiros empreendeu-se buscas por “Guiana” e “Guyana”. Nos jornais guianenses as buscas foram por “*Brazil*”, “Brasil” e “*Brazilian*”.

Em certa medida, as consultas realizadas confirmam uma dinâmica de atenção assimétrica. Em outras palavras, os jornais guianenses dedicam mais atenção ao Brasil que *vice-versa*, e o Brasil é percebido tanto em termos de desconfianças quanto em termos de expectativas. Da parte brasileira, destaca-se o fato do jornal O Estado de São Paulo não noticiar visitas oficiais entre Brasil e Guyana que ocorreram no período da consulta, de 2008 a 2016, com exceção da inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu.

A propósito, o referido jornal tampouco registrou as eleições guianenses de 2015. Por outro lado, registrou uma nota sobre a ida do ex presidente estadunidense Jimmy Carter à Guyana para acompanhar as eleições, sem fazer qualquer menção as eleições em si (CARTER, 2015). Tal comportamento sugere uma dinâmica que não contribui para o adensamento das relações entre Brasil e Guyana. Contudo, é necessário consultar um conjunto de jornais brasileiros para desenhar um quadro conclusivo sobre quanto, quando e como a Guyana é retratada na mídia brasileira.

### 4.3 Cooperação Técnica

No quesito cooperação técnica há registros de projetos de cooperação no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que faz parte do MRE e tem a função de negociar, coordenar, implementar e acompanhar projetos brasileiros de

---

<sup>93</sup> Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/>>. Último acesso em: 3 nov. 2016.

<sup>94</sup> Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Último acesso em: 3 nov. 2016.

<sup>95</sup> Disponível em: <<http://guyanatimesgy.com/>>. Último acesso em: 3 nov. 2016.

<sup>96</sup> Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/>>. Último acesso em: 3 nov. 2016.

cooperação técnica formalizados via acordos (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2016c).

Em conformidade com os dados agrupados no Quadro 9 – Cooperação Sul-Sul Brasil e Guyana, num período de 8 anos (2005-2013) foram registrados 43 projetos de cooperação sul-sul (42 concluídos e 1 em execução) com a Guyana como país receptor.<sup>97</sup> A maioria dos projetos teve início em 2011 e 2012.<sup>98</sup> Abaixo, uma síntese dos mesmos por setor/área, objetivo e instituição executora.

1. Administração Pública: total = 1 projeto

*Especificação*: gestão de cooperação técnica.

*Objetivo*: missão de especialistas brasileiros para detalhamento de projetos de cooperação.

*Instituições Executoras*: i) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); ii) Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

2. Agricultura: total = 9 projetos.

*Especificações*: i) políticas públicas [3]; ii) fruticultura [2]; iii) defesa sanitária vegetal [2]; iv) agricultura familiar [1]; abastecimento [1].

*Objetivos*: i) transferência de técnicas para a produção de soja, arroz e caju; ii) treinamento técnico; iii) desenvolvimento industrial; iv) segurança alimentar; v) capacitação de recursos humanos; vi) mapeamento geológico; vii) manejo da mosca da fruta; viii) certificação fitossanitária; ix) fiscalização de sementes; x) diagnosticar o setor produtivo da cana-de-açúcar.

*Instituições Executoras*: i) EMBRAPA [6]; ii) CPRM [1]; iii) Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA) [2]; iv) Instituto Nacional do Semiárido (INSA) – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (MCTI) [1]; v) Confederação Nacional do Comércio (CNC) – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) [1].

3. Comunicação: total = 1 projeto

*Especificação*: correios.

<sup>97</sup> Dos 43 projetos, 16 datados no período do governo Lula e 27 no governo Rousseff.

<sup>98</sup> Ano de início dos projetos: **2005** = 1; **2006** = 2; **2008** = 5; **2009** = 6; **2010** = 2; **2011** = 13; **2012** = 13; **2013** = 1.

*Objetivo:* modernização do sistema postal.

*Instituição Executora:* Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

4. Defesa: total = 27 projetos

*Especificação:* treinamento militar.

*Objetivos:* i) estimular o intercâmbio de conhecimento militar sulamericano; ii) curso de corte e solda submarina; iii) curso de aperfeiçoamento de superfície em eletrônica; iv) curso de operações na selva; v) estágio de idioma português e de ambientação para oficiais; vi) curso de formação de oficiais; vii) curso de dobragem, manutenção de paraquedas e suprimentos pelo ar; viii) curso de altos estudos de política e estratégia; ix) curso de aperfeiçoamento de oficiais de carreira; x) curso de mestrado em Engenharia Mecânica; xi) curso de mestre de salto; xii) curso básico de inteligência; xiii) estágio de salto livre; xiv) estágio de operações de máquinas de construção; xv) estágio técnico de atividades de construção; xvi) curso de perícia criminal; xvii) curso de equipamento de engenharia; xviii) estágio de gerenciamento de atividades de construção; xix) estágio de usinagem e pavimentação asfáltica; xx) treinamento internacional em tecnologias de convivência em “regiões” áridas e semiáridas.

*Instituições Executoras:* i) Ministério da Defesa do Brasil (MD) [3]; ii) Força Aérea Brasileira (FAB) [1]; iv) Exército Brasileiro (EXBR) [21]; v) Não Disponível [2].

5. Educação: total = 2 projetos

*Especificação:* formação profissional.

*Objetivos:* i) treinamento de militares; ii) curso de defesa militar; iii) curso de aperfeiçoamento de superfície em eletrônica.

*Instituições Executoras:* i) EXBR [1]; ii) MD [1].

6. Minas e Energia: total = 1 projeto.

*Especificação:* Geologia

*Objetivo:* mapeamento geológico e geofísico para a identificação de recursos minerais na fronteira.

*Instituição Executora:* CPRM.

7. Pesca: total = 1 projeto.

*Especificação*: piscicultura

*Objetivo*: transferências de técnicas, conhecimento e tecnologia.

*Instituição Executora*: Secretária Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) – Presidência da República.

8. Saúde: total = 1 projeto.

*Especificação*: controle e prevenção de doenças.

*Objetivo*: identificar possíveis áreas específicas de cooperação no campo da saúde.

*Instituição Executora*: Ministério da Saúde do Brasil (MS).

De acordo com a exposição acima, os projetos abrangem 8 áreas/setores e somam 10 instituições executoras. Dos 43 projetos, 27 são de defesa e 9 de agricultura, as duas áreas mais impactadas pela cooperação técnica entre Guyana-Brasil. No âmbito da cooperação trilateral há 2 projetos, 1 com técnicos africanos e outro com diretores gerais de assuntos indígenas dos países membros da OTCA.

Na cooperação trilateral com organismos há 1 projeto voltado à área de recursos hídricos que corresponde a esfera regional e envolve instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos dos países membros da OTCA. Não há registro de projetos de cooperação em bloco com a Guyana. Os dados mencionados podem ser consultados mais detalhadamente nas páginas seguintes que apresentam os quadros abaixo listados:

Quadro 9 – Cooperação Sul-Sul Brasil e Guyana

Quadro 10 – Cooperação Trilateral: Brasil e Guyana

Quadro 11 – Cooperação Trilateral com Organismo: Brasil e Guyana

**Quadro 9 - Cooperação Sul-Sul Brasil e Guyana**

| <b>Título</b>  | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>                    | <b>Execução</b>  | <b>Objetivo</b>   |
|--|--|---|--|---|
| 1. Missão de Prospecção na Área da Saúde   | 11/09/2005<br>12/09/2005<br>Concluído  | Saúde / Controle<br>e Prevenção de<br>Doenças | Ministério da<br>Saúde do Brasil<br>(MS)   | Identificar possíveis áreas específicas de<br>cooperação no campo da saúde na Guyana.   |
| 2. Transferência de Técnicas para o<br>Estabelecimento da Produção e Utilização da<br>Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana                              | 05/04/2006<br>05/12/2006<br>Concluído  | Agricultura /<br>Políticas Públicas           | Empresa<br>Brasileira de<br>Pesquisa<br>Agropecuária<br>(Embrapa)                            | Implementar programa de desenvolvimento da<br>capacidade de adaptação técnica dirigida ao<br>desenvolvimento da indústria da soja na Guiana.  |
| 3. Programa de Treinamento para Técnicos e<br>Produtores em Técnicas da Produção e<br>Processamento para o Desenvolvimento da<br>Indústria de Caju na Guiana | 10/04/2006<br>31/08/2007<br>Concluído  | Agricultura /<br>Políticas Públicas           | Empresa<br>Brasileira de<br>Pesquisa<br>Agropecuária<br>(Embrapa)                            | Implementar programa de desenvolvimento da<br>capacidade de adaptação técnica dirigida ao<br>desenvolvimento da indústria do caju na Guiana.  |
| 4. Treinamento de Militares Sul-Americanos no<br>Âmbito da Defesa (Curso de Operações na Selva<br>– Categoria “B”)   | 30/05/2008<br>27/08/2008<br>Concluído  | Educação /<br>Formação<br>Profissional        | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar<br>sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais<br>dos exércitos da Argentina, Bolívia, Chile,<br>Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru,<br>Suriname, Uruguai e Venezuela curso de<br>treinamento em matéria de defesa militar. |
| 5. Treinamento de Militares – Curso de<br>Aperfeiçoamento de Superfície em Eletrônica<br>para Oficiais   | 12/06/2008<br>12/06/2009<br>Concluído  | Educação /<br>Formação<br>Profissional        | Departamento de<br>Assuntos<br>Internacionais –<br>Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD) | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar<br>sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais<br>da região curso de aperfeiçoamento de superfície<br>em eletrônica.   |
| 6. Treinamento de Militares – Curso de Corte e<br>Solda Submarina  | 18/08/2008<br>18/10/2008<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar            | Departamento de<br>Assuntos<br>Internacionais –<br>Ministério da Defesa<br>do Brasil (MD)    | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar<br>sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais<br>da região curso de corte e solda submarina.  |

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b>  | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>          | <b>Execução</b>   | <b>Objetivo</b>   |
|---|---|-------------------------------------|---|---|
| 7. Programa de Treinamento para Técnicos e produtores em Técnicas da Produção e Processamento para o Desenvolvimento da Indústria de Caju na Guiana – Fase II | 25/11/2008<br>25/05/2009<br>Concluído   | Agricultura /<br>Fruticultura       | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)   | Capacitar recursos humanos para apoiar o desenvolvimento da indústria do caju na Guiana.  |
| 8. Modernização do Sistema Postal da Guiana   | 26/11/2008<br>26/12/2008<br>Concluído   | Comunicações /<br>Correios          | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)   | Transferir aos Correios da Guiana conhecimentos sobre o modelo de gestão e administração do modelo postal utilizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).                     |
| 9. Treinamento de Militares – Curso de Aperfeiçoamento de Superfície em Eletrônica para oficiais – Fase Operativa   | 26/01/2009<br>12/06/2009<br>Concluído   | Defesa /<br>Treinamento Militar     | Ministério da Defesa do Brasil (MD)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais do Exército da Guiana curso de aperfeiçoamento de superfície em eletrônica.                  |
| 10. Treinamento de Militares Sul-Americano no Âmbito da Defesa (Curso de Operações na Selva, categoria “C”)   | 12/02/2009<br>11/11/2009<br>Concluído   | Defesa /<br>Treinamento Militar     | Exército Brasileiro (EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército da Guiana, curso de Aperfeiçoamento de Oficiais promovido pelo Exército do Brasil.            |
| 11. Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana  | 29/06/2009<br>31/12/2016<br>Em Execução | Agricultura /<br>Políticas Públicas | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)   | O projeto busca transferir à Guiana conhecimentos e técnicas modernas de cultivo de arroz de sequeiro com vistas ao aumento da segurança alimentar e o atendimento das exigências nutricionais. |
| 12. Missão de Especialistas Brasileiros para Detalhamento de Projetos de Cooperação   | 03/08/2009<br>03/10/2009<br>Concluído   | Agricultura /<br>Fruticultura       | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – (Embrapa) / Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) | Negociar e elaborar projeto nas áreas de mapeamento geológico na área de fronteira e de manejo da mosca fruta.  |
| 13. Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aquicultura da Guiana  | 03/08/2009<br>06/08/2014<br>Concluído   | Pesca /<br>Piscicultura             | Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) – Presidência da República (PR)   | Promover o desenvolvimento da aquicultura por meio da transferência de conhecimento e tecnologias.  |

| Título  | Início/<br>Término/<br>Status         | Setor/<br>Subsetor  | Execução  | Objetivo   |
|---|---------------------------------------|---|---|--|
| 14. Missão de Especialistas Brasileiros para Detalhamento de Projetos de Cooperação   | 24/08/2009<br>24/10/2009<br>Concluído | Administração<br>Pública / Gestão<br>de Cooperação<br>Técnica | Empresa<br>Brasileira de<br>Pesquisa<br>Agropecuária<br>(Embrapa) /<br>Serviço Geológico<br>do Brasil –<br>Companhia de<br>Pesquisa de<br>Recursos<br>Minerais (CPRM) | Missão de especialistas brasileiros para detalhamento de projetos de cooperação técnica.   |
| 15. Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira Brasil-Guiana   | 10/06/2010<br>22/05/2014<br>Concluído | Minas e Energia /<br>Geologia                                 | Serviço Geológico<br>do Brasil –<br>Companhia de<br>Pesquisa de<br>Recursos<br>Minerais (CPRM)  | Contribuir para o desenvolvimento do conhecimento geológico e geofísico e também para a identificação de recursos minerais na fronteira Brasil-Guiana.   |
| 16. Missão para Identificação de Estruturas Governamentais de Certificação Fitossanitária e de Fiscalização de Sementes na Guiana | 11/12/2010<br>01/03/2013<br>Concluído | Agricultura /<br>Defesa Sanitária<br>Vegetal                  | Ministério da<br>Agricultura,<br>Pecuária e<br>Abastecimento<br>(MAPA)  | Prestar apoio técnico ao Governo da Guiana visando à elaboração de proposta de cooperação técnica que vise a fiscalização de sementes guianense, de modo a permitir que os produtos guianenses consigam acessar mercados externos. |
| 17. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Idioma Português e de Ambientação para Oficiais      | 21/01/2011<br>04/04/2011<br>Concluído | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                            | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares da Força de Defesa da Guiana Estágio de Idioma Português e de Ambientação para Oficiais promovido pelo Exército do Brasil.                   |
| 18. Treinamento de Oficiais Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Formação de Oficiais                                    | 26/01/2011<br>26/01/2014<br>Concluído | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                            | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo, a militares da Força de Defesa da Guiana, estágio de idioma português e de ambientação para oficiais promovido pelo Exército do Brasil.                 |

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>         | <b>Execução</b>                 | <b>Objetivo</b>   |
|---|--|------------------------------------|---------------------------------|---|
| 19. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Comando Estado-Maior do Exército   | 26/01/2011<br>25/04/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares da Força de Defesa da Guiana, curso de Comando Estado-Maior promovido pelo Exército Brasileiro com duração de 312 dias no Rio de Janeiro.               |
| 20. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Dobragem, Manutenção de Pára-quadras e Suprimentos pelo Ar para Sargentos da força de Defesa de Guiana | 02/02/2011<br>06/10/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Força Aérea<br>Brasileira (FAB) | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército da Guiana, curso de Dobragem, Manutenção de Pára-quadras e Suprimentos pelo Ar para Sargentos da Força de Defesa de Guiana.                 |
| 21. Treinamento de Militares no Âmbito da Defesa – Curso de Operações na Selva – Categoria “C”  | 04/02/2011<br>04/07/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a um militar do Exército do Equador [sic], Curso de Operações na Selva – Categoria “C” promovido pelo Exército do Brasil.   |
| 22. Treinamento de Militares no Âmbito da Defesa – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPA)  | 07/02/2011<br>29/03/2012<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais da região, curso de altos estudos de política e estratégia (CAEPA). O presente treinamento é destinado a um oficial do exército da Guiana. |
| 23. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Carreira do Quadro de Material Bélico                                   | 09/02/2011<br>01/11/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército da Guiana, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Carreira do Quadro de Material Bélico promovido pelo Exército do Brasil.                 |
| 24. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Idioma Português e de Ambientação para Oficiais  | 10/02/2011<br>11/06/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a Oficiais do Exército da Guiana Estágio de Idioma Português e de Ambientação, com duração de 66 dias.  |
| 25. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Idioma Português e Ambientação para Oficiais   | 12/02/2011<br>10/12/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a Oficiais do Exército da Guiana Estágio de Idioma Português e de Ambientação, com duração de 66 dias   |

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>               | <b>Execução</b>  | <b>Objetivo</b>   |
|---|--|--|--|---|
| 26. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Mestrado em Engenharia Mecânica                            | 20/02/2011<br>19/11/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar       | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a Oficiais do Exército da Guiana, curso de Mestrado em Engenharia Mecânica.   |
| 27. Treinamento internacional em tecnologias de convivência em regiões áridas e semiáridas  | 01/03/2011<br>01/03/2012<br>Concluído  | Agricultura /<br>Agricultura<br>Familiar | Instituto Nacional do Semiárido (INSA) –<br>[Ministério da<br>Ciência, Tecnologia<br>e Inovação do Brasil<br>(MCTI)] | Enviar 34 representantes da ASPA [Cúpula América do Sul – Países Árabes] para participarem do workshop, que será sediado nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, no Estado da Paraíba – Brasil.  |
| 28. Treinamento de Militares Sul-Americano no Âmbito da Defesa – Curso de Mestre de Salto para Sargentos da Força de Defesa da Guiana | 14/03/2011<br>15/07/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar       | Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD)  | O Objetivo desta atividade é oferecer a militares da Força de Defesa da Guiana, curso de Mestre de Salto para Sargentos da força de Defesa da Guiana, promovido pelo Exército Brasileiro, com duração 36 dias no Rio de Janeiro.                          |
| 29. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso Básico de Inteligência para Oficiais da Guiana                | 13/07/2011<br>20/02/2012<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar       | [Não Disponível]   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a Oficiais da Força do Exército da Guiana, Curso Básico de Inteligência para Oficiais com duração de 54 dias.   |
| 30. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - ESAO                         | 06/02/2012<br>26/02/2013<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar       | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Este treinamento tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a um oficial do Exército da Guiana Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, com duração de 304 dias, no Rio de Janeiro.                         |
| 31. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Salto Livre para Oficiais                                | 22/02/2012<br>29/07/2012<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar       | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Este treinamento tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares da Força de Defesa da Guiana, estágio de salto livre promovido pelo Exército Brasileiro, com duração 28 dias, no Rio de Janeiro. |
| 32. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Operações de Máquinas de Construção                      | 27/02/2012<br>14/04/2012<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar       | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército da Guiana no Estágio de Operações de Máquinas de Construção.  |

| Título   | Início/<br>Término/<br>Status         | Setor/<br>Subsetor                           | Execução   | Objetivo   |
|--|---------------------------------------|--|--|--|
| 33. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Operações na Selva Categorias B e C               | 30/03/2012<br>22/09/2012<br>Concluído | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar           | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Esta atividade tem o objetivo de estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a 2 militares do Exército da Guiana Curso de Operações na Selva – Categoria B e C promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 75 dias, em Manaus-AM.        |
| 34. Estágio Técnico de Atividades de Construção  | 25/04/2012<br>22/09/2012<br>Concluído | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar           | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Este treinamento tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militar do Exército da Guiana Estágio Técnico de Atividades de Construção, promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 60 dias, em Araguari-MG.         |
| 35. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Perícia Criminal                                  | 27/04/2012<br>10/02/2013<br>Concluído | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar           | [Não Disponível]   | Este treinamento tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a Oficiais do Exército da Guiana Curso de Perícia Criminal, com duração de 188 dias no Rio de Janeiro.  |
| 36. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Idioma Português e de Ambientação para Oficiais | 27/04/2012<br>10/11/2012<br>Concluído | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar           | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Esta atividade tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a 2 Oficiais do Exército da Guiana Estágio de Idioma Português e de Ambientação, com duração de 208 dias no Rio de Janeiro.                                       |
| 37. Missão Técnica para Avaliação, Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica Brasil-Guiana                   | 01/05/2012<br>02/12/2012<br>Concluído | Agricultura /<br>Defesa Sanitária<br>Vegetal | Confederação<br>Nacional do Comércio<br>(CNC) / IBAMA /<br>Ministério da<br>Agricultura, Pecuária e<br>Abastecimento<br>(MAPA) | Missão Técnica para Avaliação, Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica Brasil-Guiana.  |
| 38. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Equipamento de Engenharia para Sargento           | 03/05/2012<br>01/02/2013<br>Concluído | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar           | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Este treinamento tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militar do Exército da Guiana Curso de Equipamento de Engenharia para Sargento, promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 196 dias, em Uberlândia-MG. |

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>         | <b>Execução</b>   | <b>Objetivo</b>  |
|---|--|------------------------------------|---|--|
| 39. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Gerenciamento de Atividades de Construção              | 24/05/2012<br>15/07/2012<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Exército Brasileiro<br>(EXBR)                                     | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército da Guiana, Estágio de Gerenciamento de Atividades de Construção.   |
| 40. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Gerenciamento de Atividades de Construção de Canteiros | 26/05/2012<br>13/10/2012<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Exército Brasileiro<br>(EXBR)                                     | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militar do Exército da Guiana Curso de Equipamento de Engenharia para Sargento, promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 56 dias, em Araguari-MG. |
| 41. Treinamento de Militares Sul-Americanos no âmbito da Defesa – Estágio de Mestre de Salto Livre para Oficiais                    | 28/08/2012<br>07/01/2013<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Exército Brasileiro<br>(EXBR)                                     | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a um militar do Exército da Guiana, Estágio de Mestre de Salto Livre para Oficiais.  |
| 42. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Usinagem e Pavimentação Asfáltica                      | 30/08/2012<br>26/01/2012<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Exército Brasileiro<br>(EXBR)                                     | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militar do Exército da Guiana Estágio de Usinagem e Pavimentação Asfáltica.  |
| 43. Diagnóstico do setor produtivo da cana-de-açúcar na Guiana  | 01/02/2013<br>31/03/2014<br>Concluído  | Agricultura /<br>Abastecimento     | Empresa<br>Brasileira de<br>Pesquisa<br>Agropecuária<br>(Embrapa) | Missão de reconhecimento e análise para identificar a viabilidade de implementar cooperação técnica na área de manejo e sanidade da cana-de-açúcar na Guiana.  |

**Fonte:** Elaboração própria com base em AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2016a.

**Quadro 10 - Cooperação Trilateral: Brasil e Guyana**

| <b>Título</b>  | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>                        | <b>Execução</b>   | <b>Objetivo</b>   |
|--|--|---|---|---|
| 1. II Semana do Etanol – Compartilhando a Experiência Brasileira   | 01/10/2009<br>14/07/2010<br>Concluído  | Minas e Energia /<br>Biocombustível               | Ministério da<br>Agricultura,<br>Pecuária e<br>Abastecimento<br>(MAPA) /<br>Universidade<br>Federal de São<br>Carlos (UFSCAR) | A atividade Isolada foi elaborada para proporcionar a vinda de técnicos africanos para realizar treinamento em sistemas de produção de cana-de-açúcar e respectivo manejo pós colheita, bem como produção, armazenamento e distribuição de etanol, em Ribeirão Preto-SP |
| 2. Encontro dos Diretores-Gerais de Assuntos Indígenas dos Países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) | 01/03/2011<br>10/11/2011<br>Concluído  | Meio Ambiente /<br>Desenvolvimento<br>Sustentável | [Não Disponível]  | [Não Disponível]  |

**Fonte:** Elaboração própria com base em AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2016a.

**Quadro 11 - Cooperação Trilateral com Organismo: Brasil e Guyana**

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b>     | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>              | <b>Execução</b>                    | <b>Objetivo</b>  |
|---|--|---|------------------------------------|--|
| 1. Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos | 06/07/2012<br>31/12/2016<br>Em<br>Execução | Meio Ambiente /<br>Recursos<br>Hídricos | Agência Nacional<br>de Águas (ANA) | A iniciativa desta ação regional, sob a coordenação técnica da ANA, visa buscar, entre as instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos nos países da OTCA, ações articuladas para a gestão integrada de bacias hidrográficas e recursos hidrobiológicos, estudos sobre os eventos críticos e sobre a contaminação corpos de água. A ênfase deste projeto deverá ser a capacitação de recursos humanos e a instalação de uma mínima base de estações que componham uma rede hidrometeorológica para a bacia, de modo a atender, a curto prazo, as demandas dessas instituições e a necessidade de intercâmbio de dados entre os países. |

**Fonte:** Elaboração própria com base em AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2016a.

#### 4.4 Comércio Bilateral

De acordo com os dados disponíveis nas Tabela 13 – Intercâmbio Comercial entre Brasil e Guyana, Tabela 14 – Importação Brasileira por Fator Agregado: Guyana e Tabela 15 – Exportação Brasileira por Fator Agregado: Guyana (disponíveis nas páginas seguintes), na série histórica de 2000 a 2015 as exportações do Brasil para a Guyana aumentaram de US\$ 4 milhões em 2000 para US\$ 21 milhões em 2015, atingindo um pico de US\$ 35 milhões em 2011 e registrando quedas em 2007 e 2009 e entre os anos de 2012 a 2015.

Em valores absolutos por fator agregado a maioria dos produtos brasileiros exportados para a Guyana é composta por produtos industrializados. As exportações da Guyana para o Brasil também ampliaram, de US\$ 74 mil em 2000 para US\$ 7 milhões em 2015, com quedas registradas nos anos de 2001, 2002, 2003, 2008, 2010, 2011 e 2013. Em valores absolutos por fator agregado a maioria dos produtos guianenses importados pelo Brasil é composta por produtos básicos.

A despeito das quedas, o aumento das trocas comerciais é substancial. Sempre favorável ao Brasil que fecha com saldo positivo, exporta produtos com maior fator agregado e importa produtos básicos. Esses dados corroboram a persistência das assimetrias no âmbito comercial e acusam que independente do aumento do fluxo bilateral a Guyana representam somente 0,01% das exportações e 0,00% das importações brasileiras (MINISTÉRIO DAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2015).

Tabela 13 - Intercâmbio Comercial entre Brasil e Guyana

| Ano               | Exportação Brasileira: Guyana |            |                | Importação Brasileira: Guyana |             |                | Saldo (A-B) |
|-------------------|-------------------------------|------------|----------------|-------------------------------|-------------|----------------|-------------|
|                   | US\$ FOB (A)                  | Variação % | Participação % | US\$ FOB (B)                  | Variação %  | Participação % |             |
| 2000              | 4.643.326                     | 0,00       | 0,01           | 74.740                        | 0,00        | 0,00           | 4.568.586   |
| 2001              | 6.237.349                     | 34,33      | 0,01           | 26.496                        | -64,55      | 0,00           | 6.210.853   |
| 2002              | 8.754.947                     | 40,36      | 0,01           | 25.641                        | -3,23       | 0,00           | 8.729.306   |
| 2003              | 9.695.198                     | 10,74      | 0,01           | 35                            | -99,86      | 0,00           | 9.695.163   |
| 2004              | 13.633.697                    | 40,62      | 0,01           | 10.379                        | 29554,29    | 0,00           | 13.623.318  |
| 2005              | 16.604.009                    | 21,79      | 0,01           | 11.559                        | 11,37       | 0,00           | 16.592.450  |
| 2006              | 20.204.149                    | 21,68      | 0,01           | Nada Consta                   | Nada Consta | 0,00           | Nada Consta |
| 2007              | 18.030.408                    | -10,76     | 0,01           | 1.972.559                     | 16965,14    | 0,00           | 16.057.849  |
| 2008              | 20.785.204                    | 15,28      | 0,01           | 295.031                       | -85,04      | 0,00           | 20.490.173  |
| 2009              | 18.481.619                    | -11,08     | 0,01           | 991.649                       | 236,12      | 0,00           | 17.489.970  |
| 2010              | 28.300.575                    | 53,13      | 0,01           | 66.515                        | -93,29      | 0,00           | 28.234.060  |
| 2011              | 35.666.404                    | 26,03      | 0,01           | 51.176                        | -23,06      | 0,00           | 35.615.228  |
| 2012              | 33.556.728                    | -5,92      | 0,01           | 184.943                       | 261,39      | 0,00           | 33.371.785  |
| 2013              | 30.015.249                    | -10,55     | 0,01           | 25.757                        | -86,07      | 0,00           | 29.989.492  |
| 2014              | 24.511.138                    | -18,34     | 0,01           | 2.853.394                     | 10978,13    | 0,00           | 21.657.744  |
| 2015              | 21.887.096                    | -10,71     | 0,01           | 7.767.972                     | 172,24      | 0,00           | 14.119.124  |
| 2016 <sup>1</sup> | 18.756.319                    | 20,68      | 0,01           | 4.039.812                     | -46,59      | 0,00           | 14.716.507  |

**Legenda:** <sup>1</sup> = o ano de 2016 engloba o período correspondente ao mês de janeiro a setembro.

**Nota:** dados trabalhados pela autora.

**Fonte:** Elaboração própria com base em MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2016e.

Tabela 14 - Importação Brasileira por Fator Agregado: Guyana

| Ano               | Básicos     |             | Semifaturados |             | Manufaturados |             | Industrializados<br>US\$ FOB<br>(A+B) |
|-------------------|-------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------------------------------|
|                   | US\$ FOB    | Variação %  | US\$ FOB (A)  | Variação %  | US\$ FOB (B)  | Variação %  |                                       |
| 2000              | 19.772      | 0,00        | -             | 0,00        | 54.968        | 0,00        | 54.968                                |
| 2001              | -           | -100,00     | -             | 0,00        | 26.496        | -51,80      | 26.496                                |
| 2002              | 22.950      | 0,00        | -             | 0,00        | 2.691         | -89,84      | 2.691                                 |
| 2003              | -           | -100,00     | -             | 0,00        | 35            | -98,70      | 35                                    |
| 2004              | 9.506       | 0,00        | -             | 0,00        | 873           | 2.394,29    | 873                                   |
| 2005              | -           | -100,00     | -             | 0,00        | 11.559        | 1.224,05    | 11.559                                |
| 2006              | Nada Consta | Nada Consta | Nada Consta   | Nada Consta | Nada Consta   | Nada Consta | Nada Consta                           |
| 2007              | 1.972.559   | 0,00        | -             | 0,00        | -             | -100,00     | -                                     |
| 2008              | 295.031     | -85,04      | -             | 0,00        | -             | 0,00        | -                                     |
| 2009              | 952.980     | 223,01      | -             | 0,00        | 38.669        | 0,00        | 38.669                                |
| 2010              | -           | -100,00     | -             | 0,00        | 66.515        | 72,01       | 66.515                                |
| 2011              | -           | 0,00        | 25.200        | 0,00        | 25.976        | -60,95      | 51.176                                |
| 2012              | 63.038      | 0,00        | 25.200        | 0,00        | 96.705        | 272,29      | 121.905                               |
| 2013              | 25.720      | -59,20      | -             | -100,00     | 37            | -99,96      | 37                                    |
| 2014              | 2.776.209   | 10.693,97   | -             | 0,00        | 77.185        | 208.508,11  | 77.185                                |
| 2015              | 7.647.009   | 175,45      | -             | 0,00        | 120.963       | 56,72       | 120.963                               |
| 2016 <sup>1</sup> | 3.968.912   | -47,18      | -             | 0,00        | 70.900        | 44,36       | 70.900                                |

**Legenda:** 1 = o ano de 2016 engloba o período correspondente ao mês de janeiro a setembro.

**Nota:** dados trabalhados pela autora.

**Fonte:** Elaboração própria com base em MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2016c.

Tabela 15 - Exportação Brasileira por Fator Agregado: Guyana

| Ano               | Básicos   |            | Semifaturados   |            | Manufaturados   |            | Industrializados<br>US\$ FOB<br>(A+B) | Operações Especiais |            |
|-------------------|-----------|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|---------------------------------------|---------------------|------------|
|                   | US\$ FOB  | Variação % | US\$ FOB<br>(A) | Variação % | US\$ FOB<br>(B) | Variação % |                                       | US\$ FOB            | Variação % |
| 2000              | -         | 0,00       | 3.302           | 0,00       | 4.640.024       | 0,00       | 4.643.326                             | -                   | 0,00       |
| 2001              | -         | 0,00       | 2.216           | -32,89     | 6.234.266       | 34,36      | 6.236.482                             | 867                 | 0,00       |
| 2002              | 50.860    | 0,00       | 15.958          | 620,13     | 8.688.129       | 39,36      | 8.704.087                             | -                   | -100,00    |
| 2003              | 6.916     | -86,40     | 5.847           | -63,36     | 9.681.599       | 11,43      | 9.687.446                             | 836                 | 0,00       |
| 2004              | 1.038     | -84,99     | 4.068           | -30,43     | 13.613.303      | 40,61      | 13.617.371                            | 15.288              | 1.728,71   |
| 2005              | 124.215   | 11.866,76  | 5.482           | 34,76      | 16.464.576      | 20,94      | 16.470.058                            | 9.736               | -36,32     |
| 2006              | 715.592   | 476,09     | 42.687          | 678,68     | 19.443.293      | 18,09      | 19.485.980                            | 2.577               | -73,53     |
| 2007              | 117.423   | -83,59     | 1.913           | -75,52     | 17.908.116      | -7,90      | 17.910.029                            | 2.956               | 14,71      |
| 2008              | -         | -100,00    | 1.003           | -47,57     | 20.776.791      | 16,02      | 20.777.794                            | 7.410               | 150,68     |
| 2009              | 63.365    | 0,00       | 4.808           | 379,36     | 18.412.946      | -11,38     | 18.417.754                            | 500                 | -93,25     |
| 2010              | 240.837   | 280,08     | 3.145           | -34,59     | 28.053.313      | 52,36      | 28.056.458                            | 3.280               | 556,00     |
| 2011              | 69.977    | -70,94     | 8.142           | 158,89     | 35.856.462      | 26,85      | 35.594.604                            | 1.823               | -44,42     |
| 2012              | 99.947    | 42,83      | 1.379           | -83,06     | 33.403.657      | -6,13      | 33.405.036                            | 51.745              | 2.738,45   |
| 2013              | 967.073   | 867,59     | 2.686           | 94,78      | 29.043.240      | -13,05     | 29.045.926                            | 2.250               | -95,65     |
| 2014              | 1.272.409 | 31,57      | 3.074           | 14,45      | 23.225.047      | -20,03     | 23.228.121                            | 10.608              | 371,47     |
| 2015              | 989.560   | -22,23     | 3.448           | 12,17      | 20.893.574      | -10,04     | 20.897.022                            | 514                 | -95,15     |
| 2016 <sup>1</sup> | 980.679   | 39,90      | 60.373          | 2.459,26   | 17.705.441      | 19,32      | 17.765.814                            | 9.826               | 1.811,67   |

**Legenda:** <sup>1</sup> = o ano de 2016 engloba o período correspondente ao mês de janeiro a setembro.

**Nota:** dados trabalhados pela autora.

**Fonte:** Elaboração própria com base em MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2016a.

Os interesses guianenses em ingressar no mercado brasileiro centram-se principalmente no mercado consumidor do arroz, com expectativas de produzir em grande quantidade para exportar ao Brasil (EXPELLED, 2009; GUYANA EYES, 2013; KHAN, 2013, 2015; SANTA, 2014; BELLE, 2016; GUYANA-BRAZIL, 2010). Também há interesse no mercado de farinha (NAMILCO, 2009), expectativas em desenvolver a área de turismo para consumidores brasileiros (TIES, 2010; GUYANA, 2012; RUPUNUNI, 2016) e na transferência tecnológica (APNU + AFC, 2015).

Roraima é o alvo central para essas relações comerciais (GUYANESE, 2010; STEPS, 2015; ENSURING, 2009) e a integração física é percebida como meio para viabilizá-las (A RAILWAY, 2008; GUYANA/BRAZIL, 2009; MCGOWAN, 2009; GUYANA/BRAZIL TIES, 2011). O potencial de exportação brasileira para Guyana e Suriname tem desempenho inferior à capacidade real em 1% e 2% respectivamente (BORGES, 2016). Por outro lado, Guyana e Suriname não têm explorado adequadamente as oportunidades comerciais e econômicas entre si e tampouco com o Brasil (GUYANA-SURINAME, 2014; GUYANA-SURINAME EYE, 2014).

Há intensificação comercial entre Boa Vista-Lethem decorrente da crise da Venezuela. A situação caótica na Venezuela acarretou na escassez de produtos básicos de limpeza, higiene e gêneros alimentícios em Santa Elena do Uairén, fronteira com Pacaraima. E um número expressivo de brasileiros que compravam em Santa Elena passou a comprar em Lethem (COMPRADORES, 2015).

Independente da integração física entre Brasil-Guyana avançar ou não, a economia de Lethem já é dependente de compradores brasileiros (LETHEM, 2015) e a economia e comércio paralelos entre Roraima-Guyana tem dinâmica própria.<sup>99</sup> Esse é o caso do mercado clandestino de ouro de procedência da reserva indígena ianomâmi e dos territórios guianenses e venezuelanos.

Há estimativas de que o mercado do ouro movimenta em Roraima R\$ 30 milhões mensais. Esse comércio concentra-se na “Rua do Ouro”, em Boa Vista, que após dez anos decadente foi reanimada pela valorização internacional do preço do ouro. Essa rua é composta por 3 quarteirões que comportam 15 lojas que comercializam ouro sem nota fiscal. O mercado brasileiro é apontado como mais

---

<sup>99</sup> O centro comercial de Lethem é pequeno e composto basicamente por produtos de origem chinesa, formado por uma rua principal de 800 mts. de extensão que abriga cerca de 20 lojas, 3 hotéis, 5 restaurantes, 2 postos de combustíveis e 1 supermercado. Apesar de pequeno, há diversificação nas mercadorias disponíveis e além de Roraima tem atraído atenção de compradores de outros estados brasileiros como Amazonas, Ceará e Maranhão e compradores de maior quantidade (BARBOSA, 2013).

atrativo que dos vizinhos em razão do ouro clandestino ser mais valorizado no Brasil e por haver menos repressão ao contrabando (TORRES, 2013a; 2013b).

Trabalhadores da Receita Federal em Bonfim mencionaram estatísticas não oficiais entre US\$ 6 e US\$ 7 milhões mensais movimentados pela pirataria. Com uma economia informal movida pela pirataria e pelo contrabando, num sábado de férias de janeiro Lethem chegou a registrar passagens de 2.500 carros diários por conta da grande movimentação de consumidores do Brasil (PEREIRA, 2015).

Parte dos ilícitos transfronteiriços entre Brasil-Guyana referem-se ao tráfico de pessoas, tráfico internacional e apreensões de *cannabis sativa* que variam de 2 a 25 kg. Destaca-se também o contrabando de roupas, alhos, brinquedos, medicamentos e alimentos. Essas mercadorias são adquiridas na Guyana e parte é comercializada em Roraima no mercado do Caxambu e na Feira do Produtor de Boa Vista e outra parte no Amazonas. Os alhos apreendidos na fronteira têm procedência chinesa e são proibidos de serem comercializados no Brasil (MPF, 2014; PM, 2014; POLÍCIA, 2014; BRAZIL COPS, 2015; CASAL, 2015; CINCO, 2015; CUNHA, 2015; PEÇAS, 2015; OPERAÇÃO, 2015; PM PRENDE, 2015; POLÍCIA CIVIL, 2015; POLÍCIA PRENDE, 2015; PRF, 2015; BARROS, 2016; BUSINESSMAN, 2016).<sup>100</sup>

No ano de 2016 foi feito um acordo verbal com apoio do Consulado da Guyana entre as polícias de Roraima e Lethem para combater a prática de roubos e furtos de motocicletas no Brasil. Esses veículos são levados para serem vendidos ou trocados por *cannabis sativa* na Guyana. A *cannabis sativa* é então comercializada em Roraima e no Amazonas. O referido Consulado ofereceu ajuda para viabilizar a devolução desses veículos quando apreendidos na Guyana (CARVALHO, 2016).

Ao ser questionado sobre as deficiências da fiscalização da política federal, aduana e receita federal na fronteira Bonfim–Lethem e seus impactos negativos no avanço do comércio bilateral, o subsecretário geral da América do Sul, Central e Caribe do MRE, embaixador Paulo Estivallett de Mesquita, argumentou que isso está na agenda, mas que não se trata de um problema específico desse local, visto que essas dificuldades também são enfrentadas em fronteiras mais estabelecidas, como no Amapá (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016b).

---

<sup>100</sup> Os ilícitos transfronteiriços contam inclusive com portos clandestinos, pistas aéreas e redes de navegação.

#### 4.5 Integração Física

No tocante a integração da infraestrutura física os principais interesses brasileiros em relação à Guyana estão voltados ao aproveitamento do potencial guianense nos setores hidrelétrico e portuário. No setor hidrelétrico a intenção é suprir a demanda local e comercializar o excedente dentro do marco da integração energética regional. Já o planejamento e construção de um porto de águas profundas estão sujeitos à conclusão da pavimentação do trecho de 454 km entre Lethem-Linden que liga o Brasil à Georgetown (BRAZIL TABLES, 2010; RUSAL, 2010; IDB, 2013; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2013d; 2016a; 2016b; ALL-WEATHER, 2014; BRAZIL, 2016).

Conforme mapas e quadros disponíveis no **Capítulo 2** desta dissertação, a Guyana é rota central do Grupo 2 do EID Escudo das Guianas da IIRSA que visa construir o corredor Georgetown–Boa Vista. Seu território também faz parte da interconexão física e energética entre Venezuela-Brasil-Guyana-Suriname. Segundo Lima, o corredor que visa escoar mercadorias pela Guyana atravessa 72 km da área central da Reserva Ambiental Iwokrama. A efetivação dessa rota pode trazer prejuízo para a reserva ecológica pelo aumento da circulação de veículos e este corredor também é alvo de críticas por parte da *Amerindian Peoples Association* (APA) da Guyana por temer que a rota promova migrações de fazendeiros brasileiros para a região prejudicando a demarcação das terras indígenas (2011).

Uma média de 100 veículos percorrem semanalmente essa estrada e levam cerca de 12 horas a 2 dias, dependendo das condições temporais,<sup>101</sup> por outro lado, a pavimentação da estrada afetaria 200 mil hectares. O biólogo Granham Watkins afirma que as “estradas asfaltadas em áreas tropicais causam desflorestamento, caça ilegal e atraem assentamentos”, ainda assim, reconhece que a pavimentação possa aliviar a pobreza da região (ROMERO, 2010, p. 16).

Em referência ao Brasil, o ex premiê Samuel Hinds disse que “ao dormir com um vizinho que tem 200 vezes o seu tamanho, você sabe que ele pode não pretender, mas se rolar na cama pode ser o seu fim” (ROMERO, 2010, p. 16). Em certa medida, esse apontamento denota receio guianense em aproximar-se do Brasil. Também sobre essa questão, Corbin aponta que essa rodovia e a remoção

---

<sup>101</sup> O trecho Lethem-Linden é impactado pelo período de chuvas e muitas vezes fica inacessível devido as inundações (PICASSO, 2007, p. 78).

do visto eliminaram obstáculos de acesso e permitiram que os brasileiros convertessem a Guayana em um país de acolhimento e trânsito de migrantes (2007).

Corbin também argumenta que a presença de garimpeiros brasileiros no território guianense impacta diretamente no modo de vida e no direito das populações indígenas. Uma das problemáticas das relações bilaterais Brasil-Guayana refere-se à migração brasileira. Nos discursos oficiais do Brasil esse tema foi levantado em 1997 no governo FHC e em 2005 no governo Lula (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1997b; 2005m). Em seu discurso na Guayana, o presidente Lula apontou:

Estamos definindo um acordo bilateral para regularizar a situação migratória de brasileiros na Guayana e de guianenses no Brasil. Queremos documentar os cidadãos que se encontrem em situação irregular, melhorando as condições sócio-econômicas para os trabalhadores e suas famílias. [...] Muito mais extraordinário foi ter ouvido, hoje, do Presidente Jagdeo a afirmação – e o Embaixador acabou de dizer, agora – do respeito, do comportamento e da seriedade com que os brasileiros e brasileiras que estão aqui têm se comportado na sua relação de trabalho, na sua relação com o povo da Guayana, fazendo com que, durante três anos, a gente não tenha tido nenhum problema sério diplomático entre os dois países, tanto por conta de vocês, aqui, quanto dos guianenses que estão no Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005m, p. 64-65).

Apesar de relevante, esse discurso não representa o todo da realidade das interações sociais. Independente das relações oficiais há intensa interação e interconectividade entre as populações brasileira e guianense e situações de conflitos e até mesmo assassinatos entre membros das duas populações são recorrentes, principalmente entre trabalhadores da pequena mineração irregular (JÚNIOR, 2015; BRAZILIAN CHOPPED, 2015; BRAZILIAN KILLED, 2016; BRAZILIAN NATIONAL, 2016; BRAZILIAN NATIONAL FINED, 2016; BRAZILIAN WOMAN, 2016; BRAZILIAN WOMAN REMANDED, 2016).

Na esfera oficial há interesse em promover intercâmbio escolar para que estudantes do Brasil aprendam inglês na Guayana e, em sentido inverso, estudantes da Guayana aprendam português no Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2003d, p. 44; 2009s; 2016b).<sup>102</sup> Brito (2012, p. 31-32) e

---

<sup>102</sup> Por exemplo, Lula em discurso na ocasião da visita do presidente Bharrat Jagdeo ao Brasil apontou: “Estamos conscientes de nossas singularidades no contexto regional, a começar pela circunstância de não partilharmos os respectivos idiomas oficiais com outros países do continente. Estou certo de que saberemos assimilar as diferenças linguísticas as muitas semelhanças que unem e identificam nossa sociedade no plano étnico, no plano cultural, no plano dos interesses comerciais,

Meneses (2014, p. 132-133) apontam que em Lethem e Bonfim fala-se inglês e português, e os comércios locais aceitam as moedas dos dois países.

O intercâmbio linguístico foi identificado por Meneses, quem presenciou o deslocamento de estudantes de Bonfim para aprender inglês em Lethem e estudantes de Lethem que se deslocam para aprender português em Bonfim. Brito, por sua vez, apresenta um quadro em que as próprias escolas de Roraima ensinam a língua inglesa com referenciais norte-americanos ou britânicos, por considerarem o inglês guianense um dialeto (ALMEIDA; BARBOSA, 2008, p. 135 apud BRITO, 2012, p. 34). E argumenta que essa rejeição ao inglês guianense está atrelada à influência recebida do *creolese*, configurando-se assim num preconceito linguístico-racial. Nas palavras da autora:

O *Creolese* é como os guianenses chamam a língua crioula mais falada na Guiana. Trata-se de uma língua com elementos de origem africana, indiana, indígena, entre outras, com maior léxico originado do inglês. O inglês guianense apresenta variações em relação ao inglês britânico ou americano, principalmente quanto à pronúncia, como ocorre com outras línguas, inclusive a Língua Portuguesa. Tanto o *creolese* quanto o inglês guianense são elementos da cultura do povo da Guyana que merecem todo respeito (BRITO, 2012, p. 34).

Além de um meio de solucionar problemas, a integração física também é percebida como um problema em si, as vezes chamada de “expansão brasileira” na Guyana. Essa percepção está associada a uma visão negativa ao fluxo de brasileiros na Guyana que atuam na atividade garimpeira. São acusados por depredação ambiental, por não gerar renda e não contribuir com a economia local, por não contribuir com o tesouro da Guyana, cenário agravado pelos guianenses não terem condições de competir com as dragas e tecnologias brasileira (THE SECURITY, 2009; MAHASE, 2010a, 2010b).

Também há descrença em relação ao alto volume de memorandos de entendimentos entre os países, acusados de não apresentarem resultados concretos (GUYANA-BRAZIL CONTINUE, 2011; BRAZIL RECOMMITS, 2014). Por outro lado, especula-se sobre a possibilidade do Suriname construir o porto de águas profundas antes da Guyana e assim reduzir a competitividade guianense (MCGOWAN, 2010). Há também a percepção de que uma planta hidrelétrica em

Essequibo possa contribuir com a consolidação da posse de Georgetown sobre Essequibo (HYDRO, 2011).

#### **4.6 Conclusão**

As relações de aproximação e distanciamento entre Brasil e Guyana variaram de acordo com os governos no poder, sendo Lula e Jagdeo os governos que mais intensificaram as relações. A Guyana faz uso de suas vantagens relativas e de tipo natural, e ao mesmo tempo em que há interesse em ingressar no mercado brasileiro, há receio no aprofundamento da relação por conta das diferenças de capacidade. Da parte brasileira, os interesses pontuais na Guyana estão voltados ao aproveitamento do potencial hidrelétrico e portuário. Desde o início das relações oficiais, os fatores que sustentam as relações bilaterais são: cooperação técnica, comércio bilateral e integração física. No âmbito da cooperação técnica, a Guyana configura-se como país receptor e as áreas mais impactadas são defesa e agricultura. No tocante ao comércio bilateral, apesar do aumento registrado entre 2000 e 2015, o comércio com a Guyana não ultrapassam 0.01% do comércio exterior do Brasil. No que diz respeito à integração física, independente dos discursos oficiais e dos projetos avançarem ou não, a interconectividade é uma realidade, principalmente no plano econômico-comercial, marcado pelo comércio informal, contrabando e outros ilícitos transfronteiriços.

## 5 RELAÇÕES BILATERAIS: BRASIL – SURINAME

### 5.1 Introdução

Objetivando desenhar um perfil para a relação bilateral entre Brasil e Suriname este capítulo traça um histórico das relações diplomáticas por meio dos atos bilaterais e conteúdos disponíveis nas resenhas de política exterior do Brasil. A sumarização dos documentos oficiais em ordem cronológica torna perceptível a evolução da relação bilateral. O exame é respaldado pelos aspectos mais marcantes dos governos surinameses, os quais permitem acessar os diferentes contextos em que a relação Brasil-Suriname insere-se. As negociações das assimetrias são examinadas pelo quantitativo e teor dos atos firmados (retórica inclusiva), acordos de cooperação e trocas de visitas oficiais (ritual diplomático).

### 5.2 Histórico das Relações Diplomáticas

Há uma Embaixada do Suriname em Brasília, Vice-Consulado em Belém, um Cônsul-Honorário em São Paulo e outro no Rio de Janeiro. Em Paramaribo há uma Embaixada do Brasil, o Centro Cultural Brasil-Suriname (CCBS) subordinado à Embaixada, e a Fundação BRASUR<sup>103</sup> que representa a população brasileira perante autoridades do Suriname e Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016d; 2016g; 2016m; REPUBLIEK SURINAME, 2016).

O Suriname é um país sul-americano de grande relevância estratégica, mas a relação com a América do Sul é marcada pelo distanciamento. Conforme foi apontado na **Introdução** desta dissertação, o Suriname recebe pouca atenção da academia brasileira e, de acordo com Oliveira, é um dos países americanos que menos recebe atenção da academia internacional (2013).

Urt argumenta que o país não atrai o interesse de pesquisadores pelas seguintes razões: i) independência recente; ii) pequenas dimensões; iii) idioma; iv) ter sido objeto de outro tipo de colonização; v) não fazer parte das subregiões sul-americanas mais estudadas e nem propriamente do Caribe (2009, p. 113). No que diz respeito à carência de livros em português sobre o Suriname, Paulo Gustavo

---

<sup>103</sup> *Stichting Ontwikkeling Brazilianen in Suriname*, com sede em Paramaribo.

Pellegrino Correa argumenta que a “ausência é marcante e o efeito disso é a redução da possibilidade de despertar o interesse de alunos, desde o ensino médio até a universidade, acadêmicos e interessados, de forma geral na fascinante história desse país vizinho” (apud CAVLAK, 2017, p. 4, prefácio – livro digital).

De acordo com Oliveira, trata-se de uma sociedade plural, fragmentada, com conflitos internos e fraco controle do Estado (2013). Conforme apontado em Jouve, o processo de independência foi estimulado pelos Países Baixos e teve início em 1950 com a obtenção do *status* de autonomia interna regida por uma Assembleia Legislativa eleita por sufrágio universal, sendo que as negociações internas contaram com posições pró-independência da população crioula e contrária da população hindustana (2016).

Cavlak esclarece que a intenção do Suriname tornar-se independente foi reconhecida pelos Países Baixos em 1974 e, apesar da pressão contrária a independência do Partido Hindu do Suriname, no ano de 1975 o parlamento da metrópole votou favorável à independência. Nas palavras do autor:

Foram 106 votos a favor contra 5 entre os deputados e 53 a favor contra 11 entre os senadores metropolitanos. Se havia muitas dúvidas em Paramaribo sobre a separação, em Amsterdam a certeza era de que não convinha mais manter formalmente uma colônia problemática, em razão do desgaste tanto político quanto econômico (CAVLAK, 2017, p. 23-24, capítulo 3 – livro digital).

Nessa mesma direção, Van Lier complementa:

O próprio processo de independência, que se desenrolou já no ocaso do colonialismo, foi muito mais incentivado pelos Países Baixos do que resultante de uma aspiração do povo surinamense. Em realidade, um segmento importante – os indianos agrupados no Partido VHP – opôs-se à independência por temer a maioria *créole* e a votação final na Assembléia Nacional foi muito apertada (VAN LIER, 2005, p. 10).

Acrescenta-se também que no início da formação dos partidos políticos em 1946 havia uma coalizão política entre crioulos e indianos (VAN LIER, 2005), rompida em 1973, ano em que a coalizão crioula liderada por Henck Arron venceu as eleições com 51% dos votos e a independência foi anunciada para 25 de novembro de 1975. Com a independência, Johan Ferrier, governador da colônia, foi nominado presidente, e Arron primeiro ministro (URT, 2009; JOUVE, 2016). No tocante a simples troca denominativa, Cavlak aponta que:

Em se tratando de uma economia deficitária, uma sociedade pobre, sem grandes ligações com o Caribe e com o restante da América do Sul, a Holanda continuou sendo a grande referência. Mais que isso, a antiga classe dirigente continuou no poder (CAVLAK, 2017, p. 24-25, capítulo 3 – livro digital).

Isto é, a denominação do governador colonial para presidente é a evidência de que a independência não resultou em mudanças substanciais. Ainda assim, após a independência a diplomacia surinamesa assumiu postura multilateralista e intenção de aproximação com as Américas, exemplo disso são as aberturas de embaixadas na Holanda, Estados Unidos, México e Brasil, ingresso na ONU, OEA e Movimentos dos Países Não-Alinhados, conforme exposição de Cavlak (2017).

No âmbito interno, Urt argumenta que o desenvolvimento entre os partidos crioulo e hindustano num cenário de crises e manifestações violentas somado a deficiências econômicas e rejeição à vitória da coalizão crioula, o anúncio da independência resultou no êxodo de quase um terço da população, principalmente de asiáticos, com migração de cerca de 100 e 130 mil surinameses para os Países Baixos (2009).<sup>104</sup> Cavlak esclarece que antes da independência a Holanda facilitou a migração implementando uma diretriz pela qual entre 1974 e 1980 os surinameses que migrassem para a Holanda até 1980 teriam cidadania reconhecida (2017).

Com base no exposto, é possível especular se a facilitação da migração foi uma estratégia dos Países Baixos para continuar a influenciar a ex colônia. Todavia, trata-se de uma questão controversa. Por um lado, Cavlak aponta que no processo de independência a Holanda “se comprometeu a liberar 3,5 bilhões de florins em quinze anos para o desenvolvimento da antiga colônia, [o qual] foi batizado de ‘aperto de mão dourado’, embora muitos tenham caracterizado como ‘algemas douradas’” (2017, p. 33, capítulo 3 – livro digital).

Por outro lado, Urt aponta que o contingente migratório acima mencionado fez com que os Países Baixos se comprometessem com uma ajuda financeira ao Suriname no montante de US\$ 1.5 bilhão desembolsáveis ao longo dos anos para a criação de novos empregos e assim estimular o retorno dos migrantes ao Suriname (2009). E Visentini, por sua vez, aponta que a independência foi percebida por pessoas majoritariamente da classe média e detentoras da cidadania holandesa como uma oportunidade para transferirem-se para os Países Baixos (2017).

---

<sup>104</sup> Segundo Cavlak, na década de 1970, marcada pela migração em massa em grande medida de mão de obra qualificada, a população do Suriname chegou a contar com mais da metade da população composta por pessoas com menos de 19 anos de idade (2017).

A despeito dos diferentes apontamentos dos autores supracitados, há consenso de que o cenário interno no Suriname pós independência era caótico. Além da migração em massa, o setor da agricultura não era suficiente para alimentar a população, a economia era controlada por multinacionais e, segundo Cavlak, isso gerou na população um sentimento de que a culpa pelos males era das empresas controladas por interesses estrangeiros, de maneira que a insatisfação da população foi canalizada pelos militares (2017), como explicitado adiante.

Independente desde 1975, de acordo com as informações disponíveis no Quadro 12 – Histórico das Relações Bilaterais Brasil e Suriname disponível nas páginas seguintes, o primeiro contato oficial entre Brasil e Suriname ocorreu em 1976 por ocasião da visita do primeiro ministro Henck Alfonsus Eugene Arron, sendo o Brasil o primeiro país a receber a visita oficial do chefe de governo do Suriname.

A dedicação desse ritual diplomático ao Brasil indica o interesse do Suriname em aproximar-se do maior país sul-americano. Ademais, com base na publicação no portal de notícias do Suriname *Waterkant*, entende-se que assim como a Guyana, o Suriname tem um olhar positivo em relação ao Brasil em termos de resolução de disputas fronteiriças via soluções pacíficas por possuir uma competente instituição que lida com o tema (SURINAME MOET, 2014).

### Quadro 12 – Histórico das Relações Bilaterais Brasil e Suriname

| Ano  | Descrição  |
|------|--|
| 1906 | Assinado no Rio de Janeiro do tratado de limites entre o Brasil e a então Guyana Holandesa, estabelecidos na Serra do Tumucumaque (5 de maio).   |
| 1976 | Visita do Primeiro Ministro e Chanceler do Suriname Henck Alfonsus Eugene Arron ao Brasil (junho).<br>- primeira visita oficial do Suriname a um país estrangeiro após sua independência.  |
| 1982 | Visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil Ramiro Saraiva Guerreiro ao Suriname (janeiro).   |
| 1983 | “Missão Venturini” – Brasil envia missão diplomática a Paramaribo.   |
| 1985 | Primeiro Ministro Willem A. Udenhout visitou o Brasil (novembro).  |
| 1989 | * <b>Presidente José Sarney – Paramaribo (2 a 4 de março):</b><br>- Primeira visita oficial de um Chefe de Estado brasileiro ao Suriname.  |
| 1989 | * <b>Presidente Ramsewak Shankar – Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (9 a 13 de agosto):</b><br>- Primeira visita oficial de um presidente do Suriname ao Brasil (antecedida pela visita do Primeiro-Ministro e Chanceler Henck Alfonsus Eugene Arron, em 1976, na ocasião do governo do Presidente Johan Henri Eliza Ferrier e também precedida pela visita do Primeiro-Ministro Willem A. Udenhout, em 1985, durante o governo do Presidente Lachmipersad Frederick Ramdat Misier). |
| 1996 | * <b>Presidente Runaldo Ronaldo Venetiaan – Brasília (8 a 12 de janeiro).</b>  |
| 1997 | * <b>Presidente Jules Albert Wijdenbosch – Brasília e São Paulo (18 de fevereiro).</b>   |
| 2000 | * <b>Presidente Runaldo Ronald Venetiaan – Brasília (agosto/setembro):</b><br>- Reunião de Presidentes da América do Sul.  |
| 2001 | Ministra de Negócios Estrangeiros do Suriname Maria Elisabeth Levens esteve em Brasília (julho).   |
| 2003 | * <b>Presidente Runaldo Ronald Venetiaan – Brasília (julho).</b>   |
| 2004 | Visita do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim a Paramaribo (dezembro).   |
| 2005 | * <b>Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Paramaribo (15 e 16 de fevereiro):</b><br>- Encontro seguido de jantar com o Presidente Runaldo Venetiaan;<br>- Sessão de abertura da XXI Conferência de Chefes de Governo da CARICOM;<br>- Primeira Sessão Plenária com os Chefes de Governo da CARICOM.  |
| 2007 | * <b>Presidente Runaldo Ronald Venetiaan – Rio de Janeiro (janeiro):</b><br>- Cúpula do MERCOSUL.  |
| 2007 | I Reunião do Mecanismo Político de Consultas, em Paramaribo (julho).   |
| 2008 | * <b>Presidente Runaldo Ronald Venetiaan (maio):</b><br>- Assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL.  |
| 2008 | Reuniões técnicas sobre o equacionamento da dívida do Suriname com o Brasil em Paramaribo (setembro) e Brasília (novembro).  |
| 2008 | * <b>Presidente Runaldo Ronald Venetiaan – Costa do Saúpe, Bahia (dezembro):</b><br>- Diálogo bilateral com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;<br>- Cúpulas regionais: Grupo do Rio, UNASUL, CALC.  |
| 2009 | Visita ao Brasil da Chanceler do Suriname, Lygia Kraag-Keteldijk (setembro)  |

| Ano  | Descrição   |
|------|---|
| 2010 | * <b>Presidente Rinaldo Ronald Venetiaan – Brasília (26 de abril).</b>  |
| 2010 | Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães participa da cerimônia de posse do Presidente Desiré Bouterse (agosto).  |
| 2010 | Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, participa da Celebração dos 35 anos de independência do Suriname em Paramaribo (novembro).   |
| 2010 | * <b>Presidente Desiré Bouterse – Foz de Iguaçu (dezembro):</b><br>- Encontro bilateral com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;<br>- Cúpula do MERCOSUL.  |
| 2011 | * <b>Presidente Desiré Bouterse – Brasília (janeiro):</b><br>- Cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff.   |
| 2011 | Missão da Agência Nacional do Petróleo e da Eletrobrás a Paramaribo (março).  |
| 2011 | Visita do Presidente do Banco Central do Suriname Gilmore Hoefdraad a Brasília (agosto).  |
| 2011 | Participação do Vice-Presidente Robert Ameerli na Feira Internacional da Amazônia em Manaus (outubro).  |
| 2011 | Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Winston Lackin a Brasília (novembro).  |
| 2012 | Visita do Ministro da Defesa Lamouré Latour a Brasília para encontro com o Ministro Celso Amorim (janeiro).   |
| 2012 | Visita do Chanceler Antonio Patriota a Paramaribo: XV Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da CARICOM e encontros bilaterais com o Chanceler Lackin e com o Presidente Bouterse (maio).  |
| 2012 | Visita do Vice-Presidente Robert Ameerli à Expofeira em Macapá (agosto).  |
| 2012 | Visita do Ministro da Defesa Embaixador Celso Amorim a Paramaribo (setembro).   |
| 2013 | Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Winston Lackin ao Brasil (fevereiro).  |
| 2013 | Assinado o Acordo Marco de Associação entre o MERCOSUL e o Suriname durante a Cúpula de Montevidéu (julho).   |
| 2013 | * <b>Presidente Desiré Bouterse – Rio de Janeiro (julho):</b><br>- Missa do Papa Francisco por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude.  |
| 2013 | * <b>Presidenta Dilma Rousseff - Paramaribo (30 de agosto):</b><br>- Almoço em homenagem aos Chefes de Estado e de Governo oferecido pelo Presidente da República do Suriname, Desiré Bouterse;<br>- fotografia oficial da VII Cúpula da UNASUL;<br>- VII Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL. |
| 2014 | * <b>Presidente Desiré Bouterse – São Paulo (junho):</b><br>- Abertura da Copa do Mundo.  |
| 2014 | * <b>Presidente Desiré Bouterse – Brasília (julho):</b><br>Cúpula BRICS – Países da América do Sul  |
| 2016 | Visita do Ministro Mauro Vieira a Paramaribo, ocasião em que é recebido pelo Presidente Dési Bouterse e mantém reunião de trabalho com a Chanceler Niermala Badrising (1º de março).  |

**Legenda:** \* = viagens presidenciais.

**Fonte:** Elaboração própria com base em: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1976a; 1982a; 1985; 1989a; 1989f; 1996a; 1996b; 1997a; 2000; 2001. 2003d. 2004d. 2005m; 2009t; 2010j; 2010k; 2011f; 2011g; 2012a; 2012f; 2013a; 2013e; 2013f; 2016c; 2016k; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL, 2016; URT, 2009.

Desde a primeira visita oficial seguiram assinaturas de atos bilaterais. Conforme o Quadro 13 – Atos Bilaterais Brasil e Suriname disponível nas páginas seguintes, no período de 36 anos, de 1976 a 2012, foram registrados 46 atos bilaterais, isto é: 12 acordos; 4 tratados; 20 ajustes complementares aos acordos; 8 memorandos de entendimento; 1 plano de ação; 1 protocolo de intenções.<sup>105</sup>

Ao relacionar os respectivos atos com os governos têm-se o seguinte quadro: Suriname: 5 – Ferrier; 4 - Shankar; 1 – Kraag; 28 – Venetiaan; 8 – Bouterse. Brasil: 5 – ditadura civil militar; 4 – Sarney; 4 – Collor; 1 – último ano do segundo governo FHC; 28 – dois governos Lula; 4 – primeiro governo Dilma. O quantitativo apresentado evidencia que Venetiaan e Lula foram os governos que mais intensificaram a relação Brasil-Suriname. Em síntese, os atos firmados abordam questões administrativas e articulam interesses em torno de questões específicas.

---

<sup>105</sup> Além de declarações e comunicados conjuntos por ocasião de trocas de visitas oficiais.

Quadro 13 – Atos Bilaterais Brasil e Suriname

| Qt. | Título do Ato Bilateral   | Celebração | Entrada em Vigor | Situação      |
|-----|---|------------|------------------|---------------|
| -   | Memorando de Entendimento sobre Relações Aeronáuticas entre os dois Países [Observação: O Suriname tornou-se independente em 1975 e não foi encontrado qualquer documento que registre tal ato. Por isso essa menção não foi incluída no rol de ato bilateral]. | 19/01/1972 | 19/01/1972       | Vigente       |
| -   | Comunicado Conjunto   | 22/06/1976 | 22/06/1976       | Vigente       |
| 1   | Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname  | 22/06/1976 | 07/09/1977       | Vigente       |
| 2   | Acordo Cultural   | 22/06/1976 | 07/10/1977       | Vigente       |
| 3   | Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica  | 22/06/1976 | 01/11/1976       | Vigente       |
| 4   | Acordo, por Troca de Notas, pelo qual é Aprovado o Regulamento da Comissão Mista Brasil-Suriname  | 04/09/1979 | 04/09/1979       | Vigente       |
| 5   | Acordo sobre Transportes Aéreos   | 28/01/1980 | 25/05/1983       | Vigente       |
| -   | Comunicado Conjunto   | 27/01/1982 | 27/01/1982       | Vigente       |
| -   | Comunicado conjunto, Comunicado à Imprensa  | 06/11/1985 | 06/11/1985       | Vigente       |
| 6   | Acordo, ptn., para a Supressão de Visto em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Comuns  | 17/08/1988 | 17/08/1988       | Vigente       |
| -   | Comunicado Conjunto   | 03/03/1989 | 03/03/1989       | Vigente       |
| 7   | Plano de Ação no Campo da Cooperação Científica e Técnica   | 03/03/1989 | 03/03/1989       | Vigente       |
| 8   | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação na Área de Pesquisa sobre Agentes Patógenos do Dendê  | 03/03/1989 | 07/05/1990       | Vigente       |
| 9   | Acordo para Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas  | 03/03/1989 | 07/08/1990       | Vigente       |
| -   | Declaração Conjunta   | 10/08/1989 | 10/08/1989       | Vigente       |
| 10  | Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Cultural entre a Universidade Anton de Kom e a Universidade Federal do Rio de Janeiro  | 01/04/1991 | 01/04/1991       | Vigente       |
| 11  | Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Programa de Estágios na Área do Cerimonial  | 21/01/1992 | 21/01/1992       | Vigente       |
| 12  | Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Promoção Comercial  | 21/01/1992 | 21/01/1992       | Vigente       |
| 13  | Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Chancelaria Surinamense   | 21/01/1992 | 21/01/1992       | Vigente       |
| -   | Comunicado Conjunto   | 10/01/1996 | 10/01/1996       | Vigente       |
| -   | Comunicado Conjunto   | 18/02/1997 | 18/02/1997       | Vigente       |
| 14  | Acordo, por troca de Notas, para Reduzir os Impactos Negativos da Mineração Artesanal de Ouro no Suriname   | 16/04/2002 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 15  | Tratado de Extradicação   | 21/12/2004 | 02/02/2011       | Em Tramitação |

| Qt. | Título do Ato Bilateral   | Celebração | Entrada em Vigor | Situação      |
|-----|---|------------|------------------|---------------|
| 16  | Acordo sobre Regularização Migratória   | 21/12/2004 | [Não Disponível] | Em Tramitação |
| 17  | Protocolo de Intenções na Área de Saúde   | 15/02/2005 | 16/02/2005       | Vigente       |
| 18  | Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola   | 16/02/2005 | 16/02/2005       | Vigente       |
| 19  | Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas   | 16/02/2005 | [Não Disponível] | Em Tramitação |
| 20  | Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal   | 16/02/2005 | 08/12/2008       | Vigente       |
| 21  | Ajuste Complementar ao Acordo sobre Regularização Migratória  | 16/02/2005 | [Não Disponível] | Em Tramitação |
| 22  | Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta  | 16/02/2005 | 16/02/2005       | Vigente       |
| 23  | Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Brasil e o Suriname para Implementação do projeto "Programas de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju no Suriname"                                     | 19/05/2006 | 19/05/2006       | Vigente       |
| 24  | Memorandum de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento   | 17/07/2007 | 17/07/2007       | Vigente       |
| 25  | Acordo entre o Brasil e o Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa  | 22/04/2008 | [Não Disponível] | Em Tramitação |
| 26  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Capacitação Técnica para Repressão ao Crime Organizado"   | 10/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 27  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Prevenção da Transmissão Vertical da Sífilis e do HIV"  | 10/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 28  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Manejo Integrado Da Mosca da Fruta No Suriname"   | 10/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 29  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Apoio para o Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Suriname"                                      | 10/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 30  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)" | 10/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 31  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Metodológico do Censo Escolar do Suriname"   | 10/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente       |

| Qt. | Título do Ato Bilateral  | Celebração | Entrada em Vigor | Situação      |
|-----|--|------------|------------------|---------------|
| 32  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da produção de Biocombustíveis no Suriname”   | 10/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 33  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Uso, Armazenamento e Distribuição de Materiais de DST/HIV/AIDS”  | 10/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 34  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo e Produção da Mandioca no Suriname”  | 10/09/2009 | [Não Disponível] | Vigente       |
| 35  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname”                                 | 26/04/2010 | 26/04/2010       | Vigente       |
| 36  | Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na área de Educação  | 26/04/2010 | [Não Disponível] | Em Tramitação |
| 37  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Resposta à Epidemia do HIV/AIDS no Suriname”   | 26/04/2010 | 26/04/2010       | Vigente       |
| 38  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Pesquisa, Coleta, Preparação e Análise de Mercúrio em Amostras Biológicas e Ambientais”     | 26/04/2010 | 26/04/2010       | Vigente       |
| 39  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname”   | 16/12/2010 | 16/12/2010       | Vigente       |
| 40  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio de Desenvolvimento de um Programa de Capacitação para o Departamento de Micologia/Bacteriologia no Suriname” | 16/12/2010 | 16/12/2010       | Vigente       |
| 41  | Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis   | 16/12/2010 | 16/12/2010       | Vigente       |
| 42  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais”                                      | 16/12/2010 | 16/12/2010       | Vigente       |

| Qt. | Título do Ato Bilateral   | Celebração | Entrada em Vigor | Situação |
|-----|---|------------|------------------|----------|
| 43  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio a Ações Futuras para o Controle e a Erradicação da Mosca da Carambola no Suriname” | 18/08/2011 | 18/08/2011       | Vigente  |
| 44  | Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Banco do Central do Suriname”                            | 18/08/2011 | 18/08/2011       | Vigente  |
| 45  | Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a execução do projeto “Zoneamento Agroecológico no Suriname”  | 05/05/2012 | 05/05/2012       | Vigente  |
| 46  | Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação Técnica em Agricultura, Pecuária e Pesca  | 05/05/2012 | 05/05/2012       | Vigente  |

**Fonte:** Elaboração própria com base em MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016I.

### 5.2.1 Johan Henri Eliza Ferrier

Logo após a independência do Suriname a relação com o Brasil esteve sob a presidência de Johan Henri Eliza Ferrier (1975-1980) e os governos Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985). Ex governador da Guiana Holandesa (1968-1975) e posteriormente presidente, Ferrier mediou a reconciliação entre o líder crioulo Arron e o oponente hindustano Lachmon (BUDDINGH, 2010).

Visentini esclarece que após 1973 – ano em que Arron (líder do *Nationale Partij Suriname* - NPS<sup>106</sup>) venceu as eleições e, posteriormente, participou do processo de independência com apoio de Jaggernauth Lachmon (líder do *Vatan Hitkari Partij, Partij ter Bevordering van het Nationaal Welzijn* - VHP<sup>107</sup>) e consentimento holandês – Arron foi reeleito em 1977, o Suriname estruturado como democracia parlamentar e o sistema de partidos foi consolidado sobretudo com base étnica, dentre elas a corrente crioula (NPS), hindu (VHP), um partido de base javanesa, mais um pequeno partido de esquerda (*Partij Nationale Republiek* - PNR<sup>108</sup>) (2017).

No Brasil, Urt argumenta que Geisel buscava aproximar dos países amazônicos, por isso as Guianas receberam certa atenção. Os interesses brasileiros estavam centrados nas reservas de petróleo, potencial dos países em consumir produtos industrializados brasileiros, na busca por melhorar as relações bilaterais com os vizinhos para diminuir o risco de intervenção de potências extracontinentais e afastar temores quanto ao suposto expansionismo brasileiro (2009).

Nesse contexto, segundo o comunicado conjunto por ocasião da visita do primeiro ministro e chanceler Henck Alfonsus Eugene Arron, dentre os temas tratados no primeiro contato formal têm-se: i) diversificação do intercâmbio comercial; ii) desenvolvimento na área de transporte e telecomunicações; iii) participação de empresas brasileiras em projetos de infraestrutura no Suriname

---

<sup>106</sup> Partido Nacional do Suriname na tradução livre. Conforme informa Van Lier, um dos primeiros partidos do Suriname, fundado em 1946 com maioria protestante. Desde 1946 foram fundados vários partidos pequenos que desapareceram ou não conseguiram visibilidade. O NPS e o VHP foram os que sobreviveram como os principais partidos do país (2005).

<sup>107</sup> Segundo Van Lier, em 1947 formaram-se alguns partidos indianos que em 1949 unificaram-se no *Verenigde Hindostaanse Partij* (VHP, Partido Hindustani Unido). Em 1966 o VHP passou a ser denominado *Vatan Hitkari Partij, Partij ter Bevordering van het Nationaal Welzijn* (Partido para a Promoção do Bem Estar Nacional) sob a mesma sigla (VHP), como uma tentativa de suprimir a marca indiana, visto que os muçulmanos saíram do partido em 1951 e desde 1963 participara nas eleições como um Grupo de Ação (2005).

<sup>108</sup> Partido Nacional Republicano, na tradução livre.

(MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1976a). No período correspondente ao governo Ferrier e ditadura civil-militar no Brasil foram firmados 5 atos bilaterais, 3 no governo Geisel e 2 no governo Figueiredo, respectivamente elencados abaixo:

1. Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio: instaurar e aperfeiçoar mecanismos de cooperação e troca de informações sobre temas de interesse comum; instauração da Comissão Mista Brasil-Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1976b);
  2. Acordo Cultural: assistir as instituições que dedicam ao estudo e divulgação da língua, literatura e artes dos dois países (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1976c);
  3. Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica: elaborar e executar programas e projetos conjuntos envolvendo: a) coordenação de pesquisas e desenvolvimento; b) treinamento profissional; c) gestão de instituições, centros e laboratórios de pesquisa; d) seminários e conferências; e) prestação de serviços e consultoria (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1976d).
- 
1. Acordo que aprova o Regulamento da Comissão Mista Brasil-Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1979);
  2. Acordo sobre Transportes Aéreos (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1980b).

Os dados expostos corroboram que o comércio bilateral e o desenvolvimento de infraestrutura integraram as pautas bilaterais desde o início da relação, assim como foi com a Guayana. Mas os anos subsequentes da relação são ditados pelos acontecimentos internos no Suriname.

De acordo com Visentini, o cenário surinamês pós independência foi marcado pela emigração e por uma economia precária em que a bauxita era explorada pela estadunidense ALCOA, responsável por quase a totalidade da exportação do país e beneficiada pela construção de uma hidrelétrica para transformar bauxita em alumínio (2017).

Nesse contexto, os integrantes do exército surinamês alimentavam noções de soberania e nacionalismo e, em resposta a deterioração do quadro social e econômico, promoveram a Rebelião dos Sargentos: três sargentos do exército lideraram um levante de 16 suboficiais membros do *Nationale Democratische Partij* (NDP)<sup>109</sup> que derrubou o governo num golpe militar em 25 de fevereiro de 1980<sup>110</sup> (HÖFS, 2006; URT, 2009; JOUVE, 2016; CAVLAK, 2017; VISENTINI, 2017).

Arron exilou-se na Guiana Francesa, Ferrier foi mantido na presidência e o poder passou a ser exercido pelo Conselho Nacional Militar (CNM). Em agosto de 1980 ocorreu um segundo golpe, liderado pelo tenente-coronel comandante do exército e chefe do CNM, Desiré (Desi) Bouterse (URT, 2009; BBC, 2016).

### 5.2.2 Henk Chin-A-Sen

Com o golpe de agosto de 1980, Ferrier foi deposto e substituído por Henk Chin-A-Sem, membro do PNR. Durante sua breve passagem pela presidência (1980-1982), Chin-A-Sen recebeu a visita do chanceler do governo Figueiredo, Ramiro Saraiva Guerreiro. O texto do comunicado conjunto da visita passa em revista os pontos comuns no âmbito regional e internacional.

Na esfera bilateral destacaram: i) importância do estabelecimento de uma linha de navegação Manaus-Belém-Paramaribo para viabilizar as trocas comerciais; ii) necessidade de medidas que incrementem o comércio e o transporte entre ambos; iii) expressam satisfação com o relacionamento entre os organismos de telecomunicações do Brasil e do Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1982a).

Sobre o cenário surinamês, Urt argumenta que o período de 1980 e 1982 foi de consolidação dos governos militares no Suriname. Em 1981 um grupo de dissidentes da Rebelião dos Sargentos liderado pelo vice-presidente deposto, André Haakmat, tentou tomar o poder. No dia 4/2/1982 ocorreu um golpe que depôs o presidente Chin-A-Sen, e o líder do golpe ocupou a presidência, Dési Bouterse. No

<sup>109</sup> Partido Democrático Nacional, na tradução livre.

<sup>110</sup> Este golpe militar foi distinto dos demais golpes latino-americanos. Urt pontua não ter sido um golpe revolucionário nem reacionário, e tampouco estava atrelado as disputas da Guerra Fria. Não estava alinhado com as doutrinas soviéticas ou estadunidenses, “foi um levante militar provocado por questões exclusivamente internas, quase que limitadas ao espectro das relações da classe militar com o governo. Mas o caráter não ideológico do levante não era evidente para a comunidade internacional” (URT, 2009, p. 118).

dia 11/3/1982 ocorreu mais uma tentativa frustrada de golpe pelo mesmo grupo que tentou tomar o poder em 1981; em 15/3/1982 Bouterse retomou o poder; no dia 1/4/1982 empossou um governo civil liderado pelo primeiro ministro Henry Neyhorst; em 8/12/1982, após uma série de greves e protestos, Bouterse voltou a assumir o controle do país (URT, 2009).

Na semana subsequente ocorreu o Massacre de Dezembro ou Massacre de Forte Zeelandia: 15 líderes da oposição foram executados pelo governo Bouterse e 33 opositores assassinados. Iniciou-se um governo autoritário e desencadeou-se uma guerra civil que se estendeu de 1986 a 1992. O massacre teve repercussão internacional e os Países Baixos e Estados Unidos suspenderam as ajudas econômico-financeiras ao Suriname (HÖFS, 2006; URT, 2009; BBC, 2016).

Urt aponta que desde 1980 Bouterse vinha diversificando as relações sobretudo com a esquerda latino-americana. A suspensão das ajudas econômicas dos Países Baixos e Estados Unidos contribuiu para a intensificação das relações do Suriname com os sandinistas de Nicarágua, Cuba, Líbia e com o movimento *New Jewel* em Granada. O Brasil, no golpe de 1980, posicionou de acordo com a tradicional política de não intervenção em assuntos internos. Diferentemente, no golpe de 1982 buscou afastar o risco comunista e evitar uma intervenção dos Estados Unidos por meio da Missão Venturini<sup>111</sup> (URT, 2009).

Nesse sentido, em 1983 o Brasil enviou a Paramaribo uma missão diplomática encabeçada pelo ministro general Danilo Venturini. A Missão Venturini consistiu em acordos de cooperação técnica<sup>112</sup> e disponibilização de uma linha de

---

<sup>111</sup> Em matéria publicada no Estadão, Godoy destaca que Figueiredo recebeu o embaixador estadunidense Anthony Motley que informou o presidente brasileiro da intenção de Ronald Reagan de intervir militarmente no Suriname por conta da presença de soldados cubanos, levando Figueiredo a formular a Missão Venturini (2009, p. 5). O mesmo foi afirmado em entrevista à revista Veja pelo General Octavio Medeiros, para quem a Missão Venturini teve origem quando os Estados Unidos decidiram invadir o Suriname e solicitaram participação do Brasil. Entretanto, essa fala foi desmentida pelo general Venturini, quem disse que esse “convite” estadunidense não aconteceu (URT, 2009, p. 135-136). Nas palavras de Cavlak: “Após cortejar algumas fontes primárias, Roger Janssen entende que ainda pairam controvérsia se Saraiva Guerreiro, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, agiu apenas seguindo as ordens de seu governo ou se essas ordens foram dadas após consulta com a administração Reagan. Seja como for, o esquerdismo do Suriname desagradou a ditadura brasileira, que tinha todos os motivos para agir e trazer essa nação fronteiriça para sua zona de influência” (2017, p. 55-56, capítulo 3 – livro digital).

<sup>112</sup> Mais especificamente: **i)** programas de assistência civil e militar; **ii)** cooperação técnica na área agroindustrial; **iii)** estudos para a construção de hidrelétricas; **iv)** aumento de transportes aéreos e marítimos entre os países; **v)** programas de treinamento militar; **vi)** bolsa de estudos em universidades da Amazônia; **vii)** substancial incremento do comércio bilateral; **viii)** transmissão via satélite de jogos de futebol brasileiros (URT, 2009).

crédito de US\$ 70 milhões a ser utilizado na importação de equipamentos militares de fabricação brasileira.<sup>113</sup>

Na avaliação de Urt, ao Brasil interessava evitar o isolamento do Suriname. Ao Suriname interessava um desenvolvimento autônomo via maior integração no contexto caribenho e latino-americano. O resultado da missão foi a reafirmação de Bouterse pela opção sul-americana, o rebaixamento da representação diplomática cubana em Paramaribo em 1983, e a suspensão dos acordos com Cuba firmados anteriormente (2009).

### 5.2.3 Lachmipersad Frederick Ramdat Misier

No dia 8/2/1982 Bouterse nomeou o presidente Lachmipersad Frederick Ramdat Misier (1982-1988), presidência que coincidiu com os governos Figueiredo e Sarney (1985-1990). No governo Sarney o Brasil recebeu a visita do primeiro ministro Willem A. Udenhout. Na ocasião da visita o governo brasileiro concedeu uma linha de crédito de US\$ 20 milhões para financiar compra de produtos e serviços brasileiros e o governo do Suriname solicitou que o Brasil financiasse projetos no setor produtivo e prestação de cooperação técnica (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1985).

Nesse período, dentre os acontecimentos internos no Suriname destaca-se a Revolta dos Marrons. Segundo Oliveira, há um conflito histórico entre os *marrons* que vivem no interior do país e a população negra que vive em Paramaribo. Após a independência, a marginalização das populações *marrons* e indígenas foi intensificada. Todavia, após o golpe dos sargentos os *marrons* passaram a ser incluídos e muitos integraram o exército surinamês. Ainda assim, as Forças Armadas violavam o direito à terra e o aumento da pobreza que seguiu a suspensão da ajuda internacional foram sentidas com mais intensidade no interior do país, aumentando a insatisfação dos *marrons* com a ditadura e acentuando a cobrança por direitos historicamente negados (2013).<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> O jornalista Godoy apontou que como resultado da Missão Venturini, pela qual o militares surinameses foram recebidos no extinto Serviço Nacional de Informação (SNI) do Brasil, de 1.840 militares surinameses cerca de 300 falam português; além do sistema de comunicação e telefonia do Suriname ter sido desenvolvido e financiado por empresas brasileiras (GODOY, 2009, p. 5).

<sup>114</sup> Nas palavras de Höfs: “A independência política surinamesa apenas aguçou o que ao longo dos anos era a atitude frente o interior do país. Os grupos indígenas e marrons sofreram um processo de

Jouve (2016) informa que Ronnie Brunswijk, *marron* que integrou a segurança pessoal de Bouterse, foi demitido do exército por desentendimento com Bouterse e em 1986 esteve nos Países Baixos a convite do líder da oposição André Haakmat que estava em exílio. Segundo o autor, após pedido de Haakmat para que Brunswijk liderasse um movimento armado contra a ditadura, foi criado o *Surinaams Nationaal Bevrijdingsleger*<sup>115</sup>, popularmente conhecido como *Jungle Commando*<sup>116</sup> (JC).

Todavia, a formação do JC e os motivos que desencadearam a guerra civil não são questões resolvidas. Há diversos apontamentos e especulações, dentre elas: i) apoio de agências internacionais e do serviço secreto dos Países Baixos para derrubar Bouterse; ii) conflito pessoal entre Bouterse e Brunswijk; iii) disputa entre ambos pelo controle do tráfico de cocaína; iv) hipótese de que o JC foi financiado por taxa imposta por Brunswijk aos traficantes de cocaína de procedência da Colômbia que passava pelo território surinamês sob seu controle.

A despeito das questões elencadas acima, Jouve (2016) e Cavlak (2017) apresentam evidências de ações empreendidas pelos Países Baixos e Estados Unidos para derrubar o regime Bouterse. Contudo, no que diz respeito a esta pesquisa, interesse apenas esclarecer o desenrolar do cenário interno no Suriname.

Composto por *marrons* e liderado por Brunswijk, o JC saqueou postos militares e manteve seus membros como prisioneiros.<sup>117</sup> Em retaliação, o governo Bouterse passou a atacar a população *marron*, e o ataque de 1986 que assassinou cerca de 50 pessoas na Vila Moiwama recebeu destaque internacional (HÖFS, 2006; OLIVEIRA, 2013; JOUVE, 2016). Nas palavras de Oliveira,

Em poucos meses de guerra civil, o JC começou a direcionar seus ataques para alvos econômicos, como empresas madeireiras e áreas de mineração da bauxita, além de destruir parte da rede de infraestrutura (estradas, postes de energia elétrica etc.) que servia a capital (HOOGVERGEN; POLIMÉ, 2002; HOOGBERGEN; KRUIJT, 2006). Nesse contexto, outros grupos armados surgiram e se envolveram na guerra civil, como o Tucayana Amazonas - constituído por um grupo de indígenas apoiados pelo Exército nacional (KAMBEL; MACKAY, 1999; HEEMSKERK, 2005; PRICE, 2011). Os sucessivos ataques, além de gerarem danos na precária rede técnica existente, também dividiram o território surinamês: a porção oriental, na fronteira com a Guiana Francesa, passou a ser controlada pelo JC; e o

---

marginalização no cenário econômico nacional que se tornou audível com o estopim da guerra civil” (2006, p. 61).

<sup>115</sup> Exército Surinamês de Libertação Nacional, na tradução livre.

<sup>116</sup> Comando da Selva, na tradução livre.

<sup>117</sup> Nas palavras de Oliveira, “McDonald (1988) discorre que, em poucos meses, o JC passou de cem para 600 quilombolas envolvidos diretamente na guerrilha, sendo estes majoritariamente ndjukas (mesmo grupo étnico de Brunswijk) e, em menor medida, saramakas e paramakas” (2013, p. 223).

restante do país, pelo governo militar (MAPA 12). Nesse momento, o governo surinamês estabeleceu uma política de isolamento da área controlada pelo Surinaams Nationaal Bevrijdingsleger, com o intuito de limitar seus recursos e enfraquecer o movimento de oposição armada (VRIES, 2005) (OLIVEIRA, 2013, p. 223-224).

#### **5.2.4 Ramsewak Shankar**

Em meio a instabilidade interna, queda internacional do preço da bauxita e suspensão da ajuda internacional, no ano de 1987 o governo Bouterse assinou acordos de paz; a Assembleia Nacional promulgou nova Constituição; e em janeiro de 1988 foram realizadas eleições e no parlamento venceu a Frente pela Democracia e Desenvolvimento, uma coalizão de partidos de oposição (HÖFS, 2006; OLIVEIRA, 2013; CAVLAK, 2017; VISENTINI, 2017).

Ramsewak Shankar (1988-1990), membro do VHP e ex ministro da agricultura, foi eleito presidente (BBC, 2016) e as relações diplomáticas com os Países Baixos foram retomadas (CAVLAK, 2017). O governo Shankar coincidiu com o governo Sarney e início do governo Collor (1990-1992). Em março de 1989 o presidente Sarney realizou a primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro ao Suriname. Em agosto do mesmo ano o presidente Ramsewak Shankar retribuiu a visita. Esta foi a primeira visita oficial de um presidente do Suriname ao Brasil, antecedida pela visita dos primeiros ministros Arron em 1976 e Udenhout, em 1985.

Na ocasião da visita de Sarney os governos concordaram em buscar formas de cooperação para maior integração do Suriname à América do Sul, e o governo do Suriname comunicou o interesse em ser mais ativo em foros regionais e fortalecer laços com os países latino-americanos e caribenhos (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1989a).

Na visita de Shankar, Sarney comunicou a concessão de uma linha de crédito adicional para a TELESUR no âmbito do Programa de Modernização e Ampliação da Rede de Telecomunicações do Suriname, e comprometeu-se em assistir estudos de viabilidade do projeto hidrelétrico de Kabalebo no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1989f). Durante as presidências Sarney-Shankar foram assinados 4 atos bilaterais, abaixo descritos:

1. Acordo para a Supressão de Visto em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Comuns (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1988a).
2. Plano de Ação para a cooperação técnica e científica (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1989b).
3. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: pesquisa sobre agentes patógenos do dendê (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1989c).
4. Acordo para Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1989d).

No âmbito interno, Shankar negociou a anistia e assinou acordo de paz com o JC, permitindo que a guerrilha permanecesse armada no interior do país.<sup>118</sup> Em oposição ao acordo e ao governo, Bouterse, comandante do exército, empreendeu um golpe militar no dia 24/12/1990, assumiu novamente o governo e prometeu novas eleições (HÖFS, 2006; OLIVEIRA, 2013; BBC, 2016; JOUVE, 2016).<sup>119</sup>

### 5.2.5 Johannes Samuel Petrus Kraag

No dia 30/12/1990 Johannes Samuel Petrus Kraag (1990-1991) do NPS foi nomeado presidente interino pela Assembleia (BBC, 2016; JOUVE, 2016). A presidência coincidiu no Brasil com o governo Collor, período em que foi assinado o ato bilateral abaixo descrito:

1. Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Cultural entre a Universidade de Kom e a Universidade Federal do Rio de Janeiro: intercâmbio de conhecimentos e experiências entre as universidades latino-americanas para

---

<sup>118</sup> Conhecido como Acordo de Kourou, assinado em julho de 1989 na Guiana Francesa. Segundo Clémence Léobal, a situação estava começando a tornar-se uma guerra entre Bouterse e Brunswijk. Os surinameses refugiados na Guiana Francesa preocupavam a França, que então promoveu negociações entre os beligerantes (apud JOUVE, 2016).

<sup>119</sup> Sobre o golpe do Natal em 1990, Cavlak informa ter ficado conhecido como “golpe pelo telefone”, pois, sem qualquer tiro e nem mesmo movimento de militares nas ruas, Shankar recebeu uma ligação telefônica informando que os militares estavam no controle do país, e isso foi o suficiente para a aceitação geral do golpe (2017).

intensificar as relações entre professores, pesquisadores e estudantes (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1991).

### 5.2.6 Runaldo Ronald Venetiaan I

No dia 16/9/1991 a Nova Frente pela Democracia e Desenvolvimento conseguiu maioria das cadeiras parlamentares nas eleições e Runaldo Ronald Venetiaan do NPS foi eleito presidente pela coalizão com essa aliança. Bouterse foi obrigado a deixar o controle das Forças Armadas, mas continuou influente na política. Com supervisão da OEA, em 1992 foi assinado acordo de paz que findou a guerra civil. O acordo envolveu o Estado surinamês, o JC e o Tucayana Amazonas.<sup>120</sup> Por conseguinte, o Suriname voltou a receber ajuda internacional e a atrair investimentos estrangeiros na mineração e exploração madeireira (HÖFS, 2006; OLIVEIRA, 2013; BBC, 2016; JOUVE, 2016).

No Brasil, o primeiro governo de Venetiaan (1991-1996) correspondeu ao período Collor, Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1995-2002). Observa-se uma interrupção de visitas oficiais do Suriname ao Brasil durante esse período. Porém, no último ano de seu primeiro governo, Venetiaan esteve no Brasil e reabriu um ciclo de visitas oficiais da parte surinamesa. Da parte brasileira, as visitas foram retribuídas somente no governo Lula que esteve em Paramaribo em 2005. No período Collor-Venetiaan há o registro de 3 memorandos de entendimento que versam sobre cooperação das instituições diplomáticas e promoção comercial:

1. Memorando de entendimento: estágios na área do cerimonial de funcionários do Governo do Suriname no Cerimonial do MRE (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1992a).
2. Memorando de entendimento: cooperação na área de promoção comercial (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1992b).
3. Memorando de entendimento: cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Chancelaria do Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1992c).

---

<sup>120</sup> *Akkoord van Lelydorp* (Acordo de Lelydorp) ou *Akkoord vor Nationale Verzoening en Ontwikkeling* (Acordo para a Reconciliação Nacional e Desenvolvimento).

Na ocasião da visita de Venetiaan ao Brasil, o presidente FHC reafirmou ser do interesse do Brasil a aproximação com o Suriname e no comunicado conjunto mencionaram a possibilidade de cooperação no transporte aéreo, turismo, educação, telecomunicações, energia elétrica e interesse em dinamizar o intercâmbio militar entre as respectivas Forças Armadas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1996a; 1996b).

### **5.2.7 Jules Albert Wijdenbosch**

Nas eleições de 15/9/1996 foi eleito presidente Jules Albert Wijdenbosch (1996-2000) do NDP. De acordo com Oliveira, dada a queda do preço da bauxita, seu governo deu ênfase a atração por investimentos estrangeiros para a mineração do ouro. Nesse período iniciou-se uma campanha pela qual os garimpeiros foram percebidos como “invasores” e estigmatizados como “entraves” aos projetos de investimento e exploração do ouro no Suriname (2013).

De acordo com o comunicado conjunto na ocasião da visita de Wijdenbosch em 1997, foram identificadas as seguintes áreas para cooperação: i) setor energético – hidrelétrica de Kabalebo; ii) setor de mineração – prospecção e comercialização de ouro; iii) projetos prioritários de infraestrutura; iv) cooperação bilateral em questões fronteiriças; v) cooperação no monitoramento de condições ambientais; vi) estreitamento dos laços comerciais por meio de capacitação brasileira via SEBRAE (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1997a).

Em discurso sobre o programa de política externa referente ao segundo governo FHC, o ministro das relações exteriores Luiz Felipe Lampreia assinalou a importância da integração física para a construção de uma América do Sul integrada via “intercâmbio econômico, articulação política e cooperação em todas as áreas” e destacou “o aprofundamento das relações com os países da América Central e com o Caribe, em especial com a Guiana e o Suriname” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1999c, p. 27). Também no ano 1999, na ocasião da 54ª sessão da Assembleia Geral da ONU, Lampreia discursou:

A Guiana é outro exemplo significativo de compromisso com o reforço da cultura democrática, e do espírito integracionista que nos anima. Fazemos votos de que o Suriname será capaz de juntar-se ao curso central dos

progressos que estamos alcançando na região (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1999d, p. 43-44).

Em outro discurso, o chanceler informou que com o Suriname o país vinha desenvolvendo projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura e mineração, bem como no setor de aquicultura para a produção de tambaquis (MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1999d, p. 112).

### **5.2.8 Runaldo Ronald Venetiaan II**

Nas eleições seguintes Venetiaan assumiu a presidência (2000-2010) pelo NPS, eleito em 2000 e reeleito em 2005 contra a candidatura de Bouterse (BBC, 2010; JOUVE, 2016). O governo FHC voltou a receber Venetiaan no Brasil na reunião dos Presidentes da América do Sul em 2000, além da visita da ministra de negócios estrangeiros Maria Elisabeth Levens em 2001.

Na ocasião da visita de Levens, além de tratarem de temas voltados à integração regional e cooperação bilateral, a ministra apontou a necessidade de lidar com questões relacionadas aos garimpeiros brasileiros que vivem e trabalham no Suriname. Pela primeira vez a questão com os garimpeiros brasileiros apareceu na pauta oficial, e o chanceler Celso Lafer comentou que o Brasil vinha dedicando atenção permanente ao assunto (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2001). Para dinamizar a agenda bilateral reativaram a Comissão Mista Brasil-Suriname e o Grupo Permanente de Cooperação Consular Bilateral. No ano seguinte, assinaram acordo sobre os impactos da mineração no Suriname:

1. Acordo para Reduzir os Impactos Negativos da Mineração Artesanal de Ouro no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2002a).

O acordo tece sobre a saúde de garimpeiros surinameses e brasileiros e da comunidade local, afetados não apenas pelo não acesso à saúde pública, mas também pela contaminação ambiental do mercúrio. A solução apontada foi a cooperação técnica para o desenvolvimento econômico e social dos dois países como meio de melhorar a qualidade de vida das populações.

Não obstante, observa-se que nos governos FHC não há efetiva aproximação com o Suriname, sendo que a inserção do país na política externa brasileira esteve mais no plano discursivo que no plano da ação. Assim como ocorreu com a Guayana, a ausência do ritual diplomático da parte brasileira e inexpressividade dos atos bilaterais acusam uma política de inatenção brasileira marcada pela percepção equivocada em enquadrar a relação no plano multilateral sem fortalecer a relação bilateral.

Nos governos Lula (2003-2010) a relação entre Brasil-Suriname foi aprofundada. Porém, a diplomacia presidencial de Lula não foi ativa com Suriname como foi com a Guayana. Da parte surinamesa, Venetiaan esteve no Brasil em 2003, 2007, duas vezes em 2008 e 2010; o presidente Bouterse em 2010; e a chanceler Lygia Kraag-Keteldijk em 2009. Da parte brasileira o chanceler Celso Amorim esteve em Paramaribo em 2004; Lula em 2005; o ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência Samuel Pinheiro Guimarães em 2010; e o secretário geral das relações exteriores Antonio de Aguiar Patriota em 2010.

Em 2007 ocorreu em Paramaribo a I Reunião do Mecanismo Político de Consulta e em 2008 reuniões técnicas sobre o equacionamento da dívida do Suriname com o Brasil – em Paramaribo (setembro) e Brasília (novembro). Na ocasião da visita de Venetiaan ao Brasil em 2003 o presidente Lula destacou a:

[...] disposição de dinamizar a cooperação bilateral no combate ao narcotráfico e delitos conexos, mediante uma mais estreita cooperação no controle e na vigilância nas zonas de fronteiras. Com o objetivo de reforçar a cooperação bilateral nas áreas de segurança, defesa e meio ambiente, decidimos que o Suriname terá acesso progressivo as informações geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIOR DO BRASIL, 2003d, p. 42).

Ademais, Lula apontou que os três assuntos mais importantes para os dois países naquele momento eram: i) migração de brasileiros no Suriname; ii) renegociação da dívida externa do Suriname com o Brasil; iii) verificar a possibilidade do Brasil comprar arroz produzido no Suriname. E enfatizou que como país maior e mais forte da economia da América do Sul, o Brasil não pretende uma política de hegemonia, mas uma relação de vizinhança baseada no compromisso comercial, cultural, político e ético.

Por meio do discurso mencionado o Brasil expressa o reconhecimento da autonomia surinamesa enquanto país menor. Em conjunto, os discursos e as trocas

de visitas indicam a disposição de ambos para o estabelecimento de um sistema de deferência e autonomia. E a busca pela construção de interesses comuns foi enfatizada no discurso de Lula em Paramaribo na sessão de abertura da XVI Conferência de Chefes de Governo da CARICOM.

No discurso de abertura da referida conferência, Lula reiterou: i) a expectativa de redução da assimetria entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; ii) a busca por formas de fornecer ao Suriname dados do SIVAM/SIPAM; iii) e expressou satisfação com a decisão do MERCOSUL em conceder quota preferencial ao Suriname para exportar arroz ao norte do Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005m).

O tom positivo da relação Brasil-Suriname também ficou evidente durante as chuvas de 2006 que inundaram áreas dos rios no Suriname e desabrigaram muitas pessoas. Na ocasião, o governo brasileiro enviou um helicóptero Cougar do Exército para assistir o governo surinamês no acesso a áreas remotas, visto que “o Suriname conta unicamente com um helicóptero” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2006b, p. 375).

Na ocasião da visita da chanceler Keteldijk em 2009, a ênfase da agenda esteve na infraestrutura, transporte aéreos e marítimos, e questões migratórias (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIOR DO BRASIL, 2009t). Em síntese, durante o governo Lula-Venetiaan foram firmados 24 atos bilaterais, abaixo sumarizados:

1. Tratado sobre Extradicação: efetivar o combate ao crime e cooperar no tocante a extradicação de criminosos foragidos da justiça no exterior (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2004a) – em tramitação;
2. Acordo sobre Regularização Migratória: promover a integração entre os nacionais de ambos os países que se encontram em situação migratória irregular, atendendo assim a necessidade de criar um sistema para o controle eficiente de migrantes (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2004b) – em tramitação;
3. Protocolo de intenções na área de saúde: cooperação científica - mineração, mercúrio, DST/AIDS e malária como áreas prioritárias (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005d);

4. Memorando de entendimento: cooperação em pesquisa agrícola (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005e);
5. Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas: promover a reabilitação social de pessoas condenadas por meio de cumprimento de sentenças no país de origem (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005f) – em tramitação;
6. Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal: melhorar a efetividade das autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei de ambos os países, na investigação, inquérito e prevenção de crime por meio de cooperação e assistência jurídica mútua em matéria penal (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005g);
7. Ajuste ao acordo sobre regularização migratória (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005h) – em tramitação;
8. Memorando de entendimento: mecanismo político de consulta para analisar assuntos de interesse comum bilateral, regional e mundial (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2005i);
9. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: indústria de caju no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2006a);
10. Memorando de entendimento: promoção do comércio e investimento (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2007);
11. Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2008a) – em tramitação;
12. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: capacitação técnica para repressão ao crime organizado (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009a);
13. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: prevenção da transmissão vertical da sífilis e do HIV (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009b);
14. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: manejo integrado da mosca da fruta no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009c);

15. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: apoio ao Programa de Alimentação Escolar do Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009d);
16. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO) (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009e);
17. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: fortalecimento metodológico do censo escolar do Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009f);
18. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: produção de biocombustíveis no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009g);
19. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: uso, armazenamento e distribuição de materiais de DST/HIV/AIDS (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009h);
20. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: cultivo e produção da mandioca no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009i);
21. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: vigilância e prevenção da doença de chagas no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2010b).
22. Acordo na Área de Educação (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2010c) – em tramitação;
23. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: fortalecimento da resposta à epidemia de HIV/AIDS no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2010d);
24. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: capacitação técnica em pesquisa, coleta, preparação e análise de mercúrio em amostras biológicas e ambientais (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2010e).

No que diz respeito aos atos bilaterais mencionados, nota-se um avanço na abordagem da questão migratória, como extradição, regularização da situação

migratória e transferência de pessoas condenadas. Todavia, os acordos e tratados ainda estão em tramitação. No contexto interno, em relação ao período subsequente, o Suriname passou por um período de transição.

### 5.2.9 Désiré Delano Bouterse

Désiré Delano Bouterse (2010-presente) foi eleito presidente em 2010 e reeleito em 2015. Em protesto por Bouterse ter sido anistiado em 2012 junto aos demais acusados de executarem seus oponentes políticos em 1982, os Países Baixos chamaram o embaixador e suspenderam novamente a ajuda financeira (BBC, 2010; JOUVE, 2016). Entretanto, nas palavras de Cavlak:

[...] o governo holandês se conformou com a presença de Bouterse, e através do retorno de empréstimos e algumas parcerias, manteve atada a si a hegemonia nos negócios do país, sobretudo pelo fato de quase todo surinamês ter ao menos um membro da família morando e trabalhando na ex metrópole, enviando recursos para a combalida república sul-americana (CAVLAK, 2017, p. 88-89, capítulo 3 – livro digital).

Para a cerimônia de posse de Bouterse o governo Lula enviou o ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos Samuel Pinheiro Guimarães. E para as comemorações dos 35 anos de independência do Suriname foi enviado o secretário geral das relações exteriores Antonio de Aguiar Patriota. Por ocasião da Cúpula do MERCOSUL, em dezembro de 2010 Bouterse esteve no Brasil e manteve encontro bilateral com Lula. Os 4 atos firmados nos governos Lula-Bouterse estão sumarizados abaixo:

1. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: mapear a geodiversidade/geologia na fronteira Brasil-Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2010f);
2. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: capacitação em micologia/bacteriologia no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2010g);
3. Memorando de entendimento: cooperação – bioenergia/biocombustíveis (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2010h);

4. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: treinamento em produção e industrialização de alimentos vegetais no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2010i).

Bouterse participou da cerimônia de posse da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) e as trocas de visitas oficiais entre os respectivos governos foram diversificadas. Da parte surinamesa, Bouterse esteve no Brasil em 2011, 2013, duas vezes em 2014; o presidente do Banco Central Gilmore Hoefdraad em 2011; o vice presidente Robert Ameerli em 2011 e 2012; o ministro dos Negócios Estrangeiros Winston Lackin em 2011 e 2013; e o ministro da Defesa Lamouré Latour em 2012.

Da parte brasileira, o chanceler Antonio Patriota esteve em Paramaribo em 2012; o ministro da Defesa Celso Amorim em 2012; a presidenta Dilma Rousseff em 2013; o ministro Mauro Vieira em 2016; e em 2011 o Brasil enviou a Paramaribo uma missão da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Eletrobrás.

Na ocasião da visita de Lackin o MRE divulgou que as relações com o Suriname vinham sendo fortalecidas no plano regional e intensificadas no bilateral. Como exemplo da aproximação bilateral têm-se a abertura do Consulado do Suriname em Belém e o estabelecimento da linha marítima direta entre ambos (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2013a; 2013f).

A ampliação de rotas também vem ocorrendo no ar. A empresa aérea surinamesa *Fly All Ways* pretende inserir o Brasil nas rotas comerciais via Paramaribo-Georgetown-BoaVista mais Manaus e Belém (EMPRESA, 2016; COMPANHIA, 2016). O anúncio foi bem recebido pela sociedade roraimense, visto que o estado não é bem atendido pelo setor aéreo brasileiro e internacional.

Sobre o tom positivo da relação, observa-se que após a reeleição de Rousseff, o chanceler Lackin assinalou que “sob o governo Bouterse-Ameerli além de intensa cooperação com o Brasil também há convergência com a orientação política de Rousseff, o que contribui para o Suriname” (SURINAME BLIJ, 2014, tradução nossa). Entre os governos Rousseff-Bouterse foram firmados 4 atos bilaterais, abaixo descritos:

1. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: apoio a ações futuras para o controle e a erradicação da mosca da carambola

- no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2011d);
2. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: fortalecimento institucional do Banco Central do Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIOES DO BRASIL, 2011e);
  3. Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação científica e técnica: execução do projeto zoneamento agro-ecológico no Suriname (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2012b);
  4. Memorando de entendimento: cooperação técnica em agricultura, pecuária e pesca (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2012c);

De acordo com a entrevista mencionada no capítulo anterior (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016b), Mesquita destacou que Guyana e Suriname são ricos em recursos minerais e têm interesse na infraestrutura brasileira no que diz respeito ao mapeamento e supervisão da região amazônica. Sobre a comunidade brasileira no Suriname, afirmou existir um bom entendimento para regularizar ou assistir os muitos garimpeiros que vivem em condições precárias.

Em resumo, assim como as relações Brasil-Guyana, os fatores que sustentam as relações bilaterais Brasil-Suriname centram-se na cooperação técnica, comércio bilateral e integração física. Os jornais consultados para examinar as interações sociais entre os países foram: i) O Estado de São Paulo; ii) De Ware Tijd<sup>121</sup>; iii) Waterkant<sup>122</sup>. No jornal brasileiro buscou-se por “Suriname”, e nos jornais surinameses por “Brazilië”. Assim como na relação Brasil-Guyana, as buscas indicaram uma dinâmica de atenção assimétrica em que os jornais surinameses dedicam maior atenção aos Brasil que o Estadão ao Suriname. Contudo, para um quadro preciso, bem fundamentado e conclusivo é necessário consultar a inserção do Suriname nos demais jornais brasileiros.

### 5.3 Cooperação Técnica

Em conformidade com os dados sintetizados no Quadro 14 – Cooperação Sul-Sul Brasil e Suriname disponível nas páginas seguintes, no período de 10 anos

---

<sup>121</sup> Disponível em: <http://www.dwtonline.com/>. Acesso em: 20 out. 2016.

<sup>122</sup> Disponível em: <http://www.waterkant.net/>. Acesso em: 20 out. 2016.

(2006-2016) foram registrados 72 projetos com o Suriname como país receptor. Desse total, 67 foram concluídos e 5 estão em execução. A maioria dos projetos teve início entre 2009 e 2012.<sup>123</sup> Os mesmos estão sintetizados abaixo:

1. Administração Pública: total = 3 projetos.

*Especificações*: i) políticas públicas [1]; ii) sistema financeiro [2].

*Objetivos*: i) participação do Suriname no V Fórum Ministerial de Desenvolvimento; ii) assistência técnica para o fortalecimento institucional do Banco Central do Suriname.

*Instituições Executoras*: i) Banco Central do Brasil (BACEN) [2]; ii) Não Disponível [1].

2. Agricultura: total = 6 projetos.

*Especificações*: i) políticas públicas [1]; ii) fruticultura [1]; iii) agro-ecologia [1]; iv) agricultura familiar [3].

*Objetivos*: i) capacitação e treinamento de técnicos; ii) zoneamento agro-ecológico; iii) controle e erradicação da mosca da carambola; iv) cultivo e produção da mandioca; v) manejo integrado da mosca da fruta; vi) desenvolvimento da indústria do caju; vii) planejamento e utilização de recursos agrícolas.

*Instituições Executoras*: i) EMBRAPA [4]; ii) INSA – MCTI [1]; iii) MAPA [1].

3. Cooperação Técnica: total = 4 projetos.

*Especificação*: missão de prospecção (multidisciplinar).

*Objetivos*: i) missão multidisciplinar ao Suriname para elaboração de projetos de cooperação; ii) cooperação técnica em gestão bancária entre os bancos centrais dos respectivos países; iii) reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Suriname; iv) elaboração de novos projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura, gestão rodoviária, igualdade racial, análises estatísticas, saúde, recursos hídricos, habitação, geologia e mineração; v) fortalecimento de recursos humanos da administração pública;

<sup>123</sup> Ano de início dos projetos: **2006** = 1; **2007** = 1; **2008** = 5; **2009** = 16; **2010** = 14; **2011** = 17; **2012** = 9; **2013** = 5; **2014** = 1; **2015** = 1; **2016** = 2. Dos 73 projetos, 38 correspondem ao governo Lula e 35 ao governo Rousseff.

vi) elaboração conjunta de metodologia e projeto para qualificação e desenvolvimento dos recursos humanos; vii) modernização dos processos e das tecnologias de informação.

*Instituições Executoras:* i) BACEN [1]; ii) Não Disponível [3].

4. Defesa: total = 43 projetos.

*Especificação:* treinamento militar.

*Objetivos:* i) estimular o intercâmbio do conhecimento militar sulamericano; ii) curso de segurança de voo; iii) curso de salvamento e resgate; iv) curso e estágio de montanhismo; v) curso de preparação para missão de paz; vi) especialização em hidrografia e navegação; vii) curso e estágio em desminagem; viii) curso de prevenção de acidentes aeronáuticos; ix) estágio de idioma português e de ambientação; x) curso de operação na selva; xi) estágio em operações aeromóveis; xii) curso de política; xiii) curso de perícia criminal; xiv) curso expedito de guerra eletrônica; xv) curso de observador aéreo; xvi) curso de coordenação pedagógica; xvii) formação de oficiais; xviii) treinamento internacional em tecnologias de convivência em “regiões” áridas e semiáridas; xix) curso de cartografia; xx) curso expedito de controle de avarias; xxi) curso expedito de combate ao incêndio.

*Instituições Executoras:* i) Departamento de Assuntos Internacionais – Ministério da Defesa do Brasil (MD) [1]; ii) Ministério da Defesa do Brasil (MD) [8]; iii) Marinha do Brasil [6]; iv) Força Aérea Brasileira (FAB) [1]; v) Exército Brasileiro (EXBR) [24]; vi) Diretoria de Navegação da Marinha do Brasil [3].

5. Desenvolvimento Social: total = 1 projeto.

*Especificação:* geração de emprego e renda.

*Objetivo:* apoio no desenvolvimento de políticas sociais voltadas ao combate à miséria, à melhoria das condições de vida da população de baixa renda e à inclusão social.

*Instituição Executora:* Caixa Econômica Federal (CAIXA).

6. Educação: total = 4 projetos.

*Especificações:* i) formação profissional [2]; ii) merenda escolar [1]; iii) políticas públicas [1].

*Objetivos:* i) treinamento de militares; ii) missão de diagnóstico da situação alimentar e nutricional de estudantes com vistas a implementação do programa nacional de alimentação escolar; iii) modernização dos programas de treinamento na área de reparos automotivos oferecidos pela fundação para mobilização do trabalho e desenvolvimento (SAO), com foco nas necessidades do mercado; iv) qualificar os programas profissionalizantes; v) fortalecimento metodológico do censo escolar.

*Instituições Executoras:* i) MD [1]; ii) Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE) – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) [1]; iii) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) [1]; iv) Ministério da Educação do Brasil (MEC) [1].

7. Indústria e Comércio: total = 1 projeto.

*Especificação:* mineração.

*Objetivo:* mapeamento geológico e geofísico para a identificação de recursos minerais na fronteira.

*Instituição Executora:* CPRM.

8. Justiça: total = 1 projeto.

*Especificação:* políticas públicas.

*Objetivo:* missão de avaliação de possibilidades de cooperação judiciária (visita do ministério de justiça e política do Suriname ao Brasil).

*Instituição Executora:* Não Disponível.

9. Minas e Energia: total = 1 projeto.

*Especificação:* mineração.

*Objetivo:* apresentar técnicas de controle e fiscalização da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (AGP) na produção de petróleo e gás no Brasil.

*Instituição Executora:* AGP.

10. Planejamento: total = 1 projeto.

*Especificação:* estratégia de desenvolvimento.

*Objetivo:* missão multidisciplinar para ampliar o programa de cooperação técnica Brasil-Suriname por meio de negociação de novos projetos nas áreas de geologia, mineração, segurança pública, saúde, educação, agricultura e pecuária.

*Instituição Executora:* Ministério das Relações Exteriores do Suriname.

#### 11. Saúde: total = 7 projetos.

*Especificações:* i) controle e prevenção de doenças [2]; ii) DST-AIDS [4]; iii) riscos químicos [1].

*Objetivos:* i) cooperação transfronteiriça para erradicação da malária; ii) fortalecimento do combate ao HIV/AIDS em populações chave; iii) fortalecimento da resposta à epidemia do HIV/AIDS; iv) prevenção da transmissão vertical da sífilis e do HIV; v) treinamento para o uso, armazenamento e distribuição de materiais de DST/HIV/AIDS; vi) capacitação técnica em pesquisa, coleta, preparação e análise de mercúrio em amostras biológicas e ambientais; vii) fortalecimento de ações de vigilância e prevenção da doença de chagas; viii) qualificação de recursos humanos; ix) apoiar a instalação de laboratórios; x) identificar populações expostas em áreas de risco.

*Instituições Executoras:* i) MS [6]; ii) Centro Internacional de Cooperação Técnica do Brasil em HIV/Aids (CICT) [1].

Dado o exposto, os projetos abrangem 11 áreas e envolvem 16 instituições executoras. Dos 72 projetos, 43 são da área de defesa, 7 da saúde e 6 da agricultura, sendo essas as áreas mais impactadas pela cooperação técnica. Na comparação entre Guyana e Suriname, o Suriname comporta 29 projetos a mais com uma diferença de 2 anos a menos que a Guyana.

No âmbito da cooperação trilateral há o registro de 4 projetos. Um está voltado para o etanol e envolve técnicos africanos. Outro envolve os diretores gerais de assuntos indígenas dos países membros da OTCA. E os dois restantes referem-se à missão técnica conjunta, treinamento e pesquisa no setor agrícola de arroz de terras altas e inclui Brasil, Suriname e Nova Zelândia.

Em relação à cooperação trilateral com organismos há um projeto sobre recursos hídricos na esfera regional que envolve as instituições responsáveis pela

gestão de recursos hídricos dos países membros da OTCA. Este projeto objetiva articular ações para uma gestão integrada de bacias hidrográficas e recursos hidrobiológicos, bem como estudos sobre eventos críticos e contaminação dos corpos de água. Na fase inicial, o projeto enfatiza a capacitação de recursos humanos, instalação de bases de estações e intercâmbio de dados entre os países. Não há registro de projetos de cooperação em bloco que envolva o Suriname. Os dados mencionados podem ser consultados mais detalhadamente nas páginas seguintes que apresentam os quadros abaixo listados:

Quadro 14 – Cooperação Sul-Sul Brasil e Suriname

Quadro 15 – Cooperação Trilateral: Brasil e Suriname

Quadro 16 – Cooperação Trilateral com Organismo: Brasil e Suriname

Quadro 14 - Cooperação Sul-Sul Brasil e Suriname

| Título  | Início/<br>Término/<br>Status         | Setor/<br>Subsetor                     | Execução  | Objetivo   |
|---|---------------------------------------|--|---|--|
| 1. Programa de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção e Processamento para o Desenvolvimento da Indústria de Caju no Suriname | 19/05/2006<br>31/08/2008<br>Concluído | Agricultura /<br>Políticas<br>Públicas | Empresa Brasileira<br>de Pesquisa<br>Agropecuária<br>(Embrapa)  | Não utilizado [sic].   |
| 2. Missão de Avaliação de Possibilidades de Cooperação Judiciária – Visita do Ministério de Justiça e Polícia do Suriname ao Brasil                   | 17/08/2007<br>17/09/2007<br>Concluído | Justiça / Políticas<br>Públicas        | [Não Disponível]  | Possibilitar a avaliação de possibilidades de cooperação judiciária entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério de Justiça e Polícia do Suriname ao Brasil.   |
| 3. Treinamento de Militares do Suriname – Curso de Segurança de Vôo   | 02/06/2008<br>02/08/2008<br>Concluído | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar     | Departamento de<br>Assuntos<br>Internacionais –<br>Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais do Suriname cursos de treinamento em matéria de defesa militar.   |
| 4. Treinamento de Militares do Suriname (Aperfeiçoamento de Hidrografia e Navegação)  | 20/06/2008<br>20/02/2009<br>Concluído | Educação /<br>Formação<br>Profissional | Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD)   | Oferecer a oficiais e praças do Suriname curso de treinamento em matéria de defesa militar.  |
| 5. Treinamento de Militares do Suriname (Salvamento e Resgate – Praças)   | 12/08/2008<br>12/10/2008<br>Concluído | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar     | Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais do Suriname cursos de treinamento em matéria de defesa militar.   |
| 6. Treinamento de Militares do Suriname (Salvamento e Resgate – Oficiais)   | 12/08/2008<br>12/10/2008<br>Concluído | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar     | Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais do Suriname cursos de treinamento em matéria de defesa militar.   |
| 7. Missão de Diagnóstico para Apoio à Implementação de Programa Nacional de Alimentação Escolar no Suriname   | 13/10/2008<br>13/12/2008<br>Concluído | Educação /<br>Merenda Escolar          | Coordenação-Geral<br>do Programa<br>Nacional de<br>Alimentação<br>Escolar (CGPAE) /<br>Fundo Nacional de<br>Desenvolvimento da<br>Educação (FNDE) | Elaborar diagnóstico da situação alimentar e nutricional dos estudantes surinameses com vistas à preparação de projeto de cooperação técnica para implementação de programa de alimentação escolar naquele país. |

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>                         | <b>Execução</b>  | <b>Objetivo</b>   |
|---|--|--|--|---|
| 8. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso Básico de Montanhismo)                          | 27/02/2009<br>27/05/2009<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                 | Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD)                      | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais dos exércitos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai cursos de treinamento em matéria de defesa militar. |
| 9. Missão Multidisciplinar para Prospecção, Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica                 | 03/03/2009<br>03/04/2009<br>Concluído  | Planejamento /<br>Estratégia de<br>Desenvolvimento | Ministério das<br>Relações<br>Exteriores<br>Suriname (MRES)    | O objetivo desta atividade é ampliar o programa de cooperação técnica Brasil – Suriname por meio da negociação de novos projetos nas áreas de geologia e mineração; segurança pública, saúde; educação; e agricultura e pecuária.                               |
| 10. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Preparação para Missão de Paz)              | 15/03/2009<br>15/05/2009<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                 | Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD)                      | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais dos exércitos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai cursos de treinamento em matéria de defesa militar. |
| 11. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Hidrografia e Navegação | 19/03/2009<br>19/03/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                 | Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD)                      | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficiais e suboficiais dos exércitos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai cursos de treinamento em matéria de defesa militar. |
| 12. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso Expedito de Socorro e Salvamento)              | 18/05/2009<br>28/08/2009<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                 | Marinha do Brasil  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a um oficial da Marinha surinamesa curso de treinamento, promovido pela Marinha do Brasil, com duração de 11 dias, no rio de Janeiro – RJ.  |
| 13. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (CSV – Curso de Segurança em Voo)                     | 25/05/2009<br>10/10/2009<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                 | Força Aérea<br>Brasileira (FAB)                                | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a um oficial da Aeronáutica surinamesa curso de treinamento, promovido pela Força Aérea Brasileira, com duração de 47 dias, em Brasília – DF.   |
| 14. Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo e Produção da Mandioca no Suriname  | 01/06/2009<br>01/06/2011<br>Concluído  | Agricultura /<br>Agricultura<br>Familiar           | Empresa Brasileira<br>de Pesquisa<br>Agropecuária<br>(Embrapa) | Não [sic].  |

| <b>Título</b>  | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>               | <b>Execução</b>  | <b>Objetivo</b>  |
|--|--|--|--|--|
| 15. Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO) | 01/06/2009<br>01/06/2011<br>Concluído  | Educação /<br>Formação<br>Profissional   | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)                                | Melhorar e modernizar os programas de treinamento oferecidos pela SAO na área de reparos automotivos com foco nas necessidades do mercado. Aumentar a qualidade dos programas profissionalizantes do Suriname. |
| 16. Manejo Integrado da Mosca da Fruta no Suriname   | 01/06/2009<br>01/06/2011<br>Concluído  | Agricultura /<br>Agricultura<br>Familiar | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)                              | Não [sic].   |
| 17. Fortalecimento Metodológico do Censo Escolar no Suriname   | 01/06/2009<br>01/12/2010<br>Concluído  | Educação /<br>Políticas<br>Públicas      | Ministério da Educação do Brasil (MEC)   | Não utilizado [sic].   |
| 18. Estágio Avançado de Montanhismo para Sargentos   | 27/07/2009<br>09/01/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar       | Ministério da Defesa do Brasil (MD)  | [Não Disponível]   |
| 19. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Estágio de Desminagem para Oficiais)                | 10/09/2009<br>13/02/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar       | Exército Brasileiro (EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a um oficial do Exército do Suriname estágio, promovido pelo Exército Brasileiro, com duração de 29 dias, no Rio de Janeiro – RJ.    |
| 20. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos)              | 13/09/2009<br>04/03/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar       | Exército Brasileiro (EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americana, oferecendo a dois militares do Exército do Suriname curso, promovido pelo Exército Brasileiro, com duração de 87 dias, em Cruz Alta – RS.       |
| 21. Prevenção da Transmissão Vertical da Sífilis e do HIV  | 16/10/2009<br>31/12/2015<br>Concluído  | Saúde / DST -<br>AIDS                    | Centro Internacional de Cooperação Técnica – Brasil (CICT)                         | Contribuir para o desenvolvimento de estratégias para prevenção da transmissão vertical da Sífilis e do HIV.   |
| 22. Fortalecimento da Resposta à Epidemia do HIV/AIDS no Suriname  | 16/10/2009<br>28/09/2014<br>Concluído  | Saúde / DST -<br>AIDS                    | Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde do Brasil (MS) | Promover a capacitação de equipes multidisciplinares do Suriname em questão de prevenção e assistência ao HIV/AIDS.  |

| <b>Título</b>  | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>      | <b>Execução</b>   | <b>Objetivo</b>  |
|--|--|---------------------------------|---|--|
| 23. Uso, Armazenamento e Distribuição de Materiais de DST/HIV/AIDS   | 16/10/2009<br>14/12/2013<br>Concluído  | Saúde / DST - AIDS              | Centro Internacional de Cooperação Técnica – Brasil (CICT) / Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do MS | Fortalecer o processo de aquisição, armazenamento e distribuição de materiais estratégicos em DST/AIDS no Suriname.  |
| 24. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos Modalidade Controle do Espaço Aéreo) | 02/01/2010<br>20/12/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento Militar | Exército Brasileiro (EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército do Suriname Curso de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, modalidade controle do espaço aéreo.                           |
| 25. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos)  | 02/01/2010<br>20/12/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento Militar | Exército Brasileiro (EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército do Suriname Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos promovido pelo Exército do Brasil.                                     |
| 26. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa Estágio de Idioma Português e de Ambientação para Oficiais                         | 02/01/2010<br>20/12/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento Militar | Exército Brasileiro (EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a Oficiais do Exército da Guiana Estágio de Idioma Português e de Ambientação.   |
| 27. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Carreira da Arma de Infantaria)           | 25/01/2010<br>02/02/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento Militar | Exército Brasileiro (EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficial do Exército do Suriname curso de treinamento em matéria de defesa militar.   |
| 28. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Especialização de Hidrografia e Navegação C-ESPC-HN)                     | 28/01/2010<br>28/02/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento Militar | Marinha do Brasil   | A atividade visa a realização de curso de treinamento com o intuito de transmitir a suboficiais da Marinha do Suriname conhecimentos em matéria de defesa militar.   |
| 29. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Carreira do Quadro de Material Bélico)    | 28/01/2010<br>28/02/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento Militar | Exército Brasileiro (EXBR)  | O presente treinamento é destinado a oficiais do Exército do Suriname com o objetivo de transmitir conhecimentos específicos da experiência militar brasileira, importantes aliados da política externa brasileira.        |
| 30. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Operações na Selva – Categoria “B”)                                      | 28/01/2010<br>28/05/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento Militar | Exército Brasileiro (EXBR)  | O Exército Brasileiro, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, está oferecendo curso no âmbito da defesa. Esse treinamento é destinado a oficial do Exército do Suriname. |

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>  | <b>Execução</b>               | <b>Objetivo</b>  |
|---|--|---|-------------------------------|--|
| 31. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Operações Aeromóveis para Sargentos    | 10/02/2010<br>26/06/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Exército Brasileiro<br>(EXBR) | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a um militar do Exército do Suriname, curso promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 29 dias, em Taubaté-SP.  |
| 32. Capacitação Técnica em Pesquisa, Coleta, Preparação e Análise de Mercúrio em Amostras Biológicas e Ambientais   | 26/03/2010<br>01/12/2013<br>Concluído  | Saúde / Riscos<br>Químicos  | Ministério da<br>Saúde (MS)   | Ao final deste projeto, espera-se que, com o apoio das instituições brasileiras e especialistas, o Suriname tenha competência suficiente para instalar laboratórios e identificar populações expostas em áreas de risco.                       |
| 33. Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname                               | 15/04/2010<br>01/01/2014<br>Concluído  | Saúde / Controle<br>e Prevenção de<br>Doenças                         | Ministério da<br>Saúde (MS)   | Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname.   |
| 34. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Polícia do Exército para Sargentos       | 12/06/2010<br>03/12/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Exército Brasileiro<br>(EXBR) | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a um militar do Exército do Suriname curso, promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 68 dias, em Brasília, DF.  |
| 35. Treinamento de Militares no Âmbito da Defesa – Curso de Perícia Criminal para Sargentos                         | 17/08/2010<br>17/11/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Exército Brasileiro<br>(EXBR) | O objetivo da atividade é a realização de cursos de treinamento com o intuito de transmitir a militares sul-americanos conhecimentos específicos da experiência militar brasileira. Será oferecido curso a um militar do Exército do Suriname. |
| 36. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso Expedido de Guerra Eletrônica para Oficiais | 09/09/2010<br>09/12/2010<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Marinha do Brasil             | O presente treinamento é destinado a oficial da Marinha do Suriname que participará do Curso Expedido de Guerra Eletrônica para Oficiais.  |
| 37. Missão Multidisciplinar ao Suriname para Elaboração de Projetos de Cooperação                                   | 20/10/2010<br>20/12/2010<br>Concluído  | Cooperação<br>Técnica / Missão<br>de Prospecção -<br>Multidisciplinar | [Não Disponível]              | Elaborar novos projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura, gestão rodoviária, igualdade racial e análises estatísticas, com vistas ao fortalecimento dos recursos humanos da administração pública surinamesa.                    |
| 38. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso Básico de Montanhismo para Sargentos        | 02/01/2011<br>20/12/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Exército Brasileiro<br>(EXBR) | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército do Suriname Curso Básico de Montanhismo promovido pelo Exército do Brasil.   |

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>             | <b>Execução</b>  | <b>Objetivo</b>  |
|---|--|--|--|--|
| 39. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Idioma Português e de Ambientação para Oficiais - II | 02/01/2011<br>20/12/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar     | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a Oficiais do Exército do Suriname Estágio de Idioma Português e de Ambientação.   |
| 40. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Idioma Português e de Ambientação para Oficiais      | 02/01/2011<br>20/12/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar     | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a Oficiais do Exército do Suriname Estágio de Idioma Português e de Ambientação.   |
| 41. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Observador Aéreo                                       | 02/01/2011<br>20/12/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar     | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Suriname Curso de Observador Aéreo promovido pelo Exército do Brasil.   |
| 42. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Coordenação Pedagógica                                 | 02/01/2011<br>20/12/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar     | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Suriname Curso de Coordenação Pedagógica.   |
| 43. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Estágio de Desminagem para Oficiais)                             | 02/01/2011<br>20/12/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar     | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficial do Exército do Suriname, curso de treinamento em matéria de desminagem.  |
| 44. Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército do Suriname  | 02/01/2011<br>30/12/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar     | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares dos Exércitos do Suriname Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais promovido pelo Exército do Brasil.  |
| 45. Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname   | 24/01/2011<br>31/12/2016<br>Concluído  | Indústria e<br>Comércio /<br>Mineração | Serviço Geológico<br>do Brasil –<br>Companhia de<br>Pesquisa de<br>Recursos Minerais<br>(CPRM) | Contribuir para a melhoria de conhecimentos nas áreas de geologia, geofísica e geodiversidade e também para a identificação de recursos minerais existentes na fronteiras Brasil-Suriname.   |
| 46. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais)                            | 26/01/2011<br>30/09/2011<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar     | Exército Brasileiro<br>(EXBR)  | Este treinamento tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a quatro militares do Exército do Suriname Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 224 dias, no Rio de Janeiro-RJ. |

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b>     | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>  | <b>Execução</b>                              | <b>Objetivo</b>   |
|---|--|---|--|---|
| 47. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Operações na Selva Categoria “C”     | 30/01/2011<br>29/07/2011<br>Concluído      | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Exército Brasileiro<br>(EXBR)                | Este treinamento tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a um militar da Força de Defesa do Suriname Curso de Operações na Selva Categoria “C” promovida pelo Exército do Brasil, com duração de 74 dias, em Manaus-AM. |
| 48. Treinamento internacional em tecnologias de convivência em regiões áridas e semiáridas                      | 01/03/2011<br>01/03/2012<br>Concluído      | Agricultura /<br>Agricultura<br>Familiar                              | Instituto Nacional<br>do Semiárido<br>(INSA) | Enviar 34 representantes da ASPA para participar do workshop, que será sediado nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, no Estado da Paraíba – Brasil.  |
| 49. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Operações Aeromóveis para Oficiais | 21/03/2011<br>25/06/2011<br>Concluído      | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD)    | A atividade visa oferecer a militares do Exército do Uruguai Estágio de Operações Aeromóveis para Oficiais promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 16 dias, em Taubaté – SP.  |
| 50. Missão para Avaliação de Proposta de Cooperação Técnica no Âmbito da Defesa                                 | 28/04/2011<br>28/07/2011<br>Concluído      | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Ministério da<br>Defesa do Brasil<br>(MD)    | Enviar missão a Paramaribo para avaliar e definir prioridades entre as demandas apresentadas pelo Governo surinamês no âmbito da defesa.  |
| 51. Cooperação Técnica na Área de Gestão Bancária entre os Bancos Centrais do Brasil e do Suriname              | 26/05/2011<br>26/11/2011<br>Concluído      | Cooperação<br>Técnica / Missão<br>de Prospecção –<br>Multidisciplinar | Banco Central do<br>Brasil (BACEN)           | Elaborar, em conjunto com as autoridades surinamesas, metodologia e projeto para qualificação e desenvolvimento dos recursos humanos, modernização dos processos e das tecnologias de informação.   |
| 52. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Estágio de Operações de Paz                   | 03/08/2011<br>28/01/2012<br>Concluído      | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Exército Brasileiro<br>(EXBR)                | O objetivo da atividade é oferecer a militares do Exército do Suriname, estágio de Desminagem para Sargentos promovido pelo Exército do Brasil com duração de 32 dias, no Rio de Janeiro.   |
| 53. Missões de Cooperação Técnica na Área de Gestão Bancária entre os Bancos Centrais do Brasil e do Suriname   | 16/09/2011<br>15/03/2012<br>Concluído      | Administração<br>Pública / Sistema<br>Financeiro                      | Banco Central do<br>Brasil (BACEN)           | Contribuir para o fortalecimento institucional do Banco Central do Suriname (CBvS) pela capacitação e pelo compartilhamento de experiências bem-sucedidas e melhores práticas do Banco Central do Brasil (BCB).   |
| 54. Assistência Técnica para Apoiar o Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname                 | 03/12/2011<br>31/12/2016<br>Em<br>Execução | Administração<br>Pública / Sistema<br>Financeiro                      | Banco Central do<br>Brasil (BACEN)           | O projeto visa contribuir para o fortalecimento institucional do Banco Central do Suriname (CBvS) por meio da realização de capacitação e do compartilhamento de experiências bem-sucedidas e melhores práticas do Banco Central do Brasil (BCB).                           |

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b> | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>  | <b>Execução</b>   | <b>Objetivo</b>   |
|---|--|---|---|---|
| 55. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais                  | 02/01/2012<br>20/12/2012<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército do Suriname Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais promovido pelo Exército do Brasil.   |
| 56. Curso sobre Controle e Fiscalização da Produção de Petróleo e Gás no Brasil   | 05/01/2012<br>05/09/2012<br>Concluído  | Minas e Energia /<br>Mineração  | Agência Nacional do<br>Petróleo, Gás Natural<br>e Biocombustíveis<br>(ANPGNB) | Apresentar as técnicas de controle e fiscalização da ANP na produção de petróleo e gás no Brasil.   |
| 57. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais                  | 22/01/2012<br>30/03/2013<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Este treinamento tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a 5 oficiais do Exército do Suriname curso de formação de oficiais, com duração de 40 a 50 semanas, no Rio de Janeiro.                   |
| 58. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Cartografia para Oficiais                    | 20/02/2012<br>22/10/2012<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Exército Brasileiro<br>(EXBR)   | Este treinamento tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a Oficiais do Exército do Suriname, curso de cartografia, com duração de 180 dias.   |
| 59. Missão Multidisciplinar ao Suriname para Elaboração de Projetos de Cooperação                                       | 11/04/2012<br>20/12/2012<br>Concluído  | Cooperação<br>Técnica / Missão<br>de Prospecção -<br>Multidisciplinar | [Não Disponível]  | Elaborar novos projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura e habitação com vistas ao fortalecimento dos recursos humanos da administração pública surinamesa.   |
| 60. Missão de Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Bancarização Popular e Desenvolvimento Social | 27/04/2012<br>27/08/2012<br>Concluído  | Desenvolvimento<br>Social / Geração<br>de Emprego e<br>Renda          | Caixa Econômica<br>Federal (CAIXA)  | O objetivo do projeto é apoiar o Governo do Suriname no desenvolvimento de políticas sociais eficazes no combate à miséria e na melhoria das condições de vida da população de baixa renda, com vistas ao incremento de inclusão social.              |
| 61. Participação do Suriname no V Fórum Ministerial de Desenvolvimento  | 20/05/2012<br>20/12/2012<br>Concluído  | Administração<br>Pública / Políticas<br>Públicas                      | [Não Disponível]  | Participar da “V Fórum Ministerial de Desenvolvimento”  |
| 62. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Superfície de Máquinas    | 25/05/2012<br>25/06/2013<br>Concluído  | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar                                    | Diretoria de<br>Navegação da<br>Marinha do Brasil<br>(MARINHA)                | Este treinamento tem como objetivo estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a oficial do Exército do Suriname Curso de Aperfeiçoamento de Superfície de Máquinas Curso com duração de 52 semanas, no Rio de Janeiro. |

| <b>Título</b>   | <b>Início/<br/>Término/<br/>Status</b>     | <b>Setor/<br/>Subsetor</b>         | <b>Execução</b>  | <b>Objetivo</b>  |
|---|--|------------------------------------|--|--|
| 63. Apoio a Ações Futuras para o Controle e Erradicação da Mosca da Carambola no Suriname                                       | 01/09/2012<br>31/12/2016<br>Em<br>Execução | Agricultura /<br>Fruticultura      | Ministério da<br>Agricultura, Pecuária e<br>Abastecimento<br>(MAPA)  | Capacitar técnicos do Suriname para apoio a futuras ações de controle e erradicação da mosca da carambola em território surinamês.   |
| 64. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Expedito de Oficial de Salvamento                    | 25/02/2013<br>30/11/2013<br>Concluído      | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Diretoria de<br>Navegação da<br>Marinha do Brasil<br>(MARINHA)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares da Marinha do Suriname, Curso de Expedito de Oficial de Salvamento, promovido pela Marinha do Brasil, com duração de 31 dias, no Rio de Janeiro – RJ.                    |
| 65. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso Expedito de Controle de Avarias em Instalações de Terra | 11/03/2013<br>30/11/2014<br>Concluído      | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Diretoria de<br>Navegação da<br>Marinha do Brasil<br>(MARINHA)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares da Marinha do Suriname, Curso Expedito de Controle de Avarias em Instalações de Terra, promovido pela Marinha do Brasil, com duração de 20 dias, no Rio de Janeiro – RJ. |
| 66. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa Curso Expedito Combate a Incêndio                               | 25/03/2013<br>30/11/2013<br>Concluído      | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Marinha do Brasil<br>(MARINHA)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares da Marinha do Suriname, Curso Expedito Combate a Incêndio, promovido pela Marinha do Brasil, com duração de 30 dias, no Rio de Janeiro – RJ.                             |
| 67. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso Expedito de Controle de Avarias para Oficiais           | 01/04/2013<br>30/12/2013<br>Concluído      | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Marinha do Brasil<br>(MARINHA)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares da Marinha do Suriname, Curso Expedito de Controle de Avarias para Oficiais, promovido pela Marinha do Brasil, com duração de 45 dias, no Rio de Janeiro – RJ.           |
| 68. Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso Expedito de Combate a Incêndio Avançado                 | 03/04/2013<br>30/12/2013<br>Concluído      | Defesa /<br>Treinamento<br>Militar | Marinha do Brasil<br>(MARINHA)   | Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares da Marinha do Suriname, Curso Expedito de Combate a Incêndio Avançado, promovido pela Marinha do Brasil, com duração de 30 dias, no Rio de Janeiro.                      |
| 69. Zoneamento Agroecológico no Suriname  | 29/01/2014<br>29/01/2017<br>Em<br>Execução | Agricultura /<br>Agroecologia      | Unidade Estudo e<br>Capacitação<br>(CECAT) da Empresa<br>Brasileira de Pesquisa<br>Agropecuária<br>(EMBRAPA) | O projeto tem como objetivo aumentar a capacidade do Suriname em planejar e gerenciar a utilização dos recursos agrícolas do país. Contará com a capacitação e treinamento de técnicos no área de sustentabilidade no Suriname.                                |

| Título  | Início/<br>Término/<br>Status              | Setor/<br>Subsetor  | Execução   | Objetivo   |
|---|--|---|--|--|
| 70. I Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Suriname  | 09/06/2015<br>09/09/2015<br>Concluído      | Cooperação<br>Técnica / Missão<br>de Prospecção -<br>Multidisciplinar | [Não Disponível]   | A atividade tem por objetivo monitorar e avaliar os projetos que compõem o programa de cooperação técnica Brasil-Suriname, bem como negociar e elaborar novas propostas de projetos nas áreas de geologia e mineração, agricultura, saúde e recursos hídricos. |
| 71. Fortalecimento do Combate ao HIV/AIDS em Populações-Chave no Suriname | 12/09/2016<br>12/09/2017<br>Em<br>Execução | Saúde / DST-<br>AIDS  | Departamento de<br>DST, Aids e<br>Hepatites Virais do<br>Ministério da Saúde<br>do Brasil (MS) | O projeto busca fortalecer o combate ao HIV/AIDS no Suriname, por meio da cooperação técnica, com vistas à qualificação e treinamento de recursos humanos no país.   |
| 72. Cooperação Transfronteiriça para Erradicação da Malária               | 12/09/2016<br>12/09/2018<br>Em<br>Execução | Saúde / Controle<br>e Prevenção de<br>Doenças                         | Ministério da<br>Saúde do Brasil<br>(MS)   | O projeto busca contribuir para a prevenção e o controle da malária em populações migratórias de fronteira, de forma a reduzir a incidência da doença nos dois países.   |

Fonte: Elaboração própria com base em AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2016b.

### Quadro 15 - Cooperação Trilateral: Brasil e Suriname

| Título   | Início/<br>Término/<br>Status         | Setor/<br>Subsetor                                | Execução  | Objetivo   |
|--|---------------------------------------|---|---|--|
| 1. II Semana do Etanol – Compartilhando a Experiência Brasileira   | 01/10/2009<br>14/07/2010<br>Concluído | Minas e Energia /<br>Biocombustíveis              | Ministério da<br>Agricultura, Pecuária e<br>Abastecimento<br>(MAPA) / Universidade<br>Federal de São Carlos<br>(UFSCAR) | A atividade isolada foi elaborada para proporcionar a vinda de técnicos africanos para realizar treinamento em sistemas de produção de cana-de-açúcar e respectivo manejo pós-colheita, bem como produção, armazenamento e distribuição de etanol, em Ribeirão Preto – SP. |
| 2. Encontro dos Diretores-Gerais de Assuntos Indígenas dos Países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) | 01/03/2011<br>10/11/2011<br>Concluído | Meio Ambiente /<br>Desenvolvimento<br>Sustentável | [Não Disponível]  | [Não Disponível]   |

| Título   | Início/<br>Término/<br>Status              | Setor/<br>Subsetor                       | Execução  | Objetivo  |
|--|--|--|---|---|
| 3. Missão Técnica Conjunta de Elaboração de Proposta de Projeto Trilateral Brasil-Nova Zelândia-Suriname na Área Agrícola de Arroz de Terras Altas | 22/04/2014<br>01/08/2014<br>Concluído      | Agricultura /<br>Abastecimento           | Unidade Arroz e Feijão (CNPAP) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) | Missão técnica de elaboração da proposta de projeto trilateral entre Brasil e a Nova Zelândia em favor do Suriname na área agrícola de cultivo de arroz de terras altas.  |
| 4. Apoio ao Melhoramento do Cultivo de Arroz de Terras Altas no Suriname   | 08/01/2016<br>08/01/2017<br>Em<br>Execução | Agricultura /<br>Agricultura<br>Familiar | [Não Disponível]  | Com vistas a comparar as variedades locais de arroz de terras altas com outras cultivadas na mesma região geográfica, um esquema de treinamento e pesquisa será estabelecido por meio da cooperação técnica trilateral entre o Brasil, a Nova Zelândia e o Suriname. No âmbito dessa cooperação, especialistas em arroz de terras altas compartilharão conhecimentos e experiências, no intuito de tornar mais sustentável o cultivo dessa espécie, com base em princípios experimentais e científicos. Essa ação será realizada em uma área de 5 há de terras aráveis, onde serão comparadas as três melhores variedades locais com quatro variedades brasileiras. Os custos e o orçamento serão definidos com base na elaboração deste Projeto e no preparo para o cultivo (manejo técnico e integrado) de arroz de terras altas em uma área de 5 há. As terras a serem utilizadas para os experimentos localizam-se na antiga plantação estatal de dendê, em Victoria (1.800 há), no distrito de Bokopondo, onde o governo iniciará um projeto de parceria público-privada na área de agricultura. No entorno da área proposta para a realização do projeto, há diferentes vilarejos de comunidades do interior, cujos membros já participaram no projeto de experimento de observação na área de 5 há. Além disso, as referidas comunidade, o Ministério da Agricultura, a parceria público-privada, a Investment and Development Corporation Suriname – IDCS (Corporação de Investimento e Desenvolvimento do Suriname), o governo e fornecedores de equipamentos e maquinário foram consultados sobre o desenvolvimento do Projeto. Dessa forma, não haverá riscos relativos ao uso da terra para as finalidades descritas anteriormente. As partes interessadas locais foram (e continuarão a ser) envolvidas na implementação do Projeto, ampliado após a preparação da primeira missão conjunta de prospecção. |

Fonte: Elaboração própria com base em AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2016b.

**Quadro 16 - Cooperação Trilateral com Organismo: Brasil e Suriname**

| Título  | Início/<br>Término<br>Status               | Setor/<br>Subsetor                      | Execução                          | Objetivo  |
|---|--|---|-----------------------------------|---|
| 1. Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos | 06/07/2012<br>31/12/2016<br>Em<br>Execução | Meio Ambiente /<br>Recursos<br>Hídricos | Agência Nacional<br>da Água (ANA) | A iniciativa desta ação regional, sob a coordenação técnica da ANA, visa buscar, entre as instituições responsáveis pela gestão de recursos hídricos nos países da OTCA, ações articuladas para a gestão integrada de bacias hidrográficas e recursos hidrobiológicos, estudos sobre os eventos críticos e sobre a contaminação dos corpos de água. A ênfase deste projeto deveser a capacitação de recursos humanos e a instalação de uma mínima base de estações que componham uma rede hidrometeorológica para a bacia, de modo a atender, a curto prazo, as demandas dessas instituições e a necessidade de intercâmbio de dados entre os países. |

**Fonte:** Elaboração própria com base em AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2016b.

## 5.4 Comércio Bilateral

Com base nos dados disponíveis na Tabela 16 – Intercâmbio Comercial entre Brasil e Suriname, Tabela 17 – Importação Brasileira por Fator Agregado: Suriname, Tabela 18 – Exportação Brasileira por Fator Agregado: Suriname disponíveis nas páginas seguintes, na série histórica de 2000 a 2015 as exportações do Brasil para o Suriname aumentaram de US\$ 6 milhões em 2000 para US\$ 38 milhões em 2015, registrando um pico de US\$ 73 milhões no ano de 2011 e quedas nos anos de 2006 e 2009, e entre os anos de 2012 a 2015. Em valores absolutos por fator agregado a maioria dos produtos brasileiros exportados para o Suriname é industrializado.

No que diz respeito as importações brasileiras provenientes do Suriname, há um aumento de US\$ 108 mil em 2001 para US\$ 1 milhão em 2015, registrando um pico de US\$ 28 milhões em 2008 e quedas nos anos de 2002, 2005, 2007, 2009, 2010 e 2014. Em valores absolutos por fator agregado a maioria dos produtos surinameses importados pelo Brasil é industrializado.

Apesar das variações negativas o aumento das relações comerciais é substancial e favorável ao Brasil, que fechou todos os anos com saldo positivo. Por outro lado, apesar do aumento, o comércio com o Suriname equivale a 0,01% e 0,03% das respectivas exportações e importações brasileiras (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2015).

Ao comparar Guyana e Suriname, as relações comerciais Brasil-Suriname sobressaem em termos de aumento do comércio bilateral em valores absolutos. E as exportações do Suriname para o Brasil são majoritariamente compostas por produtos industrializados, enquanto as guianenses são compostas por produtos básicos.

Tabela 16 - Intercâmbio Comercial entre Brasil e Suriname

| Ano               | Exportação Brasileira: Suriname |            |                | Importação Brasileira: Suriname |             |                | Saldo (A-B) |
|-------------------|---------------------------------|------------|----------------|---------------------------------|-------------|----------------|-------------|
|                   | US\$ FOB (A)                    | Variação % | Participação % | US\$ FOB (B)                    | Variação %  | Participação % |             |
| 2000              | 6.927.177                       | 0,00       | 0,01           | 389                             | 0,00        | 0,00           | 6.926.788   |
| 2001              | 9.336.809                       | 34,79      | 0,02           | 108.111                         | 27692,03    | 0,00           | 9.228.698   |
| 2002              | 10.701.965                      | 14,62      | 0,02           | 2.621                           | -97,58      | 0,00           | 10.699.344  |
| 2003              | 16.414.824                      | 53,38      | 0,02           | Nada Consta                     | Nada Consta | Nada Consta    | Nada Consta |
| 2004              | 28.410.302                      | 73,08      | 0,03           | 737.000                         | 28019,04    | 0,00           | 27.673.302  |
| 2005              | 35.895.094                      | 26,36      | 0,03           | 12.500                          | -98,30      | 0,00           | 35.882.594  |
| 2006              | 31.467.838                      | -12,33     | 0,02           | 23.258.247                      | 185965,98   | 0,03           | 8.209.591   |
| 2007              | 36.596.675                      | 16,30      | 0,02           | 19.174.236                      | -17,56      | 0,02           | 17.422.439  |
| 2008              | 46.902.747                      | 28,16      | 0,02           | 28.904.801                      | 50,75       | 0,02           | 17.997.946  |
| 2009              | 40.170.384                      | -14,35     | 0,03           | 7.397.422                       | -74,41      | 0,01           | 32.772.962  |
| 2010              | 63.376.186                      | 57,77      | 0,03           | 216.710                         | -97,07      | 0,00           | 63.159.476  |
| 2011              | 73.241.909                      | 15,57      | 0,03           | 404.799                         | 86,79       | 0,00           | 72.837.110  |
| 2012              | 61.144.473                      | -16,52     | 0,03           | 976.083                         | 141,13      | 0,00           | 60.168.390  |
| 2013              | 60.577.149                      | -0,93      | 0,03           | 2.414.708                       | 147,39      | 0,00           | 58.162.441  |
| 2014              | 46.013.338                      | -24,04     | 0,02           | 1.075.326                       | -55,47      | 0,00           | 44.938.012  |
| 2015              | 38.430.148                      | -16,48     | 0,02           | 1.119.262                       | 4,09        | 0,00           | 37.310.886  |
| 2016 <sup>1</sup> | 18.407.429                      | -38,43     | 0,01           | 45.931                          | -95,00      | 0,00           | 18.361.498  |

**Legenda:** <sup>1</sup> = o ano de 2016 engloba o período correspondente ao mês de janeiro a setembro.

**Nota:** dados trabalhados pela autora.

**Fonte:** Elaboração própria com base em MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2016f.

Tabela 17 - Importação Brasileira por Fator Agregado: Suriname

| Ano               | Básicos     |             | Semifaturados |             | Manufaturados |             | Industrializados<br>US\$ FOB<br>(A+B) |
|-------------------|-------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------------------------------|
|                   | US\$ FOB    | Variação    | US\$ FOB (A)  | Variação    | US\$ FOB (B)  | Variação    |                                       |
| 2000              | -           | 0,00        | -             | 0,00        | 389           | 0,00        | 389                                   |
| 2001              | -           | 0,00        | -             | 0,00        | 108.111       | 27.692,03   | 108.111                               |
| 2002              | -           | 0,00        | -             | 0,00        | 2.621         | -97,58      | 2.621                                 |
| 2003              | Nada Consta | Nada Consta | Nada Consta   | Nada Consta | Nada Consta   | Nada Consta | Nada Consta                           |
| 2004              | 737.000     | 0,00        | -             | 0,00        | -             | -100,00     | -                                     |
| 2005              | 12.500      | -98,30      | -             | 0,00        | -             | 0,00        | -                                     |
| 2006              | 905.970     | 7.147,76    | -             | 0,00        | 22.352.277    | 0,00        | 22.352.277                            |
| 2007              | 793.353     | -12,43      | -             | 0,00        | 18.380.883    | -17,77      | 18.380.883                            |
| 2008              | -           | -100,00     | -             | 0,00        | 28.904.801    | 57,25       | 28.904.801                            |
| 2009              | 16.394      | 0,00        | -             | 0,00        | 7.381.028     | -74,46      | 7.381.028                             |
| 2010              | -           | -100,00     | -             | 0,00        | 216.710       | -97,06      | 216.710                               |
| 2011              | -           | 0,00        | -             | 0,00        | 404.799       | 86,79       | 404.799                               |
| 2012              | 31.067      | 0,00        | 32.017        | 0,00        | 912.999       | 125,54      | 945.016                               |
| 2013              | 1.870.929   | 5.922,24    | -             | -100,00     | 543.779       | -40,44      | 543.779                               |
| 2014              | -           | -100,00     | -             | 0,00        | 1.075.326     | 97,75       | 1.075.326                             |
| 2015              | 55.832      | 0,00        | -             | 0,00        | 1.063.430     | -1,11       | 1.063.430                             |
| 2016 <sup>1</sup> | -           | -100,00     | -             | 0,00        | 45.931        | -94,67      | 45.931                                |

**Legenda:** <sup>1</sup> = o ano de 2016 engloba o período correspondente ao mês de janeiro a setembro.

**Nota:** dados trabalhados pela autora.

**Fonte:** Elaboração própria com base em MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2016d.

Tabela 18 - Exportação Brasileira por Fator Agregado: Suriname

| Ano               | Básicos    |            | Semifaturados   |            | Manufaturados   |            | Industrializados<br>US\$ FOB<br>(A+B) | Operações Especiais |            |
|-------------------|------------|------------|-----------------|------------|-----------------|------------|---------------------------------------|---------------------|------------|
|                   | US\$ FOB   | Variação % | US\$ FOB<br>(A) | Variação % | US\$ FOB<br>(B) | Variação % |                                       | US\$ FOB            | Variação % |
| 2000              | 30.204     | 0,00       | -               | 0,00       | 6.896.348       | 0,00       | 6.896.348                             | 625                 | 0,00       |
| 2001              | 223.039    | 638,44     | 369             | 0,00       | 9.112.129       | 32,13      | 9.112.498                             | 1.272               | 103,52     |
| 2002              | 887.038    | 297,71     | 320             | -13,28     | 9.812.429       | 7,69       | 9.812.749                             | 2.178               | 71,23      |
| 2003              | 1.845.428  | 108,04     | 2.363           | 638,44     | 14.562.059      | 48,40      | 14.564.422                            | 4.974               | 128,37     |
| 2004              | 7.456.903  | 304,07     | 12.535          | 430,47     | 20.932.340      | 43,75      | 20.944.875                            | 8.524               | 71,37      |
| 2005              | 11.608.678 | 55,68      | 21.275          | 69,72      | 24.260.539      | 15,90      | 24.281.814                            | 4.602               | -46,01     |
| 2006              | 5.561.709  | -52,09     | 30.555          | 43,62      | 25.861.484      | 6,60       | 25.892.039                            | 14.090              | 206,17     |
| 2007              | 5.777.171  | 3,87       | 19.756          | -35,34     | 30.770.886      | 18,98      | 30.790.642                            | 28.862              | 104,84     |
| 2008              | 7.056.253  | 22,14      | 1.565.368       | 7.823,51   | 38.139.989      | 23,95      | 39.705.357                            | 141.137             | 389,01     |
| 2009              | 6.148.227  | -12,87     | 710.783         | -54,59     | 32.998.770      | -13,48     | 33.709.553                            | 312.604             | 121,49     |
| 2010              | 18.132.303 | 194,92     | 540.384         | -23,97     | 44.611.865      | 35,19      | 45.152.249                            | 91.634              | -70,69     |
| 2011              | 15.983.419 | -11,85     | 61.644          | -88,59     | 57.180.312      | 28,17      | 57.241.956                            | 16.534              | -81,96     |
| 2012              | 7.414.428  | -53,61     | 409.024         | 563,53     | 53.317.549      | -6,76      | 53.726.573                            | 3.472               | -79,00     |
| 2013              | 11.017.595 | 48,60      | 7.023           | -98,28     | 49.547.996      | -7,07      | 49.555.019                            | 4.535               | 30,62      |
| 2014              | 6.752.475  | -38,71     | 1.161           | -83,47     | 39.257.247      | -20,77     | 39.258.408                            | 2.455               | -45,87     |
| 2015              | 6.885.065  | 1,96       | 20.574          | 1.672,09   | 31.476.122      | -19,82     | 31.496.696                            | 48.387              | 1.870,96   |
| 2016 <sup>1</sup> | 3.337.315  | -39,45     | 2.236           | -89,03     | 15.059.821      | -38,14     | 15.062.057                            | 8.057               | -63,72     |

**Legenda:** <sup>1</sup> = o ano de 2016 engloba o período correspondente ao mês de janeiro a setembro.

**Nota:** dados trabalhados pela autora.

**Fonte:** Elaboração própria com base em MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL, 2016b.

De acordo com matérias veiculadas no portal de notícias do Suriname, uma das causas do subaproveitamento das oportunidades de negócios do Suriname e da Guayana com o Brasil é o insuficiente conhecimento do mercado, das oportunidades comerciais, bem como pouca informação sobre as leis do comércio brasileiro (NGO, 2014; HANDELSMOGELIJKHEDEN, 2014).

Nesse sentido, os “SuriBras”<sup>124</sup> são apontados como agentes com capacidade de contribuir para a superação dessas limitações por meio de uma associação de ex alunos surinameses que estudaram no Brasil nos últimos 30 anos, assumindo a função de catalisador entre Brasil-Suriname para o desenvolvimento de política de cooperação bilateral (SURIBRAS, 2014).

As expectativas surinamesas também estão centradas no turismo voltado ao público brasileiro (SURINAME, 2010), nas negociações dos exportadores de arroz do Suriname com o Brasil (RIJSTEXPORTEURS, 2015; RIJSTEXPORTEURS WILLEN, 2015), e na cultura do etanol – inviabilizada no momento por conta dos preços que caíram juntamente com a queda dos preços de petróleo no mercado mundial<sup>125</sup> (DEBIDIEN, 2016).

Ademais, espera-se que a expansão do comércio mútuo seja viabilizada pela linha de navegação direta entre os dois países (SCHEEPSLIJN, 2012). Para o professor Daniel Lachman, uma solução duradoura para a atual crise econômica do Suriname e superação da condição de fornecedor de matérias-primas é a construção de um porto no distrito de Brokopondo para atender o Brasil e a Guiana Francesa com uma alternativa mais barata ao alto custo de transporte desses países, o que também demanda a construção de estradas (PROSS, 2016).

Entre as trocas estabelecidas entre os países têm-se as vendas brasileiras de materiais militares via linha de crédito concedida pelo Brasil ao Suriname (GODOY, 2012a, 2012c; SURINAAMS, 2013). Todavia, a área de defesa entre ambos é delicada. Ao argumentar que os dados do satélite de sensoriamento remoto e as informações da rede digital são indispensáveis no combate aos ilícitos transfronteiriços, o Suriname solicita acesso aos dados brasileiros produzidos pelo SIVAM/SIPAM. Porém, o presidente Dési Bouterse foi condenado pelos Países Baixos por tráfico internacional de drogas (EX-DITADOR, 2010; JOUVE, 2016).

---

<sup>124</sup> Este conceito refere-se as pessoas que de algum modo mantêm laços com ambas as sociedades, brasileira e surinamesa.

<sup>125</sup> Cenário que evidencia o impacto nas relações bilaterais de uma conjuntura mais ampla.

Segundo Mendes (2008), Tomazela (2008), Hazeu (2011), Paraguassu (2012a), Brazilië (2013), Suriname Stuurt (2013), Surinaamse (2013), Surinamer (2013), Vlees-em (2013) e Haïtianen (2016), a fronteira do Brasil com o Suriname: i) é palco de tráfico de cocaína e de pessoas; ii) cenário de disputas entre traficantes e militares por membros da população indígena em função dos conhecimentos que detêm sobre o território; iii) comporta uma popular rota de contrabando em Nickerie que tem sido utilizada pelos haitianos no Suriname para ingressar no Brasil e nos Estados Unidos; iv) palco de contrabando de armas, carros, carne, roupas, barbatanas de tubarão, remédios, ouro, combustíveis, animais raros, madeira, armas de chumbinho e explosivos. Os voos, pistas e rotas clandestinas acusam a existência de uma integração física entre Brasil e Suriname que independe dos discursos oficiais dos Estados.

### **5.5 Integração Física**

Segundo Picasso, o Suriname tem 90% de cobertura florestal e grande quantidade de rios, carece de pontes, mas conta com balsas ao longo dos rios Corantijn e Marowijne que fazem travessia nas fronteiras com Guyana e Guiana Francesa, respectivamente. Grande parte da rede rodoviária não está pavimentada e, com exceção da capital, o tráfego rodoviário é baixo, pois o modo de transporte de pessoas e mercadorias é basicamente aquático e conta com canais que interligam várias cidades. O canal de Saramacca, por exemplo, une o Rio Suriname em Paramaribo aos Rios Saramacca e Coppename e assim permite a conexão fluvial com Nieuw Nickerie (2007).

No que diz respeito ao Eixo Escudo das Guianas da IIRSA, o Suriname é um país central no Grupo 3 que tem como projeto âncora a pavimentação do corredor Venezuela (Ciudad Guayana) – Guyana (Georgetown) – Suriname (Paramaribo). Os três projetos deste grupo estão em estudo: este corredor, a construção da ponte sobre o Rio Corantijn e a construção de um gasoduto de interligação energética entre Venezuela, Guyana e Suriname.

No tocante a construção da ponte, o vice presidente surinamês, Robert Ameeralli, apontou que apesar da ponte sobre o Rio Corentyne entre Suriname-Guyana estar em consonância com a política de governo não há recursos para financiá-la, razão pela qual o projeto está inserido na IIRSA (FINANCIERING, 2011).

Isso corrobora o papel da IIRSA como mecanismo de busca por financiamento para projetos nacionais, entre outros.

Segundo Cairo (2016), de acordo com a aprovação da Guyana, em 2013 o Suriname firmou um protocolo de intenção com uma construtora da China para a construção da referida ponte, o qual ainda precisa ser acordado com a Guyana. O financiamento desta ponte também conta com interesses do Brasil e da União Europeia, porém, segundo Bouterse, ainda está em curso um estudo de viabilidade e impactos ambientais e sociais.

Há também a previsão de um corredor que interconecta Guyana – Suriname – Guiana Francesa – Brasil, projeto que integra o Grupo 4 que tem como âncora a reforma das rodovias Georgetown–Albina e Macapá–Oyapock (trecho Ferreira Gomes – Oyapock) que estão em execução. A rodovia Apura – Nieuw Nickerie está em reforma e a reforma do cruzamento internacional sobre o Rio Marowijne está em estudo. 2/3 dos investimentos previstos para o EID Escudo das Guianas destina-se ao plano diretor integrado de proteção costeira Albina-Nickerie que visa proteger o Suriname do aumento do nível do mar e está em pré execução (INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA, 2015).<sup>126</sup>

No que refere a percepções surinamesas em relação ao Brasil, segundo o ex presidente Venetiaan, o Suriname é central para um acordo de livre comércio entre os países membros da CARICOM e o Brasil, assumindo, assim, o papel de país ponte para servir de trânsito ao comércio. Venetiaan também apontou que, para que esse acordo se concretize, a CARICOM precisa superar suas fricções internas (SURINAME WIL, 2010).

No mesmo ano, o presidente Bouterse afirmou que o Suriname pode aproximar a CARICOM e a UNASUL. E o chanceler Lackin, por sua vez, avaliou que a participação do Suriname nos “blocos” regionais pode ser uma situação ganha-ganha, já que Guyana e Suriname juntos são capazes de defender os interesses das economias caribenhas relativamente pequenas (PRESIDENT, 2010).

As afirmações de Venetiaan, Bouterse e Lackin indicam a propensão do Suriname em avançar nos processos de integração regional e, em certa medida, maior identificação com os países caribenhos. Por outro lado, a integração física

---

<sup>126</sup> Esses dados estão disponíveis nos mapas e quadros do Eixo Escudo das Guianas da IIRSA disponíveis nas páginas 60-68 desta dissertação.

também conta com avaliações negativas. Para o parlamentar e ativista dos direitos humanos no Suriname, Hugo Jabini, a interligação rodoviária do Suriname com o Brasil preocupa as populações *marrons*. Essa preocupação refere-se aos impactos sociais e ambientais, e ao fluxo de brasileiros “ilegais” (MARRONS, 2010).

Também há preocupações das populações indígenas da Bacia Amazônica acerca das atividades de mineração aurífera e dos projetos de hidrelétricas em Kabalebo e Jai Kreek (BEZORGHEID, 2008). Nas palavras do subsecretário geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty, embaixador Eduardo Gradilone: “com o garimpo ilegal surgem prostituição, degradação ambiental e todos os problemas que envolvem a atividade. Nossos vizinhos reclamam que exportamos problemas” (DOMINGOS, 2010, p. 50).

De acordo com Belfort (2014) e ‘Braziliaanse (2014), e conforme exposição no **Capítulo 3** desta dissertação, as relações entre surinameses e brasileiros que trabalham na atividade garimpeira são marcadas por conflitos. Os brasileiros são responsabilizados pela contaminação de mercúrio, criticados por explorarem ouro no Suriname sem pagar taxas ao Estado surinamês, e por comportamentos percebidos como “imoralidades”. A noite de natal de 2009, em que a comunidade brasileira que vive em Albina foi vítima de um violento ataque por membros da população *marron*, é um exemplo da dimensão que esses conflitos podem assumir (DOMINGOS, 2009; MADUEÑO, 2009; MENDES, 2009a, 2009b; PINHEIRO, 2009; OLIVEIRA, 2009; RECONDO, 2009a, 2009b, 2009d; BRASILEIROS, 2010; MEER, 2010; DE, 2013; GOUDZOEKERS, 2013; OLIVEIRA, 2013; OP, 2013; BRAZILIANEN, 2014).

Na ocasião a diplomacia brasileira reclamou do Suriname ainda não ter colocado em prática o Acordo sobre Regularização Migratória e argumentou que a regularização dos garimpeiros brasileiros evitaria conflitos violentos como esse (MADUEÑO, 2009). A diretora do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça do Brasil, Izaura Miranda, ressaltou as dificuldades do Suriname em colocar em prática o referido acordo por tratar-se de pessoas que vivem em constante deslocamento, alvos fáceis da máfia do trabalho escravo e tráfico de pessoas (NOSSA, 2010).

Todavia, mesmo no cenário do conflito, a maioria dos brasileiros que foram levados ao Brasil por ação do Itamaraty planejava retornar ao Suriname quando “a situação normalizar”. Sob a afirmação de ser melhor retomar a vida no Suriname que buscar trabalho no Brasil, argumentaram que dado o baixo nível de escolaridade

e ausência de oportunidades, trabalhar no Suriname é economicamente mais viável (RECONDO, 2009c, 2010c). Outros optaram por não deixar o Suriname mesmo na crise (RECONDO, 2010b).

Muitas vezes, a população estrangeira que vive no Suriname é alvo de campanhas xenofóbicas promovidas pelo próprio Estado surinamês. Ao lado de campanhas negativas aos migrantes brasileiros que atuam na mineração estão campanhas negativas direcionadas aos migrantes chineses vinculados ao comércio. Para Paul Tjon Sie Fat, um dos motivos dessas campanhas é o tamanho do Suriname, “basicamente uma aldeia com um assento nas Nações Unidas” em que “toda pequena mudança no equilíbrio étnico ou social é imediatamente percebida” (apud ROMERO, 2011, p. 19).

## **5.6 Conclusão**

A relação Brasil-Suriname apresenta muitas similitudes com a relação Brasil-Guyana. As relações de aproximação e distanciamento entre Brasil e Suriname variaram de acordo com os governos no poder, sendo Venetiaan e Lula os presidentes que mais intensificaram as relações. Todavia, o cenário interno de instabilidade no Suriname também impactou na gradação da relação. Por um lado, há interesses surinameses em aprofundar as relações política e econômico-comercial com o Brasil, por outro, impera o receio que o adensamento da relação pode provocar, como o aumento do fluxo migratório brasileiro. Da parte brasileira, além da importância da articulação política bilateral para a esfera multilateral e aproximação entre América do Sul e Caribe, há interesses pontuais centrados no aproveitamento do potencial hidrelétrico e portuário. Assim como a Guyana, desde o início das relações oficiais com o Brasil os fatores que sustentam as relações bilaterais são a cooperação técnica, o comércio bilateral e a integração física. As áreas mais impactadas pela cooperação técnica são defesa, saúde e agricultura. O comércio bilateral registrou aumento no período de 2000 e 2015 e representa somente 0.03% do comércio exterior do Brasil. E, de acordo com a característica comum ao Platô das Guianas, a integração física é uma realidade informal marcada pelo contrabando e ilícitos transfronteiriços.

## CONCLUSÃO

A articulação entre o estudo do regionalismo que aborda as relações internacionais em “blocos” e “arranjos regionais” e a teoria da assimetria que aborda as relações internacionais primordialmente por meio das relações bilaterais indica que, apesar de complexos, os conceitos integração e assimetria são chaves para avançar nos estudos das relações bilaterais assimétricas em suas dimensões regional e multilateral. Por isso precisam ser aprofundados, melhor desenvolvidos e ajustados à realidade sul-americana.

No período recente o Brasil passou a estimular um processo de integração sul-americana sob uma perspectiva multidimensional coordenado pela UNASUL. Dentre as pautas têm-se a integração física e a redução/superação das assimetrias, temas diretamente relacionados as relações do Brasil com Guyana e Suriname, uma vez que estes Estados estão entre os menores países sul-americanos, têm baixa integração à América do Sul, são marcados por acentuadas assimetrias e contam com dinâmicas peculiares que dificultam a consolidação de suas inserções no cenário sul-americano.

Ao discorrer sobre as relações entre Brasil-Guyana e Brasil-Suriname, ficaram evidentes as assimetrias de capacidades. No âmbito interno, os três países apresentaram assimetrias étnico-raciais e assimetrias regionais marcadas pela carência de infraestrutura, as quais interagem na esfera bilateral e regional e relacionam-se com as disputas pelo controle e exploração de recursos naturais.

Nesse sentido, pesquisas futuras sobre as respectivas relações bilaterais precisam considerar os possíveis impactos das composições étnico-raciais-culturais, das relações identitárias e interétnicas, tanto na esfera bilateral como no processo de integração da América do Sul sob uma perspectiva interdisciplinar. A essas questões estão atrelados os aspectos da história política desses países e os fatores de colonização e dominação. Entende-se assim que a temática demanda uma abordagem compreensiva.

Entre Brasil-Guyana e Brasil-Suriname as assimetrias presentes correspondem: i) as características geofísicas, disponibilidade de recursos e quadro populacional; ii) aos meios de apropriação de recursos; iii) e ao panorama econômico e social que auferem os resultados alcançados pelos itens i e ii. Tais assimetrias foram abordadas por meio de variáveis que são as próprias marcas das

assimetrias, isto é, pelas assimetrias em si, apontando quadros de diferenças relativas em que o Brasil está em grande vantagem em relação à Guyana e ao Suriname. Por tratar-se de vantagens relativas e não absolutas, esse quadro é passível de transformação e negociação. Enquanto a transformação está condicionada a um contexto estrutural e conjuntural mais amplo, a negociação está disponível aos pares assimétricos com propensão a cooperação, sendo este o caso das relações estudadas.

Tanto a Guyana como o Suriname utilizam suas vantagens relativas e de tipo natural nas relações com o Brasil que, por sua vez, busca dar um enquadramento mais amplo as relações bilaterais com estes países nas áreas que sustentam as relações no plano oficial. Trata-se de uma estratégia para evitar conflitos de interesses via o fortalecimento do caráter técnico de questões essencialmente políticas. Esse é o caso da cooperação técnica enquadrada pela ABC, do comércio bilateral enquadrado pelo PSCI e da integração física enquadrada pela IIRSA-COSIPLAN-UNASUL.

As relações bilaterais de aproximação e distanciamento entre Brasil-Guyana e Brasil-Suriname variaram de acordo com os governos no poder e com as conjunturas. Os atuais perfis das respectivas relações bilaterais foram desenhados durante o governo Lula, sendo os períodos Lula-Jagdeo e Lula-Venetiaan os de maior intensificação das relações, tanto na esfera bilateral quanto sul-americana.

No governo Lula, as relações bilaterais assumiram contornos de liderança branda sustentável exercida pela parte brasileira, uma vez que o Brasil não assumiu os custos da integração e, ao invés disso, promoveu uma cooperação baseada no interesse comum, isto é, via persuasão. Contudo, o exercício dessa liderança não foi aprofundado pela sucessora Rousseff e está sujeito a alterações no atual governo de Michel Temer, membro do PMDB.

Os significados individuais de cada ato bilateral firmado e visita oficial realizada escapam a esta pesquisa. Em conjunto, os exercícios da retórica inclusiva e do ritual diplomático acusam que, da parte brasileira, prevaleceu uma política de inatenção em que o Brasil não preocupou-se com a situação da Guyana e do Suriname em si, mas em realizar interesses brasileiros incluindo, assim, os dois países na estratégia sul-americana que, por sua vez, faz parte de uma estratégia global de inserção internacional. A inserção da Guyana e do Suriname na estratégia brasileira voltada para a América do Sul ocorreu tanto sem o fortalecimento das

relações bilaterais (caso dos governos FHC) como com o fortalecimento das relações bilaterais (caso dos governo Lula).

Desde o início do contato oficial entre Brasil-Guyana e Brasil-Suriname as relações ingressaram num estágio de normalização. Não obstante, não é possível falar em normalidade, pois mesmo as aproximações foram acompanhadas por cautela, ao passo que não alcançaram um estágio de maturidade, pois as relações não contam com bases consolidadas uma vez que muitas questões continuam em aberto, sobretudo no que diz respeito as interações societais.

Ademais, os casos estudados apontam a existência de regionalização sem a construção da consciência e identidade regional. E mesmo a cooperação interestatal não dispõe de regimes e acordos avançados, apenas acordos bilaterais sobre questões específicas que em alguns casos ficam estagnados na “tramitação”, o que também enfraquece o processo de integração regional. Isto é, há regionalização, mas não há coesão regional.

No que diz respeito a articulação do binômio integração-assimetria, as diferenças de capacidade entre os pares de países são abordadas no âmbito da integração sul-americana como assimetrias em si a serem superadas, sem menção aos efeitos estruturais das assimetrias, confirmando a hipótese desta pesquisa.

Em relação as questões norteadoras apresentadas na **Introdução** desta dissertação, a “resposta” imediata é em parte sim e em parte não. Isto é, é possível reduzir e superar as assimetrias internas e entre os Estados, pois as mesmas não configuram como um dado natural. São construções sociais dinâmicas que atendem interesses diversos. E a superação não está condicionada somente a dimensão econômica e tampouco infraestrutural, visto que as assimetrias também envolvem aspectos étnico-raciais, identitários e culturais.

E como a superação está condicionada a estruturas e conjunturas mais amplas, aos Estados cabe negociar seus efeitos estruturais no plano bilateral e regional, criando espaços de cooperação que possibilitem influenciar as estruturas e conjunturas globais. Ainda assim, a negociação dos efeitos estruturais das assimetrias não responde a seguinte questão em torno da articulação integração-assimetria: integrar primeiro e superar as assimetrias depois ou superar as assimetrias primeiro e integrar depois?

Em suma, a “resposta” acima é uma aproximação, pois as questões norteadoras e as possíveis respostas precisam ser teórica e empiricamente

aprofundadas. E, no caso particular das relações bilaterais Brasil-Guyana e Brasil-Suriname, para que se tenha uma análise conclusiva sobre essas relações é preciso inseri-las num contexto mais amplo, considerar as relações da Guyana e do Suriname com as respectivas ex metrópoles, União Europeia, Estados Unidos, China, e considerar as performances desses países nas organizações internacionais de atuação global, como ONU. A partir disso é possível identificar as convergências e divergências entre as relações externas desses países e as relações bilaterais com o Brasil.

Outra limitação desta pesquisa é não dispor de um levantamento das pesquisas empreendidas em universidades da Guyana e do Suriname, bem como do Reino Unido e dos Países Baixos. Para um levantamento das pesquisas empreendidas na Guyana e no Suriname seria necessário viajar para esses países, o que também permitiria entrevistar autoridades governamentais e docentes das universidades para conhecer as percepções em relação ao Brasil. Contudo, isso não foi possível pela indisponibilidade de recursos.

Considerando todos os aspectos apresentados nesta conclusão, ressalta-se que os resultados desta pesquisa demonstram que caminho percorrido foi assertivo e confirmam a relevância em aprofundar a articulação do binômio integração-assimetria, portanto, pretende-se dar continuidade a esta pesquisa e aprofundá-la em uma tese de doutorado.

## REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 187-227.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982.

\_\_\_\_\_. **A Urbe Amazônica: a floresta e a cidade**. Garamond Universitária. 2013. 84 p.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Dictionary**: English. Disponível em: <<http://dictionary.cambridge.org/>>. Último acesso em: 7 dez. 2016.

CAVLAK, Iuri. **Breve História do Suriname**. Rio de Janeiro: Autografia; Macapá: UNIFAP, 2017.

\_\_\_\_\_. **Breve História da Guiana**. Rio de Janeiro: Autografia; Macapá: UNIFAP, 2016.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008. 298 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2008, 3ª edição ampliada. 560 p.

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. **The Penguin Dictionary of International Relations**. London: Penguin Book, 1998, 623 p.

FARRELL, Mary. The Global Politics of Regionalism: An Introduction. In: FARRELL, Mary; HETTNE, Björn; LANGENHOVE, Luk Van (Eds.). **Global politics of regionalism: theory and practice**. London: Pluto, 2005. p. 1-17.

FARRELL, Mary; HETTNE, Björn; LANGENHOVE, Luk Van. Preface. In: FARRELL, Mary; HETTNE, Björn; LANGENHOVE, Luk Van (Eds.). **Global politics of regionalism: theory and practice**. London: Pluto, 2005. p. vii-ix.

FAWCETT, Louise. Regionalism in Historical Perspective. In: FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew (Eds.). **Regionalism in World Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 9-36.

FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. Introduction. In: FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew (Eds.). **Regionalism in World Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 1-6.

FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew (Eds.). **Regionalism in World Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1995. 342 p.

GONÇALVES, William da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, p. 211-246.

GUIA GEOGRÁFICO AMÉRICAS. **Mapa Político da América do Sul**. Disponível em: <<http://www.guiageo-americas.com/mapas/americasul-politico.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2017a.

\_\_\_\_\_. **Mapa Político da Guyana**. Disponível em: <<http://www.guiageo-americas.com/mapas/guiana.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2017b.

\_\_\_\_\_. **Mapa Político do Suriname**. Disponível em: <<http://www.guiageo-americas.com/mapas/suriname.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2017c.

\_\_\_\_\_. **Mapa Político do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil-turismo.com/mapas/mapa-politico.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea R. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HETTNE, Björn. Globalization and the New Regionalism: The Second Great Transformation. In: HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Eds.). **Globalism and The New Regionalism**. Basingstoke: Macmillan, 1999a. p. 1-24.

\_\_\_\_\_. The New Regionalism: A Prologue. In: HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Eds.). **Globalism and The New Regionalism**. Basingstoke: Macmillan, 1999b. p. xv-xxix.

HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Eds.). **Globalism and The New Regionalism**. Basingstoke: Macmillan, 1999. 270 p.

HOYLE, Peggy A. **The Guyana-Suriname Maritime Boundary Dispute and its Regional Context**. In: *Boundary & Security Bulletin*, Durham/UK, 2001, vol. 9, no. 2, p. 99-107. Disponível em: <[http://www.guyana.org/guysur/THE\\_GUYANA-SURINAME\\_MARITIME\\_BOUNDARY\\_DISPUTE.pdf](http://www.guyana.org/guysur/THE_GUYANA-SURINAME_MARITIME_BOUNDARY_DISPUTE.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2017.

HURRELL, Andrew. Regionalism in Theoretical Perspective. In: FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew (Eds.). **Regionalism in World Politics**. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 37-73.

LÄHTEENMÄKI, Kaisa; KÄKÖNEN, Jyrki. Regionalization and its impact on the theory of international relations. In: HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Eds.). **Globalism and the New Regionalism**. Basingstoke: Macmillan, 1999. p. 203-227.

MISTRY, Percy S. The New Regionalism: Impediment or Spur to Future Multilateralism?. In: HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Eds.). **Globalism and The New Regionalism**. Basingstoke: Macmillan, 1999. p. 116-154.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia: meio ambiente, fronteiras e segurança. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern (Orgs.). **As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil**: Coletânea de Estudos. Boa Vista: Editora UFRR, 2011, p. 61-84.

MONTEIRO NETO, Aristides. Impactos do Crescimento Econômico no Desmatamento da Amazônia. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001, p. 29-50.

MOREIRA, Felipe Kern. O contencioso Guyana vs Suriname sobre exploração de petróleo offshore: notas historiográficas (2000-2007). **Comunicação no 1º Seminário Nacional de Pós-graduação da ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais**, 12-13 de julho de 2012. 12 p. Disponível em: <[https://www.academia.edu/22611245/O\\_contencioso\\_Guyana\\_vs\\_Suriname\\_sobre\\_explora%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_petr%C3%B3leo\\_off\\_shore\\_notas\\_historiogr%C3%A1ficas\\_2000-2007\\_-\\_Paper\\_apresentado\\_e\\_publicado\\_nos\\_anais\\_do\\_1o\\_Encontro\\_de\\_P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o\\_em\\_Rela%C3%A7%C3%B5es\\_Internacionais\\_da\\_ABR\\_I\\_Bras%C3%ADlia\\_2012](https://www.academia.edu/22611245/O_contencioso_Guyana_vs_Suriname_sobre_explora%C3%A7%C3%A3o_de_petr%C3%B3leo_off_shore_notas_historiogr%C3%A1ficas_2000-2007_-_Paper_apresentado_e_publicado_nos_anais_do_1o_Encontro_de_P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o_em_Rela%C3%A7%C3%B5es_Internacionais_da_ABR_I_Bras%C3%ADlia_2012)>. Acesso em: 5 jan. 2017.

NYE, Joseph S. **Soft power**: the means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004. 191 p.

PETTMAN, Ralph. Globalism and regionalism: the costs of dichotomy. In: HETTNE, Björn; INOTAI, András; SUNKEL, Osvaldo (Eds.). **Globalism and the New Regionalism**. Basingstoke: Macmillan, 1999. p. 181-202.

PICASSO, Gustavo Guerra-García. **Visión de negocios del Eje del Escudo Guayanés**. Buenos Aires: IIRSA, 2007. 117 p. Disponível em: <[www.iirsa.org](http://www.iirsa.org)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por Um Geografia do Poder**. [1980]. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Tradução: Maria Cecília França.

REICHL, C.; SCHATZ, M.; ZSAK, G. **World Mining Data**. Vienna: Federal Ministry of Science, Research and Economy, vol. 31, Minerals Production, 2016. 248 p.  
**SEMINÁRIO Novo Marco Regulatório da Mineração: Desafios e Oportunidades para Roraima**. Boa Vista, Roraima, 17 de novembro de 2015. Realizado pelo Sindicato dos Garimpeiros de Roraima (SINDIGAR) - vinculado à Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER) por iniciativa da Confederação Nacional da Indústria – com apoio da FIER e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

VAN LIER, R. A. J. **Sociedade de Fronteira**: uma análise social da história do Suriname. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros. Brasília: FUNAG/IPRI, 2005. Coleção Países da América do Sul. 600 p.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. In: **Tempo Social – USP**, São Paulo, nov. 2003, p. 31-61.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. In: **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul./dez. 2007, p. 273-335.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Guiana e Suriname**: uma outra América do Sul. 8 p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo2.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2017.

WOMACK, Brantly. **China among unequals**: asymmetric foreign relationships in Asia. London: World Scientific, 2010. 540 p.

\_\_\_\_\_. **China and Vietnam**: the politics of asymmetry. New York: Cambridge, 2006. 281 p.

### **Teses e Dissertações**

ANTIQUERA, Daniel de Campos. **A Amazônia e a política externa brasileira**: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002). 2006. 201f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ARAÚJO, John da Silva. **O “Oriente” no “Ocidente”**: observando o islã no Suriname. 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

BARBOSA, Edio Batista. **Trilhas transfronteiriças**: o fluxo de pessoas, coisas e objetos na fronteira Brasil e República Cooperativista da Guiana. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BORGES, Fabio. **As relações do Brasil com os países amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010)**: possibilidades e problemas do regionalismo aberto. 2011. 189f. Tese (Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

BRITO, Maria Lúcia da Silva. **Raízes e rumos**: reflexões sobre identidade de guianenses em Boa Vista – Roraima. 2012. 106f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2012.

CORBIN, Hisakhana Pahoona. **Brazilian migration to Guyana as a livelihood strategy**: a case study approach. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

\_\_\_\_\_. **Guyanese migration and remittances to Guyana**: a case study of their potentials and challenges for Guyana's economy. 2012. 208f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **Integração e segurança na Amazônia Transnacional**. 2014, 183f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

COSTA SILVA, Marcelle Ivie da. **Raposa Serra do Sol**: agentes políticos, conflitos e interesses. 2012. 214f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

COUTO, Leandro Freitas. **Desenvolvimento, integração e assimetrias**: caminhos e descaminhos da aproximação regional na América do Sul. 2012. 225f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

DONETTO JUNIOR, Jorge. **Dissuasão convencional na América do Sul**: o caso da trílice fronteira Venezuela-Brasil-Guyana. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

DOURADO JUNIOR, Octavio Cascaes. **Gestão de recursos hídricos nos países da Bacia Amazônica**: conflitos legislativos. 2011. 237f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

FRANCO, Cezar Augusto de Oliveira. **Direitos indígenas e mobilização**: um olhar sobre a trílice fronteira – Brasil, Guyana e Venezuela. 2012. 200f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima, Brasília. 2012.

HAZEU, Marcel Theodoor. **Migração internacional de mulheres na periferia de Belém**: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia. 2011. 173f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Para, Belém, 2011.

HÖFS, Carolina Carret. **You kan Vertrouw Mi. Você pode confiar**. 2006. 174f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

LIMA, Erick Cavalcanti Linhares. **Política externa do vizinho distante**: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana. 2011. 172f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima, Brasília, 2011.

LIMA, Lucas Pereira das Neves Souza. **“Ilhados”**: Estratégias e feições territoriais Wapichana na Terra Indígena Manoá-Pium. 2013. 154f. (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Sociais – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MENESES, Antonio Vaz de. **Cultura de fronteira Brasil-Guiana**: festas. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **Tempo dos netos**: Abundância e escassez nas redes de discursos ecológicos entre os Wapichana na fronteira Brasil - Guiana. 2012. 488f. Tese (Doutorado em Antropologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas**: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpos no Suriname. 2013. 400 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PAIXÃO, Shigeaki Ueki Alves da. **Dinâmica fronteiriça entre Guiana e Brasil**: um estudo sobre o comércio-formiga. 2014. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2014.

SILVA, Altiva Barbosa da. **Geopolítica na fronteira norte do Brasil**: o papel das Forças Armadas nas transformações sócio-espaciais do Estado de Roraima. 2007. 187f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

SIMÕES, Sulamita Oliveira. **Dinâmicas das cidades-gêmeas da fronteira Guyana (Lethem) – Brasil (Bonfim) e a questão aduaneira/tributária**. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2014.

URT, João Nackle. **Construção de confiança na América do Sul**: a política externa do governo Figueiredo (1979-1985). 2009. 155f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

### **Iniciativas e Organizações Internacionais**

ALIANZA DEL PACÍFICO. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INTEGRACIÓN. **Países Membros**. Disponível em: <<http://www.aladi.org/sitioAladi/paisesMiembros.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CARIBBEAN COMMUNITY. **Who we are**: Pillars of Integration. Disponível em: <<http://caricom.org/about-caricom/who-we-are>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe**: la integración económica al servicio de transformación productiva con equidad. Santiago de Chile: Libros de la CEPAL, n. 39, 1994. 109p.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. **UNASUR**: Un espacio de cooperación e integración para el desarrollo. Santiago de Chile, noviembre de 2014. 72 p. Disponible em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/2994-unasur-un-espacio-de-desarrollo-y-cooperacion-por-construir>>. Acesso em: 6 fev. 2016.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Sobre a CEPAL**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/about>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

COMUNIDAD ANDINA. **Reseña Histórica**. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=195&tipo=QU&title=resena-historica>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CONSEJO SURAMERICANO DE INFRAESTRUCTURA Y PLANEAMIENTO. **Ejes de integración y desarrollo**. Montevideo: XXVII Reunión de Coordinadores Nacionales, 1 de diciembre de 2015. 4 p. Disponible em: <[www.iirsa.org](http://www.iirsa.org)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **AQUASTAT**. Disponível em: <<http://www.fao.org/nr/water/aquastat/main/index.stm>>. Acesso em: 22 set. 2016.

INICIATIVA PARA LA INTEGRACION DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA. **Cartera de Proyectos**. Montevideo, 2015. 248 p. Disponible em: <[www.iirsa.org](http://www.iirsa.org)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**: Dados Gerais. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Quem somos**. Disponível em: <[http://www.oas.org/pt/sobre/quem\\_somos.asp](http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp)>. Acesso em: 5 fev. 2017a.

\_\_\_\_\_. **Estados Membros**. Disponível em: <[http://www.oas.org/pt/sobre/estados\\_membros.asp](http://www.oas.org/pt/sobre/estados_membros.asp)>. Acesso em: 5 fev. 2017b.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. **Protocolo de Emenda**. Caracas, 1998. 1 p. Disponível em: <<http://otca.info/portal/index.php?p=index>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 169**. Genebra, 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato20042006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20042006/2004/decreto/d5051.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA DE ENERGIA. **OLADE**. Disponível em: <<http://www.olade.org/olade/>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SISTEMA ECONÓMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE. **La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP)**. Caracas, 2015. 29p. Disponível em: <<http://www.sela.org/media/2087724/di-11-alba-tcp-esp.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estados Miembros**. Disponível em: <<http://www.sela.org/es/estados-miembros/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

THE COMMONWEALTH. Disponível em: <<http://thecommonwealth.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. **O Trado de Cooperação Amazônica**. Brasília, 1978. 7 p. Disponível em: <<http://otca.info/portal/index.php?p=index>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Estatuto**: Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). 2010a. 4 p. Disponível em: <[www.unasursg.org](http://www.unasursg.org)>. Acesso em: 10 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Regulamento**: Conselho Sul- Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). 2010b. 3 p. Disponível em: <[www.unasursg.org](http://www.unasursg.org)>. Acesso em: 10 maio 2015.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS. **Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR**. Santiago, Chile, 2008. 5 p. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericana**. Quito, 2014. 27 p. Disponível em: <[www.unasursg.org](http://www.unasursg.org)>. Acesso em: 10 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Consejo Energético Suramericano de UNASUR (CES)**. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/es/consejo-energetico-suramericano>>. Acesso em: 11 mar. 2015a.

\_\_\_\_\_. **Consejo Suramericano de Cultura de UNASUR (CSC)**. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/es/consejo-suramericano-cultura>>. Acesso em: 11 mar. 2015b.

\_\_\_\_\_. **Consejo Suramericano de Economía y Finanzas de UNASUR (CSEF)**. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/es/consejo-suramericano-econom%C3%ADa-finanzas>>. Acesso em: 11 mar. 2015c.

\_\_\_\_\_. **Consejo Suramericano de Educación de UNASUR (CSE)**. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/es/node/28>>. Acesso em: 11 mar. 2015d.

\_\_\_\_\_. **Objetivos Específicos.** Disponível em: <http://www.unasursg.org/es/objetivos-especificos>>. Acesso em: 11 mar. 2015e.

UNITED NATIONS. **Vienna Convention on Consular Relations.** Done at Vienna, on 24 April 1963. United Nations: Treaty Series. n° 8638, 8 June 1967. 73 p. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20596/volume-596-I-8638-English.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

\_\_\_\_\_. **Vienna Convention on Diplomatic Relations.** Done at Vienna on 18 April 1961. United Nations: Treaty Series, 2005. 16 p. Disponível em: [http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/9\\_1\\_1961.pdf](http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/9_1_1961.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Sustaining human progress: reducing vulnerabilities and building resilience. **Human Development Report 2014.** New York, 2014. 239 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org>>. Acesso em: 5 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Work for human development. **Human Development Report 2015.** New York, 2015. 288 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

WORLD BANK. **World Bank Open Data.** Disponível em: <http://data.worldbank.org>>. Último acesso em: 10 jun. 2016.

### Agências e Instituições Governamentais

BUREAU OF STATISTICS - GUYANA. **Trade Statistics System.** Disponível em: <http://www.statisticsguyana.gov.gy/pubs/Trade2015.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2016a.

\_\_\_\_\_. **The Census Road:** Compendium 2 – Population Composition. Julho, 2016b. 39 p. Disponível em: <http://www.statisticsguyana.gov.gy/pubs.html#statsbull>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook.** Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Último Acesso em: 24 set. 2016.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA RELACIONES EXTERIORES DE VENEZUELA. **Guyana Esequiba:** Historia de um despojo. Caracas, 2015. 81 p. Disponível em: <http://www.minea.gob.ve/wp-content/uploads/2015/10/Guayana-Esequiba-Historia-de-un-despojo-es.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHILE. **Comunidade de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC):** Estados Miembros de la CELAC. Disponível em: [http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20120830/asocfile/20120830002502/estados\\_miembros\\_celac\\_datos\\_espanol.pdf](http://www.minrel.gob.cl/minrel/site/artic/20120830/asocfile/20120830002502/estados_miembros_celac_datos_espanol.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MINISTRY OF INDIGENOUS PEOPLES' AFFAIRS. **Amerindian Nations**. Disponível em: <<http://indigenouspeoples.gov.gy/amerindian-nations/>>. Acesso em: 1 out. 2016.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS - REPUBLIC OF GUYANA. **Guyana's Missions Overseas**. Disponível em: <<http://www.minfor.gov.gy/index.php/consular-services/diplomatic-consular-representatives/guyana-s-missions-overseas>>. Acesso em: 01 out. 2016.

REPUBLIEK SURINAME. **Ambassades en Consulaten**. Disponível em: <<http://www.gov.sr/themas/diaspora/ambassades-en-consulaten.aspx>>. Acesso em: 1 out. 2016.

### República Federativa do Brasil

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Guiana**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 1 out. 2016a.

\_\_\_\_\_. **Suriname**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 1 out. 2016b.

\_\_\_\_\_. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 1 out. 2016c.

BRASIL. Decreto nº 66.686, de 10 de junho de 1970. Promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e a Guiana. **Lex**: Coleção de Atos Internacionais, nº 629, Brasília, 10 jun. 1970. 9 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1968/b\\_26/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1968/b_26/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Lex**: Brasília, 19 de abril de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm)>. Acesso em: 5 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. **CALC**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/conteudos-excedentes/calc/brasil-e-america-do-sul-1/calc>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Invest & Export. **Programa de Substituição Competitiva de Importação (PSCI)**. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/o-psci>>. Acesso em: 15 out. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Banco de Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Brasil: Fronteiras Terrestres**. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/ipri/images/informacao-e-analise/fronteiras-terrestres-brasil.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa Político do Brasil**. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/produtos\\_educacionais/atlas\\_educacionais/atlas\\_geografico\\_escolar/mapas\\_do\\_brasil/mapas\\_nacionais/politico/brasil\\_politico.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/atlas_educacionais/atlas_geografico_escolar/mapas_do_brasil/mapas_nacionais/politico/brasil_politico.pdf)>. Acesso em: 9 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2011. 270 p. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2010.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2016.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS DO BRASIL. **Balança comercial: janeiro-dezembro 2015**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?layout=edit&id=1185>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Exportação Brasileira: Guiana**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em: 5 out. 2016a.

\_\_\_\_\_. **Exportação Brasileira: Suriname**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em: 5 out. 2016b.

\_\_\_\_\_. **Importação Brasileira: Guiana**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em: 5 out. 2016c.

\_\_\_\_\_. **Importação Brasileira: Suriname**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em: 5 out. 2016d.

\_\_\_\_\_. **Intercâmbio Comercial Brasileiro: Guiana**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em: 5 out. 2016e.

\_\_\_\_\_. **Intercâmbio Comercial Brasileiro: Suriname**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca-comercial>>. Acesso em: 5 out. 2016f.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica**. Georgetown, 11 nov. 1971a. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b\\_96/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b_96/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica, Complementar ao Convênio Cultural de 28 de agosto de 1968**. Georgetown, 11 nov. 1971b. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b\\_97/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b_97/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo Relativo ao estabelecimento de um Entrepósito de depósito Franco de Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil**. Georgetown, 11

nov. 1971c. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b\\_98/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b_98/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração Conjunta**. Georgetown, 11 nov. 1971d. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b\\_99/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b_99/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Aide Memoire sobre Cooperação Técnica entre os Dois Países**. Georgetown, 11 nov. 1971e. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b\\_100/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b_100/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Cooperativa da Guiana e o Governo da República Federativa do Brasil para Serviços Aéreos entre e através seus respectivos territórios**. Georgetown, 10 mai. 1974. 15 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1974/b\\_15/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1974/b_15/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto Brasil-Suriname**. Brasília, 22 jun. 1976a. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b\\_43/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b_43/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname**. Brasília, 22 jun. 1976b. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b\\_44/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b_44/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname**. Brasília, 22 jun. 1976c. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b\\_45/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b_45/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname**. Brasília, 22 jun. 1976d. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b\\_46/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b_46/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comissão Mista Brasileiro-Guianense**. Georgetown, 13 jul. 1976e. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b\\_59/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b_59/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto Brasil-Guyana**. Georgetown, 13 jul. 1976f. 2 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b\\_60/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1976/b_60/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo, por Troca de Notas, pelo qual é Aprovado o Regulamento da Comissão Mista Brasil-Suriname**. Brasília, 4 set. 1979. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b\\_55/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_55/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cooperação Técnica Brasil-Guyana: pesquisa geológica em áreas de fronteira.** Georgetown, 16 jan. 1980a. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b\\_10/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1979/b_10/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname.** Brasília, 28 jan. 1980b. 18 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1980/b\\_9/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1980/b_9/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação Sanitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana.** Brasília, 8 jun. 1981. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1981/b\\_72/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1981/b_72/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto Brasil-Suriname.** Paramaribo, 27 jan. 1982a. 7 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_3/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_3/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana.** Georgetown, 29 jan. 1982b. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_5/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_5/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana.** Georgetown, 29 jan. 1982c. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_6/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_6/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu.** Georgetown, 29 jan. 1982d. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_7/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_7/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IAST).** Georgetown, 29 jan. 1982e. 6 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_8/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_8/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções.** Georgetown, 22 jun. 1982f. 8 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_53/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_53/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação Amazônica entre o Governo da República Cooperativista da Guiana e o Governo da República Federativa do Brasil.**

Brasília, 5 out. 1982g. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_87/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_87/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana.** Brasília, 5 out. 1982h. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_88/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_88/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, nas áreas da pesquisa e da utilização de recursos energéticos.** Brasília, 5 out. 1982i. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_89/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_89/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos para Mercadores em Trânsito pelo Porto de Manaus.** Brasília, 5 out. 1982j. 2 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_90/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_90/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas da Agricultura e da Agroindústria entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana.** Brasília, 5 out. 1982k. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_91/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_91/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana sobre a interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianense.** Brasília, 5 out. 1982l. 2 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_92/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_92/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração Conjunta Brasil-Guyana.** Brasília, 6 out. 1982m. 9 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b\\_93/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1982/b_93/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto.** Brasília, 6 nov. 1985. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b\\_62/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_62/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo, ptn., para a Supressão de visto em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Comuns.** Brasília, 17 ago. 1988a. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b\\_68/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_68/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto sobre as Conversações entre sua Excelência: O Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Secretário Geral da Comunidade do Caribe (CARICOM), em 16 de setembro de 1988.** Georgetown, 16 set. 1988b. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b\\_68/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_68/at_download/arquivo)>.

[internacionais/bilaterais/1988/b\\_74/at\\_download/arquivom](#)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto**. Georgetown, 16 set. 1988c. 6 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b\\_75/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_75/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Programa de Trabalho de Georgetown**. Georgetown, 16 set. 1988d. 6 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b\\_76/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_76/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substancias Psicotrópicas**. Georgetown, 16 set. 1988e. 6 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b\\_77/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_77/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo, por Troca de Notas, para a Criação de Grupos de Informação e Acompanhamento (GIACs)**. Brasília, 16 set. 1988f. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b\\_78/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_78/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto Brasil-Suriname**. Paramaribo, 3 mar. 1989a. 11 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_10/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_10/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação no Campo da Cooperação Científica e Técnica**. Paramaribo, 3 mar. 1989b. 6 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_11/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_11/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica Celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação na Área de Pesquisa sobre Agentes Patógenos do Dendê**. Paramaribo, 3 mar. 1989c. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_12/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_12/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas**. Paramaribo, 3 mar. 1989d. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_13/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_13/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração Conjunta Brasil-Guyana**. Georgetown, 4 mar. 1989e. 9 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_14/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_14/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração Conjunta Brasil-Suriname**. Brasília, 10 ago. 1989f. 10 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_40/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_40/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração Conjunta Brasil-Guyana**. Brasília, 4 out. 1989g. 11 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_53/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_53/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano de Metas 1989/1990**. Brasília, 4 out. 1989h. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_54/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_54/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana na Área de Energia**. Brasília, 4 out. 1989i. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_55/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_55/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana relativo a Cooperação Bilateral para Completar a Interconexão dos Sistemas Viários do Brasil e da Guiana**. Brasília, 4 out. 1989j. 2 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_56/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_56/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana na Área de Saúde**. Brasília, 4 out. 1989k. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b\\_57/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_57/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Cultural entre a Universidade de Kom da República do Suriname e a Universidade Federal do Rio de Janeiro da República Federativa do Brasil**. Paramaribo, 1 abr. 1991. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1991/b\\_13\\_2011-10-17-10-44-51/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1991/b_13_2011-10-17-10-44-51/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Suriname para o Estabelecimento de Programa de Estágios na Área do Cerimonial**. Paramaribo, 21 jan. 1992a. 2 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1992/b\\_1\\_2011-10-14-15-30-07/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1992/b_1_2011-10-14-15-30-07/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação na Área de Promoção Comercial**. Paramaribo, 21 jan. 1992b. 2 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1992/b\\_2\\_2011-10-14-15-30-07/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1992/b_2_2011-10-14-15-30-07/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação entre o Instituto Rio-Branco e a Chancelaria Surinamense.** Paramaribo, 21 jan. 1992c. 2 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1992/b\\_3\\_2011-10-14-15-30-08/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1992/b_3_2011-10-14-15-30-08/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Cooperação Consular.** Brasília, 17 nov. 1993a. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1993/b\\_77\\_2011-10-04-15-03-23/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1993/b_77_2011-10-04-15-03-23/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo, por Troca de Cartas, para a Reativação da Comissão Mista Brasil-Guiana.** Brasília, 17 nov. 1993b. 6 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1993/b\\_80\\_2011-10-04-15-03-24/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1993/b_80_2011-10-04-15-03-24/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto emitido por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente da República Cooperativista da Guiana, Cheddi Jagan (16-18 de Novembro de 1993).** Brasília, 18 nov. 1993c. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1993/b\\_79\\_2011-10-04-15-03-23/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1993/b_79_2011-10-04-15-03-23/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto Brasil-Suriname por Ocasião da Visita ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Presidente do Suriname.** Brasília, 10 jan. 1996a. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1996/b\\_1/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1996/b_1/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil.** Número 78, 1º semestre de 1996b. Ano 23. 306p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N78\\_1Sem\\_1996.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N78_1Sem_1996.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto Brasil-Suriname.** Brasília, 18 fev. 1997a. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b\\_9\\_2011-09-01-14-09-42/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b_9_2011-09-01-14-09-42/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto.** Brasília, 25 ago. 1997b. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b\\_63\\_2011-09-01-14-10-05/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b_63_2011-09-01-14-10-05/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.** Brasília, 20 mai. 1999a. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1999/b\\_22/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1999/b_22/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo, por troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficial/Serviços Especial e Oficial de ambos os Países.** Brasília, 20 mai. 1999b. 9 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1999/b\\_23/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1999/b_23/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil.** Número 84, 1º semestre de 1999c. Ano 26. 122p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N84\\_1S\\_em\\_1999.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N84_1S_em_1999.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil.** Número 85, 2º semestre de 1999d. Ano 26. 176p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N85\\_2S\\_em\\_1999.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N85_2S_em_1999.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comunicado de Brasília.** Brasília, 1 set. 2000. 12 p. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-deimprensa/notas-a-imprensa/2000/01/comunicado-de-brasilia>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil.** Número 89, 2º semestre de 2001. Ano 28. 354p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N89\\_2S\\_em\\_2001.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N89_2S_em_2001.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo, por troca de Notas, para Reduzir os Impactos Negativos da Mineração Artesanal de Ouro no Suriname.** Paramaribo, 16 abr. 2002a. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b\\_35/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b_35/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para Implementação do Projeto Gestão de Base de Dados de Produção de Gado Leiteiro e Vigilância de Doenças na Guiana.** Georgetown, 18 abr. 2002b. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b\\_37/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b_37/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para Implementação do Projeto Identificação e Desenvolvimento de Variedades de Mandioca Adequada à Segurança Alimentar no Interior da Guiana.** Georgetown, 18 abr. 2002c. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b\\_38/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b_38/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para Implementação do Projeto Limpeza de Resíduos Químicos em Camp Groomes.** Georgetown, 18 abr. 2002d. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b\\_39/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b_39/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para o Estabelecimento de Cooperação entre a Política Federal do Brasil e a Força Policial da Guiana.** Georgetown, 18 abr. 2002e. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b\\_40/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b_40/at_download/arquivo)>.

Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para Implementação do Projeto Sistemas Eficientes de Controle da formiga Acoushi em Agricultura Orgânica, no Interior da Guiana.** Georgetown, 18 abr. 2002f. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b\\_41/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b_41/at_download/arquivo)>.

Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para o Estabelecimento de um Mecanismo Política de Consulta.** Brasília, 2 out. 2002g. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b\\_109/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b_109/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil.** Número 90, 1º semestre de 2002h. Ano 29. 424p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N90\\_1S\\_em\\_2002.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N90_1S_em_2002.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil.** Número 91, 2º semestre de 2002i. Ano 29. 332p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N91\\_2S\\_em\\_2002.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N91_2S_em_2002.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana.** Brasília, 7 fev. 2003a. 32 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b\\_3/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_3/at_download/arquivo)>.

Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos.** Brasília, 30 jul. 2003b. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b\\_42/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_42/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para Implementação do Projeto Gestão de Base de Dados de Produção de Gado Leiteiro e Vigilância de Doenças na Guiana.** Brasília, 30 jul. 2003c. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b\\_43/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2003/b_43/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil**. Número 93, 1º semestre de 2003d. Ano 30. 488p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N93\\_2S\\_em\\_2003.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N93_2S_em_2003.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Tratado sobre Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname**. Paramaribo, 21 dez. 2004a. 11 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b\\_152/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b_152/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname**. Paramaribo, 21 dez. 2004b. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b\\_153/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2004/b_153/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil**. Número 94, 1º semestre de 2004c. Ano 31. 406p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N94\\_1S\\_em\\_2004.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N94_1S_em_2004.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil**. Número 95, 2º semestre de 2004d. Ano 31. 582p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N95\\_2S\\_em\\_2004.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N95_2S_em_2004.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana a Respeito de Cooperação entre os Institutos Diplomáticos de Ambos os Países**. Georgetown, 15 fev. 2005a. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_30/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_30/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Programa Executivo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana na Área da Educação**. Georgetown, 15 fev. 2005b. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_31/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_31/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar na Área de Saúde ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana**. Georgetown, 15 fev. 2005c. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_32/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_32/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Saúde**. Paramaribo, 15 fev. 2005d. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_35/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_35/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola.** Paramaribo, 16 fev. 2005e. 2 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_33/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_33/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.** Paramaribo, 16 fev. 2005f. 7 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_34/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_34/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal.** Paramaribo, 16 fev. 2005g. 13 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_36/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_36/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname.** Paramaribo, 16 fev. 2005h. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_37/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_37/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta.** Paramaribo, 16 fev. 2005i. 2 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_38/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_38/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.** Georgetown, 12 set. 2005j. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_146/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_146/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, para Implementação do Projeto “Programa de Treinamento para Produtores em Técnicas da Produção para o Desenvolvimento da Indústria de Caju na Guiana”.** Georgetown, 12 set. 2005k. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_147/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_147/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, para Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana”.** Georgetown, 12 set. 2005l. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b\\_148/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_148/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

[internacionais/bilaterais/2005/b\\_148/at\\_download/arquivo](#)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil**. Número 96, 1º semestre de 2005m. Ano 32. 504 p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N96\\_1S\\_em\\_2005.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N96_1S_em_2005.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Suriname, para Implementação do Projeto “Programa de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção para o Desenvolvimento da Indústria de Caju no Suriname”**. Paramaribo, 19 mai. 2006a. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b\\_77/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b_77/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil**. Número 98, 1º semestre de 2006b. Ano 33. 566p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N98\\_1S\\_em\\_2006.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N98_1S_em_2006.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

Alterar para 2007a\_\_\_\_\_. **Memorandum de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname**. Paramaribo, 17 jul. 2007. 7 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b\\_135/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_135/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil**. Número 100, 1º semestre de 2007b, ano 34. 585 p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N100\\_1\\_Sem\\_2007.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N100_1_Sem_2007.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação em Matéria de Defesa**. Paramaribo, 22 abr. 2008a. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_70/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_70/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana para Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aquicultura da Guiana”**. Rio de Janeiro, 7 out. 2008b. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_224/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_224/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana”**. Rio de Janeiro, 7 out. 2008c. 4 p.

Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_225/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_225/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade de Monitoramento da Comissão Florestal da Guiana”**. Rio de Janeiro, 7 out. 2008d. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_226/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_226/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana”**. Rio de Janeiro, 7 out. 2008e. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_227/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_227/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana no Setor Postal**. Rio de Janeiro, 7 out. 2008f. 2 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b\\_228/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/b_228/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil**. Número 103, 2º semestre de 2008g. Ano 29. 324p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_numero\\_103\\_2\\_2008.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_numero_103_2_2008.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica para Repressão ao Crime Organizado”**. Brasília, 10 set. 2009a. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6452/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6452/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Prevenção da Transmissão Vertical da Sífilis e do HIV”**. Brasília, 10 set. 2009b. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6453/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6453/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado da**

**Mosca da Fruta no Suriname**". Brasília, 10 set. 2009c. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6454/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6454/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Apoio para o Desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar do Suriname"**. Brasília, 10 set. 2009d. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6455/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6455/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Modernização do Programa de Reparos Automotivos da Fundação para Mobilização do Trabalho e Desenvolvimento (SAO)"**. Brasília, 10 set. 2009e. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6456/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6456/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Metodológico do Censo Escolar no Suriname"**. Brasília, 10 set. 2009f. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6457/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6457/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Biocombustíveis no Suriname"**. Brasília, 10 set. 2009g. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6458/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6458/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Uso, Armazenamento e Distribuição de Materiais de DST/HIV/AIDS"**. Brasília, 10 set. 2009h. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6459/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6459/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo e Produção da Mandioca no Suriname"**. Brasília, 10 set. 2009i. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6460/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6460/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

[internacionais/bilaterais/2009/b\\_6460/at\\_download/arquivo](#)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos.** Bonfim, 14 set. 2009j. 6 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6461/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6461/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa.** Bonfim, 14 set. 2009k. 12 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6462/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6462/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana).** Bonfim, 14 set. 2009l. 22 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6463/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6463/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Programa Executivo Relativo ao Convênio Cultural entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana para os anos 2009-2012.** Bonfim, 14 set. 2009m. 12 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6464/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6464/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira Guiana-Brasil”.** Bonfim, 14 set. 2009n. 8 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6465/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6465/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana”.** Bonfim, 14 set. 2009o. 8 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6466/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6466/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana para a Promoção do Comércio e do Investimento.** Bonfim, 14 set. 2009p. 11 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6467/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6467/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana para a Criação do Comitê de**

**Fronteira.** Bonfim, 14 set. 2009q. 6 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6468/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6468/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos.** Bonfim, 14 set. 2009r. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/acordo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-guiana-sobre-isencao-parcial-de-vistos-2009>>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de inauguração da ponte binacional sobre o Rio Itacutú.** Boa Vista, 17 set. 2009s. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/10816-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-inauguracao-da-ponte-binacional-sobre-o-rio-itacutu-boa-vista-14-de-setembro-de-2009>>. Acesso em: 23 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de política exterior do Brasil.** Número 105, 2º semestre de 2009t. Ano 29. 488p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/resenha105\\_2\\_2009.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha105_2_2009.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da Guiana na Área de Segurança Fitossanitária de produtos de Origem Vegetal** [que estabelece procedimentos para inspeção e certificação de sementes de arroz híbrido produzidas na Guiana, em região de fronteira com o Brasil]. Brasília, 15 abr. 2010a. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/memorando-de-entendimento-entre-o-ministerio-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-ministerio-da-agricultura-da-republica-da-guiana-na-area-de-seguranca-fitossanitaria-de-produtos-de-origem-vegetal/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/memorando-de-entendimento-entre-o-ministerio-da-agricultura-pecuaria-e-abastecimento-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-ministerio-da-agricultura-da-republica-da-guiana-na-area-de-seguranca-fitossanitaria-de-produtos-de-origem-vegetal/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname”.** Brasília, 26 abr. 2010b. 10 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201cfortalecimento-de-acoes-de-vigilancia-e-prevencao-da-doenca-de-chagas-no-suriname201d/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201cfortalecimento-de-acoes-de-vigilancia-e-prevencao-da-doenca-de-chagas-no-suriname201d/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação.** Brasília, 26 abr. 2010c. 8 p. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/acordo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-na-area-de-educacao>>. Acesso em: 20 set. 2016.

[internacionais/bilaterais/2010/acordo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-na-area-de-educacao/at\\_download/arquivo](#)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Resposta à Epidemia do HIV/AIDS no Suriname”**. Brasília, 26 abr. 2010d. 9 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201cfortalecimento-da-resposta-a-epidemia-do-hiv-aids-no-suriname201d/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201cfortalecimento-da-resposta-a-epidemia-do-hiv-aids-no-suriname201d/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Pesquisa, Coleta, Preparação e Análise de Mercúrio em Amostras Biológicas e Ambientais”**. Brasília, 26 abr. 2010e. 9 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201ccapacitacao-tecnica-em-pesquisa-coleta-preparacao-e-analise-de-mercurio-em-amostras-biologicas-e-ambientais201d/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201ccapacitacao-tecnica-em-pesquisa-coleta-preparacao-e-analise-de-mercurio-em-amostras-biologicas-e-ambientais201d/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname”**. Foz do Iguaçu, 16 dez. 2010f. 10 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201cmapeamento-da-geodiversidade-geologico-na-fronteira-brasil-suriname/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201cmapeamento-da-geodiversidade-geologico-na-fronteira-brasil-suriname/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa de Capacitação para o Departamento de Micologia/Bacteriologia no Suriname”**. Foz do Iguaçu, 16 dez. 2010g. 5 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201capoio-ao-desenvolvimento-de-um-programa-de-capacitacao-para-o-departamento-de-micologia-bacteriologia-no-suriname201d/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201capoio-ao-desenvolvimento-de-um-programa-de-capacitacao-para-o-departamento-de-micologia-bacteriologia-no-suriname201d/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis.** Foz do Iguaçu, 16 dez. 2010h. 8 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-sobre-cooperacao-na-area-de-bioenergia-incluindo-biocombustiveis/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-sobre-cooperacao-na-area-de-bioenergia-incluindo-biocombustiveis/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais”.** Foz do Iguaçu, 16 dez. 2010i. 5 p. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-201cprograma-de-treinamento-em-producao-e-industrializacao-de-alimentos-vegetais201d>>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Número 106, 1º semestre de 2010j, ano 37. 512p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/resenha106\\_1\\_2010.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha106_1_2010.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Número 107, 2º semestre de 2010k, ano 37. 460p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/resenha107\\_2\\_2010.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha107_2_2010.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota à Guyana – Georgetown, 11 de agosto de 2011. **Diplomacia Pública**, Nota nº 297, 10 ago. 2011a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2712-visita-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-a-guyana-georgetown-11-de-agosto-de-2011>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ato assinado por ocasião da visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota à Guyana – Georgetown, 11 de agosto de 2011. **Diplomacia Pública**, Nota nº 299, 11 ago. 2011b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2714-ato-assinado-por-ocasio-da-visita-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-a-guyana-georgetown-11-de-agosto-de-2011>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana para Cooperação na Área de Educação Física e Esportes.** Georgetown, 14 ago. 2011c. 8 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-cooperativa-guiana-para-cooperacao-na-area-de-educacao-fisica-e-esportes/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-cooperativa-guiana-para-cooperacao-na-area-de-educacao-fisica-e-esportes/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para Implementação do Projeto "Apoio a Ações Futuras para o Controle e a Erradicação da Mosca da Carambola no Suriname"**. Brasília, 18 ago. 2011d. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-2011capoio-a-acoes-futuras-para-o-controle-e-a-erradicacao-da-mosca-da-carambola-no-suriname201d/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-2011capoio-a-acoes-futuras-para-o-controle-e-a-erradicacao-da-mosca-da-carambola-no-suriname201d/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname"**. Brasília, 18 ago. 2011e. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-2011fortalecimento-institucional-do-banco-central-do-suriname201d/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/ajuste-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-tecnica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-implementacao-do-projeto-2011fortalecimento-institucional-do-banco-central-do-suriname201d/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Visita ao Brasil do Chanceler do Suriname, Winston Lackin – Brasília, 11 de novembro de 2011. Diplomacia Pública**, Nota nº 437, 9 nov. 2011f. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2855-visita-ao-brasil-do-chanceler-do-suriname-winston-lackin-brasilia-11-de-novembro-de-2011>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Número 109, 2º semestre de 2011g, ano 37. 360p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha109\\_2Sem\\_2011.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha109_2Sem_2011.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Suriname – Paramaribo, 4 e 5 de maio de 2012. Diplomacia Pública**, Nota nº 121, 3 mai. 2012a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3042-visita-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-ao-suriname-paramaribo-4-e-5-de-maio-de-2012>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Execução do Projeto "Zoneamento Agroecológico no Suriname"**. Paramaribo, 5 mai. 2012b. 9 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/acordo-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnologica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-execucao-do-projeto-2012zoneamento-agroecologico-no-suriname201d/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/acordo-complementar-ao-acordo-basico-de-cooperacao-cientifica-e-tecnologica-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-para-a-execucao-do-projeto-2012zoneamento-agroecologico-no-suriname201d/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República do Suriname sobre Cooperação Técnica**

**em Agricultura, Pecuária e Pesca.** Paramaribo, 5 mai. 2012c. 8 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-sobre-cooperacao-tecnica-em-agricultura-pecuaria-e-pesca/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-do-suriname-sobre-cooperacao-tecnica-em-agricultura-pecuaria-e-pesca/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Memorando de Entendimento entre Brasil e Guyana sobre projetos de infraestrutura. **Diplomacia Pública**, Nota n° 315, 5 dez. 2012d. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3242-memorando-de-entendimento-entre-brasil-e-guyana-sobre-projetos-de-infraestrutura>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana sobre Projetos de Infraestrutura na Guiana.** Brasília, 5 dez. 2012e. 3 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/atointernacional.2013-01-07.6379863813/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/atointernacional.2013-01-07.6379863813/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Número 110, 1º semestre de 2012f, ano 37. 202p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/resenha110\\_1Sem\\_2012.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/resenha110_1Sem_2012.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Suriname, Winston Lackin – Brasília, 18 de fevereiro de 2013. **Diplomacia Pública**, Nota n° 48, 15 fev. 2013a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3324->>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana que cria a “Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura”.** Montevideu, 11 jul. 2013b. 4 p. Disponível em: <[http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-da-republica-cooperativista-da-guiana-que-cria-a-comissao-mista-brasil-guiana-para-o-desenvolvimento-de-projetos-de-infraestrutura/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-da-republica-cooperativista-da-guiana-que-cria-a-comissao-mista-brasil-guiana-para-o-desenvolvimento-de-projetos-de-infraestrutura/at_download/arquivo)>. Acesso em: 20 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativa da Guyana que cria a “Comissão Mista Brasil-Guyana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura”. **Diplomacia Pública**, Nota N° 247, 18 jul. 2013c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3522-memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-da-republica-cooperativa-da-guyana-que-cria-a-comissao-mista-brasil-guyana-para-o-desenvolvimento-de-projetos-de-infraestrutura>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Declaração Conjunta Brasil-Guyana sobre projetos de Infraestrutura. **Diplomacia Pública**, Nota n° 249, 19 jul. 2013d. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3524-declaracao-conjunta-brasil-guyana-sobre-projetos-de-infraestrutura>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. VII Reunião Ordinária do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da UNASUL – Paramaribo, 30 de agosto de 2013. **Diplomacia Pública**, Nota nº 303, 29 ago. 2013e. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2191-vii-reuniao-ordinaria-do-conselho-de-chefas-e-chefes-de-estado-e-de-governo-da-unasul-paramaribo-30-de-agosto-de-2013>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Número 112, 1º semestre de 2013f, ano 40. 368p. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_biblioteca/resenhas\\_peb/Resenha\\_N112\\_1\\_Sem\\_2013.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N112_1_Sem_2013.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Visita do Ministro das Relações Exteriores à Guyana – Georgetown, 2 de março de 2016. **Diplomacia Pública**, Nota nº 82, 29 fev. 2016a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/13277-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-a-guyana-georgetown-2-de-marco-de-2016>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Briefing sobre a viagem do Ministro Mauro Vieira ao Suriname e à Guyana. **Diplomacia Pública**, 29 fev. 2016b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/aviso-as-redacoes/13950-briefing-sobre-a-viagem-do-ministro-mauro-vieira-ao-suriname-e-a-guyana>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Visita do Ministro das Relações Exteriores ao Suriname – Paramaribo, 1º de março de 2016. **Diplomacia Pública**, Nota nº 81, 29 fev. 2016c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/13276-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-ao-suriname-paramaribo-1-de-marco-de-2016>>. Acesso em: 01 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Associações Brasileiras no Exterior**: Organizações e Associações de Brasileiros no Exterior. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/associacoes-brasileiras-externor>>. Acesso em: 01 out. 2016d.

\_\_\_\_\_. **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes#l.3>>. Acesso em: 5 maio 2016e.

\_\_\_\_\_. **Política Externa**: União das Nações Sul-Americanas - Recursos Naturais. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>>. Acesso em: 9 set. 2016f.

\_\_\_\_\_. **Rede Consular** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <<https://www.facebook.com/ItamaratyGovBr/>>. em 13 out. 2016g.

\_\_\_\_\_. **Relações Bilaterais**: República Cooperativa da Guyana. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6436&Itemid=478&cod\\_pais=GUY&tipo=ficha\\_pais](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6436&Itemid=478&cod_pais=GUY&tipo=ficha_pais)>. Acesso em: 1 out. 2016h.

\_\_\_\_\_. **Representação do Brasil na República Cooperativa da Guyana.** Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10413&Itemid=478&cod\\_pais=GUY&tipo=bne](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10413&Itemid=478&cod_pais=GUY&tipo=bne)>. Acesso em: 1 out. 2016i.

\_\_\_\_\_. **República Cooperativa da Guyana:** Cronologia das Relações Bilaterais. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6436-republica-cooperativista-da-guyana>>. Acesso em: 1 set. 2016j.

\_\_\_\_\_. **República do Suriname:** Cronologia das Relações Bilaterais. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/6479-republica-do-suriname>>. Acesso em: 1 set. 2016k.

\_\_\_\_\_. **Sistema Consular Integrado:** Atos Internacionais. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/>>. Acesso em: 1 out. 2016l.

\_\_\_\_\_. **Representações do Brasil na República do Suriname.** Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10429&Itemid=478&cod\\_pais=SUR&tipo=bne](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10429&Itemid=478&cod_pais=SUR&tipo=bne)>. Acesso em: 1 out. 2016m.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. **Galeria de Presidentes.** Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/galeria-de-presidentes>>. Acesso em: 1 set. 2016.

## Jornais

A RAILWAY connecting Manaus, Boa Vista and Georgetown would be the best transportation link for Guyana and Brazil. **Stabroek News**, 8 may 2008. Opinion, Letters. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2008/opinion/letters/05/08/a-railway-connecting-manaus-boa-vista-and-georgetown-would-be-the-best-transportation-link-for-guyana-and-brazil/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

ALL-WEATHER road to Brazil on the cards – terms of reference for Brazil to fund engineering design to be completed in coming weeks. **Stabroek News**, 7 apr. 2014. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2014/news/stories/04/07/weather-road-brazil-cards/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

APNU + AFC gov't will look to Brazil to support Guyana's technological growth. **Stabroek News**, 20 mar. 2015. Business. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2015/business/03/20/apnuafc-govt-will-look-to-brazil-to-support-guyanas-technological-growth/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

BARROS, João. Receita Federal faz incineração de alho apreendido na fronteira com a Guiana. **Folha de Boa Vista**, 29 jul. 2016. Cidades/Capital. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/-Receita-Federal-faz-incineracao-de-alho-apreendido-na-fronteira-com-a-Guiana/18665>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BBC. Suriname profile - timeline. BBC, 24 mar. 2016, Latin American & Caribbean. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-latin-america-20028418>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

BELLE, Utamu. "Linden will be a key gateway to Brazil" – Mayor Holland. **Guyana Times**, 20 mai. 2016. News. Disponível em: <<http://guyanatimesgy.com/linden-will-be-a-key-gateway-to-brazil-mayor-holland/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

BELFORT zit illegale buitenlanders op de huid in Villa Brazil. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 25 mar. 2014. Disponível em: <<http://archief.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

BEZORGDHEID inheemsen Amazonebekken terecht. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 4 set. 2008. Disponível em: <<http://archief.dwtonline.com/?go=go>>. Acesso em: 22 out. 2016.

BORGES, André. Comércio com 'vizinhos' esbarra na logística. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 2 mar. 2016. Economia, B3, p. 18. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160302-44696-spo-18-eco-b3-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

BORGES, André. Comércio com 'vizinhos' esbarra na logística. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 2 mar. 2016. Economia, B3, p. 18. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160302-44696-spo-18-eco-b3-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

BRASILEIROS são presos por garimpo ilegal. **O Estado de São Paulo**, 3 mai. 2010. Política, A6, p. 6. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100503-42566-spo-6-pol-a6-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

BRAZIL, Bajan companies among bidders for Moco-Moco hydro plant rehab. **Stabroek News**, 5 apr. 2016. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2016/news/stories/04/05/brazil-bajan-companies-among-bidders-moco-moco-hydro-plant-rehab/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

BRAZIL COPS seize more ganja after arrest of Guyanese. **Stabroek News**, 26 feb. 2015. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2015/news/stories/02/26/brazil-cops-seize-ganja-arrest-guyanese/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

BRAZIL RECOMMITS to Lethem Road – hydro, port still on agenda. **Stabroek News**, 29 aug. 2014. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2014/news/stories/08/29/brazil-recommits-lethem-road/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

'BRAZILIAANSE criminelen hebben geen nationaliteit'. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 28 mar. 2014. Disponível em: <<http://archief.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

BRAZILIAN miners form association – to lobby for immigration reform. **Stabroek News**, 2 may 2012. Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2012/news/stories/05/02/brazilian-miners-formassociation/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

BRAZILIAN KILLED during robbery. **Guyana Times**, 15 out. 2016. Top News. Disponível em: <<http://guyanatimesgy.com/brazilian-killed-during-robbery/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

BRAZILIAN CHOPPED to death at Purini. **Guyana Times**, 15 out. 2016. News. Disponível em: <<http://guyanatimesgy.com/brazilian-chopped-to-death-at-purini-backdam/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

BRAZILIAN WOMAN granted bail after securing local address. **Guyana Times**, 9 set. 2016. News. Disponível em: <<http://guyanatimesgy.com/brazilian-woman-granted-bail-after-securing-local-address/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

BRAZILIAN NATIONAL wanted for Konawaruk murder. **Guyana Times**, 8 set. 2016. News. Disponível em: <<http://guyanatimesgy.com/brazilian-national-wanted-for-konawaruk-murder/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

BRAZILIAN NATIONAL FINED \$7M for mining in protected area. **Guyana Times**, 20 ago. 2016. News. Disponível em: <<http://guyanatimesgy.com/brazilian-national-fined-7m-for-mining-in-protected-area/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

BRAZIL TABLES proposal on paved Lethem road funding. **Stabroek News**, 28 aug. 2010. Archives. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/archives/08/28/brazil-tables-proposal-on-paved-lethem-road-funding/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

BRAZILIAN WOMAN REMANDED on illegal ammo charge. **Guyana Times**, 17 ago. 2016. News. Disponível em: <<http://guyanatimesgy.com/brazilian-woman-remanded-on-illegal-ammo-charge/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

BRAZILIANEN grootste groep uitgezette illegalen. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 14 jun. 2014. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

BRAZILIË verscherpt controle grens met Suriname. **Waterkant**, Paramaribo, 20 mei 2013, Politiek. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2013/05/20/brazilie-verscherpt-controle-grens-met-suriname/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

BUDDINGH, Hans. Johan Ferrier, first president of Suriname, dies. **NRC**, 6 jan. 2010. Disponível em: <[http://vorige.nrc.nl/international/article2452102.ece/Johan\\_Ferrier,\\_first\\_president\\_of\\_Suriname,\\_dies](http://vorige.nrc.nl/international/article2452102.ece/Johan_Ferrier,_first_president_of_Suriname,_dies)>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BUSINESSMAN, Brazil national charged with trafficking nine women. **Stabroek News**, 30 aug. 2016. News, Local News. Disponível em:

<<http://www.stabroeknews.com/2016/news/stories/08/30/businessman-brazil-national-charged-trafficking-nine-women/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

CAIRO, Ivan. Bouw brug over Corantijnrivier nog onduidelijk. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 19 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/laatste-nieuws/2016/12/19/bouw-brug-over-corantijnrivier-nog-onduidelijk/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CARTER passa mal e antecipa volta aos EUA. **O Estado de São Paulo**, 11 mai. 2015. Internacional, A8, p. 8. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150511-44400-nac-8-int-a8-not>. Acesso em: 21 out. 2016.

CARVALHO, Berto Batalha Machado. Consulado da Guiana oferece ajuda para viabilizar devolução de motos roubadas. **Folha de Boa Vista**, 10 jun. 2016. Cidades/Capital. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/-Consulado-da-Guiana-oferece-ajuda-para-viabilizar-devolucao-de-motos-roubadas-/17161>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CASAL de jovens e adolescentes são presos com 6,5 kg de maconha da Guiana. **Folha de Boa Vista**, 1 mai. 2015. Polícia/Ocorrências. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Casal-de-jovens-e-adolescente-sao-presos-com-6-5-kg-de-maconha-da-Guiana/6734>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CINCO pessoas são presas pela PRF com 17 kg de maconha da Guiana. **Folha de Boa Vista**, 3 abr. 2015. Polícia/Ocorrências. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Cinco-pessoas-sao-presas-pela-PRF-com-17-kg-de-maconha-da-Guiana/5965>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

COMPANHIA aérea do Suriname quer fazer voos para Boa Vista. **Folha de Boa Vista**, 17 ago. 2016. Cidades/Capital. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Companhia-aerea-do-Suriname-quer-fazer-voos-para-Boa-Vista/19288>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

COMPRADORES trocam Venezuela pela Guiana. **Folha de Boa Vista**, 3 fev. 2015. Cidades/Capital. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Compradores-trocam-Venezuela-pela-Guiana/4292>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

CUNHA, Tamires. Polícia apreende quase uma tonelada de alho da Guiana. **Folha de Boa Vista**, 27 jul. 2015. Polícia/Ocorrências. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Policia-apreende-quase-uma-tonelada-de-alho-da-Guiana/8647>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

DE hoeselbusiness Rond Brazilianen. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 23 nov. 2013. Disponível em: <<http://archief.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

DEBIDIEN, Beta. 'Investering in ethanolstudie geen weggegooid geld'. **De Ware Tijd**, Nieuw-Nickerie, 16 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/laatste>>

[nieuws/2016/07/16/investering-in-ethanolstudie-geen-weggegooid-geld/>](#). Acesso em: 22 out. 2016.

DOMINGOS, João; COSTA, Rosa. Após ataque, Suriname promete reforçar segurança de brasileiros. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 28 dez. 2009. Política, A4, p. 4. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091228-42440-spo-4-pol-a4-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. 2 em cada 3 brasileiros que vivem fora do Brasil estão em situação irregular. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 26 set. 2010. Cidades, C1, p. 50. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100926-42712-nac-50-cid-c1-not/tela/fullscreen>. Acesso em 20 out. 2016.

EMPRESA do Suriname quer inserir rota em Roraima. **Folha de Boa Vista**, 16 ago. 2016. Cidades/Capital. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Empresa-do-Suriname-quer-inserir-rota-em-Roraima/19264>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

ENSURING access to the opportunities from Guyana/Brazil road link. **Stabroek News**, 25 sep. 2009. Business. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2009/business/09/25/ensuring-access-to-the-opportunities-from-guyana-brazil-road-link/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

EX-DITADOR é eleito no Suriname. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, 20 jul. 2010. Internacional, A10, p. 10. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100720-42644-spo-10-int-a10-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

EXPULSED Brazil rice farmer looking to shift operations to Guyana. **Stabroek News**, 14 may 2009. News, Archives. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2009/archives/05/14/expelled-brazil-rice-farmer-looking-to-shift-operations-to-guyana/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

FINANCIERING Corantijnbrug nog niet rond. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 5 fev. 2011. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?go=go>>. Acesso em: 22 out. 2016.

GODOY, Roberto. Brasil impediu ação americana no Suriname. **O Estado de São Paulo**, 30 dez. 2009. Política, A5, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091230-42442-nac-5-pol-a5-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Brasil ajudará Suriname a reformar Defesa. **O Estado de São Paulo**, Bra, 28 jan. 2012a. Política, A11, p. 11. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120128-43201-nac-11-pol-a11-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Brasil mantém pista da FAB na região da mobilização militar. **O Estado de São Paulo**, 17 mar. 2012b. Internacional, A24, p. 23. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120317-43250-nac-23-int-a24-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 21 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Brasil moderniza estruturas de defesa da Guiana e do Suriname. **O Estado de São Paulo**, 12 set. 2012c. Política, A11, p. 11. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120912-43429-nac-11-pol-a11-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

GOUDZOEKERS in Suriname laten zich in Brazilië betalen. **Waterkant**, Paramaribo, 30 maa. 2013, Economie. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2013/03/30/ggoudzoekers-in-suriname-laten-zich-in-brazilie-betalen/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

GUIANA acha petróleo em área disputada. **O Estado de São Paulo**, Georgetown, 9 mai. 2015. Internacional, A14, p. 13. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150509-44398-spo-13-int-a14-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 21 out. 2016.

GUIANA COLOCA tropas em alerta na fronteira. **O Estado de São Paulo**, 15 nov. 2015. Internacional, A18, p. 17. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20131115-43858-spo-17-int-a18-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 21 out. 2016.

GUIANA E VENEZUELA concordam com volta de embaixadores. **Folha de Boa Vista**, 29 set. 2015. Política/Roraima. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Guiana-e-Venezuela-concordam-com-volta-de-embaixadores-/10316>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

GUYANA to field delegation to inaugural tourism meet with Brazil and Venezuela. **Stabroek News**, 25 jun. 2012. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2012/news/stories/06/25/guyana-to-field-delegation-to-inaugural-tourism-meet-with-brazil-and-venezuela/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

GUYANA/BRAZIL road, Ogle airport key to National Competitiveness Strategy - PSC. **Stabroek News**, 17 jul. 2009. Business. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2009/business/07/17/guyanabrazil-road-ogle-airport-key-to-national-competitiveness-strategy-psc/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

GUYANA-BRAZIL agricultural trade closer. **Stabroek News**, 30 apr. 2010. Archives. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/archives/04/30/guyana-brazil-agricultural-trade-closer/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

GUYANA/BRAZIL TIES: keeping the prospects in focus. **Stabroek News**, 11 feb. 2011. Business, Business Editorials. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2011/business/business-editorials/02/11/guyanabrazil-ties-keeping-the-prospects-in-focus/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

GUYANA-BRAZIL CONTINUE talks on paving Lethem road. **Stabroek News**, 12 aug. 2011. Archives. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2011/archives/08/12/guyana-brazil-continue-talks-on-paving-lethem-road/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

GUYANA EYES Brazil rice market – hinged on success at Sante Fe farm. **Stabroek News**, 19 mar. 2013. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2013/news/stories/03/19/guyana-eyes-brazil-rice-market/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

GUYANA-SURINAME EYE higher exports to Brazil by World Cup, Olympics. **Stabroek News**, 1 mar. 2014. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2014/news/stories/03/01/guyana-suriname-eye-higher-exports-brazil-world-cup-olympics/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

GUYANA-SURINAME trade with Brazil on ‘slow burner’ – Caribbean Export study. **Stabroek News**, 24 oct. 2014. Business. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2014/business/10/24/guyana-suriname-trade-brazil-slow-burner/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

GUYANESE companies could do more business with Brazil - ambassador. **Stabroek News**, 4 oct. 2010. Archives. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/archives/10/04/guyanese-companies-could-do-more-business-with-brazil-ambassador/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

HAÏTIANEN via Suriname naar Brazilië en Amerika. **Waterkant**, Paramaribo, 26 sep. 2016, Justitie en politie. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2016/09/26/haitianen-suriname-naar-brazilie-en-amerika/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

HANDELSMOGELIJKHEDEN Brazilië nog onvoldoende benut. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 1 mar. 2014. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

HYDRO project with Brazil seen as helping Guyana consolidate hold on Essequibo – WikiLeaks cable. **Stabroek News**, 5 jul. 2011. Archives. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2011/archives/07/05/hydro-project-with-brazil-seen-as-helping-guyana-consolidate-hold-on-essequibo-%E2%80%93-wikileaks-cable/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

IDB to fund studies on road to Brazil, deep-water harbour. **Stabroek News**, 22 dec. 2013. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2013/news/stories/12/22/idb-fund-studies-road-brazil-deep-water-harbour/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

JACOBS, Frank [The New York Times]. A solidão das Guianas. **O Estado de São Paulo**, 22 jan. 2012. Internacional, A20, p. 20. Tradução de Celso Paciornik. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120122-43195-spo-20-int-a20-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

JOUBE, Arnaud. **Suriname & Cocaïne**: Le Suriname, plateforme transcontinentale de la cocaïne. RFI. Disponível em: <<http://webdoc.rfi.fr/pour-suites/enquete-suriname-plateforme-cocaine-desi-bouterse/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

JÚNIOR, Amílcar. Mae sofre extorsão na Guiana ao tentar resgatar corpo de filho. **Folha de Boa Vista**, 29 ago. 2015. Polícia/Ocorrências. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Mae-sofre-extorsao-na-Guiana-ao-tentar-resgatar-corpo-de-filho/9519>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

KHAN, Mohamed. Brazil would be good market for Guyana rice. **Stabroek News**, 18 mar. 2013. Opinion, Letters. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2013/opinion/letters/03/18/brazil-would-be-good-market-for-guyana-rice/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. We should try to sell our rice in the Brazilian market. **Stabroek News**, 11 jul. 2015. Opinion, Letters. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2015/opinion/letters/07/11/we-should-try-to-sell-our-rice-in-the-brazilian-market/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

LETHEM businesses hit hard by slide in Brazilian real – influx of Chinese merchants worry local traders. **Stabroek News**, 22 feb. 2015. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2015/news/stories/02/22/lethem-businesses-hit-hard-slide-brazilian-real/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

MADUEÑO, Denise; NOSSA, Leonencio. Embaixador confirma que brasileiras foram estupradas em Albina. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, 30 dez. 2009. Política, A5, A5, p. 5. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina#!/20091230-42442-nac-5-pol-a5-not/tela/fullscreen>. Acesso em 20 out. 2016.

MAHASE, Mac. The Takutu Bridge is Brazil's major bridgehead into Guyana. **Stabroek News**, 18 apr. 2010a. Opinion, Letters. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/opinion/letters/04/18/the-takutu-bridge-is-brazil%E2%80%99s-major-bridgehead-into-guyana/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Does Guyana have a road map for integration with Brazil?. **Stabroek News**, 22 may 2010b. Opinion, Letters. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/opinion/letters/05/22/does-guyana-have-a-road-map-for-integration-with-brazil/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

MARRONS Suriname bezorgd over integratieplan. **Waterkant**, Paramaribo, 6 nov. 2010, Politiek. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/http://www.waterkant.net/suriname/2010/11/06/surinaamse-marrons-bezorgd-over-integratieplannen/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MCGOWAN, Mark. Takutu Bridge officially opens. **Stabroek News**, 15 set. 2009. Archives. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2009/archives/09/15/takutu-bridge-officially-opens/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Suriname's deep sea port, road and rail link to Brazil challenge Guyana's bid to become Brazilian gateway. **Stabroek News**, 12 dec. 2010. Archives. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/archives/12/12/suriname%E2%80%99s-deep-sea-port-road-and-rail-link-to-brazil-challenge-guyana%E2%80%99s-bid-to-become-brazilian-gateway/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

MEER economische samenwerking Suriname, Brasilië. **Waterkant**, Paramaribo, 18 dec. 2010, Economie. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2010/12/18/meer-economische-samenwerking-suriname-brasilie/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MENDES, Carlos. No Suriname, escravidão e ameaças de morte. **O Estado de São Paulo**, Belém, 18 mai. 2008. Cidades, C4, p. 52. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20080518-41851-nac-52-cid-c4-not/tela/fullscreen>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. 'Escapei da morte porque dei tudo o que tinha'. **O Estado de São Paulo**, Belém, 28 dez. 2009a. Política, A4, p. 4. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091228-42440-spo-4-pol-a4-not/tela/fullscreen>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Brasileiros temem sofrer agressões em Tabiki. **O Estado de São Paulo**, Belém, 29 dez. 2009b. Política, A4, p. 4. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091229-42441-spo-4-pol-a4-not/busca/Suriname>. Acesso em 20 out. 2016.

MPF quer implantação de delegacia da PF e posto da PRF na fronteira com a Guiana. **Folha de Boa Vista**, 30 out. 2014. Cidade/Capital. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/MPF-quer-implantacao-de-delegacia-da-PF-e-posto-da-PRF-na-fronteira-com-a-Guiana/1865>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

NAMILCO targeting flour sale to Brazil. **Stabroek News**, 15 may 2009. Business. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2009/business/05/15/namilco-targeting-flour-sale-to-brazil/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

NOG te weining Handel met Brasilië. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 1 mar. 2014. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

NOSSA, Leonencio. A saga dos garimpeiros brasileiros. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 3 jan. 2010. Política, A5, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100103-42446-spo-5-pol-a5-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

OLIVEIRA, Clarissa. Garimpeiros vê 'mais assassinatos'. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, Brasília, 29 dez. 2009. Política, A4, p. 4. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091229-42441-spo-4-pol-a4-not/busca/Suriname>. Acesso em 20 out. 2016.

OP zoek naar geluk. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 16 nov. 2013. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

OPERAÇÃO combate comercialização de produtos da Guiana e Venezuela. **Folha de Boa Vista**, 22 jan. 2015. Cidades/Capital. Disponível em:

<<http://www.folhabv.com.br/noticia/Operacao-combate-comercializacao-de-produtos-da-Guiana-e-Venezuela/3988>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

PAÍS busca acordo com a Guiana. **O Estado de São Paulo**, Caracas, 30 set. 2011. Internacional, A16, p. 15. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110930-43081-spo-15-int-a16-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 21 out. 2016.

PARAGUASSU, Lisandra. Ação na fronteira flaga até tráfico de barbatanas. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 26 ago. 2012a. Cidades, C5, p. 46. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120826-43412-spo-46-cid-c4-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

PARAGUASSU, Lisandra. Integração sofre com brigas entre vizinhos. **O Estado de São Paulo**, Brasília, 9 set. 2012b. Internacional, A14, p. 14. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120909-43426-spo-14-int-a14-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 21 out. 2016.

PEÇAS de roupa da Guiana apreendidas pelo Exército são avaliadas em R\$ 1,3 mi. **Folha de Boa Vista**, 3 jul. 2015. Polícia/Ocorrências. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Pecas-de-roupa-da-Guiana-apreendidas-pelo-Exercito-sao-avaliadas-em-R--1-3-mi/8090>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

PEREIRA, Pablo. 'Paraguai do Norte' atrai brasileiros na fronteira. **O Estado de São Paulo**, Pacaraima, 1 fev. 2015. Política, A11, p. 11. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150201-44301-nac-11-pol-a11-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 21 out. 2016.

PINHEIRO, Gabriel. Ataque a brasileiros no Suriname deixa 14 feridos. **O Estado de São Paulo**, 27 dez. 2009. Política, A7, p. 7. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091227-42439-nac-7-pol-a7-not/tela/fullscreen>. Acesso em 20 out. 2016.

PM apreende roupas da Guiana e prende três na cidade de Bonfim. **Folha de Boa Vista**, 1 out. 2014. Polícia/Ocorrências. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/-PM-apreende-roupas-da-Guiana-e-prende-tres-na-cidade-de-Bonfim/965>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

PM PRENDE dupla com maconha da Guiana. **Folha de Boa Vista**, 20 mar. 2015. Polícia/Ocorrências. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/PM-prende-dupla-com-maconha-da-Guiana/5535>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

POLÍCIA encontra carro carregado de alho vindo da Guiana. **Folha de Boa Vista**, 18 nov. 2014. Polícia/Ocorrências. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Policia-encontra-carro-carregado-de-alho-vindo-da-Guiana/2346>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

POLÍCIA CIVIL apreende 15 kg de maconha proveniente da Guiana. **Folha de Boa Vista**, 25 fev. 2015. Polícia/Ocorrências. Disponível em:

<<http://www.folhabv.com.br/noticia/Policia-Civil-apreende-15-kg-de-maconha-proveniente-da-Guiana/4876>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

POLÍCIA PRENDE quatro pessoas com 25 kg de maconha trazidos da Guiana. **Folha de Boa Vista**, 19 fev. 2015. Polícia/Ocorrências. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Policia-prende-quatro-pessoas-com-25-kg-de-maconha-trazidos-da-Guiana/4715>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

PRESIDENT Suriname naar inauguratie in Brasilië. **Waterkant**, Paramaribo, 18 dec. 2010, Politiek. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2010/12/18/president-suriname-naar-inauguratie-in-brazilie/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

PRF apreende 10,4 quilos de maconha provenientes da Guiana Inglesa. **Folha de Boa Vista**, 18 abr. 2015. Polícia/Ocorrências. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/PRF-apreende-10-4-quilos-de-maconha-provenientes-da-Guiana-Inglesa/6393>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

PROSS, Eliézer. Oplossing van crisis ligt in Brokopondo. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 3 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.dwtonline.com/laatste-nieuws/2016/11/03/oplossing-van-crisis-ligt-in-brokopondo/>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

RECONDO, Felipe; LOPES, Eugênia. Suriname prende 35 por ataque. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, Brasília, 29 dez. 2009a. Política, A4, p. 4. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091229-42441-spo-4-pol-a4-not/busca/Suriname>>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ataques destruíram ruas de Albina. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, 30 dez. 2009b. Política, A5, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091230-42442-nac-5-pol-a5-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. FAB resgata 33 pessoas em Albina. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, 31 dez. 2009c. Política, Diplomacia, A6, p. 6. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091231-42443-spo-6-pol-a6-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Sobe para 41 número de suspeitos presos pelo ataque. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, 31 dez. 2009d. Política, A6, p. 6. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091231-42443-spo-6-pol-a6-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Comércio de Albina já sente efeito do ataque. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, 1 jan. 2010a. Política, A5, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100101-42444-spo-5-pol-a5-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Garimpeiros pedem dinheiro para continuar no Suriname. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, 2 jan. 2010b. Política, A8, p. 7. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100102-42445-spo-7-pol-a8-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Baixo nível escolar e maior renda 'seguram' brasileiros. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, 4 jan. 2010c. Política, A7, p. 7. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100104-42447-spo-7-pol-a7-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

RIJSTEXPORTEURS wijken uit naar Brazilië. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 16 fev. 2015. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

RIJSTEXPORTEURS WILLEN uitwijken naar Brazilië. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 16 fev. 2015. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

ROCHA, Ribamar. Roraima vai combater a praga na Guiana. **Folha de Boa Vista**, 11 set. 2015. Cidades/Capital. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Roraima-vai-combater-a-praga-na-Guiana/9836>>.

ROMERO, Simon. Rodovia é chave para o futuro da Guiana. **O Estado de São Paulo**, 16 mai. 2010. Internacional, A17, p. 16. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100516-42579-spo-16-int-a17-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 21 out. 2016.

\_\_\_\_\_. China expande sua presença no Suriname. **O Estado de São Paulo**, Paramaribo, 15 abr. 2011. Internacional, A20, p. 19. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110415-42913-nac-19-int-a20-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

RUPUNUNI lures Brazilian tourists seeking food, spiritual experiences – language barrier cited as challenge. **Stabroek News**, 23 jul. 2016. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2016/news/stories/07/23/rupununi-lures-brazilian-tourists-seeking-food-spiritual-experiences/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

RUSAL, Brazil company still talking about massive Kurupung hydro project. **Stabroek News**, 20 may 2010. Archives. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/archives/05/20/rusal-brazil-company-still-talking-about-massive-kurupung-hydro-project/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

SANTA Fe Rupununi farm exporting rice to Brazil. **Stabroek News**, 17 nov. 2014. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2014/news/stories/11/17/santa-fe-rupununi-farm-exporting-rice-brazil/>>. Acesso em 4 nov. 2016.

SCHEEPSLIJN Brazilië erkenning voor Suriname. **Waterkant**, Paramaribo, 29 jul. 2012, Economie. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2012/07/29/scheepslijn-brazilie-erkenning-voor-suriname/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

STEPS affot to clear Guyana agri produce for Brazil – following Holder visit to Boa Vista. **Stabroek News**, 22 jul. 2015. News, Local News. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2015/news/stories/07/22/steps-afoot-to-clear-guyana-agri-produce-for-brazil/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

SURIBRAS wil katalysator zijn tussen overheden Suriname en Brazilië. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 25 jul. 2014. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

SURINAAMS legertuig wordt opgeknapt in Brazilië. **Waterkant**, Paramaribo, 10 jun. 2013, Politiek. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2013/06/10/surinaams-legertuig-wordt-opgeknapt-in-brazilie/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SURINAAMSE vrouw in Belém gepakt met coke. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 28 ago. 2013. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

SURINAME moet meeliften met groeisput Brazilië. **Waterkant**, Paramaribo, 16 sep. 2010, Economie/Toerisme. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2010/09/16/suriname-moet-meeliften-met-groeisput-brazilie/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SURINAME BLIJ met behoud links in Brazilië. **Waterkant**, Paramaribo, 29 okt. 2014, Politiek. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2014/10/29/suriname-blij-met-behoud-links-in-brazilie/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SURINAME MOET in de leer bij Brazilië. **De Ware Tijd**, Paramaribo, 7 abr. 2014. Disponível em: <<http://archieff.dwtonline.com/?mid=481cca82-94bd-40ab-add6-09a3594a0551>>. Acesso em: 22 out. 2016.

SURINAMER met tweehonderd kilo coke in Brazilië. **Waterkant**, Paramaribo, 6 aug. 2013, Justitie em Politie. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2013/08/06/surinamer-met-tweehonderd-kilo-coke-in-brazilie/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SURINAME STUURT troepen naar grens met Brazilië. **Waterkant**, Paramaribo, 27 mei 2013, Politiek. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2013/05/27/suriname-stuurt-troepen-naar-grens-met-brazilie/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SURINAME WIL handelsverdrag Brazilië, Caricom. **Waterkant**, Paramaribo, 29 apr. 2010, Politiek. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2010/04/29/suriname-wil-vrijhandelsverdrag-brazilie-caricom/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

THE SECURITY of the Guyana-Brazil border. **Stabroek News**, 14 jul. 2009. Opinion, Editorial. Disponível em:

<<http://www.stabroeknews.com/2009/opinion/editorial/07/14/the-security-of-the-guyana-brazil-border/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

TIES with northern Brazil could enhance Guyana's tourism status - Stephenson. **Stabroek News**, 3 apr. 2010. Business. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2010/business/04/03/ties-with-northern-brazil-could-enhance-guyana%E2%80%99s-tourism-status-stephenson/>>. Acesso em 3 nov. 2016.

TOMAZELA, José Maria. Amazônia oriental é o ponto mais vulnerável da fronteira. **O Estado de São Paulo**, Óbidos, 20 abr. 2008. Política, A4, p. 4. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20080420-41823-spo-4-pol-a4-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 20 out. 2016.

TORRES, Sergio. Das reservas ianomâmis para a 'Rua do Ouro'. **O Estado de São Paulo**, Lethem, 6 jan. 2013a. Economia, B8, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130106-43545-spo-25-eco-b8-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 21 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Pirataria move cidade com resquício inglês. **O Estado de São Paulo**, Lethem, 6 jan. 2013b. Economia, B8, p. 5. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20130106-43545-spo-25-eco-b8-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 21 out. 2016.

UNIÃO Sul-Americana vai mediar crise entre Venezuela e Guiana. **Folha de Boa Vista**, 18 jul. 2015. Política/Brasil. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Uniao-Sul-Americana-vai-mediatar-crise-entre-Venezuela-e-Guiana/8451>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

VENEZUELA envia 15 mil soldados às fronteiras. **O Estado de São Paulo**, Caracas, 17 mar. 2012. Internacional, A24, p. 23. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120317-43250-nac-23-int-a24-not/tela/fullscreen>>. Acesso em 21 out. 2016.

VENEZUELA POSICIONA mísseis na fronteira com o Brasil e Guiana. **Folha de Boa Vista**, 21 set. 2015. Política/Brasil. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/noticia/Venezuela-posiciona-misseis-na-fronteira-com-o-Brasil-e-Guiana/10112>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

VLEES-EN Kledingsmokkal Suriname - Brazilië. **Waterkant**, Paramaribo, 27 sep. 2013, Justitie en Politie. Disponível em: <<http://www.waterkant.net/suriname/2013/09/27/drukke-vlees-en-kledingsmokkal-suriname-brazilie/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

## APÊNDICE A – Levantamento na Pós-Graduação Brasileira

Conforme a **Introdução** desta dissertação, um caminho importante para a consolidação desta pesquisa foi a realização da investigação exploratória via consultas ao banco de teses da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (2015) e em 83 programas de pós-graduação<sup>127</sup> de 38 universidades brasileiras<sup>128</sup>. As buscas ocorreram de 3 a 28 de agosto de 2015 e consideraram pesquisas defendidas entre 2008 e 2015. As consultas conduziram-se por tais palavras-chave: “Guianas”; “Guyana”; “Guiana”; “Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana”; “IIRSA”; “Suriname”; “Venezuela”.

Todas as pesquisas acusadas para Guyana (e Guiana), Suriname e Venezuela foram consideradas. Todavia, por não contar com papel primordial nesta dissertação a Venezuela foi incluída apenas no balanço quantitativo. Em resumo, o balanço quantitativo corrobora o destaque que a Venezuela recebe em relação à Guyana e ao Suriname nas pesquisas brasileiras, abrindo margem para especulações que poderão desdobrar-se em pesquisas futuras.

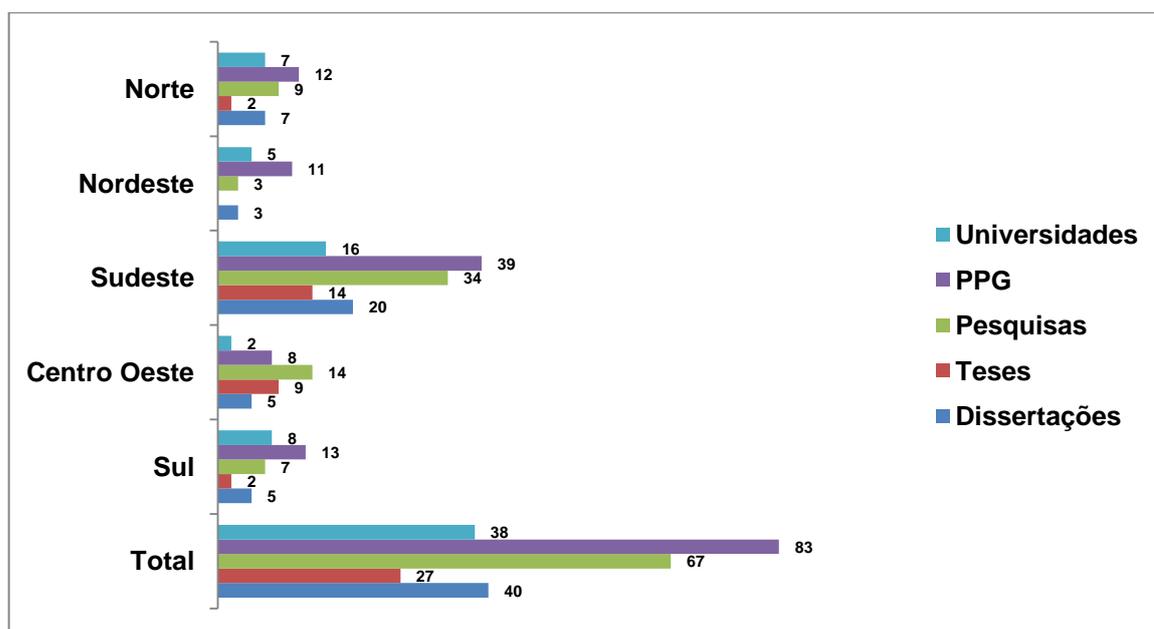
No decorrer do levantamento pareceu provável que uma análise pormenorizada das pesquisas sobre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) resulte numa reflexão cronológica da própria IIRSA, com ênfase ao papel do Brasil. Soma-se a isso a carência de pesquisas brasileiras sobre a IIRSA a partir das perspectivas dos demais países sul-americanos. Levando-se em conta o que foi observado, optou-se por considerar somente pesquisas que abarcam o Eixo de Integração e Desenvolvimento (EID) Escudo das Guianas, pois é o único que abrange os territórios guianense e surinamês.

<sup>127</sup> Cf.: **APÊNDICE C – Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu Consultados**, p. 284. Acrescenta-se que foram considerados programas de pós-graduação *stricto sensu* com mestrados e doutorados nas áreas de ciências humanas e sociais reconhecidos pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

<sup>128</sup> Cf.: **APÊNDICE B – Universidades Brasileiras Consultadas**, p. 281. Dentre as 38 universidades consultadas a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) não retornou resultado. Dos programas de pós-graduação da UEA interessa a esta pesquisa o mestrado em Ciências Humanas. Mas, de acordo com seu portal eletrônico, ainda não há dissertações defendidas. Por essa razão, optou-se por consultar o mestrado em Direito Ambiental - mesmo não sendo uma área englobada por esta pesquisa - para especular sobre a inserção de temas relacionados ao Escudo das Guianas na UEA. Contudo, o portal eletrônico do programa não disponibiliza informações sobre as pesquisas já realizadas, e o banco de teses da universidade estava indisponível no momento da consulta. Por isso a UEA consta no rol das universidades consultadas (APÊNDICE B) ao mesmo tempo em que não aparece no rol de programas de pós-graduação (APÊNDICE C).

Acrescenta-se também que as teses e dissertações acusadas, mas não disponíveis no banco de teses eletrônico da CAPES e das respectivas instituições de ensino, não foram incluídas.<sup>129</sup> Levando em consideração esses aspectos, no total, mapeou-se 67 pesquisas, sendo 27 teses e 40 dissertações<sup>130</sup>, conforme Gráfico 1 - Teses e Dissertações Levantadas.

**Gráfico 1 - Teses e Dissertações Levantadas**



Legenda: PPG = Programas de Pós-Graduação

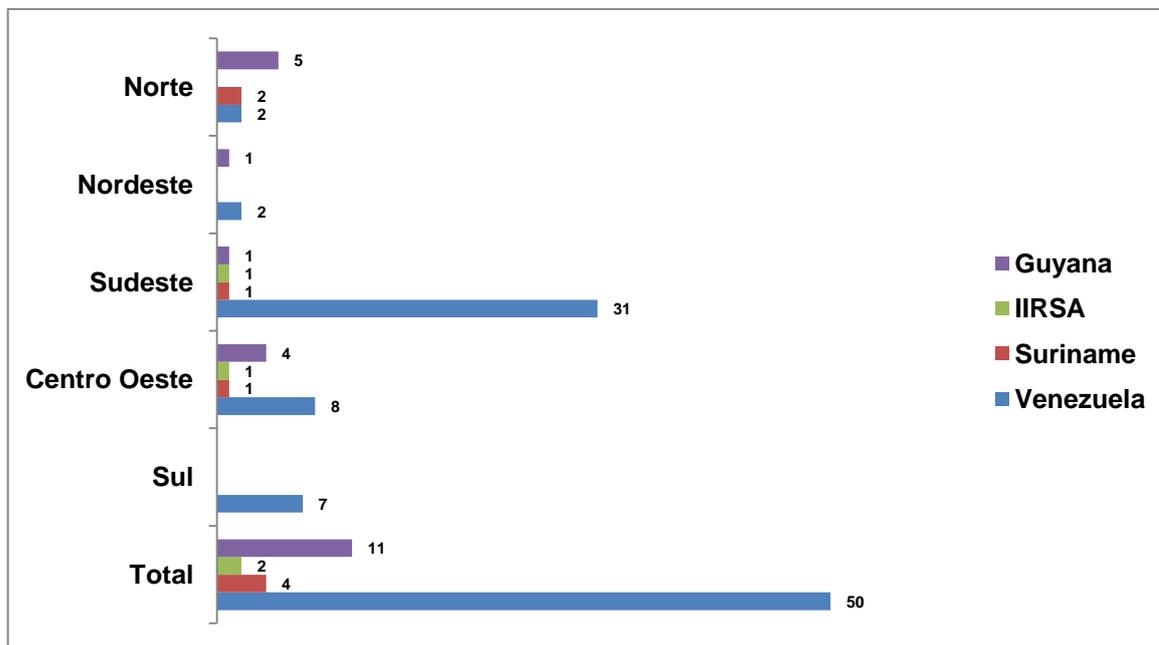
Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o gráfico acima, a grande maioria das pesquisas levantadas foram realizadas em universidades do sudeste (34 pesquisas), seguido pelo centro oeste (14), norte (9), sul (7) e nordeste (3). Esse quadro coaduna com a realidade acadêmica brasileira, onde as universidades concentram-se no sudeste. Conforme ilustra o Gráfico 2 - Resultado por Temas, o tema mais abordado no sudeste foi a Venezuela (31 pesquisas), quadro repetido no centro oeste (8) e sul (7).

<sup>129</sup> Cf.: **APÊNDICE E – Teses e Dissertações Não Disponíveis para Download**, p. 296.

<sup>130</sup> Cf.: **APÊNDICE D – Teses e Dissertações Levantadas**, p. 288.

Gráfico 2 - Resultado por Temas



Legenda: IIRSA = EID Escudo das Guianas

Fonte: Elaboração própria.

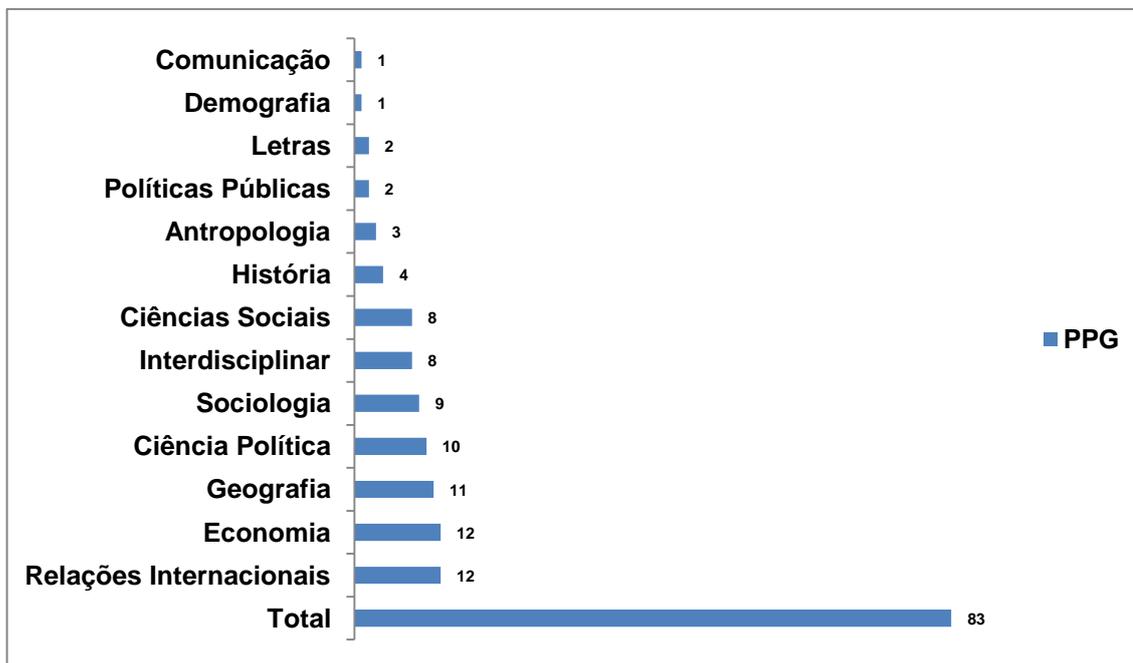
Conforme a ilustração acima, das 11 pesquisas sobre a Guyana, 5 foram realizadas no norte (3 dissertações e 2 teses); 1 dissertação no nordeste; 1 dissertação no sudeste; e 4 no centro oeste (1 dissertação e 3 teses). Para o Suriname foram acusadas 4 pesquisas: 2 dissertações realizadas no norte e 1 no centro oeste, mais 1 tese no sudeste.<sup>131</sup> Sobre a IIRSA, foram levantadas 2 teses<sup>132</sup>, uma desenvolvida no sudeste e outra no centro-oeste.

Segundo Oliveira, o Suriname está no rol de países americanos que menos recebem atenção da literatura científica internacional, sendo os Países Baixos os que mais estudam sua ex-colônia (2013, p. 43). Neste levantamento o Suriname também figurou como o país menos estudado. Enquanto, no outro extremo, a Venezuela destaca-se como alvo de interesse da pós-graduação brasileira, correspondendo a 75% das pesquisas levantadas (19 teses e 31 dissertações). Abaixo, o Gráfico 3 - Programas de Pós-Graduação traz os programas consultados.

<sup>131</sup> Para um estado da arte mais abrangente sobre o Suriname e a Guyana - de 1990 a 2011 - consultar OLIVEIRA, 2013, p. 78-94.

<sup>132</sup> Um levantamento pormenorizado sobre a IIRSA resultaria num número muito mais alto.

**Gráfico 3 - Programas de Pós-Graduação**



Legenda: PPG = Programas de Pós-Graduação

Fonte: Elaboração própria.

Dado o exposto no gráfico 3, os 83 programas de pós-graduação estão concentrado em 13 áreas de estudo, são elas: Relações Internacionais<sup>133</sup>, Economia<sup>134</sup>, Geografia, Ciência Política, Sociologia<sup>135</sup>, Ciências Sociais, Interdisciplinares<sup>136</sup>, História, Antropologia, Políticas Públicas<sup>137</sup>, Letras, Comunicação e Demografia. Para finalizar essa exposição quantitativa, o Gráfico 4 - Teses e Dissertações por Área de Estudo, esboça a relação entre as pesquisas levantadas e as áreas de estudos.

<sup>133</sup> Inclui os seguintes programas: Cursos de Altos Estudos Militares; Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança; Integração da América Latina; Política e Estratégia Marítimas; Relações Internacionais; Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional.

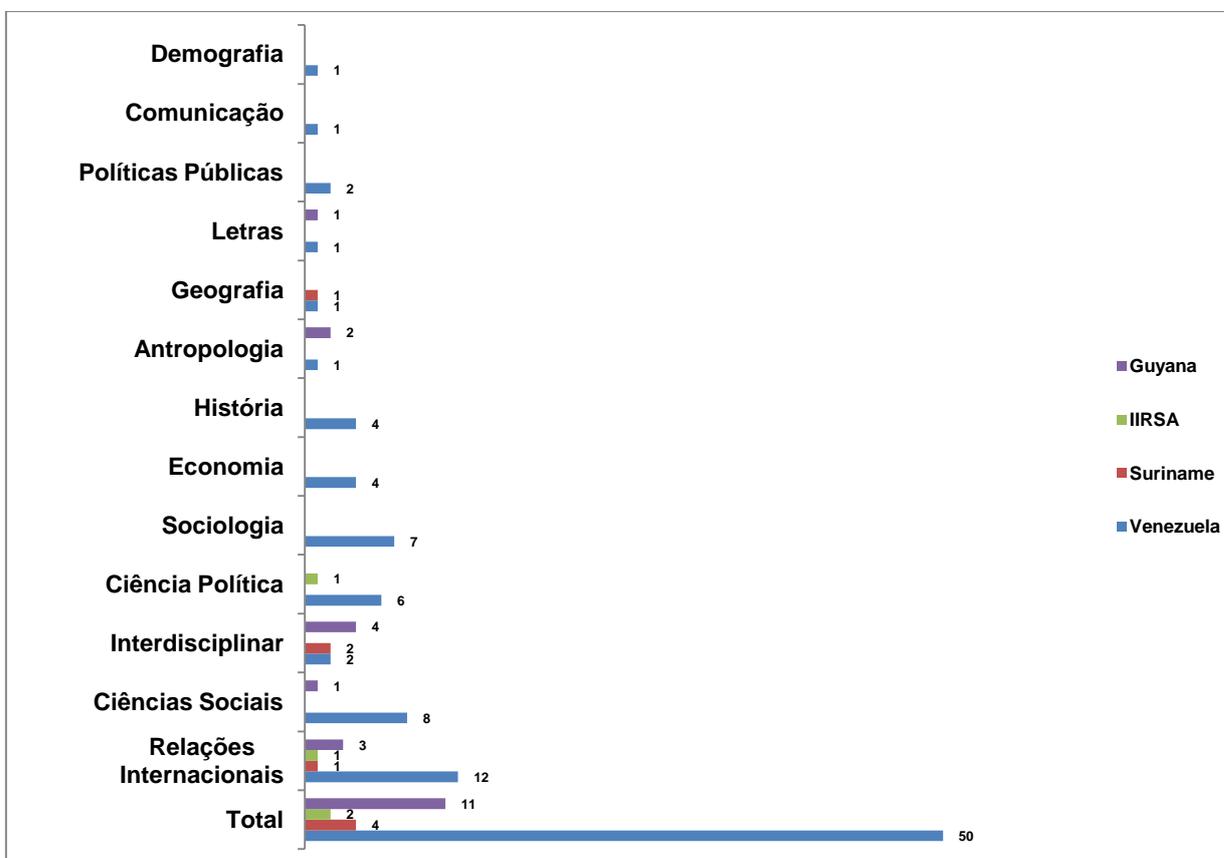
<sup>134</sup> Inclui os seguintes programas: Ciências Econômicas; Desenvolvimento Econômico; Economia; Economia do Desenvolvimento; Economia Política; Economia Política Internacional.

<sup>135</sup> Inclui os seguintes programas: Sociologia; Sociologia e Antropologia; Sociologia e Ciência Política; Sociologia Política; Sociologia - Américas.

<sup>136</sup> Dentre os programas interdisciplinares têm-se: Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia; Comunicação, Linguagens e Cultura; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido; Planejamento Urbano e Regional; Sociedade e Cultura na Amazônia; Sociedade e Fronteiras.

<sup>137</sup> Inclui os seguintes programas: Administração Pública; Políticas Públicas e Formação Humana.

Gráfico 4 - Teses e Dissertações por Área de Estudo



Legenda: IIRSA = EID Escudo das Guianas

Fonte: Elaboração própria.

Em consideração ao gráfico 4, as Relações Internacionais tiveram o maior retorno (17 pesquisas), seguida pelas Ciências Sociais (9), programas Interdisciplinares (8), Ciência Política (7) e Sociologia (7), Economia (4) e História (4), Antropologia (3), Geografia (2), Letras (2), Políticas Públicas (2), Comunicação (1) e Demografia (1).

Em face aos dados apresentados, em termos quantitativos o levantamento corrobora a carência de estudos brasileiros sobre Guyana e Suriname. Em termos qualitativos acusa carência de estudos sobre o processo de integração no Escudo das Guianas e sobre as relações bilaterais entre Brasil-Guyana e Brasil-Suriname. A propósito, segue exposição qualitativa e cronológica das pesquisas levantadas.<sup>138</sup>

<sup>138</sup> Conforme exposto no início deste **Apêndice**, a Venezuela foi incorporada somente na exposição dos dados quantitativos. Sendo assim, as teses e dissertações levantadas sobre a Venezuela não integram o balanço qualitativo, mas estão disponíveis no **Apêndice D – Teses e Dissertações Levantadas** disponível na página 286.

## IIRSA

**“Desenvolvimento, integração e assimetrias:** caminhos e descaminhos da aproximação regional na América do Sul” (COUTO, 2012): apesar do EID Escudo das Guianas não ser o foco da tese, a mesma dialoga com esta pesquisa por abordar a IIRSA por meio do trinômio integração-assimetria-desenvolvimento, evidenciando situações desfavoráveis aos pequenos países sulamericanos.

**“Integração e segurança na Amazônia Transnacional”** (CORREA, 2014): dentre as pesquisas levantadas é a única que aborda o EID Escudo das Guianas da IIRSA. A análise centra-se no binômio integração-segurança na Amazônia Transnacional sob a perspectiva da Teoria do Complexo Regional de Segurança da Escola de Copenhague.

## Guyana

**“Dissuasão convencional na América do Sul:** o caso da tríplice fronteira Venezuela-Brasil-Guyana” (DONETTO JUNIOR, 2010): tece sobre a relação triangular entre Brasil-Guyana-Venezuela em torno do contencioso de Essequibo.

**“Gestão de recursos hídricos nos países da Bacia Amazônica:** conflitos legislativos” (DOURADO JUNIOR, 2011): aborda a [des]articulação dos países da bacia amazônica no que diz respeito à gestão de recursos hídricos.

**“Política externa do vizinho distante:** estudo de caso da República Cooperativa da Guiana” (LIMA, 2011): trabalha com a hipótese de que a Guyana, por ter a integração territorial como fundamento de sua inserção internacional, exerce uma diplomacia de pragmatismo circunstancial. Isto é, ao entrelaçar a política externa da Guyana – desde sua independência - com os principais acontecimentos mundiais, o autor aponta que a Guyana acopla-se a diferentes potências conforme as circunstâncias.

**“Guyanese migration and remittances to Guyana:** a case study of their potentials and challenges for Guyana’s economy” (CORBIN, 2012): aborda as potencialidades e os desafios – para a economia e o desenvolvimento da Guyana - da migração e das remessas monetárias e não monetárias. A hipótese trabalhada é que se as remessas da diáspora guianense fossem incorporadas pelas políticas

públicas de desenvolvimento econômico, os usos e impactos desses fluxos poderiam ser maximizados em melhor benefício da economia guianense. Ao considerar a inevitabilidade da migração na era da globalização, mesmo com as grandes restrições em relação ao movimento de capital humano, sendo que 45% da migração mundial dá-se entre países em desenvolvimento, o autor argumenta que as remessas Sul-Sul são relevantes para o desenvolvimento. Por fim, aponta a possibilidade de impactos positivos das remessas no consumo e na renda, e negativos em termos de investimentos, além de revelar toda uma “indústria da migração” instalada na Guyana.

“**Raízes e rumos:** reflexões sobre identidade de guianenses em Boa Vista - Roraima” (BRITO, 2012): disserta sobre a identidade de guianenses em Boa Vista/RR com base na linguística, distinguindo as trajetórias feminina e masculina de 9 pessoas entrevistadas e analisando a influência da linguagem na identidade.

“**Direitos indígenas e mobilização:** um olhar sobre a tríplice fronteira – Brasil, Guyana e Venezuela” (FRANCO, 2012): analisa a mobilização indígena na tríplice fronteira Brasil-Guyana-Venezuela e sua relação com esses três Estados.

“**Tempo dos netos:** Abundância e escassez nas redes de discursos ecológicos entre os Wapichana na fronteira Brasil-Guiana” (OLIVEIRA, 2012): articula os discursos ecológicos dos wapichana na fronteira Brasil-Guyana com a problemática ambiental, salientando o discurso ecológico construído pela tradição do conhecimento e modelo de vida wapichana.

“**Ilhados’:** Estratégias e feições territoriais Wapichana na Terra Indígena Manoá-Pium” (LIMA, 2013): disserta sobre os Wapichana que vivem entre Roraima (Brasil) e Rupununi (Guyana) com ênfase nas relações interétnicas.

“**Cultura de fronteira Brasil-Guiana:** festas” (MENESES, 2014): investiga as dinâmicas culturais da fronteira Brasil-Guyana por meio das festas de reggae (Lethem) e forró (Bonfim) que ocorrem as sextas-feiras.

“**Trilhas transfronteiriças:** o fluxo de pessoas, coisas e objetivos na fronteira Brasil e República Cooperativista da Guiana” (BARBOSA, 2013): disserta sobre a dinâmica das cidades gêmeas Lethem-Bonfim por meio dos fluxos de pessoas, coisas e objetos.

“**Dinâmicas das cidades-gêmeas da fronteira Guyana (Lethem) – Brasil (Bonfim) e a questão aduaneira/tributária**” (SIMÕES, 2014): tece sobre a dinâmica

entre Lethem-Bonfim com base no comércio formiga e na questão aduaneiro-tributária.

### Suriname

**“O ‘Oriente’ no ‘Ocidente’:** observando o islã no Suriname” (ARAÚJO, 2009): discorre sobre a presença muçulmana no Suriname com destaque para o islã surinamês de origem javanesa.

**“Construção de confiança na América do Sul:** a política externa do governo Figueiredo (1979-1985)” (URT, 2009): conta com um capítulo que aborda a Missão Venturini pela qual o Brasil buscou afastar a “influência cubana” no Suriname na década de 1980. A referida missão insere-se no contexto em que o Brasil promoveu um discurso, voltado aos países sul-americanos, baseado na construção de confiança mútua e de uma “identidade regional”.

**“Migração internacional de mulheres na periferia de Belém:** identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma cidade na Amazônia” (HAZEU, 2011): investiga a produção das identidades e trajetórias de mulheres que migram das periferias de Belém para países europeus via Suriname e Guiana Francesa.

**“Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas:** itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpos no Suriname” (OLIVEIRA, 2013): estuda a dinâmica da migração de brasileiros para o Suriname com destaque aos conflitos entre as populações brasileira e surinamesa, incluindo o próprio Estado surinamês. Ao apresentar um mapeamento da mineração e atividades adjacentes no Suriname, o autor argumenta que os garimpeiros brasileiros estão inseridos em assimétricas relações de poder envolvendo diversos quadros morais e múltiplos atores, e explicita os elementos que as sustentam.

## APÊNCIDE B – Universidades Brasileiras Consultadas

### Norte

1. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
<http://www.unir.br/>. Acesso: 04/08/2015.
2. Universidade da Amazônia – UNAMA  
<http://www.unama.br/>. Acesso: 03/08/2015.
3. Universidade do Estado do Amazonas – UEA  
<http://www3.uea.edu.br/>. Acesso: 03/08/2015.
4. Universidade Federal do Amapá – UNIFAP  
<http://www.unifap.br/public/>. Acesso: 03/08/2015.
5. Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
<http://www.ufam.edu.br/>. Acesso: 03/08/2015.
6. Universidade Federal do Pará – UFPA  
<http://www.portal.ufpa.br/>. Acesso: 04/08/2015.
7. Universidade Federal de Roraima – UFRR  
<http://ufrr.br/>. Acesso: 04/08/2015.

### Nordeste

1. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB  
<http://www.uepb.edu.br/>. Acesso: 04/08/2015.
2. Universidade Federal da Bahia – UFBA  
<https://www.ufba.br/>. Acesso: 04/08/2015.
3. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
<https://www.ufpe.br/ufpenova/>. Acesso: 04/08/2015.
4. Universidade Federal de Sergipe – UFS  
<http://www.ufs.br/>. Acesso: 10/08/2015.
5. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
<http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/>. Acesso: 10/08/2015.

### Sudeste

1. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Brasil – ECEME  
<http://www.eceme.ensino.eb.br/eceme/>. Acesso: 13/08/2015.

2. Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil – EGN  
<https://www.egn.mar.mil.br/>. Acesso: 13/08/2015.
3. Fundação João Pinheiro – FJP  
<http://www.fjp.mg.gov.br/>. Acesso: 28/08/2015.
4. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas  
<http://www.pucminas.br/destaques/destaques.php>. Acesso: 10/08/2015.
5. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP  
<http://www.pucsp.br/>. Acesso: 20/08/2015.
6. Universidade de São Paulo – USP  
<http://www5.usp.br/>. Acesso: 21/08/2015.
7. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
<http://www.uerj.br/>. Acesso: 14/08/2015.
8. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
<http://www.unicamp.br/unicamp/>. Acesso: 21/08/2015.
9. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP  
<http://www.unesp.br/>. Acesso: 22/08/2015.
10. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF  
<http://www.ufjf.br/portal/>. Acesso: 10/08/2015.
11. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
<https://www.ufmg.br/>. Acesso: 12/08/2015.
12. Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR  
<http://www2.ufscar.br/home/index.php>. Acesso: 18/08/2015.
13. Universidade Federal de Uberlândia – UFU  
<http://www.ufu.br/>. Acesso: 12/08/2015.
14. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
<http://www.ufes.br/>. Acesso: 10/08/2015.
15. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ  
<http://www.ufrj.br/>. Acesso: 14/08/2015.
16. Universidade Federal Fluminense – UFF  
<http://www.uff.br/>. Acesso: 18/08/2015.

## **Centro-Oeste**

1. Universidade de Brasília – UnB  
<http://www.unb.br/>. Acesso: 26/08/2015.

2. Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD  
<http://portal.ufgd.edu.br/>. Acesso: 26/08/2015.

## **Sul**

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS  
<http://www.pucrs.br/portal/>. Acesso: 23/08/2015.
2. Universidade Estadual de Londrina – UEL  
<http://www.uel.br/portal/>. Acesso: 22/08/2015.
3. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG  
<http://portal.uepg.br/>. Acesso em: 28/08/2015.
4. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
<http://www.unioeste.br/>. Acesso: 28/08/2015.
5. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
<http://ufsc.br/>. Acesso: 28/08/2015.
6. Universidade Federal do Paraná – UFPR  
<http://www.ufpr.br/portalufpr/>. Acesso: 28/08/2015.
7. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
<http://www.unisinos.br/>. Acesso: 28/08/2015.
8. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS  
<http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial>. Acesso: 22/08/2015.

## APÊNCIDE C – Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu Consultados

### Norte

#### **Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR**

1. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
2. Programa de Pós-Graduação em Geografia

#### **Universidade da Amazônia – UNAMA**

3. Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura

#### **Universidade Federal do Amapá – UNIFAP**

4. Mestrado em Desenvolvimento Regional

#### **Universidade Federal do Amazonas – UFAM**

5. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia
6. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
7. Programa de Pós-Graduação em Sociologia

#### **Universidade Federal do Pará – UFPA**

8. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
9. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
10. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

#### **Universidade Federal de Roraima – UFRR**

11. Programa de Pós-Graduação em Letras
12. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras

### Nordeste

#### **Universidade Estadual da Paraíba – UEPB**

1. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

#### **Universidade Federal da Bahia – UFBA**

2. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
3. Programa de Pós-Graduação em Economia
4. Programa de Pós-Graduação em Geografia

#### **Universidade Federal de Pernambuco – UFPE**

5. Programa de Pós-Graduação em Antropologia
6. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

#### **Universidade Federal de Sergipe – UFS**

7. Programa de Pós-Graduação em Geografia
8. Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN**

9. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
10. Programa de Pós-Graduação em Economia
11. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**Sudeste****Escola de Comando e Estado-Maior do Exército do Brasil – ECEME**

1. Cursos de Altos Estudos Militares (CAEM)

**Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil – EGN**

2. Programa de Pós-Graduação em Política e Estratégia Marítimas

**Fundação João Pinheiro - FJP**

3. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP**

4. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
5. Programa de Pós-Graduação em Economia Política

**Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas**

6. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

**Universidade de São Paulo – USP**

7. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
8. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana
9. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM
10. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ**

11. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
12. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
13. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política
14. Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas
15. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana

**Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP**

16. Programa de Pós-Graduação em Geografia
17. Programa de Pós-Graduação em Economia
18. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
19. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
20. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP**

21. Programa de Pós-Graduação em História
22. Programa de Pós-Graduação em Geografia
23. Programa de Pós-Graduação em Sociologia

24. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – San Tiago Dantas (PUC/UNESP/UNICAMP)

**Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF**

25. Pós-Graduação em Ciências Sociais

**Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG**

26. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

27. Programa de Pós-Graduação em Demografia

**Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR**

28. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**Universidade Federal de Uberlândia - UFU**

29. Programa de Pós-Graduação em Geografia

**Universidade Federal do Espírito Santo - UFES**

30. Programa de Pós-Graduação em História

**Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ**

31. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional

32. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

33. Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas

34. Programa de Pós-Graduação em Geografia

35. Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia

**Universidade Federal Fluminense - UFF**

36. Programa de Pós-Graduação em História Social

37. Programa de Pós-Graduação em Economia

38. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

39. Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégico da Defesa e da Segurança

**Centro-Oeste**

**Universidade de Brasília – UnB**

1. Programa de Pós-Graduação em Comunicação

2. Programa de Pós-Graduação em Sociologia

3. Programa de Pós-Graduação em Antropologia

4. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

5. Programa de Pós-Graduação sobre as Américas

6. Programa de Pós-Graduação em Geografia

7. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

**Universidade Federal de Grande Dourados – UFGD**

8. Programa de Pós-Graduação em Geografia

## **Sul**

### **Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS**

1. Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento

### **Universidade Estadual de Londrina – UEL**

2. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

### **Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG**

3. Programa de Pós-Graduação em Geografia

### **Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE**

4. Programa de Pós-Graduação em Letras

### **Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**

5. Programa de Pós-Graduação em Economia
6. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
7. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

### **Universidade Federal do Paraná – UFPR**

8. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
9. Programa de Pós-Graduação em Sociologia

### **Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS**

10. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

### **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**

11. Programa de Pós-Graduação em História
12. Programa de Pós-Graduação em Economia
13. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

## APÊNCIDE D – Teses e Dissertações Levantadas

### GUYANA

#### Norte

1. BRITO, Maria Lúcia da Silva. **Raízes e rumos**: reflexões sobre identidade de guianenses em Boa Vista – Roraima. 2012. 106f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2012.
2. CORBIN, Hisakhana Pahoona. **Guyanese Migration and Remittances to Guyana**: a case study of their potentials and challenges for Guyana's Economy 2012. 208f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 2012.
3. DOURADO JUNIOR, Octavio Cascaes. **Gestão de recursos hídricos nos países da Bacia Amazônica**: conflitos legislativos. 2011. 237f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 2011.
4. MENESES, Antonio Vaz de. **Cultura de Fronteira Brasil Guiana**: festas. 2014. 150f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2014.
5. SIMÕES, Sulamita Oliveira. **Dinâmicas das cidades-gêmeas da fronteira Guyana (Lethem) – Brasil (Bonfim) e a questão aduaneira/tributária**. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2014.

#### Nordeste

6. BARBOSA, Edio Batista. **Trilhas Transfronteiriças**: o fluxo de pessoas, coisas e objetos na fronteira Brasil e República Cooperativista da Guiana. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2013.

#### Sudeste

7. DONETTO JUNIOR, Jorge. **Dissuasão Convencional na América do Sul**: o caso da tríplice fronteira Venezuela-Brasil-Guyana. 2010. 146f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010.

#### Centro-Oeste

8. FRANCO, Cezar Augusto de Oliveira. **Direitos Indígenas e Mobilização**: um olhar sobre a tríplice fronteira – Brasil, Guyana e Venezuela. 2012. 200f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) -

- Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima, Brasília. 2012.
9. LIMA, Erick Cavalcanti Linhares. **Política Externa do Vizinho Distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana**. 2011. 172f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima, Brasília. 2011.
  10. LIMA, Lucas Pereira das Neves Souza. **“Ilhados”**: Estratégias e feições territoriais Wapichana na Terra Indígena Manoá-Pium. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.
  11. OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **Tempo dos netos**: Abundância e escassez nas redes de discursos ecológicos entre os Wapichana na fronteira Brasil-Guiana. 2012. 488f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2012.

## **INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA): EIXO ESCUDO DAS GUIANAS**

### **Sudeste**

1. CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **Integração e Segurança na Amazônia Transnacional**. 2014. 183f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2014.

### **Centro-Oeste**

2. COUTO, Leandro Freitas. **Desenvolvimento, Integração e Assimetrias**: Caminhos e descaminhos da aproximação regional na América do Sul. 2012. 225f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília: 2012.

## **SURINAME**

### **Norte**

1. ARAÚJO, John da Silva. **O “Oriente” no “Ocidente”**: observando o islã no Suriname. 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2009.
2. HAZEU, Marcel Theodoor. **Migração Internacional de Mulheres na Periferia de Belém**: identidades, famílias transnacionais e redes migratórias em uma

cidade na Amazônia. 2011. 173f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2011.

### Sudeste

3. OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Mobilidades Transgressoras, Geografias Ignoradas**: itinerários e emaranhamentos envolvendo territorialidades de garimpos no Suriname. 2013. 400f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

### Centro-Oeste

4. URT, João Nackle. **Construção de Confiança na América do Sul**: a política externa do governo Figueiredo (1979-1985). 2009. 155f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

## VENEZUELA

### Norte

1. CAMPELLO, Mauro José do Nascimento. **A revolução copernicana no direito da criança**: de objeto a sujeito de direitos. Análise comparativa Brasil e Venezuela. 2014. 97f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2014.
2. VASCONCELOS, Andréa Freitas de. **Exploração sexual feminina na fronteira**: Brasil e Venezuela. 2011. 111f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Amazônia, Manaus. 2011.

### Nordeste

3. SANTANA, Elaine Mayara Cordeiro de. **A Guerra Midiática contra a Venezuela de Hugo Chávez**: a cobertura da revista Veja (1998-2002). 2012. 83f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2012.
4. VASCONCELOS, Iana dos Santos. **Articulações Familiares Transnacionais**: Estratégias de cuidado e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela. 2013, 135f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em

Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista. 2013.

## Sudeste

5. ADDOR, Felipe. **Teoria Democrática e Poder Popular na América Latina: contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela**. 2012. 309f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
6. ARIAS, Jenny García. **Estructura de las causas de muerte em Venezuela: anos 2000-2010**. 2014. 162f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.
7. BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. **A “Democracia participativa y protagónica”, o Povo e o Líder: a experiência dos *Consejos Comunales na Parroquia 23 de Enero* (Caracas/Venezuela)**. 2011. 253f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2011.
8. BARRANTES, Erika Maria Medina. **Impacto da política externa venezuelana na conformação da coesão social na América Latina: o caso ALBA**. 2012. 181f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
9. BARUCO, Grasiela Cristina Cunha. **A Venezuela contemporânea: do antineoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica**. 2011. 298f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.
10. BEZERRA, André Augusto Salvador. **Liberdade de expressão na Venezuela e no Brasil a partir do caso da RCTV**. 2011. 187f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.
11. BORGES, Fabio. **As relações do Brasil com os países Amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto**. 2011. 189f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2011.
12. BRUM, Rodrigo Martins. **A Análise Retórica no Processo de inserção da Venezuela no Mercosul**. 2010. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2010.
13. BUZETTO, Marcelo. **“Guerra de todo o povo”**: a influência das lutas políticas e sociais na nova doutrina de defesa nacional venezuelana. 2011. 334f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2011.
14. CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **O rentismo petrolero e seus impactos para a Política Externa venezuelana (1927-2013)**. 2015. 270f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2015.

15. DAMASCENO, Claudionor Almir Soares. **Políticas públicas e o direito à comunicação na América Latina: Os casos do Brasil e Venezuela.** 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.
16. FEITOSA, Nabupolasar Alves. **A construção do Estado chavista: a influência bolivariana.** 2014. 378f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2014.
17. FIGUEIREDO, Alexandre Ganan de Brites. **Ecos do Libertador: O pensamento de Simón Bolívar no discurso de Hugo Chávez.** 2011. 143f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.
18. FIGUEREDO, Miguel Osmar Nunes. **Governanças petrolíferas num cenário de mudanças: o caso do México e da Venezuela.** 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.
19. FUKUSHIMA, Kátia Alves. **O governo Chávez e a luta pelo poder na Venezuela: uma análise dos atores políticos em conflito.** 2009. 117f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2009.
20. HITNER, Verena. **Uma análise do malogro do modelo de desenvolvimento latino-americano dos anos 1990: os limites internos da Venezuela.** 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.
21. KLEIN, Jose Alfonso. **Poder político e lutas de classes na Venezuela: 1989-2009.** 2010. 385f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.
22. LOPES, Ademil Lúcio. **O governo Chávez e o ensaio de superação do rentismo venezuelano: no nacionalismo bolivariano ao socialismo do século XXI.** 2011. 157f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2011.
23. MIOTO, Beatriz Tamaso. **As políticas habitacionais no subdesenvolvimento: os casos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (1980/2013).** 2015. 284f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2015.
24. NATALINO, Enrique Carlos. **A maldição do petróleo na Venezuela: uma análise institucional.** 2011. 184f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. 2011.
25. OLIVEIRA, Renata Peixoto de. **Velhos Fundamentos, Novas Estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010).** 2011. 183f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.
26. PÁDUA, Adriana Suzart de. **ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?.** 2012. 206f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca. 2012.
27. PEDROSO, Carolina Silva. **Os projetos regionais de Brasil e Venezuela para América do Sul nos anos Lula da Silva (2003-2010).** 2014. 133f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – San Tiago Dantas: UNESP, UNICAMP, PUC-SP, São Paulo. 2014.

28. PETERLEVITZ, Tiago. **Conceituando e medindo a democracia em Colômbia e Venezuela**. 2011. 186f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.
29. REIS, Thiago Menini dos. **Ecos do Labirinto: Hugo Chávez e a Reconstrução da Mítica Bolivariana na Venezuela (1990-2009)**. 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2010.
30. RODRIGUES, Natalia Scartezini. **Revolução Bolivariana e Ofensiva Socialista na Venezuela**. 2012. 252f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2012.
31. SANTANA, Jean Carlos Asanza. **Micro públicos, públicos y élites: la fragmentación del "Movimiento en Defensa de la Democracia" y la representación política de la oposición en Venezuela 1999-2012**. 2012. 78f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
32. SILVA, Eron Pacheco da. **A influência da Revolução Bolivariana na América do Sul: possíveis reflexos para o Brasil no campo militar do poder nacional**. 2011. 242f. Tese (Doutorado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. 2011.
33. SILVA, Mayra Goulart da. **Entre César e o Demos: Notas *agonísticas* sobre a democracia na Venezuela**. 2013. 390. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.
34. SILVA, Paulo Daniel e. **A reforma petroleira do governo Chávez e o processo de mudanças econômicas e sociais na Venezuela**. 2009. 140f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009.
35. SOUZA, Elton Frederick. **Bolivarismo e Chavismo: aproximações, mitificação e paradoxos**. 2011. 152f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2011.

## Centro-Oeste

36. AGUIAR, Giane Maria Porto de. **Integração Regional pela Via Energética: o estudo de caso da interligação elétrica Venezuela – Brasil**. 2011. 280f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima, Brasília. 2011.
37. ARAÚJO, Marco Aurélio S. **Política Fiscal e Volatilidade Macroeconômica em Países Exportadores de Recursos Naturais: evolução das instituições fiscais no Chile e na Venezuela**. 2011. 137f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. 2011.
38. BAGGIA, Francesca. **Os mecanismos participativos no governo Chávez: contribuições e desafios da experiência venezuelana (1999-2010)**. 2011. 208f.

- Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Sociais – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília. 2011.
39. FRANKLIN, Cleber Batalha. **Segurança e Defesa na Amazônia e as Relações entre o Brasil e a Venezuela (1985-2006)**. 2012. 229f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima, Brasília. 2012.
40. NASCIMENTO BAPTISTA, Nair Rúbia. **Estado e cinema na Venezuela: as políticas cinematográficas no Governo Chávez**. 2012. 226f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2012.
41. SANTOS, Haroldo Eurico Amoras dos. **Brasil e Venezuela – cooperação e integração econômica: corredor de integração regional Amazonas – Roraima – Bolívar – Orenoco**. 2011. 400f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Universidade Federal de Roraima, Brasília. 2011.
42. SEABRA, Raphael Lana. **A Primeira Revolução do Século XXI? Bolívarismo e Socialismo na Venezuela**. 2012. 236f. Tese (Tese em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2012.
43. SOARES, Eliane. **O processo político da revolução nacional-democrática e o socialismo na América Latina: um estudo comparativo sobre os programas de Revolução Cubana de 1959 e da Revolução Bolivariana da Venezuela**. 2008. 363f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Sociais – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

## Sul

44. ALEXIUS, Sofia Cristina. **O lugar da integração latino-americana em discursos de Lula e Chávez**. 2011. 165f. 2011. 165f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 2011.
45. HERNÁNDEZ NILSON, Diego. **A ALBA e a luta pela hegemonia no continente americano: uma topologia do discurso bolivariano**. 2012. 208f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Departamento de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2012.
46. MENDES, Valdenésio Aduci. **Democracia e participação: Os Conselhos Comuns na Venezuela**. 2011. 318f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.
47. RIBEIRO, Vicente Neves Silva. **Petróleo e processo bolivariano: uma análise da disputa pelo controle do petróleo na Venezuela entre 2001 e 2003**. 2009. 126f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

48. ROSA, Flavia Bischain. **O proletariado volta à cena: dilemas e desafios do movimento operário venezuelano em sua relação com o governo de Hugo Chávez.** 2013. 204f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.
49. SCHENEGOSKI, Ana Maria. **Os movimentos antissistêmicos da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América: Tratado de Comércio para os Povos (ALBA/TCP).** 2012. 86f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território) – Setor de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2012.
50. SOUZA, Romina Batista de Lucena de. **O desenvolvimento econômico da Venezuela, 1950/2006.** 2008. 160f. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências Economias, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

## APÊNCIDE E – Teses e Dissertações Não Disponíveis para Download

1. BOTERO, Luis Alejandro Araque. **O Desenvolvimento Econômico e Social como Bem Público Regional**: análise do Processo de Construção da Integração Física Sul-Americana. 2012. 179f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.
2. COSTA, Isabella Fernandes da. **Energia no Século XXI**: uma análise comparada entre as iniciativas de integração energética via gás natural na América do Sul. 2012. 100f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
3. GALVAO, Thiago Gehre. **Parceria Relutante**: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2010). 2011. 123f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília. 2011.
4. LOPES, Rodrigues Herrero. **As Relações de Poder de Brasil e Venezuela na América Latina, Analisadas a partir do Processo de Mediação Simbólica das Manifestações dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frias nos Jornais Folha de S. Paulo e Últimas Notícias**. 2011. 387f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.
5. FERREIRA, Carla Cecilia Campos. **A Classe Trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela**: Contradições e Conflitos do Capitalismo Dependente Petroleiro-Rentista (1989-2010). 2012. 300f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.
6. MONTEIRO, Leonardo Valente. **Inimigos Sim, Negócios à Parte**: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez. 2012. 185f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
7. PELLEGRIN, Flávio Luís de Souza. **A Cobertura da Liberdade de Imprensa na Venezuela pelo Jornal O Estado de S. Paulo**. A ideologia no discurso. 2011. 226f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2011.
8. SALGADO, Rodrigo Souza. **Segurança e Defesa na América do Sul**: as perspectivas de integração e cooperação do Brasil e Venezuela na primeira década do Século XXI. 2012. 152f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
9. SERPA, Marcelo Helvecio Navarro. **Sufrágios Espetacularizados**: os referendos e eleições venezuelanos (1998-2010). 2011. 273f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.
10. SOARES, Julio Cesar Nogueira. **A Venezuela Revolucionária e Bolivariana de Hugo Chávez**: entre a herança caudilhista e a ascensão de um novo bloco histórico. 2012. 139f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.
11. ZANCOPE, Tiago Ciro Moral. **A Refundação da Nação e o Conceito de Bolivarianismo nos Discursos de Hugo Chávez Frías (1999-2000)**. 2012.

163f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2012.